

# textos

---

6.º volume  
(1979)



francisco sá carneiro

**TEXTOS**  
**6.º VOLUME**  
**(1979)**

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

# TEXTOS

6.º VOLUME

(1979)



Todos os direitos de publicação em Portugal  
reservados por: © Instituto Sá Carneiro

ALÊTHEIA EDITORES  
Escritório na Rua do Século, n.º 13  
1200-433 Lisboa, Portugal  
Tel.: (+351) 21 093 97 48/49, Fax: (+351) 21 096 48 26  
E-mail: [aletheia@aletheia.pt](mailto:aletheia@aletheia.pt)  
[www.aletheia.pt](http://www.aletheia.pt)

Impressão e acabamento:  
Várzea da Rainha Impressores, Óbidos  
[www.varzeadarainha.pt](http://www.varzeadarainha.pt)

ISBN: 978-989-622-452-3  
Depósito Legal: 314494/11

Março de 2012

## PREFÁCIO

Temos o vício de pensar que as evocações de Sá Carneiro são falar de história. São falar de um passado recente do nosso país.

Mas, quando evocamos Sá Carneiro, evocamos valores como a inteligência e a dignidade. Mais do que isso. Evocamos a convicção. A resiliência perante as dificuldades. Evocamos um inquebrantável caráter que alguns mais simples confundem com teimosia. Evocamos, sobretudo, os seus exemplos. Evocamos o seu exemplo de coragem e de inconformismo permanente. Inconformismo que os mais céticos chamariam de juvenil.

Estas páginas são isso mesmo. São escritas de exemplos. E os exemplos são intemporais.

Vivemos tempos voláteis. Cada vez mais voláteis. E a verdade é que mudam os cenários e as circunstâncias. Mudam os atores e o país. Mas os exemplos ficam. Transmitem-se. Passam.

O legado de Sá Carneiro está nos seus exemplos. Na capacidade de liderança. No permanente e irrequieto inconformismo. E esta mensagem de inconformismo é tão atual hoje como era na época dos textos que aqui se apresentam. E no tempo de todas as volatilidades é ainda mais premente lembrar os valores da justiça social, ética cristã e primado da pessoa que o fundador do PSD sempre advogou.

Todos os textos que fazem parte desta obra são autênticos manuais da vida político-democrática, que constituem peças fundamentais de doutrina e de ação política. E vão continuar a ser manuais daqui a outros vinte ou trinta anos.

Na volatilidade dos tempos, falar de Sá Carneiro não é falar sobre história ou passado. É falar de exemplos. É falar do presente e do futuro.

Miguel Relvas

# Francisco Sá Carneiro – “Textos”

## Sexto Volume - 1979

<b>1. 1979.....</b>	
1.1. ENTREVISTA AO PROGRAMA "O DITO E O FEITO" – RDP - 22/01/79 .....	
1.2. ESCLARECIMENTO - 25/01/79 .....	
1.3. ESCLARECIMENTO - 25/01/79 .....	
1.4. DECLARAÇÕES AO COMÉRCIO DO PORTO - 29/01/79 .....	
1.5. ARTIGO PUBLICADO NO "POVO LIVRE" - 07/02/79 .....	
1.6. ESCLARECIMENTO SOBRE NOTÍCIA PUBLICADA NO "JORNAL" - 09/02/79 .....	
1.7. NOTA ENVIADA À AGÊNCIA NOTICIOSA ESPANHOLA EFE - 02/03/79.....	
1.8. TEXTO PUBLICADO NO "POVO LIVRE" - 07/03/79 .....	
1.9. ARTIGO PUBLICADO NO "POVO LIVRE" - 07/03/79 .....	
1.10. ARTIGO PUBLICADO NO "POVO LIVRE" - 14/03/79 .....	
1.11. ARTIGO PUBLICADO NO POVO LIVRE - 21/03/79.....	
1.12. DISCURSO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO DEBATE DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO - 23/03/79 .....	
1.13. ENTREVISTA AO "EXPRESSO" - 24/03/79 .....	
1.14. ENTREVISTA AO PROGRAMA "ZOOM" - RTP - 27/03/79 .....	
1.15. MENSAGEM PUBLICADA NO "POVO LIVRE" - 11/04/79 .....	
1.16. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 12/04/79 .....	
1.17. ARTIGO PUBLICADO NO POVO LIVRE - 25/04/79.....	
1.18. DISCURSO NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL - PORTO - 25/04/79 .....	
1.19. DISCURSO NO COMÍCIO DE FARO - 28/04/79 .....	
1.20. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DAS "I JORNADAS SOCIAIS DEMOCRATAS SOBRE A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA" - LISBOA - 29/04/79.....	
1.21. DISCURSO NA FESTA DE V ANIVERSÁRIO DO PSD - COIMBRA - 06/05/79 .....	
1.22. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DO "III ENCONTRO DOS BANCÁRIOS SOCIAIS DEMOCRATAS" - PORTO - 13/05/79 .....	
1.23. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DO "ENCONTRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA" - VILA FRANCA DE XIRA - 19/05/79.....	
1.24. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DO "II ENCONTRO DE TRABALHADORES SOCIAIS DEMOCRATAS" - 30/05/79 .....	
1.25. DISCURSO NO COMÍCIO DE LAMEGO - 06/06/79.....	
1.26. RESPOSTA A CINCO PERGUNTAS FEITAS PELO "10 DE JUNHO" - 09/06/79.....	
1.27. DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO VII CONGRESSO NACIONAL - 20/06/79 .....	
1.28. DISCURSO DE ABERTURA DO "CONGRESSO REGIONAL DO PSD DA MADEIRA" - FUNCHAL .....	
1.29. COMENTÁRIO À ASSINATURA DO ACORDO DA AD FEITO PARA O "10 DE JUNHO" - 07/07/79.....	
1.30. COMENTÁRIO PARA O "EXPRESSO" - 07/07/79.....	

- 1.31. ENTREVISTA AO PROGRAMA "O DITO E O FEITO" – RDP - 22/07/79.....
- 1.32. ARTIGO PUBLICADO NO POVO LIVRE - 25/07/79.....
- 1.33. ENTREVISTA DADA AO "EL PAÍS" E PUBLICADA NO "TEMPO" - 04/08/79.....
- 1.34. ARTIGO PUBLICADO NO POVO LIVRE - 08/08/79.....
- 1.35. MENSAGEM PARA O "ENCONTRO DOS EMIGRANTES DAS BEIRAS" - PENACOVA - 15/08/79.....
- 1.36. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DO "ENCONTRO DOS EMIGRANTES DAS BEIRAS" - PENACOVA - 15/08/79.....
- 1.37. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DO DEBATE DO PROGRAMA DO VI GOVERNO - 20/08/79.....
- 1.38. ARTIGO PUBLICADO NO POVO LIVRE - 29/08/79.....
- 1.39. DISCURSO NO CONSELHO NACIONAL - 18/09/79.....
- 1.40. ACORDO DE COOPERAÇÃO POLÍTICA E ELEITORAL ENTRE O PSD E O GRUPO DO MANIFESTO REFORMADOR - 25/09/79.....
- 1.41. DISCURSO NO ENCERRAMENTO DO CONGRESSO REGIONAL DO PSD DOS AÇORES - 10/10/79.....
- 1.42. ENTREVISTA PARA A "VOZ DA AMÉRICA" PUBLICADO NO "TEMPO" - 17/10/79.....
- 1.43. DISCURSO NA APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS DA A. D. - 31/10/79.....
- 1.44. DISCURSO NO COMÍCIO DA AD - 31/10/79.....
- 1.45. ENTREVISTA AO "EXPRESSO" - 03/11/79.....
- 1.46. ENTREVISTA AO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" - 08/11/79.....
- 1.47. ENTREVISTA A "O JORNAL" - 09/11/79.....
- 1.48. TELEGRAMAS PARA ESPANHA - 14/11/79.....
- 1.49. ENTREVISTA A "A TARDE" - 15/11/79.....
- 1.50. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 29/11/79.....
- 1.51. DEPOIMENTO PARA "O JORNAL" - 30/11/79.....
- 1.52. ENTREVISTA AO "PRIMEIRO DE JANEIRO" - 30/11/79.....
- 1.53. CONFERÊNCIA DE IMPRENSA - 03/12/79.....
- 1.54. MENSAGEM SOBRE AS ELEIÇÕES - 05/12/79.....
- 1.55. ENTREVISTA A "O JORNAL" - 07/12/79.....
- 1.56. DISCURSO NO CONSELHO NACIONAL - 13/12/79.....
- 1.57. MENSAGEM AOS SOCIAIS DEMOCRATAS - 13/12/79.....

## 1. 1979

### 1.1. Entrevista ao Programa "O Dito e o Feito" – RDP - 22/01/79

#### SÁ CARNEIRO FALA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL E MUITAS COISAS MAIS

A próxima revisão da Constituição Portuguesa e o projecto de revisão já existente, da autoria do Dr. Sá Carneiro, foi o tema dominante de uma entrevista concedida pelo presidente dos sociais-democratas ao programa "Dito e Feito", da Radiodifusão Portuguesa, que com a devida vénia reproduzimos.



A uma pergunta inicial, o Dr. Sá Carneiro começou por referir que "o projecto de revisão da Constituição é um contributo para aquilo que há-de ser um projecto de revisão do Partido Social-Democrata - o projecto de revisão das forças democráticas.

É uma oferta ao próprio Partido, é uma oferta exposta às críticas e aos ataques e também uma oferta aos demais partidos, para que eles possam encontrar, neste contributo, um consenso básico à revisão da Constituição".

E Sá Carneiro prosseguiu:

"A Constituição, de acordo com o meu projecto, deixa de ser uma Constituição dogmática, no sentido de impor a transição para o socialismo no sentido de adoptar concepções marxistas e até nalguns casos marxistas-leninistas, luta de classes, da construção do poder dos trabalhadores, entendido como a construção duma sociedade sem classes, antes procura ser uma Constituição o mais aberta possível. Eu, pessoalmente entendo que uma Constituição deve ser a Lei Fundamental que aponta os princípios essenciais à acção política da defesa da pessoa, da promoção dos direitos económicos e sociais, mas que dentro dela é necessário que caibam vários programas de partidos, de várias opções políticas".

- Vem substituir dogmas por outros dogmas? - foi perguntado. O presidente do PSD respondeu:

- "Não procuro substituir dogmas por normas orientadoras, que não comprometam a escolha do eleitorado. Se a Constituição é um espartilho que contém em si própria um modelo de sociedade pré fixada, então a escolha eleitoral e a liberdade política são uma ilusão, são palavras vãs. Se o povo através das eleições não pode optar entre vários modelos de sociedade, entre várias propostas programáticas fica afectada a sua própria liberdade política. Ao elaborar este projecto da Constituição, tive em atenção isso, tive em atenção também de que em harmonia com a actual Constituição não se pode fazer uma reforma que vá além dos limites materiais do artigo 290. Limites materiais que são um dos princípios básicos que me parecem ser perfeitamente compatíveis com a orientação que eu dei para o meu projecto. Este projecto não visa uma Constituição que dure indefinidamente, por isso lhe chamei "Constituição para os anos oitenta".

- O facto de indicar que a Assembleia da República se poderá transformar em Assembleia Constituinte, não será abrir a porta para uma tensão permanente?

- "Pelo contrário, eu creio que evita tensões. Creio que as tensões em que a sociedade portuguesa hoje em parte vive, resultam de não serem previstos na actual Constituição mecanismos de revisão antecipada. Como sabe, foi essa uma discussão que mobilizou a opinião pública e os partidos políticos na altura da última sessão desta Constituição. A nossa posição de partido foi a favor da revisão antecipada. Foi a posição do Partido Socialista e do Partido Comunista, que impediu essa mesma revisão antecipada. Creio que a Constituição deve conter mecanismos flexíveis que lhe permitam em qualquer altura, a sua revisão. Se isso não se fizer, se houver tensões entre a sociedade e o Estado do País e a Constituição, a saída seria uma saída anticonstitucional antidemocrática, uma saída de

golpe. E é isso que é indispensável que os democratas evitem. Portanto, uma certa flexibilidade consagrada no preceito que foi referido que dá à Assembleia da República em qualquer altura e com maioria de dois terços dos seus deputados a possibilidade de assumir poderes de revisão da Constituição. Poderes de revisão da Constituição que de resto terão de ser submetidos, como todas as leis de revisão, a referendo popular. É uma disposição democraticamente de aceitar".

- Defenderia uma imediata aplicação do referendo e em que termos?

- "Não. Nas actuais circunstâncias creio que um referendo constitucional não se impõe. Vivemos um momento de acalmia política, de diminuição da tensão, pela acção do Executivo apartidário, frutodas circunstâncias, a meu ver fruto dos erros cometidos, por todos os partidos políticos, neste período pós-constitucional; a meu ver fruto também de algumas disposições da actual Constituição. Creio que poderemos continuar nas actuais condições até à revisão constitucional, posterior às eleições legislativas de 1980".

#### **NOVA CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA?**

Foi depois focada a possibilidade de nova convergência democrática alargada. Falou-se em conversações interpartidárias, sendo perguntado a Sá Carneiro se tinha já planeado algo nesse sentido, como aliás constava. O presidente dos sociais-democratas respondeu:

- "Eu acho que são injustas as acusações que me fazem, pois não me compete a mim ajuizar, mas sim à opinião pública, aos demais partidos em geral. Efectivamente nós propusemos no nosso Conselho Nacional o início de conversações entre os partidos democráticos e sugerimos já uma temática à revisão da Constituição e a um programa do Governo, as opções fundamentais, a candidatura à Presidência da República. O que vão ser essas conversações, depende dos partidos a quem esses convites são dirigidos, a quem eventualmente vão ser formalizados".

Sobre tais iniciativas, Sá Carneiro salientou que ainda não haviam sido tomadas concretamente. Explicou o presidente dos sociais-democratas:

- "Ainda não tomamos. Parece-me que, mais do que iniciativas oficiais, interessam os contactos informais. Não vejo as conversações que nós desejaríamos entre os partidos democráticos como qualquer coisa solene, de exposto à opinião pública, mas sim como qualquer coisa de efectivo, de discreto, embora não secreto. E nesse sentido o devemos propor em tempo oportuno, creio que dentro em breve, aos demais partidos, sem formalismos, com o realismo e com a preocupação de obter eficácia nessas conversações, muito mais que efeitos políticos. Agora que temos um Governo apartidário, que procurará, segundo o nosso critério, resolver os problemas muito mais que empenhar-se numa acção política, sectária ou partidária concreta, os partidos poderão examinar a situação em novos moldes e deverão em meu entender voltar-se para os problemas concretos da sociedade portuguesa".

- "Sobre a existência de espaço, em termos eleitorais, para novos partidos, Sá Carneiro disse:

- "Não me parece que o estado actual do País, as preocupações e a mobilização do eleitorado permitam que surjam novos partidos. Não vejo que aquilo que, nós partidos que se formaram, e todos o fizeram depois do 25 de Abril, se encontrasse hoje - um clima propício para o lançamento dessas operações da fundação de partidos. Foi difícil na altura, e hoje creio seria muito mais difícil, se não impossível, criar partidos de novo. Creio portanto que o cenário político, o jogo político se vai fazer à volta dos partidos actualmente existentes. Se vai fazer pelo menos essencialmente à volta dos partidos existentes".

#### **UMA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA ESTÁ AFASTADA DOS MEUS PROJECTOS**

Sá Carneiro, respondendo a outra pergunta, relativa à sua possível candidatura à Presidência da República, afirmou:

- "A candidatura à Presidência da República está afastada dos meus projectos pessoais e políticos. Pelo menos na próxima década, nos anos 80 de que tanto se fala. Eu creio que mais do que falar nos anos oitenta é preciso trabalhar para que nos anos 80 Portugal se encontre como País, como sociedade em desenvolvimento, em igualdade. E nesse sentido apresentei este meu contributo. Tenho falado muito pouco nos anos oitenta. Procurei aqui fazer alguma coisa pelos anos 80".

A defesa do princípio de um Presidente da República Civil, foi depois abordada nestes termos, por Sá Carneiro:

"O discurso de 25 de Abril do ano transacto, por exemplo, em que coincidiu taticamente com as teses que vínhamos defendendo; houve fases de afrontamento e de crítica, crítica da minha parte aberta e clara, e da parte do Presidente da República mais cuidada, como é próprio do seu cargo. Portanto, isso é normal em democracia. Não deve haver nenhuma figura intangível e tenho plena consciência de que nas críticas que fiz e farei quando necessário, ao Presidente da República, exerço um direito democrático. E o Presidente da República criticando forças políticas exerce o mesmo direito democrático. Neste momento assistimos a uma certa indefinição da cena política portuguesa".

Instado a esclarecer essa indefinição, Sá Carneiro adiantou:

- "Essa indefinição caracterizou-a com um governo apartidário, com as políticas sectoriais, mais ou menos definida com uma acção concreta que é aquilo que os factos têm revelado, pela ausência de um projecto político, global, explicitado pelo Presidente da República. Os partidos políticos têm os seus projectos. Há uma certa indefinição da posição global do Governo e do Presidente da República. Não é crítico, é legítimo, mas limito-me a verificá-lo: este Governo depende do apoio do Presidente da República já que não tem apoio definido no campo parlamentar. E essa indefinição creio que no futuro poderá afectar a própria acção do Governo, pode conduzir a um esgotamento político do actual Governo".

E as vantagens ou desvantagens de eleições antecipadas são depois abordadas por Sá Carneiro nestes termos:

- "Pode haver vantagem, e por isso se as eleições antecipadas surgirem como um mal menor. Vamos ter eleições importantes já em 1979, isso é já uma certeza, são as eleições locais. Serão já uma pré-definição política e parece-me que mesmo elas deverão obedecer a um esquema de escolha, mais do que a um esquema de preferência, ou seja, enquanto até aqui os portugueses votaram sobretudo num esquema de preferência por um partido, creio que no futuro votarão mais num esquema de escolha por um modelo de sociedade.

### **A COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Instado a pronunciar-se sobre a actuação do Governo Mota Pinto, especialmente no respeitante à Comunicação Social, Sá Carneiro disse:

- "Em meu entender o Governo com a pouca experiência que tem, tem tentado e procurado resolver problemas concretos, mais do que empenhar-se numa política global, o que se compreende, dadas as características deste Governo. Tem cumprido as promessas que fez. Quanto à política assumida na Comunicação Social, sabe-se que nem sempre concordamos, não porque discordemos no fundo da política da Comunicação Social do Governo, sempre que ela vá no sentido da despartidarização dos órgãos da Comunicação Social".

E acrescentou:

- "Falo concretamente na votação no Conselho de Informação para a Rádio, da nomeação da nova Comissão Administrativa da RDP. Não há aí qualquer discordância às pessoas designadas".

A terminar a entrevista concedida ao programa "Dito e Feito", Sá Carneiro falou do "Governo Sombra" do PSD, afirmando que o mesmo já se encontra em funcionamento: "Sim, tem acompanhado as actividades do Governo nos vários sectores e representa um órgão muito útil para a política do PSD e para a linha que o PSD quer seguir, mais do que o uso das palavras".

- Em 75 e 76 defendi o princípio de que o Presidente da República devia ser um civil em Portugal. Fi-lo com a consciência de que me parece que esse dever será o princípio da democracia: - o predomínio das forças civis e o eventual e transitório papel das Forças Armadas, depois de uma Revolução em que tiveram papel fundamental.

Creio portanto que a democracia impõe poder civil, impõe Forças Armadas confinadas no seu âmbito, que é o da defesa nacional, o da integridade do território, etc. Ora, saber se estão ou não criadas neste momento, ou se o estará na próxima eleição presidencial, as condições para que haja um Presidente da República civil, como seria desejável e como eu sempre disse que era desejável, é neste momento difícil de determinar. Uma coisa é certa: o período transitório do papel político das Forças Armadas vai terminar em 1980. O meu projecto de revisão da Constituição acaba com qualquer papel político das Forças Armadas e isso creio que é fundamental para a estabilidade e existência duma democracia. E neste momento vivemos apenas um período transitório da democracia portuguesa".

A extinção do Conselho da Revolução foi outro dos pontos abordados. O presidente do Partido Social-Democrata afirmou a propósito:

- No meu projecto isso está explícito. Não me refiro apenas à extinção do Conselho da Revolução mas de qualquer papel político das Forças Armadas. No meu projecto de revisão da Constituição há um exemplo claro: o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas é nomeado pelo Presidente da República,, mas sob proposta do Governo, em igualdade de condições com o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e com o Procurador-Geral da República. Esse, creio, é um princípio fundamental da civilidade da democracia. Não sei se em 1980, ou até já neste momento, não estarão criadas as condições para que hoje um candidato à Presidência da República seja civil. Isto depende das opções concretas, das candidaturas concretas e das possibilidades de nomes que apareçam. É um problema que será decidido pelo Partido, através do Conselho Nacional e sobre o qual não posso nem devo pronunciar-me".

#### **RELAÇÕES PSD-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Sobre uma certa indefinição no PSD, quanto ao Presidente da República, Sá Carneiro foi explícito:

- "Vamos a ver o que vai ser o discurso de 25 de Abril próximo, por exemplo. Têm sido importantes todos os discursos presidenciais nesta data. Vamos a ver se haverá algum e qual o seu conteúdo. Mas independentemente disso, como referi, creio que se poderá atingir um certo esgotamento político na acção do actual Governo. Por isso, no nosso Conselho Nacional apontamos para a necessidade de definição progressiva dos apoios parlamentares e políticos ao actual Governo".

#### **O PSD E UMA POSSÍVEL NOVA CANDIDATURA DE RAMALHO EANES**

Sobre este assunto, e o apoio que o PSD daria, caso tal se verificasse, o presidente dos sociais-democratas esclareceu:

- "Ainda é cedo para falar nisso. Não se sabe se o General Ramalho Eanes se vai recandidatar ou não, não se sabe em que hora o vai fazer. Mas neste cenário que acabamos de aflorar, uma coisa é certa: - o PSD tem a sua estratégia autónoma que não depende de quaisquer outros partidos, nem do Presidente da República e que vai prosseguir independentemente portanto das estratégias de outras forças políticas, uma das quais é inegavelmente o Presidente da República.

Também me parece certo que não se pode repetir o tipo de candidatura de apoio pessoal ao Presidente da República que foi a candidatura presidencial passada".

Sá Carneiro debruça-se a seguir sobre o apoio que um novo candidato deverá ter, por parte dos partidos políticos. E afirma:

- "Vejo, por dois motivos, não me parecer possível nem desejável, nas próximas eleições presidenciais, um candidato das Forças Armadas. Se a democracia é um predomínio das forças civis, as candidaturas terão de passar pelas forças políticas e isto leva-nos já para o segundo aspecto da questão: a candidatura do Presidente da República terá, a meu ver e do PSD, um acordo político prévio, doutra

maneira cairíamos numa situação de confusão com uma maioria presidencial inorgânica, não articulada com a maioria política e a parlamentar.

Isso tem sido um dos factores que contribui para a incerteza da cena política portuguesa. É indispensável que a maioria presidencial e parlamentar coincidam e sejam articuladas".

E ainda sobre o processo das candidaturas, o Dr. Sá Carneiro prosseguiu:

- "Esses compromissos têm muita responsabilidade. Se forem rompidos depois da candidatura entrar, estaremos numa crise política que pode conduzir a uma nova eleição presidencial ou novas eleições legislativas. Pergunto-me se não viveremos situações dessas antes de 1980. É uma possibilidade".

## 1.2. Esclarecimento - 25/01/79

### NOTA INTRODUTÓRIA

O deputado do PCP, Vital Moreira, em reunião com os jornalistas de serviço na Assembleia da República, deu conta de que Francisco Sá Carneiro, presidente do PSD, plagiara não só em diversas soluções técnico-jurídicas, o seu texto e de Gomes Canotilho, "Constituição da República Portuguesa Anotada", como ainda se teria apropriado de várias anotações ali contidas, para o seu projecto constitucional recentemente publicado, "Uma Constituição para os Anos 80".

Sá Carneiro respondeu com a nota de imprensa que segue

1. Em "nota à imprensa" e declarações aos meios de comunicação social, fez o Dr. Vital Moreira acusações inaceitáveis que merecem o mais vivo repúdio. Para além de descabidas e falsas essas acusações são pelo menos pretenciosas. É que os comentadores ou fazedores de Notas, que não podem produzir articulados próprios, agarram-se desesperadamente às anotações tomando-as pela substância da Constituição, quando na realidade elas são acessórios secundários e se inspiram por sua vez em trabalhos anteriores com pouca ou nenhuma criatividade. Foi talvez por isso que o Dr. Vital Moreira se doeu da criatividade alheia que nada lhe deve.

Cita o Dr. Vital Moreira o parágrafo 7 da "Nota Prévia" do meu livro "Uma Constituição para os Anos 80", dando a entender que teria havido o desejo de ocultar os estudos e comentários dos constitucionalistas de Lisboa e Coimbra a que se atendeu ao introduzir precisões técnico-jurídicas no texto da Constituição, e em especial a sua obra conjunta com o Dr. J. J. Gomes Canotilho.

Mas, esquece-se de citar a Nota (1) na página 23, em que expressamente se diz: "Pela sua natureza de comentários globais e sistematizados à Constituição, as obras de Gomes Canotilho e Vital Moreira, e de Soares Martinez, serão várias vezes referidas, em matéria técnico-jurídica".

2. Em vários preceitos propostos se integram alterações de natureza política e técnico-jurídica sugeridos por diversos autores citados ao longo da obra. Como é evidente, nela não foi feita uma enumeração exaustiva de todas as fontes consul-

tadas, que começaria pelos debates na Assembleia Constituinte e englobaria inúmeros artigos publicados nos órgãos da imprensa.

Foram, portanto, citadas algumas fontes consideradas mais significativas nas Notas que acompanham o articulado.

É assim que, em matéria técnico-jurídica, os Drs. J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira são citados 11 vezes. Tal como o Dr. Jorge Miranda, em matéria sobretudo política mas também técnico-jurídica, o é 33 vezes. E o projecto de Constituição apresentado pelo PPD em 1975 é citado, em matéria política, 58 vezes.

Como é óbvio, estas e outras citações de autores poderiam ser multiplicadas até à exaustão. O que, não se compadecia sequer com a brevidade e o despretencioso das ligeiras Notas do meu livro.

3. O autor de uma obra é livre de exprimir opiniões idênticas às de autores de outra obra, sobretudo sobre matérias pacíficas, de natureza estritamente técnico-jurídicas e em meras Notas.

Os exemplos dados pelo Dr. Vital Moreira respeitam a matéria incontroversa de natureza estritamente técnico-jurídica, e só nessa, se verifica uma identidade de juízos, aliás, não exclusivos.

4. Repudia-se e não se dá mais importância do que esta nota por conseguinte, às acusações do Dr. Vital Moreira.

Também se torna claro que melhor fora que o Dr. Vital Moreira reconhecesse que as suas numerosas e até contundentes notas críticas à Constituição vigente são um verdadeiro libelo contra ela, sobretudo contra o seu rigor técnico-jurídico, pelo qual ele próprio, que não eu, é parcialmente responsável, em vez de se insurgir, por portas e travessas, contra o facto de essas notas servirem de argumento favorável a um projecto de substancial alteração da Constituição.

Finalmente, importa esclarecer que, se este gesto do Dr. Vital Moreira, mais do que agastamento pessoal, pretende revelar uma tentativa do PCP para se "colar" à maioria de 2/3 necessária para rever a Constituição, não tem nem terá a mínima possibilidade de êxito.

Os democratas portugueses estão atentos ao oportunismo de um partido que revelou à sociedade pela sua prática uma natureza e uns objectivos anti-democráticos.

Os portugueses não se deixam nem deixarão enganar por aqueles que em vez de construir destroem, e que em vez de criar e de propor se limitam a esbracejar e a anotar.

E mais não vale a pena dizer, até porque o não merece a atitude do Dr. Vital Moreira.

Francisco Sá Carneiro

### 1.3. Esclarecimento - 25/01/79

#### REGOZIO PELA INTERVENÇÃO DOS SINDICALISTAS SOCIAL-DEMOCRATAS NA UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

1. No seu Congresso Nacional de Julho de 1978 o PSD manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores e sindicalistas democráticos de todos os sectores bem como a todos os dirigentes sindicalistas que lutam por uma prática democrática, independente e reformista, acrescentando:

"O PSD empenha-se no apoio à realização do próximo Encontro Nacional de Trabalhadores Reformistas, de inspiração social-democrata, onde espera venha a ser definida uma política sindical global.

O PSD considera indispensável a cada vez maior participação dos trabalhadores nas suas associações sindicais e nas Comissões de Trabalhadores como forma activa de defender os seus interesses, lutar contra as tendências político-sindicais totalitárias e procurar a resolução da crise, competindo aos trabalhadores escolher os meios de acção mais adequados para a democratização das estruturas sindicais, e laborais portuguesas.

A actuação dos sindicalistas reformistas, segunda força sindical do País e primeira democrática, merecerá do PSD crescente atenção e apoio, salvaguardando-se sempre a sua independência face ao Partido, nos termos do nosso programa.

O PSD empenha-se na dinamização dos sectores sócio-profissionais com uma maior atribuição de meios materiais com vista a ampliar a implantação e actuação dos sociais-democratas do mundo do trabalho".

Dentro desta reafirmada orientação programática do Partido Social Democrata, não podem deixar de saudar-se e aplaudir-se, a actuação e os êxitos de todos os sindicalistas sociais-democratas, como tal autónomos em relação ao Partido, e dos militantes enquadrados na sua organização socioprofissional, pois todos têm contribuído para a consolidação e desenvolvimento do sindicalismo democrático em Portugal.

2. A Tendência Sindical Reformista Social-Democrata (TESIRESD) veio a institucionalizar-se e os seus representantes desenvolveram contactos com outros sindicalistas democráticos no sentido de assegurar a concretização dos princípios fundamentais da anunciada União Geral dos Trabalhadores (U. G. T.).

Considerando que sempre o PSD respeitou e defendeu a liberdade sindical para todos os trabalhadores, segundo o entendimento democrático e civilizado que é o da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho, da Carta Social Europeia e do Pacto Internacional sobre direitos económicos, sociais e culturais da ONU;

Considerando que, no uso legítimo da liberdade sindical, se institucionaliza neste momento, em Portugal, uma organização sindical de âmbito nacional, a União Geral dos Trabalhadores (U. G. T.);



Considerando que no seio da U. G. T. se concretiza um indiscutível esforço da unidade sindical democrática;

Considerando a participação de muitos trabalhadores sociais-democratas na criação da U. G. T.;

O Presidente do PSD, depois de ouvido o Secretariado da Tendência Sindical Reformista Social-Democrata (TESIRESD) entende adequado e oportuno tornar pública a decisão tomada no Conselho Nacional do PSD, de Viseu, dos passados 13 e 14, que, para além de expressar o seu grande apreço pela actuação dos sindicalistas sociais-democratas em geral, decidiu manifestar publicamente o seu apoio e regozajo pela intervenção dos sindicalistas sociais-democratas na U. G. T.

O Presidente do Partido Social-Democrata

## **1.4. Declarações ao Comércio do Porto - 29/01/79**

### **PC: FALSOS ARGUMENTOS DE LEGALIDADE PARA ENCOBRIR POSIÇÃO ANTIDEMOCRÁTICA**

O presidente do PSD deslocou-se ao Porto, tal como outras figuras de proa dos partidos democráticos, para estarem presentes às sessões públicas do I Congresso da União Geral dos Trabalhadores - U. G. T. As questões colocadas pelo nosso jornal, responderia:

C. P. - Sabe-se que há sindicatos da linha social-democrata, nomeadamente o Sindicato dos Professores da Zona Norte, que não aderiram à UGT. Isto poderá significar que vai ser retirado o apoio a esses sindicatos?

S. C. - De modo nenhum. O Sindicato dos Professores tem todo o apoio do PSD e o meu próprio, e felicito-me. Neste momento, acho que é uma conquista importante, aquilo que conseguiram: a filiação directa na CISL (Federation of Italian Trade Unions). Mas os sindicalistas sociais-democratas são livres: não estão dominados pelos partidos; rejeitam qualquer denominação partidária. Nesse ponto, estamos totalmente de acordo. Os sindicalistas que aderiram à UGT, que estão aqui a apoiar a UGT, têm o nosso apreço e o nosso apoio, mas aqueles que têm outras opções, e que têm demonstrado (pela sua acção) que perfilham e intensificam o socialismo democrático e um sindicalismo reformista - como o Sindicato dos Professores da Zona Norte - têm também todo o nosso apoio. Não há aí qualquer desautorização. Antes pelo contrário; sentimo-nos todos muito bem.

Referiu depois o "Comércio do Porto" uma afirmação de Álvaro Cunhal, no comício realizado no Porto, neste fim-de-semana, em que este dirigente político salientava que a UGT era ilegal. Sá Carneiro contrapôs:

- Eu penso que o Partido Comunista sempre que fala em questões de legalidade, em questões jurídicas, está a tentar desferir um ataque político, e o Partido Comunista está efectivamente isolado neste momento, do ponto de vista de revisão da Constituição, do ponto de vista político geral e sindical. Assim, como está

isolado, tenta arranjar argumentos de legalidade (falsos argumentos de legalidade) para defender a sua posição, que continua a ser uma posição anti-democrática, e, acima de tudo, antiportuguesa. Porque marxistas e leninistas, no plano político e sindical, o que querem é destruir tudo o que está, para construir qualquer coisa de novo, que não é democrático no sentido da democracia ocidental. E sempre que eles invocam a legalidade, invocam portanto uma falsa legalidade; invocam, afinal, o princípio marxista-leninista, para não dizer stalinista, de destruição.

### **GOVERNO PRECISA DE APOIOS... E OPOSIÇÃO**

O "Comércio do Porto" inquiriu seguidamente o líder do PSD sobre a constada e eventual aproximação tripartidária das forças políticas que apadrinham a UGT.

S. C. - Entendo que o CDS, o PS e o PSD devem tentar essa aproximação política. A acalmia política é aparente; num regime democrático nenhum governo pode funcionar sem que tenha apoios (e oposição). É esta a situação do Governo actual situação (a meu ver) que se reflectiu no discurso do Primeiro-Ministro. E preciso que o Governo defina os seus apoios e que as oposições se definam, em relação ao Governo. Creio que o futuro democrático português passa (continua a passar) pelos partidos. Se os partidos lutarem por um consenso mínimo, um consenso nacional (pondo de lado divergências programáticas e ideológicas) se pensarem num consenso nacional de reconstrução do país, através de reformas, verificar-se-á necessariamente uma bipolarização da sociedade portuguesa que já existe e não pode ser escamoteada.

### **PRESENTE E FUTURO**

Afirmando que a bipolarização, democraticamente assumida, é positiva, Sá Carneiro referiria que as grandes decisões históricas e políticas são períodos de polarização.

- Nós, em Portugal - prosseguiu aquele dirigente partidário - temos de encontrar um rumo no futuro, e creio que ele deve ser encontrado, em primeiro lugar, através de um consenso entre os partidos democráticos. Um consenso limitado, que não implica pôr de lado princípios, mas que implica exame aprofundado de algumas questões, como é a revisão da Constituição, com a escolha do Presidente da República, com a escolha das reformas necessárias, dum tipo de governo. Nesse sentido, propusemos conversações aos demais partidos, e estamos convencidos que elas se irão realizar. De um lado, o modelo marxista-leninista de destruição, do que está, para construir qualquer coisa de novo, que eu chamo de velho, mas que não é democrático; do outro lado, as forças democráticas, que querem efectivamente pôr Portugal ao nível da Europa - numa democracia ocidental progressiva, assente na justiça social. A meu ver, essa é a opção e esse é o resultado a que podem conduzir as conversações interpartidárias que nós propusemos, e que, estou convencido, os partidos democráticos vão aceitar.

### **REVISÃO CONSTITUCIONAL**

Abordou também "O Comércio do Porto" o tema controverso da revisão constitucional. Achamos a questão oportuna, considerando o ataque de que a UGT e Sá

Carneiro haviam sido vítimas, na véspera, no comício promovido pelo PCP, no Palácio de Cristal.

S. C. - Bem, eu creio que há um fenómeno importante em Portugal, em 1979: é a UGT. E compreendo que o Partido Comunista tenha esse alvo, como directo e principal. A UGT representa a primeira realização do sindicalismo democrático. Espero muito do futuro da UGT, como concretização dos princípios de sindicalismo democrático e apertidário. Isso representa, para o marxismo-leninismo e para a concepção marxista-leninista, uma derrota. Quanto ao ataque pessoal que me fizeram, é um ataque político feito ao meu projecto de revisão da Constituição, perfeitamente montado a partir de bases pseudo-jurídicas, de pseudo-plágios. Terei ocasião de responder a tudo isso, não directamente, mas a propósito da discussão do meu projecto que se fará no partido e que, espero, se faça no país, com mais dignidade do que aquela que Vital Moreira e, posteriormente, Álvaro Cunhal concretizou. Se o PC como os demais partidos quer discutir a revisão da Constituição e o projecto que eu apresentei, pode fazê-lo, deve fazê-lo e é útil que o faça; mas, se o não quer fazer, acho muito mal que procure esquivar-se, através de ataques pessoais, porque isso representa afinal medo. Neste momento, creio que o Partido Comunista demonstra um enorme medo dos portugueses e dos democratas.

M. F.

## **1.5. Artigo publicado no "Povo Livre" - 07/02/79**

### **CLARIFICAÇÃO NECESSÁRIA**

1. No seu último Conselho Nacional o PSD deu mais um passo na tentativa de contribuir para a urgente clarificação política do País.

Em relação ao Governo entendemos necessário que ele vá definindo o bloco social, político e partidário em que se apoia, sendo a nossa atitude tomada de acordo com essa definição e as conveniências nacionais.

Quanto aos demais partidos democráticos julgamos oportuno e necessário reatar conversações que o Conselho Nacional de Vila Real, de Setembro de 78, entendera não descer de lugar antes da passagem na Assembleia da República de um novo Governo. Por isso mesmo, recusámos conversações que pública ou particularmente outros partidos nos propuseram depois da reunião de Vila Real. Mas, como no comunicado então emitido se salientou, o PSD mantém-se aberto ao diálogo com todas as forças democráticas.

Assim, após a passagem do Governo Mota Pinto, reatámos coerentemente contactos com o PPM, com o CDS e com o PS, aos quais propusemos conversações, através de delegações, com vista a "tentar explorar um eventual consenso entre formações políticas democráticas sobre pontos essenciais da vida política portuguesa numa perspectiva voltada para o médio prazo".

Ao fazê-lo não privilegiamos nenhum dos três partidos, nem vamos à procura de alianças imediatas. Muito menos nos move o intuito de tentar qualquer coligação de oposição contra o actual Governo.

O Conselho Nacional entendeu, e bem, que essas conversações eram úteis e oportunas, com vista ao início da definição de uma política de alianças e de um programa de Governo, e que elas deveriam incidir sobre as seguintes áreas:

"Deverão ser iniciadas conversações com todos os partidos democráticos e personalidades, com incidência fundamental sobre a revisão constitucional, grandes reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento da democracia e da justiça social e ainda sobre o programa do Governo:

Nesses contactos partidários deverá ser sublinhada a urgência de uma definição clara quanto à futura candidatura à Presidência da República, incluindo condições políticas e programáticas".

2. É necessário que os partidos se vão pronunciando sobre estes e entre eles esclarecendo posições. E não é por falta de insistência nossa que o Presidente da República e o Governo deixarão de efectuar igual esclarecimento, com todo o respeito devido à sua autonomia face aos partidos e à sua qualidade de órgãos de soberania.

A actual indefinição da política portuguesa só aproveita aos "pescadores de águas turvas", o que quer dizer que não serve a democracia nem o País.

Ora as conversações interpartidárias são um meio de clarificar posições a respeito daqueles grandes temas e de outras questões nacionais que nelas venham a ser incluídas.

Não se trata de procura imediata de alianças interpartidárias, governamentais ou eleitorais.

Isso poderá surgir a médio prazo, em função da consonância que se revelar entre os partidos sobre os temas em causa.

Nunca nos moveu nem move a preocupação de assumir o Governo em quaisquer condições ou circunstâncias. Pelo contrário, já muito claramente proclamamos que o PSD não estará no Governo antes de novas eleições legislativas, posição que mantemos integralmente.

Tão pouco se trata de momento de negociações entre os partidos. Não porque recusemos a negociação, mas sim porque não estamos ainda nessa fase.

O que procuramos nesta altura é demarcar áreas de consenso nacional e interpartidário acerca dos grandes temas mencionados.

Urge aprofundar o tema da revisão da Constituição. Nesse sentido apresentei ao partido e à opinião pública um projecto de revisão que pode permitir que do assunto se deixe de falar em termos abstractos, passando as posições a definirem-se em relação a propostas concretas de alteração.

Saberão e poderão os partidos democráticos formar aí um largo consenso em ordem a encontrar uma Constituição que una os Portugueses, permita a convivência política de todos e possibilite uma real escolha de programas e de linhas políticas através das eleições, sem amarrar os Portugueses a caminhos pré-fixados?

Da resposta a tal questão dependerá em muito o futuro do regime e do País, pelo que importa pô-la desde já e para ela buscar resposta.

Uma coisa é certa. Aí, como nos demais aspectos não procura o PSD impor a "sua Constituição" mas sim buscar, através do consenso partidário democrático, a Constituição de todos os Portugueses.

3. É inegável que a questão da candidatura à Presidência da República está já hoje colocada com intensidade. A hipótese de renúncia do actual Presidente da República seguida da sua recandidatura foi de resto por ele próprio colocada na conferência de imprensa de 24 de Agosto de 1978. Não se diga pois que estamos longe do fim de 1980 e da eleição presidencial.

Há também aí que assumir posições claras. Pela minha parte entendo que a renúncia e recandidatura do actual Presidente da República não seria útil nem clarificadora e que correria, pelo contrário, o risco de aumentar a indefinição, abalando a confiança dos portugueses no regime democrático. Penso também, e já o disse publicamente, que qualquer candidatura à Presidência da República tem de assentar num compromisso formal e claro do candidato com o partido ou partidos que o apoiem, designadamente quanto a um projecto concreto de revisão da Constituição, a um programa de Governo que contenha as opções em matéria de construção do Estado Democrático, de economia e finanças, de política salarial e social e de política externa, só para mencionar alguns temas.

Creio, por último, e também já o disse publicamente, que na próxima eleição presidencial não deverá nem poderá haver um candidato das Forças Armadas, seja ele civil ou militar. Não poderá sob essa forma, pelo menos com o PSD, ressuscitar-se qualquer tipo de pacto MFA-Partidos.

Aqui também o PSD não quer impor um Presidente da República ou controlá-lo ou apropriar-se dele. Mas deverá quanto a mim rejeitar uma candidatura pessoal, desenvolvida à margem dos partidos ou contra eles. Não é mais possível, parece-me, aceitar o apoio dos partidos repudiando simultaneamente qualquer compromisso com eles. Se rejeitamos o monopólio da vida política pelos partidos, se recusamos que um ou mais partidos monopolizem e colonizem o Estado, tão pouco aceitamos, a qualquer nível, uma solução ou um regime apartidário, militar ou civil, que de democrático só teria o nome e a aparência.

4. E não será necessário falarmos do Governo e clarificarmos posições? Falaremos de tudo isto entre partidos e com o Governo e com o Presidente da República, se eles o quiserem. É patente que subsistem dúvidas e perplexidades quanto à política do Governo. Haverá ou não novos impostos? São ou não eles necessários? E quem os pagará? E será legítimo pedir esse sacrifício aos mais sacrificados quando por incúria ou falta de capacidade política há milhares de contos de impostos que não são arrecadados? Será verdade que empresas cobram milhares de

contos de imposto de transacção e os não entregam ao Estado? E as dívidas à Previdência? E as finanças locais?

Eis uma mão cheia de questões das inúmeras que, quanto à política fiscal do Governo, importa esclarecer para que todos possam formar o seu juízo e julgar.

De resto este Governo nasceu e passou com a missão de conseguir a curto prazo um acordo interpartidário que dispense o recurso a eleições legislativas antecipadas. Como vão os Partidos e como vai o Governo sair-se dessa situação? Poderá ela manter-se para bem dos portugueses no equilibrismo e transigência até 1980? Ou devemos encarar desde já, para bem do País e do próprio Governo, a necessidade de antecipar as eleições legislativas? Não correrá este Governo o risco de, continuando sem apoios definidos, estar politicamente exausto daqui a poucos meses? E nessa altura o que se lhe seguirá? Mais um Governo de curta duração, mais uma crise, mais um descrédito, ou eleições?

Não são estas interrogações fabricadas nem visam elas a pôr em causa o Governo. Nem isso seria necessário, pois ele nasceu politicamente frágil e ainda se não fortificou. Os seus curtos meses de vida não permitem responsabilizá-lo sobretudo a ele. Mas o certo é que todos nós não sentimos nem temos estabilidade política, nem económico-financeira, nem social, e, o que é mais grave, não sabemos se podemos vir a tê-la no actual quadro político-parlamentar. Será mau se este Governo cair por não ter aprovado o seu Orçamento. É cedo para sobre ele nos pronunciarmos porque o não conhecemos, como não sabemos ao certo o que vai passar-se em matéria de finanças locais. Mas se a queda do Governo se der, terá de ficar claro que ela se deve à sua própria fraqueza política e aos eventuais erros das suas propostas orçamentais e não a quaisquer combinações partidárias.

As conversações interpartidárias que propusemos vão realizar-se quer o Governo se mantenha quer caia. Elas estão para além disso. Inserem-se numa perspectiva de médio prazo e não tem intuítos imediatos.

Visam o consenso nacional, a estabilidade política, a clarificação e o desanuviamiento do País.

E quando chegarmos à fase das negociações e de eventuais alianças todos podem estar certos que o PSD não procurará impor-se nem impor os seus pontos de vista, mas também de que não transigirá nos princípios que defende, respeitando sempre os alheios.

O que se pretende é encontrar plataformas de entendimento para avançar com segurança nas direcções certas de harmonia com as circunstâncias históricas do País, sem rupturas não democráticas e sem convulsões sociais.

De todos se exige seriedade, serenidade e transparência de intenções.

Requer-se também a humildade de saber tirar das experiências e erros passados as lições para o futuro. Ainda aí estamos bem à vontade.

O PSD não se comprometerá em negociações e alianças contrárias aos seus princípios e aos interesses do País. Por tal respondem o nosso comportamento e o nosso passado.

## **1.6. Esclarecimento sobre notícia publicada no "Jornal" - 09/02/79**

### **"O JORNAL" MENTE**

Na sua edição de hoje o semanário "O Jornal" publica em grande título: "Sá Carneiro anuncia que o PSD votará contra o orçamento com imposto".

Tal notícia é falsa e como tal se desmente, o mesmo se aplicando a todo o seu desenvolvimento no texto da primeira página.

Quanto às afirmações atribuídas ao signatário, na mesma notícia, tão-pouco correspondem elas a exactas declarações suas, estejam ou não entre aspas. Igualmente se desmentem, pois.

O signatário não prestou quaisquer declarações a "O Jornal" nem a qualquer outro órgão de informação. Esteve sim, ontem ao fim da tarde, numa recepção que lhe foi oferecida pela Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira, tendo conversado informalmente com os correspondentes presentes, conversa essa não destinada a publicação como foi expressamente salientado pelo presidente da Associação.

Ao que o signatário sabe, o semanário "O Jornal" não foi convidado nem esteve presente.

Quanto à posição do PSD sobre o Orçamento Geral do Estado o signatário não anunciou nem podia anunciar a posição do seu Partido: ela será tomada no Conselho Nacional do próximo dia 17.

Por último não pode deixar de lamentar-se a falta de profissionalismo de quem deu causa à falsa notícia que obriga a este desmentido.

Francisco Sá Carneiro

## **1.7. Nota enviada à agência noticiosa espanhola EFE - 02/03/79**

Para além da importância dos resultados dos partidos regionais salientada pelos comentadores, parece-me fundamental destacar que a opção do eleitorado espanhol foi pelo modelo de sociedade aberta, criativa e progressiva que tanto a U. C. D. como o P.S.D. português defendem.

A derrota da direita e do P. S. O. E. significam a rejeição de um modelo de sociedade estatizante e burocratizante, seja ele conservador ou marxista.

Confirmou-se que o essencial das eleições era esta escolha, mais do que a preferência partidária.

A vitória da U. C. D., com a qual, é evidente, me regozijo muito, consagra o acerto da linha de centro-esquerda saída do I Congresso. O centro-esquerda, a social democracia, está na U. C. D. e não no P. S. O. E., como reconheceram os espanhóis.

O socialismo marxista, colectivista e estatizante, por mais suave que seja o seu discurso, não convém ao progresso dos povos nem ao livre desenvolvimento dos homens, até porque é arcaico.

Espero que de futuro, tal como sucede em Espanha, não haja em Portugal uma maioria parlamentar de socialistas e comunistas, pois então existirá estabilidade política.

Francisco Sá Carneiro

## **1.8. Texto publicado no "Povo Livre" - 07/03/79**

### **GUIA PARA A DISCUSSÃO DE "UMA CONSTITUIÇÃO PARA OS ANOS 80 CONTRIBUTIVO PARA UM PROJECTO DE REVISÃO" DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO**

#### **CONDICIONALISMOS DA PRÓXIMA REVISÃO CONSTITUCIONAL**

1. A Constituição da República Portuguesa foi promulgada, depois de aprovada pela Assembleia Constituinte, no dia 2 de Abril de 1976. Entrou em vigor no dia 25 de Abril de 1976.

Nos termos da própria Constituição, ela poderá ser revista a partir do início da II Legislatura da Assembleia da República (artigo 286.º, n.º 1).

Cada Legislatura da Assembleia da República corresponde ao período de duração do mandato normal dos Deputados, ou seja quatro anos (artigo 174, n.º 1).

A legislatura começa no dia 15 de Outubro de 1980 (artigo 299.º, n.º 1).

A Constituição poderá portanto ser revista a partir do dia 15 de Outubro de 1980.

2. Como é que se processa a revisão da Constituição?

A partir da data acima referida, pode qualquer Deputado ou grupo de Deputados apresentar um projecto de revisão constitucional (artigo 288.º, n.º 1). Ao Governo então em exercício está vedada a possibilidade de apresentar qualquer proposta de revisão constitucional, como está também ao Presidente da República, ao Conselho de Revolução, aos Tribunais e às assembleias e governos regionais.

Apresentado um projecto de revisão constitucional, quaisquer outros terão de ser apresentados no prazo de 30 dias (artigo 288, n.º 2).

O projecto ou projectos apresentados serão discutidos e votados em conjunto, exigindo-se para que a Assembleia da República aprove qualquer alteração à Con-



stituição, na primeira revista constitucional, uma maioria qualificada: as alterações terão de ser aprovadas por dois terços dos Deputados presentes na reunião da Assembleia, devendo tal número ser superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções (isto é, superior a mais de 1/2 do número de deputados que exercem efectivamente as suas funções).

Uma alteração à Constituição não poderá ser introduzida se o número de deputados que a aprovar for inferior a dois terços dos deputados presentes no momento da votação ou se, sendo superior a dois terços, for inferior a mais de metade do número total de deputados em exercício efectivo de funções (artigo 286.º, n.º 2.º).

As alterações da Constituição que forem aprovadas serão reunidas numa única lei de regime (artigo 288.º, n.º 3). Por outro lado, essas alterações serão inseridas no lugar próprio da Constituição, mediante as substituições, as supressões e os aditamentos necessários (artigo 299.º, n.º 1) e a Constituição, no seu novo texto, será publicada conjuntamente com a lei de revisão (artigo 289.º, n.º 2).

A lei de revisão constitucional, que contém as alterações da Constituição, é obrigatoriamente promulgada pelo Presidente da República que não poderá exercer o direito de veto, nem por razões políticas nem por entender que a lei ultrapassa os limites que a Constituição prevê para a sua revisão (artigo 286.º - n.º 2).

Na verdade, uma vez aprovada a lei de revisão pela Assembleia da República o Presidente da República não poderá recusar-se a apor a sua promulgação (que é uma forma qualificada de assinatura) qualquer que seja o argumento invocado para essa recusa.

Não é possível rever a Constituição se tiver sido declarado o estado de sítio ou estado de emergência (artigo 291.º), situações estas que só poderão ocorrer em casos de grave instabilidade política, como a agressão efectiva ou eminente por forças estrangeiras, ameaça grave ou perturbação da ordem democrática ou calamidade pública (artigo 137.º, n.º 1 alínea C).

Do que fica dito é possível extrair três conclusões fundamentais:

1.ª - Não será, em princípio, facilmente previsível a vigência de estado de sítio ou de estado de emergência que impeçam que a revisão da Constituição possa realizar-se a partir de 15 de Outubro de 1980;

2.ª - O facto do Presidente da República não poder recusar a promulgação da lei que contém as alterações à Constituição implica que o órgão que terá o papel politicamente essencial na revisão da Constituição será a Assembleia da República;

3.ª - A exigência de uma maioria tão elevada de Deputados para aprovar as alterações à Constituição significa que será necessária uma conciliação de pontos de vista entre partidos políticos que permita a obtenção do voto favorável de dois terços dos Deputados.

Certamente por isso declara Francisco Sá Carneiro, na Nota Introdutória o seguinte:

"Uma preocupação adicional foi a de encontrar fórmulas que possam suscitar uma conciliação apreciável de pontos de vista com os outros partidos democráticos.

A revisão constitucional não pode ser obra de um partido, que se autoconsidera detentor de toda a verdade; deve antes resultar de um largo consenso político que reflita um amplo consenso social condição necessária para que a Constituição passe a ser um dado indiscutível e natural na vida colectiva de milhões de cidadãos portugueses".

3. O que pode ser revisto na Constituição? O artigo 290.º sob a epígrafe "Limites materiais da Revisão", afirma o seguinte:

As leis de revisão constitucional terão de respeitar;

- a) a independência nacional e a unidade do Estado;
- b) a forma republicana de governo;
- c) a separação das Igrejas do Estado;
- d) os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos;
- e) os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais;
- f) o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e a eliminação dos monopólios e dos latifúndios;
- g) a planificação democrática da economia;
- h) o sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema de representação proporcional;
- i) o pluralismo de expressão e organização política, incluindo partidos políticos e o direito de oposição democrática;
- j) a participação das organizações populares de base no exercício do poder local;
- l) a separação e a interdependência dos órgãos de soberania;
- m) fiscalização da constitucionalidade por acção ou por omissão de normas jurídicas;
- n) a independência dos tribunais;
- o) a autonomia das autarquias locais;
- p) a autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

## NOTAS

É neste artigo que se contêm os verdadeiros princípios estruturais da República, nele é que está o que é intangível. Se algum desses princípios fosse derogado ou modificado, em futura revisão constitucional, a Constituição, só formalmente continuaria a ser a mesma, pois que, materialmente, seria outra bem diferente.

Repare-se, no entanto, em que, quando, na alínea m) se determina que as leis de revisão constitucional terão de respeitar "a fiscalização da constitucionalidade por acção ou por omissão de normas jurídicas", não se pretende significar que o sistema dessa fiscalização tenha de ser o previsto nos artigos 277.º a 282.º; o que unicamente aí se diz é que a revisão constitucional tem como limite a existência de um sistema de fiscalização da constitucionalidade por acção ou omissão.

Tentando explicitar um pouco mais - nem todas as alíneas deste artigo 290.º apontam para um só modelo ou seja, o modelo da actual Constituição.

Já demos um exemplo que foi o da fiscalização da Constitucionalidade das normas jurídicas, mas podemos dar outros, como o da autonomia, das autarquias locais que poderá vir a ser, ou não, o sistema da Constituição vigente; como o da independência dos tribunais que poderá ser o sistema actual ou outro que preserve a mesma independência; etc.

Para alguns constitucionalistas este artigo implica que todas as matérias contidas nas sucessivas alíneas não podem nunca ser tocadas por uma revisão constitucional que afecte os princípios que contêm (os limites especificados seriam absolutos e valeriam para sempre).

Para outros constitucionalistas, o artigo 290.º não teria qualquer tipo de valor não se encontrando a revisão constitucional sujeita a limite como os enumerados naquele artigo (esses limites seriam desprovidos de qualquer eficácia).

Finalmente, para um terceiro grupo de constitucionalistas o artigo 290.º contém limites que não podem ser ignorados (e por isso se distingue este grupo do que considera que os limites não têm qualquer eficácia), mas estes limites não têm um valor absoluto, podem ser eles próprios alterados com o tempo (e por isso se distingue também este grupo daquele que julga que os limites do artigo 290.º valerão para sempre e são inalteráveis).

3. Para os autores que consideram que os limites do artigo 290.º são apenas limites relativos, eles valem enquanto não for posta em causa a sua existência. Assim, enquanto certo princípio constar do artigo 290.º não será possível rever esse princípio. Mas nada impede que numa primeira revisão constitucional se exclua do artigo 290.º um ou mais princípios que ele contém e que nas revisões posteriores se alterem as matérias cobertas por esses princípios. Chama-se a esta técnica, a técnica da "dupla revisão". Francisco Sá Carneiro adopta-a expressamente, logo na Nota Introdutória e explica no texto que o primeiro autor português a admiti-la nas últimas décadas foi o Prof. Dr. Jorge de Miranda. Duas notas adicionais são possíveis sobre o artigo 290.º:

a) Este artigo refere-se a princípios, e não artigos concretos da Constituição. Isto quer dizer que os artigos referentes às matérias contidas no artigo 290.º podem ser alterados, desde que não se atinja o essencial dos princípios a que respeitam;

b) Por outro lado uma interpretação rigorosa desses princípios revela que nas matérias que numa visão grosseira são integradas no artigo 290.º, mas que de facto não abrangidas por esse artigo. É o caso, por exemplo, do imperativo constitucional da transição para o socialismo, que não constitui um dos princípios consagrados no artigo 290.º como limite às revisões da Constituição.

Há quem entenda que o conjunto das diversas alíneas deste preceito da actual constituição, impõe a transição para o socialismo, ou seja, a interpretação desse conjunto levaria a um regime socialista. Isto não é exacto, pois esse conjunto, mesmo interpretado de uma forma quase literal, pode apontar para outros sistemas.

Por exemplo, mesmo um partido liberal ou conservador poderá aceitar quase todas as diferentes alíneas do art.º 290.º, interpretadas estas numa óptica do respectivo programa.

Não se pode esquecer que o CDS votou favoravelmente o art.º 1.º da actual Constituição, no qual se afirma o princípio da "sociedade sem classes".

## II "PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS"

Depois de explicados os condicionalismos que rodearão a próxima revisão constitucional, serão passadas em revista as principais alterações propostas por Francisco Sá Carneiro à Constituição da República Portuguesa.

Estas alterações serão enumeradas tendo em conta as grandes divisões da Constituição.

Recordaremos que a Constituição está dividida nas seguintes grandes rubricas: "Princípios Fundamentais"; Parte I - "Direitos e Deveres Fundamentais"; Parte II - "Organização Económica"; Parte III - "Organização do Poder Político"; Parte IV - "Garantia e Revisão da Constituição"; e, "Disposições Finais e Transitórias".

No que respeita aos "Princípios Fundamentais" que, como o seu nome indica respeitam aos elementos de definição do Estado Português, das suas estruturas principais, dos fins que prossegue e das funções que exerce. Francisco Sá Carneiro propõe 8 alterações essenciais. Referem-se apenas as alterações politicamente mais importantes uma vez que Francisco Sá Carneiro sugere inúmeras modificações de natureza técnico-jurídica.

São as seguintes as oito alterações propostas:

1.ª - "Desdogmatização da Constituição", o que significa a supressão da carga ideológica, em muitos casos de inspiração marxista, que está presente em toda a Constituição, e sobretudo nos "Princípios Fundamentais" (sobre a natureza não dogmática do PSD e do seu programa em matéria económica, veja-se o Programa do Partido Social Democrata, págs. 14 e 101).

2.ª - "Supressão dos Imperativos Constitucionais" que obrigam necessariamente a uma transição de regimes económicos, mantendo embora um amplo campo de socialização dos sectores básicos da economia (entendida a socialização no sentido flexível consagrado no Programa do PSD) - sobre a orientação do projecto de

transformação económica do país pelo poder político democraticamente orientado pelo voto livre dos cidadãos; vide págs. 12 a 14 e 26 do Programa do PSD; sobre o conceito da socialização vide págs. 101 a 103 do Programa do PSD.

3.<sup>a</sup> - Inserção nesta parte da Constituição de princípios fundamentais dispersos pelo seu texto actual (vide nota ao artigo 1.º do Projecto Sá Carneiro).

4.<sup>a</sup> - "Alargamento das tarefas fundamentais do Estado colectividade" - no artigo 3.º do Projecto Sá Carneiro incluem-se de novo a garantia da unidade do Estado e da integridade territorial, a defesa do Estado democrático de Direito (ausente dos artigos 3.º e 9.º do texto actual da Constituição, e promover o desenvolvimento económico e a igualdade entre os cidadãos, em termos mais amplos e menos dogmáticos do que a alínea c) do actual artigo 9.º).

5.<sup>a</sup> - "Consagração expressa do conceito de povo português" - artigo 4.º do Projecto Sá Carneiro que altera o artigo 4.º da Constituição conforme o Projecto apresentado em 1975 e posições do PPD na Assembleia Constituinte.

6.<sup>a</sup> - "Inclusão do princípio do respeito dos (Direitos Humanos) no preceito concernente às relações internacionais do Estado Português" - este princípio é aditado no artigo 6.º do Projecto Sá Carneiro de acordo com o Programa do Partido - página 53.

7.<sup>a</sup> - Supressão do artigo 6.º do Projecto Sá Carneiro do objectivo político da "dissolução dos blocos político-militares", bem como do "direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão", uma vez que o primeiro objectivo é dificilmente compatível com o actual grau de participação de Portugal na NATO e não se compreenderia o reconhecimento do "direito à insurreição" no plano externo sem o ser também no plano interno (no Programa do PSD o objectivo do "desaparecimento dos blocos centrados nas duas superpotências" aparece como objectivo não imediato, e o "repúdio de todas as formas de colonialismo, imperialismo, neo-colonialismo e de qualquer forma de exploração e de domínio de um povo sobre outro" não admite o direito à insurreição - pág. 53).

8.<sup>a</sup> - "Previsão da integração de Portugal na CEE". Como se sabe, a actual Constituição contraria algumas disposições do Tratado de Roma, bem como alguns aspectos da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. O Projecto Sá Carneiro prevê expressamente a integração de Portugal na CEE, aceitando-se as restrições de soberania daí decorrentes.

#### PARTE I "DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS"

Nesta parte da Constituição, as alterações introduzidas somam várias dezenas, uma vez que segundo o Projecto de Sá Carneiro apenas ficam intocados três ou quatro dos setenta artigos propostos.

Referir-se-ão apenas as alterações mais substanciais:

1.<sup>a</sup> - Consagraram-se os "direitos fundamentais" decorrentes da inviolabilidade da pessoa humana" artigo 13.º do Projecto Sá Carneiro (artigo 16.º da Constituição)

- esta alteração já proposta pelo PPD em 1975, tem por base o Programa do Partido - págs. 31 a 33.

2.<sup>a</sup> - Nova sistematização dos direitos e deveres fundamentais, distinguindo entre direitos e deveres pessoais - inerentes à pessoa humana em si mesma -, direitos e deveres civis - relativos aos cidadãos na sua integração na sociedade civil - e direitos e deveres políticos respeitantes à participação dos cidadãos no exercício do poder político;

3.<sup>a</sup> - Múltiplas precisões e aditamentos, em matéria criminal e processual criminal - por exemplo, consagrando os direitos à cidadania e à capacidade civil (artigo 23.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 33.º da Constituição) acentuando a proibição da ingerência das autoridades públicas na correspondência e nas telecomunicações (artigo 24.º, n.º 4 do Projecto Sá Carneiro - artigo 34.º da Constituição), protegendo a intimidade dos cidadãos contra a utilização da informática (artigo 25.º, n.º 3 do Projecto de Sá Carneiro - artigo 35.º da Constituição), exigindo que as razões de qualquer prisão ou detenção sejam comunicadas ao preso ou detido no prazo máximo de 24 horas (artigo 26.º, n.º 4 do Projecto Sá Carneiro - artigo 27.º, n.º 4 da Constituição), prevendo o direito dos cidadãos à reparação por prisão preventiva ilegal e injustificada (artigo 27.º, n.º 5 do Projecto Sá Carneiro), aplicando o princípio da legalidade às medidas de segurança restritivas da liberdade e precisando o princípio da não retroactividade da lei penal (artigo 28.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 29.º da Constituição), corrigindo os casos em que é admitida a extradição de estrangeiros (artigo 32.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 23.º da Constituição).

4.<sup>a</sup> - "Aditamentos em matéria de direito dos jornalistas" - acesso às fontes de informação e protecção do sigilo e independência profissionais (artigo 35.º, n.º 3 do Projecto Sá Carneiro - artigo 38.º da Constituição - Programa do Partido - página 49).

5.<sup>a</sup> - "Admissão da propriedade privada ou cooperativa da televisão com o regime de empresa de interesse colectivo (artigo 35.º, n.º 8 do Projecto Sá Carneiro - artigo 38.º, n.º 6 da Constituição) - neste ponto o Programa do Partido defende solução diversa - a propriedade da rádio e da televisão por empresas de Direito Público e sem fins lucrativos).

6.<sup>a</sup> - "Definição de critérios muito menos discriminatórios entre os partidos com assento parlamentar e todos os restantes partidos legalizados, nomeadamente estendendo a todos eles o financiamento estadual - (artigo 47.º, n.º 5 do Projecto Sá Carneiro - artigo 47.º da Constituição).

7.<sup>a</sup> - Alteração substancial quanto aos limites do exercício da liberdade de associação (artigo 43.º, n.º 4 do Projecto Sá Carneiro - artigo 46.º, n.º 4 da Constituição).

8.<sup>a</sup> - Realce do direito de propriedade privada, estatuidando regras que a garantam e proibindo o confisco político, directo ou indirecto, de bens privados, ainda que sob a forma de expropriação ou requisição por utilidade pública (artigo 60.º do

Projecto Sá Carneiro - artigo 62.º da Constituição - Programa do Partido, págs. 99 a 102).

9.<sup>a</sup> - Previsão da cogestão nos sectores privado e público (artigos 64.º, n.º 3 alínea b); 87.º, n.º 4 e 88.º, n.º 6 do Projecto Sá Carneiro, inovatórios em relação ao texto actual da Constituição - Programa do Partido, págs. 106 à 108).

10.<sup>a</sup> - Consagração da liberdade de constituição de associações patronais, paralelamente às associações sindicais (artigo 65.º do projecto Sá Carneiro).

11.<sup>a</sup> - Remissão para a lei ordinária da regulamentação do direito à greve, bem como da decisão sobre o "lock-out" (artigo 66.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 59.º e 60.º da Constituição - sobre a greve v. Programa do Partido pág. 68; o Programa não prevê a proibição do "lock-out").

Nos países ocidentais o princípio da "igualdade de armas" nos conflitos entre os "parceiros sociais" é a regra. Por isso, ao direito à greve corresponde sempre o direito ao "lock-out".

O direito à greve é um dos direitos do homem, como tal consagrado no artigo 8.º alínea d) do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. O direito ao "lock-out" é um simples direito empresarial e não um direito do homem. De qualquer modo, em nenhum país europeu o "lock-out" é proibido, embora, quando usado abusivamente, possa constituir facto ilícito no campo do direito do trabalho.

A actual Constituição consagrou o direito à greve - o que é normal - mas, manifestando uma vez mais o seu pendor marxista, proibiu formalmente, no artigo 60, o "lock-out". Esta proibição explica a formulação da reserva d) à Convenção Europeia.

No Projecto Sá Carneiro o direito à greve continua a ser formalmente garantido (artigo 66). Porém, adaptando a Constituição às realidades europeias, a proibição constitucional do "lock-out" desaparece.

Consequentemente, também esta reserva poderá ser suprimida.

12.<sup>a</sup> - "Consagração ampla da liberdade de ensino", bem como do papel fundamental da família na educação dos filhos (artigo 40.º, 71.º, 78.º e 79.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 43.º, 67.º, 74.º e 75.º da Constituição - vide Programa do Partido, págs. 59-61 quanto ao papel da família e pág. 76 quanto à liberdade de ensino muito pouco desenvolvida naquele Programa).

IV

## PARTE II

### "ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA"

Esta Parte é a mais profundamente alterada, no Projecto de Francisco Sá Carneiro, quer pela diminuição substancial do número de artigos (que passam de 30 a 17) quer pela modificação do seu conteúdo.

Passa-se a enumerar as principais alterações propostas:

1.<sup>a</sup> - O regime económico, português deixa de ser definido como de transição para o socialismo, para passar a poder ser caracterizado como de economia mista, obedecendo sempre à vontade expressa do povo português e respeitando os direitos fundamentais da pessoa humana (artigo 84.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 80.º da Constituição - Programa do Partido - págs. 12 a 14 e 99.º-100.º).

2.<sup>a</sup> - São alteradas no seu conteúdo e na sua ordem as incumbências prioritárias do Estado no domínio económico, na linha do projecto apresentado pelo PPD em 1975 (artigo 85.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 81.º da Constituição).

3.<sup>a</sup> - São redefinidos os sectores produtivos com base no critério da propriedade dos meios de produção, com muito mais amplo papel da iniciativa privada, com o preenchimento da omissão relativa do enquadramento da empresa de economia mista, com o estabelecimento de critérios para a definição dos "sectores básicos da economia" em que a actuação das empresas privadas pode ser vedada ou apenas limitada e com a manutenção de um certo relevo do sector cooperativo (artigos 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 82.º, 83.º, 84.º, 85.º e 89.º da Constituição) - o Programa do PSD adopta o mesmo critério de definição dos sectores produtivos nas páginas 101 e 102, delimita o âmbito do sector público de forma mais ampla do que o Projecto Sá Carneiro, nas páginas 102 e 103, consagra um conceito de socialismo análogo ao do Projecto Sá Carneiro nas mesmas páginas, dedica idêntico relevo ao sector cooperativo nas páginas 108 a 110, mas desenvolve menos o papel da iniciativa privada, apenas aprofundado a propósito das pequenas e médias empresas nas páginas 110 e 111.

4.<sup>a</sup> - "Aperfeiçoamento das disposições constitucionais respeitantes ao "sistema financeiro e fiscal" (artigos 95.º a 98.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 105.º a 108.º da Constituição); por exemplo, redefinem-se os objectivos do sistema fiscal, precisa-se a competência da Assembleia da República quanto à criação de impostos, consagra-se a competência das assembleias regionais para a criação de impostos regionais, acrescenta-se o princípio da não retroactividade da lei fiscal e aperfeiçoa-se a regulamentação do orçamento - vide sobre esta matéria páginas 131 a 135 do Programa do Partido.

5.<sup>a</sup> - São profundamente modificadas as disposições respeitantes à Reforma Agrária, encarada numa óptica nacional e não meramente regional, definindo-se um papel mais marcado da iniciativa privada (em particular sob a forma de empresas agrícolas familiares viáveis) e aperfeiçoamento dos meios políticos e técnicos usados na reforma da agricultura (artigos 99.º a 101.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 96.º a 104.º da Constituição - ver sobre este assunto o desenvolvimento que lhe é dado pelo Programa do Partido, páginas 114 a 123, e designadamente o modelo de empresa agrícola familiar nas páginas 116 e 117.

### PARTE III

#### "ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO"

São também muito importantes as alterações propostas por Francisco Sá Carneiro sobre a "Organização do Poder Político". Em rigor, elas abrangem mais de cem



artigos, pelo que teremos de fazer a lista das modificações com maior incidência no funcionamento do sistema de Governo português:

1.<sup>a</sup> - Permite-se aos emigrantes a participação na eleição do Presidente da República (artigo 114.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 124.º da Constituição - vide página 38 do Programa do Partido).

2.<sup>a</sup> - Alarga-se a duração do mandato do Presidente da República de 5 para 7 anos, assegurando maior estabilidade e reforço da posição presidencial (artigos 116.º e 121.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 126.º e 131.º da Constituição).

3.<sup>a</sup> - Consagra-se a competência do Presidente da República para submeter a referendo popular, ouvido o Conselho da República, questões de relevante interesse nacional (artigo 127.º, n.º 1 alínea d) do Projecto Sá carneiro).

4.<sup>a</sup> - Suprime-se o Conselho da Revolução.

5.<sup>a</sup> - Cria-se um Conselho da República, junto do Presidente da República, com funções essencialmente consultivas, constituído pelo Presidente da Assembleia da República, pelo Primeiro-Ministro, pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, pelo Presidente do Tribunal Constitucional, pelo Procurador-Geral da República, por quatro representantes designados pelos quatro partidos mais votados nas eleições para a Assembleia da República, por dois representantes das regiões autónomas e por cinco "individualidades de reconhecido mérito, designadas pelo Presidente da República (artigos 132.º e 133.º do Projecto Sá Carneiro).

6.<sup>a</sup> - Desaparece a obrigatoriedade constitucional do método de Hondt nas eleições para a Assembleia da República e abre-se a possibilidade da adopção de novos sistemas eleitorais compatíveis com o princípio genérico da representação proporcional, sistemas esses que aproximem os eleitos dos seus eleitores e atenuem a pulverização partidária (artigos 127.º, n.º 5; 139.º, n.º 1; 219.º, n.º 2 e 227.º, n.º 2 do Projecto Sá Carneiro artigos 116.º, n.º 5; 155.º, n.º 1; 233.º, n.º 2 e 241.º, n.º 2 - o Programa do Partido prevê "o princípio da representação proporcional nas eleições parlamentares" na página 38).

7.<sup>a</sup> - Admite-se a possibilidade de coligações de listas nas eleições para a Assembleia da República (artigo 138.º, n.º 2 do Projecto Sá Carneiro).

8.<sup>a</sup> - O número de Deputados à Assembleia da República é diminuído de um mínimo de 240 e um máximo de 250 para um mínimo de 180 e um máximo de 200 Deputados visando-se um objectivo de eficácia (artigo 135.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 151.º da Constituição).

9.<sup>a</sup> - Limita-se a substituição temporária de Deputados por razões de eficácia e prestígio parlamentares (artigos 140.º, n.º 2; 144.º, n.º 4 e 145.º, n.º 3 do Projecto Sá Carneiro - artigo 156.º da Constituição).

10.<sup>a</sup> - Prevê-se o início de uma legislatura no caso de eleições intercalares (artigo 158.º, n.º 2 do Projecto Sá Carneiro - artigo 174.º, n.ºs 2 e 3 da Constituição).

11.<sup>a</sup> - Acentua-se o papel das comissões parlamentares a quem compete, em princípio, o debate e a votação das leis na especialidade, em obediência aos

princípios da eficácia e do prestígio parlamentares (artigo 155.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 171.º da Constituição).

12.<sup>a</sup> - Alargam-se os poderes dos grupos parlamentares (artigo 167.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 183.º da Constituição).

13.<sup>a</sup> - Consagra-se o referendo facultativo sobre leis da Assembleia da República, por iniciativa da própria Assembleia ou por solicitação de determinado número de eleitores (artigos 127.º, n.º 1, alínea c) e 148.º, n.º 3 do Projecto Sá Carneiro, que correspondem a ponto fundamental do Programa do Partido - página 39).

14.<sup>a</sup> - Regulamenta-se com maior pormenor a matéria de nomeação e exoneração do Primeiro-Ministro pelo Presidente da República, bem como a matéria de demissão do Governo, esclarecendo-se as dúvidas que se suscitaram após a queda do II Governo Constitucional (artigos 173.º e 174.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 189.º e 190.º da Constituição).

15.<sup>a</sup> - Exige-se a aprovação expressa do Programa do Governo como condição da sua sobrevivência parlamentar e encurta-se o prazo de debate (artigos 179.º e 182.º, n.º 1 alínea a) do Projecto Sá Carneiro - artigos 195.º e 198.º, n.º 1 alínea a) - visa-se impedir a formação de Governos minoritários, obrigar à coincidência entre a maioria parlamentar e a maioria presidencial, e evitar um interregno longo na sucessão de Governos).

16.<sup>a</sup> - Suprime-se a proibição de o Presidente da República poder dissolver a Assembleia da República após rejeição do Programa do Governo, caso em que teria de esperar por três rejeições consecutivas - o que pode criar situações de crise prolongada e grave (artigo 198.º, n.º 2 da Constituição).

17.<sup>a</sup> - Fixa-se o prazo máximo de uma sessão legislativa (período de 15 de Outubro a 15 de Junho seguinte) para a aprovação de duas moções de censura que possam provocar a demissão do Governo (artigos 181.º, n.º 4 e 182.º, n.º 1 alínea c) do Projecto Sá Carneiro - artigos 197.º e 198.º, n.º 1 alínea c da Constituição - visa-se limitar as hipóteses de queda do Governo perante a Assembleia da República).

18.<sup>a</sup> - Exige-se a indicação de candidato a Primeiro-Ministro na segunda moção de censura apresentada contra um Governo na Assembleia da República, para que os Deputados, ao votarem a demissão do Governo, possam conhecer a alternativa governativa subsequente (artigos 174.º, n.º 3 e 181.º, n.º 4 do Projecto Sá Carneiro).

19.<sup>a</sup> - Prevê-se o referendo por iniciativa de determinado número de eleitores de decretos-leis do Governo (artigos 127.º, n.º 1 alínea c) e 185.º, n.º 4 do Projecto Sá Carneiro).

20.<sup>a</sup> - Alargam-se as atribuições das Regiões Autónomas em matéria legislativa, de representação no Conselho da República, de criação de impostos regionais e de audição sobre o estatuto do Tribunal Constitucional (artigo 215.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 229.º da Constituição).

21.<sup>a</sup> - Altera-se o sistema de aprovação dos estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas, ampliando a sua autonomia e adoptando um regime que é aplicado ao estatuto do território de Macau (artigos 148.º, n.º 1 alíneas b) e c) e 214.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 164.º e 228.º da Constituição - ver Programa do Partido, página 39).

22.<sup>a</sup> - Clarifica-se o estatuto, do Ministro da República, como representante da soberania e não como membro do Governo Central (artigos 126.º alínea j) e 218.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 156.º e 232.º da Constituição).

23.<sup>a</sup> - Desaparece o exclusivo do monopólio de candidaturas partidárias nas eleições para os órgãos de Poder Local (dentro duma perspectiva de reconhecer à sociedade civil virtuosidades que se não esgotam nos partidos políticos (artigos 48.º e 227.º, Projecto Sá Carneiro).

24.<sup>a</sup> - A Câmara Municipal passa a ser designada pela Assembleia Municipal tal como a Junta de Freguesia e a Junta Regional o são, respectivamente, pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Regional, nos termos da Constituição (artigo 237.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 252.º da Constituição).

25.<sup>a</sup> - É bastante diminuído o relevo constitucional das organizações populares de base territorial, tendo em conta a prática política do tempo de vigência da Constituição (artigos 249.º e 250.º do Projecto Sá Carneiro - artigos 264.º, 265.º e 266.º da Constituição).

26.<sup>a</sup> - Converte-se o Título respeitante às "Forças Armadas" em Título sobre "Defesa Nacional", devido à subordinação do chamado poder militar ao poder civil do Estado - na nova redacção do Título IX "Defesa Nacional", enumeram-se os grandes objectivos da política de Defesa Nacional e discriminam-se a competência dos órgãos do poder político sobre esta matéria (artigos 256.º a 258.º do Projecto Sá Carneiro; sobre esta matéria vide Programa do Partido páginas 49 a 51).

VI

PARTE IV

"GARANTIA E REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO"

Nesta parte da Constituição as alterações propostas por Francisco Sá Carneiro, que são muito importantes, prosseguem dois objectivos essenciais: assegurar um controlo jurisdicional da constitucionalidade das leis e de outros actos do poder político, superando a fase actual de controlo misto, em que avulta um órgão político-militar - o Conselho da Revolução; flexibilizar os mecanismos de revisão da Constituição ("... o Projecto que se apresenta não aspira a conter soluções perenes. Enclausurar a evolução de uma sociedade no espaço fechado de um texto mais ou menos dogmático é ambicionar o impossível.

Por isso se contrapõe à rigidez por tantos defendida uma ampla maleabilidade nos mecanismos de revisão da Constituição. Por isso se fala numa Constituição para os anos 80, para uma década em que se vai apurar decisivamente a capacidade de um povo para viver em Democracia, de uma economia para arrancar para o

desenvolvimento e para a igualdade entre os portugueses, de um Estado para consolidar a sua credibilidade externa e para vencer com êxito a prova difícil da integração europeia" - Nota introdutória, página 15).

São oito as alterações mais significativas contidas pelo projecto Sá Carneiro:

1.<sup>a</sup> - São eliminados os sistemas de fiscalização preventiva e de inconstitucionalidade por omissão, um e outro factores de complexificação do processo legislativo e de ambiguidade política (artigo 277.º, 278.º e 279.º da Constituição).

2.<sup>a</sup> - Processa-se o alargamento do elenco dos actos dos órgãos do poder político sujeitos a fiscalização de constitucionalidade (artigo 260.º do Projecto Sá Carneiro), passando a ser abrangidos não só as leis mas todos os actos do poder.

3.<sup>a</sup> - É criado um Tribunal Constitucional, que reforça a fiscalização jurisdicional da constitucionalidade e concentra a competência para a declaração da inconstitucionalidade com força obrigatória geral; este Tribunal é composto por nove juizes, dos quais três são nomeados pelo Presidente da República, três eleitos pela Assembleia da República e três eleitos pelo Supremo Tribunal de Justiça, sendo que a maioria (cinco) é formada por juizes do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações (artigos 202.º, 261.º e 264.º a 266.º do Projecto Sá Carneiro - sobre a consagração de um "sistema de fiscalização judicial da constitucionalidade das leis"), veja-se o Programa do Partido, página 33.

4.<sup>a</sup> - Em matéria de revisão constitucional, começa-se por alterar de quatro quintos para dois terços dos Deputados em efectividade de funções a maioria necessária para que a Assembleia da República possa assumir poderes de revisão constitucional antes do prazo de cinco anos previsto para as revisões ordinárias (artigo 268.º, n.º 2 do Projecto Sá Carneiro - artigo 287.º, n.º 2 da Constituição).

5.<sup>a</sup> - Alarga-se a iniciativa na apresentação de projectos da revisão constitucional aos grupos parlamentares (artigo 268.º, n.º 1 do Projecto Sá Carneiro - artigo 288.º, n.º 1 da Constituição).

6.<sup>a</sup> - A maioria parlamentar necessária para aprovar as alterações à Constituição deixa de ser de dois terços para passar a ser de mais de metade dos Deputados em efectividade de funções (artigo 268.º, n.º 3 do Projecto Sá Carneiro - artigo 287.º, n.º 3 da Constituição).

7.<sup>a</sup> - É consagrado expressamente o referendo constitucional obrigatório (artigos 127.º, n.º 1 alínea c) e 268.º n.ºs 4 e 5 do Projecto Sá Carneiro - esta consagração corresponde directamente a um ponto fundamental do Programa do PSD, página 39).

8.<sup>a</sup> - Finalmente, é diminuído, de forma sensível, o elenco dos limites materiais da revisão, passando a consagrar-se apenas aqueles que definem o conteúdo essencial da Constituição, e que são objecto de um consenso político amplo no País (artigo 269.º do Projecto Sá Carneiro - artigo 290.º da Constituição).

## VII

### OBSERVAÇÕES FINAIS

Três observações finais devem ser feitas neste "Guia para a Discussão de 'Uma Constituição para os Anos 80 - Contributo para um Projecto de Revisão'":

a) No Projecto Sá Carneiro, desaparecem as "Disposições Finais e Transitórias", sendo integradas noutras partes do texto aquelas que não foram ultrapassadas (e que são as respeitantes a direito constitucional anterior, à instrução criminal nas Câmaras onde não existam juizes de instrução criminal, ao estatuto de Macau e à independência de Timor).

b) O Projecto Sá Carneiro não contém qualquer preâmbulo, ao invés da Constituição vigente, por considerar ultrapassada a fase em que tal preâmbulo se justificava.

c) O encurtamento do número de artigos processados pelo Projecto Sá Carneiro totaliza o número de 42, que é bastante elevado para uma Constituição que tem de regular pormenorizadamente matérias que não merecem habitualmente destaque noutras Constituições (como é o caso dos "Direitos e Deveres Fundamentais", matéria nem sempre respeitada no passado, de "Regiões Autónomas", matéria ligada à forma do Estado português, de "Poder Local", "Administração Pública" e "Defesa Nacional", tudo matérias cuja importância constitucional se justifica pela sua especial sensibilidade política). Não fora esta necessidade de regular detidamente matérias como as enumeradas e qualquer projecto de Constituição poderia ver o seu número total de artigos diminuído para menos de 200.

## **1.9. Artigo publicado no "Povo Livre" - 07/03/79**

### **CONFUSÃO E CLAREZA**

1. Estamos desde já a preparar o nosso VII Congresso. O ritmo anual da realização dos nossos congressos, estatutariamente consagrado no ano passado, torna-os acontecimentos frequentes da vida do PSD e veículo corrente da formação da vontade suprema do Partido. Mas nem por não serem nem aparecerem como sensacionais as nossas reuniões supremas se transformam em congressos de água-chilra, tal montanha que pariria afinal um rato.

Pelo contrário, o VII Congresso do PSD deverá ser, e será, disso estou certo, uma reafirmação da clareza e frontalidade que sempre foram timbre do estilo e da acção que procurei imprimir ao nosso Partido, no que constantemente fui acompanhado pelos órgãos e militantes do PSD, mesmo nos raros momentos em que supunha que assim não sucedia.

Estes requisitos de que nunca abdiquei continuam a ser indispensáveis na confusa cena política nacional. Confusão essa que atinge todos os portugueses, que os desorienta e desgosta e que está a minar a própria democracia. Confusão que está a ser usada contra os partidos em geral, quando afinal por ela são responsáveis em alto grau órgãos de soberania e instituições mais do que os partidos políticos.

Para onde vamos, com quem iremos e como atingiremos as metas nacionais, interrogam-se angustiadamente os portugueses desde há quase dois anos, sentindo-se presos num atoleiro de incerteza e de desânimo.

2. Na continuação do VI Congresso, o próximo não deixará de vincar e pormenorizar a nossa resposta e as nossas propostas.

Em 2 de Julho do ano passado decidiu o nosso VI Congresso que devíamos defender um Governo e uma política de salvação nacional assente numa plataforma entre os partidos democráticos, com óbvia exclusão do PCP, que envolva o comprometimento destes e do Presidente da República, com programa, prazos e objectivos perfeitamente definidos, contendo as linhas fundamentais para a futura revisão constitucional a submeter ao eleitorado.

Este objectivo não foi conseguido por recusa do PS e por actuação divergente do Presidente da República. Mas aquele enunciado estratégico continua a conter as grandes linhas de força da nossa actuação, que nos cabe explicitar e aplicar. Temos de dar contas aos delegados eleitos pelas bases daquilo que fizemos em ordem aos objectivos fixados pelo VI Congresso, entre os quais se conta o de preparar e defender uma política de salvação nacional fundada num projecto comum, que envolva a revisão constitucional e a preparação da integração na Europa.

É a esta luz que tem de concretizar-se a nossa posição quanto a alianças interpartidárias e à eleição do Presidente da República, a quem foram por nós dirigidas propostas concretas sem que até hoje tivéssemos tido resposta.

Em Janeiro deste ano, em Viseu, deliberamos iniciar conversações interpartidárias com vista à definição de uma política de alianças e a um programa de Governo nacional e local, as quais deveriam incidir sobre o futuro candidato à Presidência da República, sobre a revisão da Constituição e sobre as grandes reformas nacionais.

Tal como frisamos no mês passado no Conselho Nacional do Vimeiro entendemos que é prejudicial ao País uma crise governativa neste momento e por isso apoiamos criticamente a manutenção do actual Governo.

Mas daí não se segue que aqueles pontos essenciais de uma política de salvação nacional possam ficar congelados até depois das eleições.

Continuo a pensar que é urgente a definição de um acordo político interpartidário destinado não a substituir o actual Governo, o que para nós só será possível após novas eleições legislativas, mas a definir desde já o futuro de Portugal, quanto à nova Constituição, quanto ao Presidente da República e quanto às grandes reformas nacionais.

Continuo também convicto que o interesse nacional impõe que um tal acordo, a definir antes de novas eleições legislativas e a concretizar depois delas, deveria abranger, além do PPM, todos os partidos democráticos parlamentares, ou seja o PS, o PSD e o CDS.

Mas é para mim claro que, e isso tenciono também sustentar, se qualquer dos partidos mencionados, designadamente o PS ou o CDS recusarem um acordo político entre os três partidos democráticos parlamentares, deverá o PSD refectua-lo com aquele que não recuse esse princípio, desde que com ele chegue a acordo quanto às questões essenciais enumeradas.

3. Da revisão constitucional podemos já hoje falar em concreto e penso que o acordo interpartidário quanto a esse ponto se deve procurar desde já de modo a estarem definidas posições antes das próximas eleições legislativas. Não penso que seja possível nem desejável deixar tal questão para depois das eleições legislativas. É necessário que estas sejam escolha entre caminhos para Portugal mais do que preferência entre partidos.

Assim sucede também quanto à candidatura à Presidência da República. É certo que pode haver candidatos sem apoio partidário. Mas dificilmente se concebe que um Presidente da República seja eleito sem o suporte de, pelo menos, um dos partidos parlamentares.

Em 1976 o General Eanes aceitou o apoio dos partidos, mas recusou qualquer compromisso com eles. Suponho que qualquer militar no activo, demais Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, faria o mesmo.

Essa foi a solução possível em 1976, mas não é a solução normal em democracia. Além do mais, se em 1976 tivesse havido um acordo entre o General Eanes e os partidos que o apoiaram e fizeram eleger ter-se-iam evitado os dois maiores erros do regime constitucional, erros que pagamos caro: o Governo minoritário socialista e a não realização de eleições legislativas antecipadas após a queda do Governo Nobre da Costa.

Se, em monarquia, o rei se pode intitular rei de todos os portugueses, pois o é dum povo, em regime republicano o Presidente deve ser apenas o representante da República, como se afirma no art.º 123.º da Constituição, não ignorando nem perdendo de vista os que o elegeram.

A recusa de acordo político, a confusão entre poder civil e militar e a militarização da presidência da República são factores de deterioração da democracia portuguesa, de divisão do campo democrático e de confusão dos portugueses, mais prejudiciais do que os erros dos partidos.

Entendo que é necessário contrapor a esses factores negativos os seguintes elementos:

- não deve haver um candidato das Forças Armadas, as quais se devem afastar totalmente da política;
- o próximo Presidente da República não deve ser um militar no activo;
- deve ser eleito com base num acordo com os partidos democráticos que o apoiem, o qual incluirá a revisão da Constituição, as características do Governo pós-eleitoral e as grandes reformas nacionais, bem como as linhas fundamentais de acção do Presidente e do Governo.

4. Tudo isto supõe que os partidos aprofundem imediatamente todos estes temas e se orientem para a definição de acordos políticos antes das novas eleições, acordos esses que só depois delas e de harmonia com os seus resultados terão reflexos governativos, mas que desde já porão termo à confusão política reinante, fruto especialmente do silêncio de uns e da ambiguidade de outros.

Nesta óptica parece-me útil a proposta do CDS da criação de uma comissão mista, a qual necessita no entanto de ser aprofundada antes de sobre ela nos pronunciarmos. Poderá mesmo haver comissões mistas com outros partidos que, como nós, pensem que é necessário desde já tentar um acordo interpartidário quanto aos grandes temas nacionais. O que não podemos é ficar dependentes ou condicionados por aqueles que julgam que o tempo da definição e da clareza ainda não chegou. Esse tempo urge, o PSD já o iniciou, e vai continuá-lo com a frontalidade e o vigor que a situação impõe, sem se deixar subordinar às opções estratégicas de outrém, antes procurando desde já o consentimento entre as forças democráticas. Entre elas seria desejável que se contassem todas as pessoas que, não tendo vínculos partidários, são capazes de conceber e pôr em execução o grande projecto nacional de que Portugal carece.

E como a clareza da nossa posição política corresponde no interior do Partido, como veremos (1) uma situação também clara e bem definida, o PSD poderá mais uma vez contribuir, sem sonhos hegemónicos nem complexos de fiel da balança, para que o País e o regime democrático encontrem o rumo que até agora lhe tem faltado.

(1) Ao contrário do que refere Carlos Macedo em recente entrevista, a posição do "grupo inadiável" quanto ao voto sobre o Governo Mota Pinto em nada influenciou a decisão final tomada de harmonia com a decisão do Conselho Nacional extraordinário por mim convocado.

## **1.10. Artigo publicado no "Povo Livre" - 14/03/79**

### **OPÇÃO NACIONAL E ACORDOS POLÍTICOS**

"Pensou que reinar consistia em dissertar" - Oliveira Martins, "Os Filhos de D. João I", p. 199.

1. Temos insistentemente defendido a necessidade de estabilidade político-social e de mudança de rumo para Portugal.

Os Portugueses continuam a viver as consequências dos acontecimento equívocos que foram o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro. Apesar de promessas solenes nesse sentido, tais eventos nunca foram plenamente esclarecidos através do julgamento dos seus responsáveis. E o regime em que vivemos, tem, em muitos aspectos, mais a ver com o 28 de Setembro e o 11 de Março do que com o 25 de Abril.



A própria forma que revestiu a descolonização é hoje causa de controvérsia e de tensões.

A situação portuguesa, para além das enormes dificuldades económicas e sociais, enferma de um profundo mal-estar que vai correndo o País e desmoralizando os Portugueses. O nosso futuro não pode continuar a assentar nos equívocos pseudo-revolucionários, que não passaram de tentativas golpistas, em parte bem sucedidas, que o 25 de Novembro não desmascarou nem remediou totalmente, ao contemporizar com o Partido Comunista.

Esse continua a tirar proveito da situação geral de mal-estar, de degradação e de irresponsabilidade e intensifica a sua acção antidemocrática e antinacional, com a complacência de forças políticas e um certo apoio no discurso de membros de órgãos de soberania.

Vivemos uma fase de agudização de tensões de aumento de ataques ao estado Democrático, em que a maioria comunista, com certos apoios civis e militares procura defender de qualquer modo os seus privilégios e a implantação que conseguiu no território e na administração mercê dos golpes do 28 de Setembro e do 11 de Março.

Vivemos um novo afrontamento político, com recrudescimento geral da actividade comunista e criptocomunista nas fábricas, nas empresas, nos campos e na administração. Sob a capa do antifascismo e aproveitando a degradação das condições de vida, os comunistas e os seus aliados procuram dominar de novo o processo político e o País.

A propaganda ofensiva de direita não é mais do que uma manobra para encobrir o recrudescimento da ofensiva totalitária comunista.

Nestas circunstâncias cada um tem de optar e de agir com clareza e determinação.

2. A estabilidade e a mudança só podem conseguir-se através de um acordo entre partidos, forças e personalidades democráticas que partilhem de um mesmo modelo de sociedade humanista, descentralizada e criativa.

Esse acordo, que vimos propondo desde o VI Congresso, permitiria formar o grande bloco democrático, político e social, no qual assentaria a revisão da Constituição, a eleição do Presidente da República, o Governo a constituir após novas eleições legislativas e as grandes reformas nacionais.

Ele não é, nem pode ser, uma mera aliança de Governo que regularia a partilha do poder, a conseguir após eleições. Tem de ser um verdadeiro acordo nacional, pelos temas que engloba, pelo espírito que o anima, pelos fins que prossegue.

As questões nacionais que aos partidos incumbe tentar resolver não são apenas, nem sobretudo, questões de poder, mas sim de reformas e de opções de fundo. Estas é que hão-de determinar quer a decisão do eleitorado, de modo a que o voto seja verdadeira escolha e não simples preferência, quer a ulterior organização do poder, meio de realizar as transformações de que Portugal necessita.

Dentro desta orientação temos insistido em que desde já se prepare e se possível concretize um tal acordo, englobando os três partidos democráticos parlamentares - PS, PSD e CDS - e o PPM, com possível adesão de outras forças e personalidades democráticas que partilhem do mesmo modelo de sociedade.

Hoje parece delinear-se claramente a recusa do PS às nossas propostas. A julgar pelo que transpareceu do seu Congresso e pelas declarações recentes do seu secretário-geral, o PS não fará qualquer acordo político global antes de novas eleições e após elas só fará uma aliança de Governo.

Na realidade o Congresso socialista não trouxe qualquer alteração real à política de alianças.

Já antes, apesar de perfilhar o princípio de não alianças, o PS se coligara com o CDS.

3. O essencial é que o PS parece rejeitar o próprio princípio do acordo político dos três partidos democráticos parlamentares, recusando também a ideia do grande bloco democrático.

Por isso, e a menos que haja da parte dos socialistas clara manifestação de vontade a favor de tal acordo, no próximo Conselho Nacional, nos dias 31 e 1, teremos de tirar dessa situação as devidas consequências.

Pela minha parte, tal como referi no artigo anterior, entendo que devemos prosseguir as negociações e procurar o acordo com aquele dos partidos parlamentares que não recuse o princípio do acordo político nacional a três, para além das outras forças políticas não parlamentares.

O CDS parece aceitar aquele princípio. Mas tal não é inteiramente claro na medida em que por vezes há insistência num acordo a dois, pelo que será indispensável a clarificação desse ponto.

Pela nossa parte não excluimos nenhum dos partidos democráticos de acordo político nacional a preparar desde já, mas, segundo penso, não nos devemos deixar manietar por aquele que se excluir de tal acordo.

Sem quebra dos nossos princípios, do nosso Programa e da nossa individualidade, temos de saber prosseguir com os demais democratas que a isso se dispuserem no esforço patriótico de encontrar o consenso sobre a resolução das grandes questões nacionais e de o pôr em prática após novas eleições.

Para tanto o PS não é indispensável, embora seja necessário e útil, pelo que entendendo que deveremos prosseguir sem ele, se persistir na sua recusa.

4. Conclusão análoga se pode tirar quanto ao Presidente da República.

Se, como espero, o grande acordo político nacional se vier a formar em breve, seria conveniente para o País que o mesmo contasse com o apoio do Presidente da República.

Mas, a julgar pelas declarações produzidas na recente visita à Guiné, outra parece ser a posição do General Ramalho Eanes, o que é inteiramente respeitável, sem embargo da discordância.

A nossa autonomia de acção, a urgência de uma definição no campo democrático, a premência da criação de novos factos políticos que detenham democraticamente a escalada comunista, fazem com que prossigamos, sem dependência das posições presidenciais, incluso das que venham a ser tomadas no discurso do 25 de Abril.

Mas o candidato à presidência deverá participar necessariamente no acordo político nacional. Assim, o futuro Presidente da República estará unido à maioria que o eleger, actuará dentro da linha política que determinou a escolha do eleitorado e serão consonantes a sua acção, a do Governo, e a da maioria parlamentar.

Com isto em nada ficará diminuído ou manietado o Presidente. Pelo contrário, definir-se-á e assumir-se-á politicamente com clareza e obrigar-se-á perante os Portugueses a agir com determinação, permitindo que os cidadãos escolham não apenas uma pessoa, mas sobretudo uma política.

Não estão aqui em causa políticas partidárias nem qualquer tentativa de domínio do Presidente da República actual ou futuro pelos partidos políticos. Do que se trata é sim da articulação do candidato a futuro Presidente com o bloco democrático e nacional de que deve emergir, e ao qual pertencerá, agindo ambos em conjugação.

O Presidente da República, seja ele qual for, não pode estar com todos. Ele próprio tem de optar, com base num programa e num acordo político entre modelos de sociedade e entre forças políticas. Não pode estar simultaneamente do lado dos comunistas e dos democratas, por uma sociedade colectivista e por uma sociedade humanista, com os não alinhados e com a NATO.

5. Neste acordo político nacional não devem participar, directa ou indirectamente as Forças Armadas, precisamente porque de política se trata. Por isso mesmo o futuro candidato à Presidência da República não deve ser um militar no activo.

Pela mesma razão as Forças Armadas portuguesas não podem envolver-se ou deixar-se envolver em polémicas políticas, não podem tomar partido. Houve em todo este processo, designadamente no da descolonização, tremendos erros e responsabilidades de civis e de militares. Mas daí não se segue que por eles se possam responsabilizar os partidos e a política em geral ou as Forças Armadas. É de registar com agrado que a propósito de algumas verdades corajosas ditas a respeito do 25 de Abril e da descolonização os militares portugueses, como instituição, não se tenham sentido atingidos. Não o foram efectivamente e por isso não reagiram nem tinham que reagir.

Estão acima e para além dos erros de alguns, como o está a democracia e a política em relação aos desvios dos civis. Reagiram, sim, alguns dos visados, mas não, felizmente, em nome das Forças Armadas.

Estas são uma coisa e outra a Comissão Coordenadora, o Conselho dos Vinte e o Conselho da Revolução. De outro modo teríamos de chegar à conclusão errada de que foram as Forças Armadas quem impôs a unicidade sindical, ou uma certa descolonização, ou a colectivização.

O acordo político nacional e o bloco democrático de que Portugal necessita permitirão que sem envolvimento e sem compromisso delas as Forças Armadas se libertem totalmente da política e a libertem da sua influência e domínio actuais, situando-se na sua esfera própria.

A dramática situação do País e a ofensiva comunista em curso não permitem delongas, hesitações e silêncios. Há que tomar opções claras e corajosas, pôr de lado preconceitos e unir na acção todos os democratas que querem salvar e reconstruir o País. Assim continuaremos a fazer.

## **1.11. Artigo publicado no Povo Livre - 21/03/79**

### **AS VERDADEIRAS QUESTÕES E AS FALSAS RESPOSTAS**

#### **1. OS FACTOS**

Em 8.3.79 o semanário TEMPO publica documentos do Conselheiro da Revolução, Pezarat Correia em que se critica e ataca a actuação do Ministério da Agricultura e Pescas e do secretário de Estado Ferreira do Amaral, em linguagem coincidente com a dos ataques do Partido Comunista.

Assim pode aí ler-se:

"a) Como repetidamente venho procurando demonstrar, o MAP tem recorrido sistematicamente ao emprego da força, a pretexto do cumprimento da Lei;

b) Mas na realidade o MAP tem é, arrogante e impunemente, utilizado a força para fazer executar a sua vontade arbitrária e discricionária, em clara violação da Lei e é contra isto que se tem levantado o clamor popular".

"2. 12 de Fevereiro de 1979, sem qualquer justificação, o secretário de Estado da Estruturação Agrária, exara o despacho cuja fotocópia se junta em ANEXO, despacho esse gritante, pela arbitrariedade que revela, com absoluto desprezo pela Lei. Assim:

a) Sem a mínima justificação, retira uma área de terra nacionalizada a uma UCP e aliena-a, cedendo-a ao antigo proprietário, violando o Art.º 40.º da Lei de Bases Gerais da RA.

b) Cumulativamente, com este acto meramente administrativo, o MAP procedia a uma desnacionalização, violando assim o art.º 89.º/1 da Constituição".

Nesse mesmo dia é trazido ao meu conhecimento directo a grande preocupação da equipa do MAP, designadamente do ministro Vaz Portugal, pela situação no Alentejo, face, nomeadamente à acção subversiva do PCP, e às consequências

gravíssimas que resultariam de um menor apoio do Presidente da República àquela equipa.

Ainda nessa data o Diário Popular confirma, junto do ten.-coronel Pezarat Correia autenticidade dos documentos do TEMPO. Segundo o seu autor eles seriam apenas uma gota de água no oceano da sua actividade crítica do MAP.

Em 9.3.79 o PSD publica um comunicado intitulado "Ambiguidades Revolucionárias" em que se critica Pezarat Correia, perguntando-se aí se o mesmo gosta de criticar o Governo, ou se se propõe ingerência na actividade da A.R., ou a demissão da equipa do MAP, ou apenas a de Ferreira do Amaral.

Nesse documento salienta-se que o mais grave seria ter o Conselho da Revolução discutido tais documentos, estando portanto a criticar o Governo.

No dia 10.3.79 o Diário de Notícias publica declarações do ten.-coronel Pezarat Correia, respondendo a comentários de Ferreira do Amaral, nas quais se afirma designadamente o seguinte:

"Mas, para além disso, as violações à Lei, na actuação do MAP são tão grosseiras que não é necessária qualquer formação jurídica para as detectar. Saltam à vista".

No sábado, dia 10, tem lugar em São Bento, uma reunião com o Primeiro-Ministro, o vice-Primeiro-Ministro, os ministros da Agricultura e da Administração Interna, em que se debatem os problemas da zona da Reforma Agrária. Aí parece ter ficado assente o pedido de uma audiência ao Presidente da República para o ministro Vaz Portugal e secretário de Estado, Ferreira do Amaral.

O Primeiro-Ministro Mota Pinto, ao sair para o Brasil, reafirmou o seu apoio a Vaz Portugal e a Ferreira do Amaral - Diário de Notícias de 12.3.79.

No dia 14 deste mês o Presidente da República recebe Vaz Portugal mas não Ferreira do Amaral. Depois de o ministro ter comunicado a Ferreira do Amaral o teor dessa conversa, este apresenta o seu pedido de demissão, cuja existência é conhecida no dia imediato, ao fim da tarde, e noticiada nos jornais de sexta-feira, 16, com um comunicado do PPM em que se atribui a responsabilidade daquele pedido ao Presidente da República.

No dia 15, o seguinte ao da audiência entre Vaz Portugal e o Presidente da República, o Conselho da Revolução, difunde um comunicado em que dá total cobertura à actuação do ten.-coronel Pezarat Correia. Segundo notícias da Imprensa, o Presidente da República teria concordado com esse comunicado.

No dia 16 o PSD dá a conferência de Imprensa em que responsabilizava o Presidente da República e o Conselho da Revolução pela crise do Governo, retirando o apoio crítico que vinha dando a este até o Presidente da República "dar imediata e publicamente apoio expresso e activo à política do secretário de Estado, Ferreira do Amaral, do MAP e do Governo em geral".

No dia imediato o Presidente da República vem à televisão. Na sua exposição não alude sequer ao secretário de Estado ou ao seu pedido de demissão, remetendo para os partidos, no Parlamento, a questão da manutenção do Governo.

O ministro Vaz Portugal já antes declarara não se demitir, esclarecendo que na conversa de 14, cujo teor levava à apresentação do pedido de demissão de Ferreira do Amaral, o Presidente da República "manifestou o desejo de que, para esclarecimento próprio de alguns aspectos ligados à execução da Lei de Bases da Reforma Agrária se deslocasse ao Gabinete do Ministro um dos seus colaboradores, quando julgasse conveniente" - Diário de Notícias de 19.3.79.

Na passada 2.<sup>a</sup>-feira, 19, o Presidente da República parte para uma viagem de cortesia a três países comunistas e o coronel Melo Antunes, como enviado especial do P.R., para países do sul de África.

"Cooperação Portugal-Bulgária para Angola e Moçambique" - anuncia o "Diário Popular" de hoje, 20 de Março.

A equipa do MAP, e em especial Ferreira do Amaral, foram sempre violentamente atacados pelo PC, e também pelo PS, tendo-lhe aquele imputado várias e graves irregularidades e arbitrariedades e aludido à necessidade de um inquérito à sua actuação.

## 2. AS VERDADEIRAS QUESTÕES

O que em toda esta crise real está em causa é a actuação da equipa do MAP, especialmente de Ferreira do Amaral e com ela a manutenção dos feudos do PC no Alentejo ou o estabelecimento aí da legalidade democrática e da soberania nacional.

O secretário de Estado da Estruturação Agrária sentiu-se desapoiado e por fim desautorizado pelo Presidente da República. E com razão, como os factos revelam com clareza e o próprio por certo mais completamente explicará. Foi-o também pelo Conselho da Revolução, presidido pelo General Eanes.

Foi posta em causa a actuação do secretário de Estado e o modo como ele estava a aplicar a Lei da Reforma Agrária, quer quanto ao uso da autoridade e da força para fazer cumprir a lei, quer quanto à não efectivação de novas expropriações.

Ora, neste ponto, o Primeiro-Ministro, no encerramento do debate sobre o Programa do Governo e a requerimento do PSD, esclareceu que elas não teriam lugar enquanto se não verificassem determinadas condições que estão longe de se verificar.

Quando se fala de cumprimento integral da lei da Reforma Agrária, como falou o Presidente da República, parece querer-se com isso o início das novas expropriações sem a satisfação daquelas condições prévias, ponto este que foi um dos que determinou o voto do PSD contra a moção de rejeição do PC ao actual Governo.

Questão real é pois, a de o Presidente da República apoiar a actuação do MAP e de Ferreira do Amaral, ou de cobrir as críticas de Pezarat Correia, não apoiando este e chegando ao ponto de desautorizar o secretário de Estado.

Como esta é a linha do PC, fazê-lo, seja com que intenção for, e ainda por cima sem fundamento, pois tem sido correcta, corajosa e louvável a actuação de

Ferreira do Amaral, é ceder ao Partido Comunista, na linha de uma certa esquerda militar.

Foi isso o que se fez e o que o Governo acabou por aceitar, numa altura em que o discurso anticomunista do Primeiro-Ministro não impede uma séria escalada dos comunistas.

Outro aspecto da questão é este: o Presidente da República parece "lavar as mãos" deste Governo. Deixa o seu apoio ou o seu derrube para os partidos. Estes que se comprometam ou derrubem; o Presidente da República é que não se compromete com o Governo, não dizendo sequer, pelo menos em público, se acha que ele se está a governar bem ou mal. Até parece dizer que o IV Governo é mais dos partidos do que dele!

Um último aspecto de toda a questão é ainda, o de saber quem manda e a que fiscalização está sujeito o Governo: à do Presidente da República e do Conselho da Revolução, como deriva de todo este episódio? Ou da Assembleia da República apenas, como manda a Constituição?

Porque intervém então o Presidente da República e o Conselho da Revolução nas políticas sectoriais? Porque despacha o Presidente da República com os ministros, não se limitando a trabalhar com o Primeiro-Ministro? Pois se, segundo a Constituição, o Presidente da República só pode presidir aos Conselhos de Ministros quando o Primeiro-Ministro lho solicitar, porquê a intervenção sectorial do P.R.? Não noticiam frequentemente os jornais que o Presidente da República teve reuniões de trabalho com os ministros, até para tratar de assuntos da Administração corrente? E não se foi, neste caso, ao ponto de estabelecer o envio de um colaborador do P.R. ao MAP? Não vai mais uma vez o coronel Melo Antunes a África como enviado especial do P.R.?

Qual é, então, o regime em que vivemos? E porque se pretende lançar toda a responsabilidade para os partidos., que não intervêm no Governo, que não estão no poder, não assumindo nenhuma o Presidente da República, que até sectorialmente intervém e dirige?

Querer-se-á, com tudo isto, o descrédito permanente dos partidos sem poder, conservando o poder militar-presidencial isento de todo o desgaste, mediante um aparente distanciamento e uma sistemática estratégia de não compromisso?

### 3. AS FALSAS RESPOSTAS

O Presidente da República foi à televisão no dia seguinte ao da conferência de imprensa do PSD, aparentemente para nos responder.

Mas não deu resposta às questões que pusemos. Refugiou-se no formalismo constitucional, mais uma vez não se comprometeu com o Governo, mais uma vez procurou comprometer os partidos em qualquer solução de manutenção ou queda do Governo, mais uma vez entendeu desnecessárias e impossíveis neste momento as eleições antecipadas.

Nada adianta dizer que se não tivesse a confiança do P.R. o Primeiro-Ministro não se manteria. Essa resposta ilude a questão, que é a de saber se o Governo, para o Presidente da República, está a agir bem ou mal, se tem ou não a sua plena cobertura política, e não apenas constitucional. E assim por diante.

É certo que o Presidente da República disse que não tem que apoiar políticas sectoriais através de declarações públicas. Mas então porque intervém sectorialmente no Governo e porque provocou a demissão de Ferreira do Amaral, dando, com isso, uma vitória ao Partido Comunista, que o Governo e a restante equipa do MAP aceitaram?

E que não bastam os propósitos ou o passado anticomunistas.

E aqui verificamos que nem o Presidente da República ataca publicamente o Partido Comunista, nem este tece a mais leve crítica ao General Eanes, apesar de este ser responsável pela formação e manutenção do Governo de Mota Pinto, que o PC tanto ataca.

Tão pouco basta a linguagem anticomunista do Primeiro-Ministro para combater o PC. Apesar dela, este averbou importante vitória com a demissão de Ferreira do Amaral e mantém uma forte influência no aparelho do Estado e na Administração, designadamente no MAP, no MOP, no MEIC e na Secretaria de Estado da Cultura.

Um ponto da exposição presidencial merece, por último, atenção. Parece o Presidente da República querer confinar a acção dos partidos ao Parlamento. Com isto se esquecem por certo as conferências de Imprensa, as entrevistas e discursos não parlamentares do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, de membros do Governo, dos Conselheiros da Revolução. Mas partidos, ao que parece, só no Parlamento, pelo menos segundo as "regras" que o Presidente da República agora definiu.

Por esse caminho, os partidos, afastados do poder e confinados ao Parlamento, não passariam de clubes de opinião com expressão parlamentar. E o poder ficaria todo aos militares e às "personalidades independentes".

Pode ser um caminho, mas não é constitucional nem democrático. Ele conduz às experiências africanas e sul-americanas de "socialismo militar".

De tudo isto que concluir, além de que parecemos ter regressado a Novembro de 1975 ou a Novembro de 1977?

O Presidente da República deve actuar, o Governo deve actuar, os partidos podem abster-se.

Até que se realizem eleições legislativas antecipadas, se as actuações do P.R. e do Governo não forem suficientes para aguentar este até 1980, como seria desejável.

As eleições antecipadas são um desafio também para o Presidente da República e para um certo presidencialismo, que o Governo parece partilhar.



E acima de tudo serão um bem para o País, que, se o Governo cair, lucrará mais com elas, qualquer que seja o seu resultado, do que com o prolongamento da actual situação, assente em equívocos, em habilidades e em falsas respostas.

## **1.12. Discurso na Assembleia da República no debate do Orçamento Geral do Estado - 23/03/79**

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, para uma intervenção final, o Sr. Deputado Sá Carneiro.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): - Sr. Presidente, Srs. Deputados: É conhecida a posição do Partido Social-Democrata quanto a este Governo e quanto à crise política que atravessamos. Considerámos sempre, desde o início, e aqui o dissemos claramente, que este Governo era de iniciativa e responsabilidade presidencial quanto à sua manutenção e quanto à sua actuação. Por isso não podemos nunca aceitar que sobre a manutenção ou actuação do Governo se lancem responsabilidades para os partidos que aqui se limitaram a deixar perdurar o que já existia por responsabilidade presidencial.

É também conhecida a posição que recentemente tomámos e os seus motivos. Não vou, por isso, desenvolver aqui esse tema, procurarei falar apenas do Plano e do Orçamento, pois é para isso que aqui estamos reunidos. Assim quero que fique bem claro que o Partido Social-Democrata, ao determinar e explicitar o sentido do seu voto, o faz unicamente por razões de ordem inerentes ao Plano e ao Orçamento. Não são razões de ordem política geral, não são razões da crise, não são as eleições antecipadas ou o derrube deste Governo - que entendemos prejudicial - que movem o nosso voto. É, pois, no quadro do Orçamento e do Plano que nos vamos movimentar e determinar. E sobre isso fomos o primeiro partido a tornar conhecida a nossa posição - dissemo-lo no Conselho Nacional do Vimeiro, de 17 e 18 de Fevereiro passado.

A partir daí, ficaram a opinião pública, e muito especialmente o Governo, cientes de que o Partido Social-Democrata entendia desejável que o Governo se pudesse manter sendo aqui aprovado o seu Orçamento e as opções do Plano. Conhecia-se já a versão inicial da proposta de lei relativa ao Orçamento Geral do Estado e em face dela dissemos muito claramente ao Governo que podíamos aprová-la desde que ele nela não incluísse o imposto extraordinário para equilíbrio do Orçamento, ou que, se o mesmo viesse a ser considerado em face de razões ponderosas, não incluísse a tributação sobre o 13.º mês.

Quanto à questão das finanças locais, tornámos também claro que era necessário que a lei fosse cumprida e que na distribuição das verbas derivadas da Lei das Finanças Locais fosse dado cumprimento aos critérios do artigo 9.º dessa lei.

Passou-se mais de um mês, o Governo ficou ciente, até por contacto directo, desta nossa posição, mas não alterou, no seu Orçamento, estes pontos fundamentais. O Governo quis, talvez, aí mais uma vez manter-se equidistante dos parti-

dos, mas já sabia - a partir de 18 de Fevereiro - que sem estes pontos fundamentais nós não podíamos dar o nosso voto favorável ao Orçamento.

Muito se falou aqui já da possibilidade da queda do Governo, das consequências da não aprovação do Plano e do Orçamento. Tivemos o cuidado de, no primeiro dia do debate, procurar clarificar esta questão. Assim, o Deputado Sérvulo Correia perguntou ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro se a rejeição na generalidade dos documentos que hoje discutimos e vamos votar implicava ou não a demissão do Governo, se a mesma conclusão se poderia tirar ou não de uma alteração na especialidade que tocasse em pontos fundamentais. E perguntou-se-lhe ainda se, no caso de uma ou outra destas circunstâncias se verificar, o Governo tencionava pôr aqui uma moção de confiança.

Outra ordem de perguntas nesse mesmo dia dirigidas ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro teve a ver com as consequências de uma eventual não aprovação do Orçamento, designadamente quanto às negociações com o Fundo Monetário Internacional e quanto ao cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Quanto às consequências da não aprovação ou da forte alteração para a subsistência do Governo ou apresentação da moção de confiança, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro limitou-se a dizer que seria considerada posteriormente a conclusão a tirar do voto que aqui fosse dado. Ou seja: o Sr. Vice-Primeiro-Ministro não tornou claro, não disse nem sugeriu que o Governo se demitiria se o seu Orçamento aqui não passasse na generalidade, ou se fosse fortemente alterado na especialidade.

Quando às consequências em relação ao Fundo Monetário Internacional ou ao cumprimento da Lei das Finanças Locais, o Sr. Primeiro-Ministro esclareceu que acarretaria dificuldades e atrasos sem de modo algum os dramatizar. Ora, era fundamental que o ponto da eventual demissão do Governo fosse terminantemente esclarecido no início, para que se pudessem medir todas as consequências deste debate, para que as posições aqui tomadas na discussão na generalidade, que se iam depois reflectir no voto, pudessem ser também consideradas a essa luz. Mas a posição que o Governo tomou leva o Partido Social-Democrata a concluir que, se o Orçamento e o Plano forem rejeitados na generalidade, ou alterados profundamente na especialidade, o Governo não se demitirá. Essa a conclusão a tirar deste debate e da posição do Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

É, pois, do Orçamento e do Plano que se trata e o sentido deste voto, na generalidade, é a meu ver muito claro. Quem concorda com as opções fundamentais, os princípios e os objectivos do Plano e do Orçamento pode votar a favor, identificando-se o partido que o fizer com esses documentos, com os seus princípios e objectivos e com os meios de os atingir. Quem frontalmente rejeitar esses princípios, votará contra. Quem ao Governo, der o benefício da dúvida, poderá abster-se.

Haverá ainda uma outra posição política do voto, mas essa não é a nossa, que é votar por princípio contra, para derrubar o Governo. Tomaria essa posição o partido que estivesse em oposição sistemática ao Governo: mas suponho que aqui dentro só o Partido Comunista está em oposição sistemática ao Governo, nenhum dos outros está. Nós, pelo facto de não darmos o nosso apoio a este Governo e de

com ele nos não identificarmos, não estamos em oposição sistemática, não determinamos o sentido do nosso voto pelo derrube do Governo. Entendemos, como partido que não é do Governo, que não é de situação, mas que não é de oposição sistemática, que o País precisa de um Orçamento e das opções de um Plano e, portanto, uma eventual aprovação desses documentos não redundaria num apoio pleno. Mas, parafraseando o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, não estamos dispostos - para que o Governo se reclame do nosso apoio - a aceitar um qualquer Plano, um qualquer Orçamento.

Só os podemos aceitar desde que, no nosso entender, eles correspondam às necessidades do País.

Então, sim, se nós entendêssemos que as opções aqui apresentadas pelo Governo, que os documentos que aqui nos trouxe corresponderiam aos interesses dos portugueses e às suas necessidades, poderíamos dar-lhes o nosso voto favorável. O que se não nos afigura possível de fazer é aqui identificarmo-nos com os documentos num voto favorável e depois destruir, na especialidade, os princípios fundamentais e os objectivos que o Governo adoptou nos documentos propostos. Quer dizer, identificarmo-nos, por um lado, na generalidade com o Orçamento e o Plano, e depois afastarmo-nos totalmente quanto a princípios fundamentais na especialidade, seria para nós uma grave contradição, se não mesmo uma hipocrisia. E não resolveria sequer o problema da manutenção do Governo se este tivesse ligado a sua manutenção à aprovação destes documentos. Quer dizer: eu suponho que para o Governo seria tão grave, ou eventualmente mais grave, uma alteração profunda na especialidade que pusesse em causa os princípios, do que uma não aprovação na generalidade.

Terei ocasião, no final, de voltar a este tema para, se assim não é, pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que nas suas palavras finais me desminta, ou, com o seu silêncio, ou com a sua afirmação expressa, me confirme.

Quanto à proposta de lei das opções do Plano não me vou nela deter. Já aqui, através da intervenção do deputado Angelo Correia, ficou claro que nós não podemos aprovar essa proposta de lei. Assim sendo, versarei especialmente um ponto dela, mas a propósito da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado.

O que há, então, de fundamental na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado? Em que é que se poderá aferir a sua correspondência aos interesses e necessidades dos Portugueses? Quais são as questões fundamentais, não partidárias mas nacionais? Para nós são quatro: a questão do princípio de equilíbrio financeiro do orçamento correspondente; a questão da limitação do aumento de salários a 18%, que está no Plano mas que tem a ver também com o Orçamento; a questão da admissão ou não do imposto extraordinário, especialmente naquilo que incide sobre os rendimentos do trabalho, designadamente sobre o 13.º mês; e a questão do cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Quanto ao princípio do equilíbrio do orçamento corrente, o Partido Social-Democracia, como eu já disse, no seu Conselho Nacional realizado em Fevereiro, afirmou estar de acordo com ele. Parece-nos fundamental, para a defesa dos interesses dos Portugueses, aquilo que, no fundo, este princípio significa, ou seja,

todas as novas dívidas a contrair pelo Estado sejam para investimento - nós dizemos desenvolvimento - e não para financiar despesas correntes.

Princípio certo, de saneamento financeiro do País, que aplaudimos. Veremos depois como poderá ser feita a sua aplicação. Não podemos ter a ambição, parece-me, de passar de um orçamento corrente com um déficit de 30 milhões de contos, como foi o do ano passado, para um orçamento corrente de déficit zero. Mas isso depende muito da política que se seguir quanto aos dois pontos que enumerei em terceiro e quarto lugares.

Quanto ao problema dos 18% como limite máximo salarial, o Partido Social-Democrata não concorda com ele. Entende que ele se justifica numa perspectiva técnico-financeira de contenção da inflação, pelas razões já nesta casa aduzidas pelo Sr. Vice-Primeiro-Ministro, reeditando razões que já tinha apresentado na discussão do Programa do Governo.

Mas a questão ultrapassa em muito os problemas técnico-financeiros de contenção da inflação. É um problema eminentemente social e nessa perspectiva nós não o podemos aceitar. Só podemos aceitar um limite para o aumento dos salários desde que seja integrado num acordo social que contemple os aspectos essenciais da defesa dos trabalhadores.

E nesse sentido apresentámos já na Mesa uma proposta de aditamento de uma nova opção às opções fundamentais do Plano, que vou ler:

"A fixação de um tecto salarial compatível com as restantes opções para 1979 e resultante de um acordo social global e enquadrado numa política de rendimentos coerente e que entre outras premissas tenha em consideração: Uma política real e concreta de formação profissional voltada para a reconversão dos trabalhadores atingidos pelos sectores de maior crise; uma política real e concreta de formação profissional voltada para a reconversão dos trabalhadores atingidos pelos sectores de maior crise; uma política que reduza as disparidades injustificáveis, que actualize o salário mínimo e garanta a distribuição justa da riqueza produzida mediante normas que permitam eliminar gradualmente as diferenças salariais entre os sectores e regiões do País, que actualize automaticamente os salários independentemente dos contratos colectivos de trabalho; uma política de segurança que reforme o actual sistema de Previdência, que institucionalize um seguro social que abranja um seguro de emprego e um seguro de doença, que substitua os ultrapassados subsídios de desemprego e de doença ainda em vigor, que promova a revisão do actual esquema de abono de família; que enquanto não existir um esquema unificado de segurança social, seja contado, para efeitos de pensão, todo o tempo que durou a carreira profissional do trabalhador, independentemente da entidade a que prestou serviço, seja pública ou abrangida por regimes diversos de Previdência; que estabeleça as pensões de reforma na base dos salários actuais dos trabalhadores da mesma categoria ou equivalente no activo.

A redução da idade de aposentação como forma de permitir aos jovens um mais rápido acesso aos postos de trabalho e combater o desemprego.

Fora disto não podemos aceitar o chamado tecto salarial. Caberá, portanto, à negociação entre representantes de trabalhadores e de entidades patronais fixar aqueles salários que melhor forem adequados em cada caso.

O terceiro ponto que enumerei era o do novo imposto para equilíbrio do Orçamento, designadamente no que se refere aos rendimentos do trabalho. E compete aqui desenvolver um pouco a questão da aplicação e execução do princípio do equilíbrio do Orçamento corrente.

Neste ponto, o Governo trouxe à Câmara números aterradores, como, por exemplo, o de 723 milhões de contos para a dívida total do Estado previsível para o fim deste ano. Como, por exemplo, o da hipótese de uma rutura financeira total em 1983, a manter-se o ritmo actual do endividamento, designadamente externo. Uma ruptura total significa que o País fica entregue ao clube dos credores, como aconteceu a países da África e da América do Sul. Simplesmente estas perspectivas aterradoras não se reflectiram no clima que o Governo aqui trouxe, porque esse clima foi de um moderado optimismo. Disse o Sr. Vice-Primeiro-Ministro que este Inverno não tinha sido o Inverno do nosso descontentamento e que o próximo talvez pudesse também não o ser. E dentro desse clima o Governo, efectivamente, facilitou bastante as perspectivas, designadamente quanto a empresas públicas - recordo aqui a intervenção do Sr. Secretário de Estado do Tesouro -, e não deu, portanto, de modo nenhum, à Câmara a impressão de que estivéssemos na ruína. Nem sequer a impressão que derivaria daquilo que foi tecnicamente afirmado de que a ruína total se pode perfilar em 1983.

Se o Governo adoptasse as medidas que derivam desta situação numericamente descrita, só tinha, a meu ver, uma solução, a de dizer claramente à Câmara e aos Portugueses: o País está na iminência de uma ruína total em 1983, tem de se acabar imediatamente com os gastos inúteis e comprimir as despesas, para daqui em diante haver uma política de total e absoluta austeridade. Nem festas, nem viagens, nem aumentos de despesas que, efectivamente, este Orçamento contempla.

Mas a opção do Governo não foi esta quanto ao Orçamento apresentado. Se a situação fosse, como nós entendemos que é, extremamente grave, então deveria ter havido um corte nas próprias despesas e de modo algum o lançamento de novos impostos.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro disse nesta Assembleia que as despesas do Orçamento que o Governo propõe tinham aumentado 12,3% em relação ao Orçamento inicial do ano passado. Mas no fundo o problema não reside apenas nestes aumentos. De facto, o aumento real é maior. Se, de harmonia com os dados provisórios que conhecemos da Conta do Estado, virmos o que o País gastou o ano passado, e não apenas o que estava orçamentado, verificamos que a totalidade dos gastos - números esses sujeitos a confirmação - foi de 215 e 526 000 contos. Ora, as despesas propostas no Orçamento em discussão são de 271 e 101 000 contos. Ou seja, atendendo ao que o País gastou, este Orçamento propõe um aumento de despesas de 55 575 000 contos, aumento este que representa uma percentagem de 25,8%. Portanto, bastante superior àquela que se obtém com a

mera comparação dos orçamentos, inicial e corrigido, do ano passado. Isto é, fundamentalmente, o que importa considerar. Há um aumento superior a 55 575 000 contos nas despesas, e, para respeitar o princípio do equilíbrio do Orçamento corrente, o Governo propõe novos impostos, designadamente sobre os rendimentos do trabalho e o 13.º mês.

Nós entendemos que se deveria ter procedido ao contrário. Que se devia ter cortado às despesas e poupado o novo imposto.

As despesas, no seu aumento, repartem-se desigualmente por vários sectores. Embora as percentagens que vou citar sejam muitas vezes correspondentes a aumentos diminutos, são em todo o caso reveladoras. E, assim, os encargos com a Defesa Nacional, comparando o que se gastou no ano findo com aquilo que o Governo propõe no Orçamento, aumentam de 27,8%, ou seja, 6 137 000 contos. Com o Ministério das Finanças e do Plano, o aumento é de 25 443 000, na percentagem de 38,7%, sendo certo que grande parte deste aumento se destina a fazer face a responsabilidades inadiáveis com os juros e amortizações da dívida pública e com os encargos da descolonização. No Ministério da Justiça o aumento é de 36,4%. No Ministério da Agricultura e Pescas, o aumento é de 69,8%. No Ministério da Indústria e Tecnologia, o aumento é de 62,1%. No Ministério do Comércio e Turismo, o aumento é de 69,9%. Estes últimos casos de percentagens elevadas representam, no entanto, aumentos de despesas, ao contrário da redução que o País parece exigir e impor.

Ainda num plano sectorial e no respeitante às despesas com os Órgãos de Soberania, também aí se verificam fortes aumentos. Atendendo ao Orçamento corrigido e não às despesas efectuadas, visto que não tenho esses elementos, verifica-se que o aumento que o Governo propõe para o Conselho da Revolução é de 47% e o proposto para a Presidência da República é de 64,3%. A Assembleia da República tem um aumento de 9%.

Esta é uma razão profunda da nossa discordância quanto à aplicação concreta que o Governo está a fazer do princípio do equilíbrio do Orçamento corrente e quanto ao lançamento dos novos impostos. Por isso dizemos, como dissemos já há mais de um mês, que o PSD não aceita a criação do novo imposto sobre os rendimentos do trabalho.

E nesse sentido apresentámos já na Mesa a respectiva proposta de eliminação.

No que se refere às finanças locais, o Governo não considerou no seu Orçamento o cumprimento da Lei das Finanças Locais. Há um mês manifestou um compromisso, que considerámos positivo, de apresentar nesta Assembleia, a breve trecho, uma proposta de lei sobre a transferência das verbas, fazer a revisão do seu orçamento.

Mas, isso, a nosso ver, é claramente insuficiente. Parece-nos que a opção do Governo, que não merece o nosso acordo, foi tomada por uma discordância em relação à própria Lei das Finanças Locais. E, de resto, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro chegou aqui a referir que essa lei merecia algumas reservas ao Governo. Mas se o Governo não concorda com essa lei, se ela lhe merece reservas, o único caminho

para o Governo é apresentar uma proposta de lei com alterações à Lei das Finanças Locais.

Enquanto ela existir, tem de ser cumprida integralmente.

O Sr. Deputado Magalhães Mota, durante a intervenção sobre este tema, focou algumas disposições determinantes da posição do PSD. Admitimos que, face à gravidade do estado financeiro do País, haja redução nalgumas das verbas que a Lei das Finanças Locais prevê que sejam desde já atribuídas às autarquias locais. E se a Câmara viesse a aprovar essa alteração, é evidente que estaria a derogar - ainda que transitoriamente, visto que só seria aplicável neste exercício - a própria Lei das Finanças Locais. Quanto ao mais, a lei tem de ser cumprida.

É ponto muito importante, que nós reivindicámos há um mês e o Governo rejeitou, a distribuição das verbas sujeitas a determinados critérios ter de ser feita segundo o estabelecimento no artigo 9.º da Lei das Finanças Locais: e o Governo não contemplou este ponto.

É por isso que apresentámos já na Mesa uma proposta de alteração do artigo 8.º da proposta de lei relativa ao Orçamento Geral do Estado, em que se sugere que a percentagem prevista no n.º 1 do artigo 8.º "seja fixada entre um mínimo de 18% e um máximo a determinar pelo Governo, ouvidas as câmaras municipais, até 30 de Abril"; que "o montante global corresponde à alínea b) do artigo 5.º da Lei n.º 1/79 seja repartido nos termos do artigo 9.º daquela lei" (é a questão dos critérios), e que o "fundo de equilíbrio financeiro a que se refere a alínea é) do artigo 5.º da Lei n.º 1/79 seja fixado em 12% do montante global das despesas correntes e de capital do Orçamento Geral do Estado, sem prejuízo da aplicação do artigo 23.º da mesma lei"; "o montante global corresponde ao fundo de equilíbrio financeiro será repartido pelos municípios de acordo com os critérios fixados no n.º 2 do artigo 9.º da Lei das Finanças Locais".

É esta a nossa proposta e daqui não podemos sair. É por isso que há uma discordância de fundo - e parece que essencial - com o Governo. É mais uma vez o problema do País e o problema da descentralização que está em causa. Nenhum poder político se descentraliza de moto próprio. O Poder tende a manter-se centralizado e nós temos assistido a isso. Precisamente por isso a Assembleia da República aprovou a Lei das Finanças Locais, que não é mais do que dar às autarquias os meios de elas serem efectivamente poder local, deixando de estar subordinados ao Poder Central do Estado. É que enquanto houver a subordinação financeira não haverá efectivo poder local.

Esta é a questão do País e é por ela que não podemos transigir com o problema da aplicação imediata da Lei das Finanças Locais, com estas correcções que já vão ao encontro das dificuldades financeiras do País e que acabei de enumerar. Sem alteração desse ponto, também o Orçamento nunca podia obter o nosso voto favorável.

É por estas razões que o Partido Social-Democrata não pode dar o seu voto favorável ao Orçamento e tão-pouco ao Plano. Parece-nos, repito, que não faria

qualquer sentido que se estivesse aqui a aprovar na generalidade o Orçamento para depois ir dar satisfação a estes pontos na discussão na especialidade.

Cabe, porém, ao Governo a última palavra. Se o Governo disser à Câmara que aceita a supressão do limite dos 18% no aumento da massa salarial, que aceita a supressão do imposto extraordinário sobre os rendimentos do trabalho, incluindo, portanto, o 13.º mês, que aceita nos termos que propusemos, ou noutros análogos, o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, em suma, a alteração profunda dos princípios, dos motivos e dos objectivos do conteúdo do Orçamento, então ele poderá merecer o nosso acordo. Já nos podemos identificar com aqueles se o Governo reconhecer que pode modificar estes três pontos no Orçamento e no Plano. Então, sim, entendemos que caberia depois ao Governo cortar as despesas que não só não diminuiu como aumentou.

Sei que o Governo poderá dizer que é muito difícil cortar despesas e que, designadamente, a respectiva Comissão concordou com o aumento das despesas para as Forças Armadas. Mas a perspectiva não pode ser apenas sectorial, tem de ser nacional. Se chegarmos à conclusão de que a situação do País implica não só que não haja aumentos, mas até cortes nas despesas para as Forças Armadas, para a Agricultura e Pescas, para o Comércio e Turismo, para as Finanças e Plano, etc., o Governo tem de ter em consideração esses interesses gerais e não os meros interesses sectoriais.

Sem isso, manteremos um equívoco.

E se o Governo não pode arrostar com a impopularidade destas medidas financeiras drásticas de diminuição de despesas, então, afinal, não está mais capaz do que os partidos de se eximir à crítica do eleitorado; não está mais capaz do que os partidos de se determinar apenas pelas razões de fundo e nacionais, sem curar da dependência ou das forças armadas ou de determinada faixa do eleitorado ou da população. Foi timbre, em declarações do Governo, que essa era a sua linha. A nosso ver, a consequência dessa independência total, dessa equidistância dos partidos e dos interesses sectoriais, que o Governo afirma, seria uma atitude de eminente coragem política, económica e financeira: cortar despesas e não fazer aquilo que se propõe - aumentar os impostos.

Se o Governo tiver esta atitude e nos disser que está disposto a ir até ao fim nessa coragem política, nessa equidistância dos interesses sectoriais e das dependências de outros órgãos, terá nisso o nosso apoio e podemos concordar com o Orçamento. Mas se o não fizer, não podemos.

Por estas razões que aqui expus e que são razões, repito, que se prendem exclusivamente com o Orçamento e com o Plano e com os interesses nacionais, o nosso voto não pode ser favorável, a menos que, nestas três questões fundamentais, que volto a enumerar - os 18%, novo imposto sobre rendimentos de trabalho e cumprimento da Lei das Finanças Locais -, o Governo altere as suas opções fundamentais e nos diga que está disposto a aceitá-las.

É que só isso nos parece uma atitude frontal e digna, porque, repito, dizer na generalidade que sim para depois na especialidade dizer que não nas questões



essenciais, não me parece que interesse ao Governo, que interesse ao País ou que interesse a uma posição clara e coerente.

Aguardamos, pois, Sr. Primeiro-Ministro, as suas palavras.

Sabe qual é a nossa posição. Sabia-a já desde o dia 18 de Fevereiro, data em que se realizou o Conselho Nacional do PSD em que pusemos estas questões.

Parece que o Governo preferiu avançar sozinho, pôr aqui a sua opção, e mesmo que ela não fosse aceite, seguir.

Respeitamos inteiramente essa posição. Mas o que não pode é sermos pedido um voto a favor ou responsabilizarem-nos por não o ter dado, quando, claramente, e a tempo, explicitámos as nossas posições e estivemos abertos a negociações quanto a estes princípios fundamentais do Orçamento, negociação que se não foi feita não foi por nossa culpa.

É indispensável que este país encontre um rumo novo para a sua economia, para as suas finanças e para a sua política em geral. É indispensável que se esclareça bem qual é esse rumo. E é por isso que não pode haver aqui equívocos quanto aos pontos essenciais à vida do País neste momento em causa, e que, para nós, são aqueles que enumerei.

Este Governo pode e deve prestar serviços importantes à democracia, mas se proceder de harmonia com aquilo que o País necessita, se enfrentar ás verdadeiras questões com coragem e determinação, não recuando perante quaisquer dificuldades.

Se assim for, e se isso for traduzido no Orçamento Geral do Estado, prestará um bom serviço à democracia. Mas se, no nosso entendimento, mantiver, quanto a estes pontos fundamentais, uma perspectiva contrária aos interesses nacionais, não é a democracia nem o País que ficam servidos. É que a simples existência de um governo, seja ele qual for, ou a simples existência de um orçamento e de um plano, sejam eles quais forem, só por si não servem a democracia nem o País. É o seu conteúdo político, quanto ao Governo na sua acção, e são os seus princípios, e as suas opções, quanto ao Orçamento e ao Plano, que efectivamente determinam a sua correspondência aos interesses nacionais.

Por isso - e só por isso - o sentido do nosso voto.

### **1.13. Entrevista ao "Expresso" - 24/03/79**

#### **ENQUANTO PS E PSD NEGAM ENTENDIMENTO SECRETO MOTA PINTO ARRISCA NOVO ORÇAMENTO**

Segundo o Expresso conseguiu apurar de fontes fidedignas, não se encontra afastada a hipótese de o Primeiro-Ministro Mota Pinto apresentar oportunamente uma nova proposta de Lei do Orçamento para apreciação na Assembleia da República, desde que o Presidente Eanes no seu regresso de Budapeste, continue a testemunhar a sua confiança no Governo da responsabilidade de Mota Pinto.

Nada impede qualquer Governo de, nos termos constitucionais, submeter à Assembleia nova proposta de Lei do Orçamento, depois de uma proposta anterior ter sido rejeitada. Esta rejeição não equivale constitucionalmente à rejeição de uma moção de confiança ou à aprovação de duas moções de censura, que - elas sim - provocarão a demissão do Executivo.

Também nada obriga o Governo a apresentar uma moção de confiança, podendo preferir a elaboração de nova proposta orçamental, acompanhada ou não de uma remodelação interna.

As mesmas fontes consideram que o Primeiro-Ministro poderá expor esta sua disposição ao Presidente da República mal ele chegue da sua visita oficial a três países do Leste europeu.

Ao optar deste modo, Mota Pinto poderia revelar que queria evitar o adensar da crise, bem como marcar claramente uma posição de força face aos partidos que pareceram apostar, por razões diversas, na sua queda: o PCP e o PSD.

A nova proposta de lei orçamental, a concretizar-se, poderia contar, em princípio, com o apoio do CDS, de Vasco da Gama Fernandes e dos deputados do PSD que já votaram, desta feita, em sentido diverso da direcção do partido. Se todos os deputados centristas estivessem presentes e se Galvão de Melo apoiasse a proposta, ela passaria, por 47 votos entre 46, mesmo que o sentido ao voto do PS e da direcção do PSD não se alterasse de forma favorável ao Governo.

O Expresso tentou confirmar esta informação junto de círculos governamentais, mas foi-lhe respondido que não haveria qualquer comentário, explícito ou implícito, antes das conversações entre Eanes e Mota Pinto.

Entretanto, o Conselho de Ministros, reunido ontem em S. Bento, em longa sessão, debateu pormenorizadamente as consequências da crise, em particular a hipótese de um pedido de exoneração, mesmo que meramente formal, de Mota Pinto a Eanes. Eanes que poderia reiterar a sua confiança neste Executivo.

O Expresso entrevistou sobre a crise governativa Mário Soares e Francisco Sá Carneiro e recolheu um depoimento de Adelino Amaro da Costa. O PCP não respondeu ao pedido de depoimento formulado, preferindo remeter para o comunicado ontem divulgado da Comissão Política do seu Comité Central, em que rejeita com a "derrota do Governo Mota Pinto/PPD", aponta o "beco sem saída" a que "a lógica da chantagem conduziu o PPD/Sá Carneiro", e propõe duas saídas: ou a rápida formação de um Governo sem apoio parlamentar respeitador da Constituição, defensor dos trabalhadores da Reforma Agrária e de "outras conquistas democráticas", ou a formação de um Governo de gestão, a dissolução da Assembleia da República e eleições gerais antecipadas (Intercalares) no prazo máximo legal de 90 dias.

Por seu turno, a CAP difundiu um comunicado sustentando que o Governo deve apresentar à Assembleia nova proposta de lei do Orçamento desde que o Presidente da República lhe manifeste o seu apoio franco e aberto. A CAP critica embora veladamente o PSD ao referir os sectores que objectivamente colaboram com o PCP.

EXPRESSO - Porquê a abstenção do PSD, na quinta-feira?

FRANCISCO SÁ CARNEIRO - O sentido do nosso voto foi traçado de acordo com três pontos fundamentais: a rejeição do tecto salarial de 18%, a rejeição do novo imposto e o desejo de uma mais justa e imediata distribuição de receitas às autarquias locais. Este voto corresponde ao que fora decidido, há mais de um mês, pelo Conselho Nacional do PSD no Vimeiro e, então, tornado público.

EXP. - Porquê não foram esses aspectos negociados com o Governo?

F. S. C. - Desde o mesmo Conselho Nacional que o primeiro-Ministro e o vice-primeiro-ministro sabiam das nossas posições e não se mostraram interessados em negociá-las.

EXP. - Tudo isto, no entanto, é puramente técnico. Quais as razões políticas da votação do PSD?

F. S. C. - O PSD não estava interessado em derrubar o Governo nem em servir-se do voto no Orçamento para lutar contra o Presidente da República.

EXP. - Mas o voto expresso na Assembleia aponta (ou resulta) claramente nesse sentido.

F. S. C. - Não. Mas quanto à situação político-militar, entendo, no entanto, que se caminhava progressivamente para uma militarização do regime, para um pseudo-socialismo militar. Os sucessivos ataques do PC, as interferências do Conselho da República, a não demarcação do PR em relação à colagem comunista, uma certa passividade e a crise de autoridade do Governo acabariam por produzir um desgaste do PSD, do próprio Governo e dos restantes partidos democráticos. Esse desgaste, que se poderia prolongar durante meses, com factores adicionais e provável intensificação por altura do 25 de Abril próximo, poderia ser tão forte que as eleições, finalmente, deixariam de aparecer como úteis, após a queda provável do IV Governo. Assim se apontava para a permanência futura de um Governo militar.

EXP. - Que provas tem para abonar essa tese?

F. S. C. - Para além dos factos já referidos, cito, por exemplo, indícios muito concretos: os ataques do PCP a Mota Pinto e a identificação do IV Governo com o PSD, a demissão de Ferreira do Amaral, a reacção violenta do PCP ao meu último artigo no "Povo Livre", a recuperação do conceito de democracia socialista, a eventual tentativa de criação do eixo Sónia-Lisboa-Luanda, fazendo lembrar o que sucedeu em Novembro de 1977, por altura da visita do presidente Tito a Portugal.

EXP. - E agora?

F. S. C. - Espero fortes críticas de certos sectores militares, para além dos ataques comunistas à minha posição integra-se totalmente na adoptada pelo PSD.

EXP - Eo PSD?

F. S. C. - Está a reagir bem. Todos estamos calmos, firmes e seguros.

EXP. - Apesar da divisão verificada na votação de quinta-feira?

F. S. C. - Há problemas que vêm de longe e que emergem agora. As dificuldades não estão a alastrar, segundo as informações que tenho constantemente recebido das comissões distritais e concelhias do partido. Vamos, de qualquer modo, fazer um esclarecimento, para explicar o sentido e as razões do nosso voto.

EXP. - Fala-se de uma nova cisão, tão grave como a de Aveiro.

F. S. C. - Não há problemas desses. Não estamos próximos de um novo Aveiro, apesar das dificuldades patentes no equilíbrio na votação.

EXP. - Fala-se também de acção disciplinar contra os deputados que votaram a favor do Governo na quinta-feira, bem como contra os que não compareceram.

F. S. C. - A situação de uns e de outros é diversa. Será apreciada e se necessário julgada pelos órgãos competentes do Partido, segundo os estatutos. A direcção política não foi prevenida, nem mesmo na própria altura, do que se ia passar com esses deputados, salvo num único caso.

EXP. - E se, entretanto, o Governo apresentar uma moção de confiança?

F. S. C. - Essa é, entre outras, uma razão para a questão ser esclarecida com urgência dentro do partido.

EXP. - Admita, no entanto, que o Governo apresenta uma moção de confiança e que há vinte ou trinta deputados que votam favoravelmente, o que, com os votos também favoráveis do CDS e a presumível abstenção do PS, já lhe daria a maioria.

F. S. C. - Não me parece muito provável. De qualquer modo, espero que a questão esteja esclarecida, antes disso, dentro do partido.

EXP. - Outra hipótese aventada é a do Governo apresentar um novo Orçamento.

F. S. C. - É uma hipótese lógica. Se o Governo não apresentar uma moção de confiança, é por aí que deve enveredar, preparando-o desde já.

EXP. - Que fará, nesse caso, o PSD?

F. S. C. - Veremos. Depende também do novo Orçamento. Se, quanto ao agora rejeitado a supressão do novo imposto sobre o 13.º mês e pensões de reforma e a atribuição imediata de verbas, às autarquias locais, teríamos votado favoravelmente.

EXP. - As implicações políticas da votação do PSD transcendem, no entanto o Orçamento propriamente dito.

F. S. C. - Aguardamos que as implicações políticas sejam esclarecidas.

EXP. - Que há quanto a um alegado entendimento secreto com o PS?

F. S. C. - É pura calúnia difundida por certos meios que já conheço. A nossa posição é pública: estamos abertos a entendimentos com os partidos democráticos. Nunca os faremos nas costas da opinião pública e dos órgãos do partido.

O esclarecimento, dentro e fora do PSD, do sentido do nosso voto e a luta contra forças que estão em parte ainda na sombra, as quais pretendem o enfraquecimento do PSD e a desertificação partidária para então se imporem.

Não é apenas o partido que está em jogo, mas sim a democracia e o país. Nunca seria conivente com um regime militar de fechada democrática.

## **1.14. Entrevista ao Programa "Zoom" - RTP - 27/03/79**

Fernando Balsinha: Estamos a atravessar uma crise política relacionada com o chumbo do Plano e Orçamento na A.R. Na origem desta crise, para muita gente, terá estado o PSD, que depois de inicialmente ter apoiado o Governo Mota Pinto acabou por se abster na votação do Orçamento. Um PSD, que aliás, apareceu claramente dividido. Como se sabe só um terço dos deputados sociais democratas acatou a orientação determinada pela Direcção do PSD.

Dr. Sá Carneiro, será que a partir de agora o PSD vai fazer política na Assembleia da República apenas com um terço dos deputados?

Sá Carneiro: Os deputados continuam todos, como sabe. Não estiveram mais do que um terço, mas isso é um pormenor secundário.

São efectivamente dificuldades as ausências criadas na bancada do grupo parlamentar, com cinco votos a favor do Orçamento e do Plano, portanto em sentido diverso daquele que foi determinado pela Comissão Política Nacional.

Foi lamentável; espero que tenha sido a última vez que acontece isto.

Estou convencido de que houve atitudes pouco reflectidas, houve atitudes pouco esclarecidas que levaram a esta situação.

F.B.: Foi dito aqui pelo Dr. Magalhães Mota que até meia hora antes da votação, o Grupo Parlamentar não sabia qual era a decisão da Comissão Política?

S.C.: Sim, essa intervenção do Dr. Magalhães Mota não foi realmente feliz e teve alguns lapsos. Um deles, por exemplo, foi dizer que os Estatutos admitiam a objecção de consciência. Os Estatutos do Partido não admitem, pelo contrário, impõem a regra de unidade de voto. Há uma norma do Regulamento do Grupo Parlamentar que admite, quando seja o Grupo Parlamentar a fixar o voto, a dispensa de comparência, ou o voto em sentido diferentes. Mas é um caso completamente diverso. De resto, como sabe, quase todos os partidos europeus têm a regra da unidade de voto que é indispensável para o Partido poder funcionar no Parlamento. Magalhães Mota também disse que do Conselho Nacional do Vimeiro resultava um voto favorável ao Orçamento. Isso não é exacto. Foi outro lapso dele. Pelo Conselho Nacional do Vimeiro resultava necessária e claramente que se não

fossem feitas alterações no Orçamento quanto ao impacto extraordinário sobre o 13.º mês e pensões e quanto à aplicação da Lei das Finanças Locais o nosso voto não poderia ser favorável...

Soares de Oliveira: Desculpe., foi tomada por maioria ou unanimidade?

S.C.: Não me recordo, creio que na maior parte dos casos foi tomada sem votos contra, com algumas abstenções, mas não posso precisar. Como sabe, isso não afecta nada as deliberações.

O que se passou quanto ao Grupo Parlamentar, de fazer a votação, é que o Dr. Magalhães Mota, como Presidente do Grupo Parlamentar, é o representante desse grupo na Comissão Política Nacional. Portanto, assistiu a todas as deliberações. É função dele até, fazer a ligação indispensável entre a Comissão Política Nacional e o Grupo Parlamentar. É, portanto, sabe como é que as coisas se passaram. A reunião da Comissão Política prolongou-se até depois do almoço e depois fui eu até, de propósito, com o Dr. Menéres Pimentel, comunicar ao Grupo Parlamentar. E ali estive bastante tempo conversando, dialogando com os deputados, vendo as dificuldades que punham, vendo a melhor forma de dar execução a essa deliberação. Foi assim que as coisas se passaram.

Poder-se-à perguntar: mas porque é que a Comissão Política Nacional não tomou a sua deliberação mais cedo? Ora bom, é que realmente nós tomámos a nossa deliberação no Conselho do Vimeiro, em 18 de Fevereiro. E comunicámo-la ao Governo até. E a partir daí, até tentámos com a nossa equipa económica, explicar o sentido da deliberação, ver como é que o Governo poderia dar satisfação até aos nossos pontos de vista, que eram razoáveis e que podiam ter fácil satisfação.

Não conseguimos nada. Ainda assim, aguardámos o debate. E na véspera da votação foi o Dr. Menéres Pimentel e o Eng.º Angelo Correia falar com o Primeiro-Ministro e com o Vice-Primeiro Ministro, à noite, para ver das últimas possibilidades. Se realmente eles transigissem nesse ponto - não era por nós, é porque achámos que esses pontos são essenciais para o País... E vieram de lá até com uma certa esperança. Bom, tudo isto foi posto na Comissão Política Nacional e é do conhecimento de todos, do Dr. Magalhães Mota...

F.B.: Como é que se pode interpretar que quarenta e um deputados não apareçam para votar a decisão final da Comissão Política?

S.C.: Bem, eu creio que se criou ali uma situação de nervosismo dos deputados. Se há alguma coisa por trás disso... Há muito pouca informação. Nós efectivamente, a Direcção do Partido, fomos para a sala e não fomos prevenidos das ausências. Verificámos "in loco". Pelo contrário, as informações que tínhamos e até informações expressas de alguns elementos do chamado "Grupo dos Inadiáveis" eram de que, qualquer que fosse a decisão da Comissão Política, seria acatada e respeitada, como deve ser, como os Estatutos o impõem. E chegámos à sala e deparámos com aquele espectáculo.

F.B.: Diz-se que a mudança de atitude ou a tomada de decisão de abstenção na votação do orçamento teria sido uma primeira fase de uma estratégia tendente a "limpar o Partido"...

S.C.: Não, isso não tem nada uma coisa com a outra. Primeiro "limpar o Partido", entre aspas, não sei o que seja. As pessoas todas fazem falta para o Partido. Devem ficar no Partido. As divergências de opinião são inteiramente legítimas e respeitadas e até salutares. Mas é evidente que nenhum partido pode funcionar sem disciplina.

E nisso parece que a Direcção do Grupo Parlamentar dá à suposta objecção de consciência esta interpretação. Um deputado diz: objecção de consciência. Entrega uma carta, ou diz qualquer coisa, e pronto, está automaticamente dispensado. Nenhum partido pode funcionar assim. Imagine que amanhã o Partido está no Governo, não é? E se não tem o apoio garantido pelo Grupo Parlamentar, é incompreensível funcionar assim. Portanto, "limpar o Partido", não. Todas as pessoas podem estar no Partido, podem-se exprimir livremente, podem, se quiserem, formar uma tendência. Mas têm que acatar a disciplina do Partido, os Estatutos e as regras de definição de voto.

F.B.: Portanto, admite a hipótese de os 41 deputados ou uma parte deles saírem do PSD, do Grupo Parlamentar do PSD?

S.C.: Bom, há dois casos diferentes: há os deputados que votaram em sentido contrário ao determinado pela Comissão Política, para o fazer - e só ela é que a podia dar - e há os outros que não estiveram presentes à sessão. São dois casos diferentes. O Conselho de Jurisdição vai apreciar uns e outros. E eu creio que os deputados que não estiveram presentes, pelo que soube hoje, podem ter a atenuante de estarem informados pela Direcção do Grupo Parlamentar dando esta atitude à suposta objecção de consciência, que, afinal, a meu ver, tal como é interpretada, não existe. Portanto, podem ter efectivamente essa atenuante, essa explicação. Em todo o caso, será o Conselho de Jurisdição a decidir do ponto de vista disciplinar, embora o Conselho Nacional deva decidir do ponto de vista político, visto que o Conselho Nacional tem competência para fiscalizar politicamente os outros órgãos do Partido, inclusivamente o Presidente e o Grupo Parlamentar.

Gostaria só de acrescentar que, precisamente por isso ser assim, é que, embora os deputados tenham um estatuto permanente de observadores no Conselho Nacional, mandei pedir que os convidassem expressamente para este Conselho, para eles estarem presentes como têm estado. E foi isso que fiz, porque as coisas discutem-se nos órgãos do Partido e resolvem-se; e depois acatam-se disciplinadamente.

S.O.: Também foram convidados para o próximo?

S.C.: Eles têm estatuto de observadores permanente em todos. Mas precisamente, porque naturalmente se vai apreciar esta questão, pedi aos Serviços do Partido que insistissem com os deputados para que fossem, e a decisão do Conselho tem sido no sentido de dar a palavra aos observadores. Espero que vão todos e que as coisas se esclareçam completamente.

Maria Elisa: Já depois deste incidente da votação do Orçamento na Assembleia, militantes destacados do PSD têm continuado a tomar posições de viva crítica à

Direcção do Partido. Assim, o Prof. Sousa Franco, que já foi Presidente da Comissão Política do PSD, afirmou ontem num jornal de Lisboa que, a partir de agora, se impõem no Partido a recusa de seguir directivas de chefes que se pautam pelas suas birras pessoais e acrescenta "é o momento de se esmagar politicamente os semeadores de ventos e os palhaços que, com os seus números de circo, vêm perturbar o começo de qualquer trabalho de reconstrução nacional".

O Sr. Dr. sente-se atingido de algum modo por estas palavras?

S.C.: Eu sinto-me aí perfeitamente visado o que não quer dizer que me sinta atingido; e visado porque ele identifica muito bem o Partido a que pertence e a Direcção que critica nesses termos. Não me sinto nada atingido, mas suponho que a intenção foi efectivamente visar-me. Não é a primeira vez. Já na altura em que esteve afastado da direcção política do Partido, o Dr. Sousa Franco teve artigos de tom semelhante, embora nunca tão duro, tão agressivo e, a meu ver, tão responsável. Suponho mesmo que toda a opinião pública reprovará que um membro do Partido e um deputado venha a terreiro e nos jornais fazer essas acusações. E sem autoridade nenhuma. Ainda por cima, porque se estas coisas tivessem sido ditas pelo Dr. Sousa Franco nos Órgãos do Partido, frontalmente diante das pessoas e discutidas, mesmo que se ele não obtivesse satisfação, podia tomar uma atitude dessas, embora me pareça algo deselegante. Nos Conselhos Nacionais não costuma comparecer. Portanto estas críticas, que a meu ver, parecem perfeitamente descabeladas, de modo nenhum podem ser feitas em público.

Eu compreendo que o Dr. Sousa Franco, que disse há tempos numa entrevista a um semanário que não precisa do Partido para nada, revelando com isto uma falta de apego e de interesse pelo Partido, que se sinta tão afastado já, que se permita a essas coisas. Isso é muito mau, nem sequer lhe cabe autoridade do ponto de vista técnico em relação ao Orçamento, porque sendo deputado, pessoa especialmente competente para isso, o Prof. Sousa Franco especialmente contactado a meu pedido pelo Gabinete de Estudos, disse que não intervinha no debate, que estava muito ocupado, que tinha os seus afazeres universitários. Isto é que eu não posso compreender, nem as pessoas admitir, que se desinteresse da vida do Partido, das reuniões, do debate do Orçamento e depois vir cá para fora em artigos sucessivos de jornais. Essa perspectiva ainda é mais grave, é a crítica sistemática aos Partidos e ao regime de Partidos.

M.E.: De qualquer modo, pensa ou não, que o eleitorado do PSD está de certo modo desorientado com o sentido da vossa votação?

S.C.: Não. Eu creio que não. Creio que ficou desorientado com a campanha que se fez.

O Primeiro Ministro, logo nas declarações, procurou identificar um voto não favorável ao Governo com um voto favorável aos comunistas, o que é perfeitamente falso, e portanto as pessoas deixaram-se impressionar com isso. Nenhum partido, suponho, mais que o nosso tem combatido sistematicamente o comunismo e tem sido um grande obstáculo, como de resto as sociais-democracias são para os partidos comunistas. Efectivamente o Professor Mota Pinto tem um discurso fortemente anti-comunista mas que muitas vezes não corresponde à realidade da



política do Governo. Isto de dizer que quem não nos apoia é a favor dos comunistas foi um argumento que o Dr. Salazar usou até à exaustão. O que é preciso é efectivamente fazer um combate sistemático ao Partido Comunista que não deve ser perseguido nem ilegalizado mas que deve ser combatido por meios democráticos e deve-se-lhe retirar a sua implantação no terreno, no Alentejo, na Administração Pública e em cargos de confiança. Não proibir de trabalhar, mas não dando cargos de confiança política a comunistas. Isso acho que é perfeitamente legítimo. Não afecta sequer o direito ao trabalho. Mas na influência nos meios de comunicação social, no sector nacionalizado, no sector empresarial do Estado e sobretudo por um esforço geral de melhoria das condições de vida do Povo Português que lhes permita fazer frente às infiltrações e às avançadas comunistas. Não há melhor "caldo de cultura", para um Partido não democrático, sobretudo para um partido Comunista do que o descontentamento generalizado, a decepção, o descrer nos partidos...

Olhe, artigos como esse, por exemplo, que citou há bocado.

M.E.: Podemos portanto concluir que a votação do PSD na Assembleia em relação ao Orçamento não criou nenhum problema ao nível das bases do Partido?

S.C.: Não. Houve de início uma certa desorientação, sobretudo pela campanha de imprensa que também logo foi feita, e isso é um problema sério visto que há, uma certa tendência para alguns órgãos de informação se transformarem em órgãos de propaganda do Governo e do Presidente da República, o que é péssimo, mas houve essa campanha toda montada, as pessoas desorientaram-se. Nós começámos a fazer um esclarecimento dizendo a verdade, a televisão transmitiu os dez minutos finais do meu discurso e as pessoas facilmente perceberam e estou convencido de que no futuro perceberão cada vez melhor. Foi por razões nacionais, e apenas por razões relativas ao País e ao orçamento que nós determinámos o nosso voto. Nem votámos contra o Governo, abstivemo-nos, dando ao Governo o benefício da dúvida, mas o que não nos podia ser pedido era que aceitássemos pontos que numa perspectiva nacional nós não podíamos aceitar. Mas aí eu só gostava de acrescentar ainda quanto ao comunismo, que o próprio anti-comunismo do Governo, por exemplo, não transparece na política externa do País. Estes contactos intensivos com os Países comunistas, as diplomacias paralelas em que está o Major Melo Antunes, e quando falo dos contactos intensivos refiro-me às visitas do Presidente da República aos países comunistas, de um certo apoio que ele deu a estudantes comunistas que se encontravam a estudar em Belgrado, dizendo que eram os melhores embaixadores; as notícias que vieram nos jornais e que correspondem à realidade, que não foram desmentidas, tanto quanto saiba, da cooperação portuguesa e búlgara para Angola e Moçambique, como que uma tentativa de criação de um eixo de cooperação entre a Bulgária, Portugal, Angola e Moçambique, tudo isso não corresponde ao discurso anti-comunista do Governo e, pelo contrário, favorece o avanço do Partido Comunista que nós queremos combater, e é por isso que nós temos também combatido esses desvios.

M.E.: Penso que o Daniel Soares de Oliveira tem algumas perguntas relativas à actuação do Presidente da República, mas em todo o caso eu gostaria de insistir

ainda nalgumas de carácter mais pessoal. Pergunto se acha ou não que o seu comportamento à cabeça, na direcção do Partido, todo ele digamos em zigue-zagues, isto é de entradas e saídas espectaculares, terá de algum modo des-norteado os eleitores do Partido?

S.C.: Bem, eu creio que não. Eu não costumo fazer zigue-zagues, até me acusam de ser demasiado rígido, e demasiado coerente, e não fazer zigue-zague. Eu suponho que não. Eu reconheço que talvez seja incómodo pelo meu estilo. Admito perfeitamente que haja um grupo no Partido que esteja oposto ao meu estilo pessoal e ao meu carácter de incomodidade. O grupo dos inadiáveis representa uma alternativa, quando o Partido entender que é necessário mudar de direcção, quando eu próprio entender, mas eu procuro sempre ouvir as pessoas, pôr as coisas à discussão e depois fazer respeitar as deliberações tomadas, sejam elas por unanimidade ou por maioria. É verdade que eu actuo por convicção e acho que é indispensável actuar por convicção.

M.E.: Eu gostava de lhe perguntar se concorda com a ideia de que o Sr. Dr. agirá mais por preferir o poder da razão à razão do poder? É uma coisa que se diz muito de si dentro do próprio Partido.

S.C.: Ah... Isso concerteza...

M.E.: Acha que isso corresponde ao seu perfil?

S.C.: É evidente que prefiro o poder da razão à razão do poder.

M.E.: Mas isso não se traduzirá na prática numa grande intransigência, numa certa dificuldade de diálogo com todos aqueles que se lhe opõem dentro do próprio Partido?

S.C.: Eu não estou agarrado ao poder. Já o demonstrei. Dentro do Partido ou fora dele. Não corro atrás do poder. Acho que o Partido também não deve correr. Estamos em sintonia e as pessoas compreendem. As funções do Partido são pedagógicas, de esclarecimento, de formação, e também uma luta pelo poder, mas em circunstâncias de respeito pelos valores nacionais. Não o poder pelo poder, mas o poder como forma de acção, de realização e de actividade. Pôr em execução o nosso programa em benefício do país. Isso é que é para mim o Partido e creio que o Partido todo sente isso e precisamente se sente bem nessa linha.

F.B.: Sr. Dr. Sá Carneiro, permita-me que volte um pouco atrás. O Sr. Dr. há pouco referiu o facto de existirem diplomacias paralelas, nomeadamente referiu o caso da deslocação do Tenente Coronel Melo Antunes a África e referiu ainda uma outra afirmação do Presidente da República na Bulgária aos estudantes portugueses que lá se encontravam "que eram os melhores embaixadores". Eu recorde-me que o Presidente da República disse exactamente o mesmo na sua viagem à Guiné-Bissau aos cooperantes portugueses que lá estavam a trabalhar e mesmo aos portugueses que estão radicados a trabalhar em Bissau. Não será, digamos, alargar muito a interpretação das palavras do Presidente Eanes?

S.C.: Pode ser que seja uma força de expressão. De qualquer maneira não me pareceu feliz e também se calhar os cooperantes que estão na Guiné também não

são de uma linha muito diferente dos estudantes que estão na Bulgária, não sei, mas efectivamente...

F.B.: E há residentes, pessoas que já lá viviam e que permaneceram por razões naturais...

S.C.: Bem, é possível que tenha sido uma força de expressão mas eu vi até o programa na televisão. Não me pareceu só isso. Mas, bem vê, há também declarações no mesmo sentido na Guiné que eu já critiquei publicamente e que me parecem graves da parte do Presidente da República. É que em tudo isto me parece haver um intuito de conciliação com o Partido Comunista. Intuito de conciliação em que o Presidente da República e o Partido Socialista se aproximam e se identificam muito. Ainda outro dia, quando ouvimos o Dr. Mário Soares a descrever a sua política do II Governo - o tal acordo que esteve para existir com o Partido Comunista no campo social - e tenho a impressão que o Presidente da República também segue uma política de conciliação para evitar rupturas mesmo democráticas - e acho que a ruptura democrática é essencial - e isso tem levado a uma indefinição, a um certo sentido que as pessoas têm de ambiguidade e no fundo divide o campo democrático.

Eu disse já em 1977 e escrevi-o, que o papel fundamental do Presidente da República era encabeçar com os partidos democráticos que o quisessem fazer, um projecto de salvação nacional.

F.B.: Em relação ao caso do Tenente Coronel Melo Antunes eu penso que foi dito por um responsável do Governo, Governo que inicialmente o PSD apoiou, embora criticamente, que a viagem do Tenente Coronel Melo Antunes tinha sido feita de acordo, ou pelo menos com o conhecimento do Governo.

S.C.: Sim. Mas isso não chega. O simples conhecimento, por exemplo, não chega. Ver o Tenente Coronel Melo Antunes a falar em África, em nome de Portugal e a dar posições, controversas e para mim muito criticáveis, em nome de Portugal, não me parece necessário. É preciso que a política que se está a desenrolar a nível externo fosse do Governo, fosse controlada pela Assembleia da República e não aparecesse dimanada do Presidente. Acho que é um erro e uma interferência indevida. É esta linha que me parece a projecção para o exterior de uma linha de conciliação com o Partido Comunista, que acho profundamente nociva para o País e por isso me tenho frontalmente batido contra ela.

D.S.O.: Dr. Sá Carneiro: O PSD mudou repentinamente a sua posição em relação ao Governo retirando-lhe o apoio crítico que lhe dera aquando da discussão do programa e que aliás mantivera posteriormente. Simultaneamente o PSD reafirma que o Governo de Mota Pinto era um Governo do Presidente da República. Esta retirada de apoio dirigir-se-à apenas ao IV Governo, portanto ao Governo do Professor Mota Pinto, ou também ao Presidente da República?

S.C.: Não. O nosso voto do Orçamento, como disse, não tem nada a ver com isso. Foi só ditado por razões do Orçamento e não teve nenhum sentido político derubante do Governo. Quando demos o apoio crítico à manutenção do Governo em 18 de Fevereiro no Conselho do Vimeiro, fizémo-lo mediante certas condições. A

correção de uma ineficácia e paralisia que se verificava em determinados sectores, citámos o Ministério das Obras Públicas e Habitação, o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Cultura e as negociações com a C.E.E. Pela aprovação do Orçamento nas condições que nós pusemos, fundamentais, do 13.º mês e das Finanças Locais, isto é, uma verdadeira política de austeridade. Ora bem, nós verificámos a certa altura que estava a haver uma intromissão do poder político militar num sector fundamental que era o da Reforma Agrária, visto que houve as críticas vindas a público do Brigadeiro Pezarat Correia que acusava de arbitrariedade e do emprego sistemático da força. Vemos, a seguir, portanto, posto em xeque um Ministério e o seu Secretário de Estado, por documentos confirmados, vemos a seguir o Conselho da Revolução vir cobrir isto respondendo ao nosso comunicado. Foi uma forma indirecta de cobrir esta actuação. O Presidente da República é o Presidente do Conselho da Revolução. Disse até na imprensa que tinha concordado com o comunicado; depois dá-se o episódio de Ferreira do Amaral, depois de eu saber as dificuldades que tinha a própria equipa do M.A.P., que receava que sem o apoio expresso do Presidente da República não pudesse fazer face ao Partido Comunista no Alentejo, dá-se a desautorização do Secretário de Estado, directa, ainda pouco esclarecida, mas, enfim, já suficientemente clara para se saber que houve uma desautorização, pelo menos sentir que não havia um apoio suficiente e portanto nós entendemos que estando isto a passar-se assim, portanto, a haver este desgaste em relação a um sector fundamental do Governo como era a equipa do M.A.P. por parte do poder político militar, nós devíamos dizer claramente, como dissemos, que entendíamos que a demissão era a consequência disto tudo, era uma crise aberta pelo Presidente da República e pelo Conselho da Revolução e que não podíamos manter nestas circunstâncias, como é evidente, o nosso apoio à manutenção crítica do Governo, portanto o Presidente da República tinha de assumir totalmente as suas responsabilidades.

D.S.O.: A atitude do PSD visou portanto muito claramente também o Presidente da República?

S.C.: Nessa fase, sim senhor. Evidentemente, visto que ele é o responsável pelo Governo. Mas há todo aqui um equívoco de poder político militar juntamente com a linha de conciliação que o Presidente da República tem seguido que a meu ver tem sido uma das grandes razões desta crise permanente em que vivemos e desta angústia em que vivemos.

Creio que era necessário fazer uma opção clara entre dois modelos de sociedade - a sociedade humanista e criativa e a sociedade burocratizante e colectivista - e portanto, juntar as forças que perfilhassem o mesmo modelo de sociedade para, em conjunto, encaminharem o País para novos rumos, para a estabilidade e para a mudança necessária. E aí, na opção entre estes dois modelos de sociedade é que parece que o Presidente da República e o PS sentem as maiores dificuldades. O PS parece não poder optar e sentir sempre necessidade de ter uma conciliação com o Partido Comunista e o Presidente da República aparentemente também está na mesma situação. Ora eu creio que o PC é um partido legal. Enquanto se comportar de harmonia com as normas legais deve ser respeitado, se o não fizer, deve ser remetido para os tribunais, mas é sempre um partido de oposição e em relação ao qual as forças que perfilham um determinado modelo de sociedade têm

de estar em oposição sistemática. Simplesmente isso não tem sido esclarecido em face das ambiguidades que eu já referi.

D.S.O.: Ainda acerca do Governo, o PSD retirou-lhe o apoio mas afirmava entretanto que não apoiaria qualquer outro Governo, isto citando o comunicado da Comissão Política Nacional de 16 de Março. Este Governo deixou, portanto, de ter o apoio do PSD. Mas o Governo, aparentemente continua a ter o apoio do Presidente da República. Se este Governo apresentar uma moção de confiança, como vai o PSD votar?

S.C.: Bem vê, se o Governo já sabe que depende apenas da confiança do Presidente da República, que neste momento depende totalmente do Presidente da República...

D.S.O.: Mas também da Assembleia...

S.C.: Nós não sabemos se o Governo fica se não fica, não é? Agora sabemos sim, se o Governo fica ou não fica, depende do Presidente da República. Se o Presidente da República lhe der a sua confiança total, pelas notícias que vêm nos jornais, ele fica, se não ele não fica, portanto, neste momento, a subsistência e a manutenção do Governo é um problema entre ele e o Presidente da República.

O Governo se põe um problema de confiança à Assembleia, e sabendo-se que não tem a maioria e que a nossa posição é de abstenção, está-se a suicidar. A nossa posição...

D.S.O.: A nossa de quem?

S.C.: A nossa posição, PSD, é abstenção, neste momento...

D.S.O.: Mesmo que os inadiáveis tomassem uma posição diferente?

S.C.: Bom, eu não posso pensar que o Governo vai contar com isso.

Se vai, parece-me uma atitude muito pouco admissível. Por outro lado, de harmonia com os nossos Estatutos e com o nosso regulamento do Grupo Parlamentar, os deputados que virem que não podem continuar a desempenhar o mandato de harmonia com os Estatutos, têm obrigação de pedir a renúncia. E eu não acredito que houvesse deputados que saíssem do Partido e ficassem no Parlamento. E porquê? Porque houve um compromisso de honra, expressamente assumido e eu não acredito que por quaisquer razões, pessoais ou políticas, os deputados que são hoje do PSD trocassem a sua honra, a sua palavra de honra, pela manutenção do seu mandato no Parlamento.

M.E.: Vivemos portanto, Dr. Sá Carneiro, mais uma crise. Certos sectores da opinião pública, aliás, foi mesmo o Sr. Dr. que já disse isso aqui esta noite, denunciam neste momento um profundo desencanto no que se refere ao jogo democrático da vida parlamentar. Pensa que a democracia está neste momento em perigo?

S.C.: Eu penso que efectivamente a democracia está em risco por todos estes factos. E agora começa a haver tentativas de falar em novos partidos e apelar à

desobediência cívica dos deputados. Bom, eu não vejo que os novos partidos só por si salvem a democracia. Mas o que me parece inadmissível é que se pense, como parece transparecer de algumas declarações, pensar formar novos partidos à custa dos deputados que os partidos existentes têm no Parlamento. Isso faz-me lembrar o cuco que vai pôr o ovo no ninho dos outros pássaros, porque não está para fazer o seu ninho.

Sabemos que um partido exige muito trabalho e muito esforço a formar. E se há partidos que têm a ilusão de que vão buscar deputados dos outros partidos, provocando cisões por isto ou por aquilo, então estão a ter um mau começo, e um começo nada democrático e nada respeitável. A democracia está efectivamente em risco. Como sabe não vivemos plenamente num regime democrático. Vivemos num regime em que ainda há poder político militar e em democracia não pode ser. Temos de caminhar rapidamente para o fim do período de transição e do fim da intervenção dos militares na política. E eu creio que seria muito desejável que se acabasse a confusão entre os cargos militares do Presidente da República e a sua qualidade de Presidente da República, até porque este sendo militar e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas pode não se sentir à vontade para fazer acordos com os partidos, para fomentar blocos e para ter essa intervenção. É bom que o Presidente da República efectivamente apoie o seu Governo. Seria muito recomendável, por exemplo, que presidisse a um Conselho de Ministros, como pode fazer e ainda não fez, que se empenhe pelo seu Governo e que não espere que apenas os partidos, que nada têm com o Governo, se empenhem nele, que as coisas se esclareçam sem conciliações, antes numa linha de convicção e de clarificação e a opção pelos dois modelos de sociedade. Parece-me fundamental para que a democracia possa efectivamente surgir plenamente no nosso País e deixar de estar sujeito a estas crises. Parece-me mesmo que essa clarificação é a resolução da crise política, na base da qual está tudo isto, esta indefinição e este mal estar. São fundamentais para a recuperação económica.

M.E.: Justamente, há quem veja na situação agora criada um impasse de algum modo semelhante àquele que aconteceu em Julho de 74 com a saída do então Primeiro Ministro Palma Carlos. O Sr. Dr. fala na necessidade de uma clarificação. Em que sentido é que acha que ela se irá fazer neste momento?

S.C.: Tivemos outros momentos semelhantes mais recentes, por exemplo, em Novembro de 77, quando estava já para cair o I Governo Mário Soares, houve todas as especulações sobre o ascenso do poder militar, sobre os riscos de militarização. Foi a altura do discurso do Presidente da República da "democracia socialista", não sei se se recorda. Eu próprio denunciei a militarização do regime, a tentativa eventual de construir um socialismo militar, que nem é militar nem é socialismo, mas democrático de certeza é que não é. Portanto, parece-me que efectivamente estamos, como em outros períodos de crise das instituições e funcionamento das instituições e do poder político, a caminhar para uma certa militarização.

Pode mesmo esse processo de militarização estar já um pouco mais avançado do que estava em Novembro de 77 e implicar nele todas estas crises, não é? Porque efectivamente vemos que os próprios partidos agora estão a ser desacreditados,

já não temos Governos de partidos, temos governos de independentes que por sua vez não se sentem apoiados pelo Presidente da República e daqui a pouco é o apelo, que já vai transparecendo, clara ou veladamente, num ponto ou noutro, ao poder militar.

Isso efectivamente, seria a negação de tudo aquilo em que o Povo Português apostou e esperou, e seria a negação de um futuro progressivo, justo e europeu para Portugal. Eu espero que isto não aconteça e estou certo de que a esmagadora maioria dos militares o não querem. Querem sim a clarificação da situação pelas forças políticas. Simplesmente, temos de dar os passos necessários para isso.

F.B.: Sr. Dr. muito obrigado pela sua presença aqui. É hora de finalizarmos este programa. Boa noite para todos.

## **1.15. Mensagem publicada no "Povo Livre" - 11/04/79**

### **AOS MILITANTES**

Mais uma vez o PSD enfrenta dificuldades internas e ataques externos. Vêm aquelas da cisão do Grupo Parlamentar e da decisão dos dissidentes de se manterem na Assembleia da República. Atitude grave e inaceitável que lesou gravemente não só o Partido como principalmente as instituições democráticas, o prestígio do Parlamento e o País. Com ela se solidarizaram algumas pessoas que nestes dias têm deixado o PSD. Lamentamos o seu afastamento pelo que ele é em si e pelo que representa de solidariedade com uma atitude que não podemos considerar correcta nem respeitável.

Tudo isto se liga com certos projectos hoje claros e com os ataques que do exterior do Partido nos são desferidos, como procurei explicar no grandioso comício do passado dia 5.

Com tudo isto é o PC e as forças extremistas que beneficiam. Lucra também o poder político-militar, em ascenso tanto maior quanto for mais fraco o poder civil. Pode daqui surgir um partido presidencial, como parece querer o senhor primeiro-ministro, partido que não está a ser democrático, na sua origem e no seu desenvolvimento, e que dividirá ainda mais o campo democrático. Partido esse de poder pessoal, sem programa e sem bases, ele pode ser esteio de uma candidatura presidencial militar, mas não será com certeza um movimento em que os portugueses se reconheçam.

Não é o PSD que está posto em causa, são sim a democracia, o poder civil e o futuro do País.

A nossa atitude tem de ser de luta e de verdade, mas de grande serenidade também.

Mantemos firmemente a nossa linha social-democrata, bem expressa no voto sobre o Orçamento e o Plano, bem como a absoluta fidelidade aos interesses de Portugal.

Mantemos e desenvolvemos o clima de coerência, de serenidade, de transigência e de respeito mútuo, em que ninguém pode ser afastado, marginalizado ou atacado com base em supostas fidelidades pessoais. Não há no PSD linhas pessoais. Há um só Programa, a que todos somos fiéis e a linha política que, com a participação de todos, os órgãos competentes fixarem. Nesse clima e nesse espírito, que são os nossos, preparamos o nosso Congresso e elegemos os respectivos delegados.

Nesse ambiente de mobilização plena, com as estruturas do Partido intactas, baseados no esforço de todos e com o aproveitamento das capacidades de cada um como regra absoluta, sem desvios à direita ou à esquerda, sem radicalismos e sem demagogia, encaramos o futuro com confiança.

Não desistiremos nem seremos vencidos porque a democracia perdurará, vingará a social-democracia e Portugal será um País europeu e civilizado, para bem de todos os portugueses.

## **1.16. Entrevista ao "Tempo" - 12/04/79**

### **SÁ CARNEIRO PEDE ELEIÇÕES EM JUNHO**

Numa entrevista que nos foi concedida, na passada segunda-feira de manhã, na sede do PSD, o dr. Francisco de Sá Carneiro pediu a realização de eleições gerais intercalares em Junho próximo e anunciou que vai propor ao Congresso do seu Partido, também em Junho, para não apoiar uma recandidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República. O "leader" do segundo maior partido português vibrou, também, um ataque violento ao prof. Mota Pinto, actual Primeiro-Ministro, acusando-o de estar a servir-se das suas funções governativas para fundar um novo partido.

Na longa entrevista, a mais importante que concede depois da grande crise que atingiu o grupo Parlamentar do PSD o dr. Sá Carneiro analisa com profundidade a crise portuguesa e aponta as saídas que lhe parecem mais consentâneas com o superior interesse nacional. Manifestou-se a favor da eleição de um Presidente da República civil, ou de um militar na reserva, e classificou o actual regime português de político-militar. O dr. Sá Carneiro mostrou-se disposto a respeitar o resultado das eleições intercalares e a aceitar coligações com outros partidos se as eleições assim o indicarem.

Em relação aos restantes partidos democráticos, mostrou-se mais conciliador com o PS do que com o CDS, pelo facto deste partido ter anunciado o seu pleno de apoio ao Governo do prof. Mota Pinto e ao actual presidente da República. Em relação ao Partido Comunista, atacou-o violentamente considerando-o um partido de Moscovo e não um partido nacional, pelo que deverá ser tratado rigorosamente nessa qualidade e como partido da Oposição.



Nuno Rocha: Que fundamentos atribui o dr. Sá Carneiro a esta crise? Como é que a explica?

Sá Carneiro: Estamos, fundamentalmente, diante de uma cisão do grupo parlamentar do PSD e não do PSD como tal. Tem-se verificado que o PSD continua unido, com os seus jovens, com os seus sindicalistas, os quais continuam a trabalhar de acordo com a linha traçada de colaboração na UGT. Não temos problemas nem na organização do partido no Continente nem na organização do partido nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira o que já ficou bem claro não só com as palavras do Presidente do Governo Regional da Madeira mas pela própria conferência de imprensa dada nos Açores pelo dr. Mota Amaral. Isso é para mim um factor essencial da preservação da unidade do partido, do reforço interno, da inteira fidelidade do partido ao seu programa social-democrata e às suas regras nunca alteradas de plena democraticidade interna. Havia problemas que vinham de trás, que vinham de desde antes do 6.º Congresso e que os subscritores das "opções inadiáveis" os quais, agora como deputados, saíram do partido, não quiseram efectivamente ultrapassar nem resolver. Podiam ter-se resolvido e ultrapassado. Da parte da direcção do partido, e da minha designadamente, houve a maior boa vontade e realizaram-se os maiores esforços para ultrapassar essas situações. Tratava-se de uma divergência, disse-o já publicamente, em relação ao meu estilo político, em relação à linha política seguida pelo partido e que foi traçada no 6.º Congresso; mas isso não impedia que as pessoas lutassem dentro do partido, como acontece em todos os partidos, e que pelos seus pontos de vista representassem uma alternativa à minha própria direcção. Normalíssimo, tudo isto, desde que as coisas assumissem como tal. Há sempre divergências nos vários partidos, como sabe.

N.R.: Essas divergências começaram quando foi publicado o documento das "opções inadiáveis" ou já vinham de trás?

S.C.: Eu creio que as divergências vinham já de trás, estiveram na base do meu afastamento da presidência do partido em Novembro de 1977. O grupo ficou na direcção do partido a seguir ao Congresso do Porto, como sabe.

Já nessa altura era claro que não queriam colaborar comigo. Simplesmente, não aguentaram a direcção do partido e acabaram por se demitir, provocando uma crise. Hoje, com os elementos que tenho, já muito claramente posso dizer que essa situação visava provar que essas pessoas eram essenciais ao partido e estavam numa linha de tentar o meu afastamento e o meu não regresso à direcção do PSD. Por razões que na altura foram manifestas, acabei por regressar à presidência. Foram decisões do partido, designadamente do Conselho Nacional, que me fez um apelo muito claro nesse sentido; e eu acabei por aceitar, modificando portanto a posição de afastamento da actividade política directa que tinha sido a minha posição desde Novembro de 1977. Essas pessoas nunca concordaram com o meu regresso, embora dissessem o contrário. O que acho censurável dentro de tudo isto é que as pessoas não se tivessem assumido com inteira verdade. Mas parece-me que todas estas razões não foram o motivo fundamental da situação agora criada. Podiam explicar a saída de algumas pessoas; mas a saída dos 37 deputados e a sua decisão de permanecerem no Parlamento, contrariaram portanto a

palavra que tinham dado na altura em que foram eleitos. Explica-se, a meu ver, por uma ligação com certos projectos e com a crise nacional. Essa, para mim, é que é a razão de fundo desta situação criada no Grupo Parlamentar. E não posso deixar de a relacionar com o plano de criação de um novo partido ou movimento; muito concretamente responsabilizo o Primeiro-Ministro e a própria actuação do Presidente da República por esta situação criada com a presença de 37 deputados independentes os quais, no fundo, considero que são os deputados do Presidente da República. Veremos se o futuro me dá ou não razão.

#### **O PSD É UM PARTIDO DE MASSAS**

N.R.: Considera que este grupo não é representativo do sentimento das bases? Acentuou nos últimos tempos a sua intenção de dirigir um partido de massas. O dr. Sá Carneiro tem consciência de que está à frente de um partido de massas?

S.C.: Somos efectivamente um partido de massas com a sua organização própria, em que são os militantes quem manda, digamos assim, no partido: não é nenhum grupo de notáveis, não são os deputados. O partido, através dos seus órgãos, reproduz a vontade dos militantes, e assim acontece em todos os partidos de massas. De facto, estes deputados que ficaram agora como independentes, ao contrário do compromisso de honra que tinham assumido, não representam senão eles próprios. Veremos, no futuro, se representam o senhor Primeiro-Ministro e o seu movimento, ou inclusivamente o senhor Presidente da República. O movimento cujo lançamento está agora a ser tentado pelo Primeiro-Ministro é, no fundo, um partido presidencial. Só se explica como ligação ao Presidente da República, como partido presidencial ou movimento presidencial destinado a apoiar a recandidatura do actual Presidente da República. É neste sentido que eu digo que, havendo esta ligação clara, os 37 deputados são os deputados do Presidente da República. A criação de um partido deste tipo, se feita em condições de seriedade política nada teria de reprovável; mas, neste caso, está a ser feita sem quaisquer condições de seriedade política. Senão, vejamos: há em tudo isto, também, uma falta de correspondência às orientações publicamente assumidas quer pelo Primeiro-Ministro quer pelo Presidente da República. Em 22 de Setembro, o Presidente da República anunciou aos portugueses várias alternativas de saída para a crise. Uma delas, seria a realização de um acordo interpartidário que desse lugar a um Governo; outra, a nomeação de um Primeiro-Ministro que promoveria a formação de um Governo com apoio parlamentar maioritário sem coligação. Aqui, o senhor Presidente da República expressamente disse que só conferiria mandato a esse Primeiro-Ministro se os partidos não se opusessem à entrada de militantes seus para o Governo e pôs ainda como condição essencial a formação de um acordo interpartidário com validade até 1980 que devia ser concretizado dentro de um prazo em que a realização de eleições antecipadas, que completem a actual legislatura, ainda tivesse significado político; e disse, também, que se não fosse possível realizar o acordo partidário em prazo útil, a Assembleia da República seria dissolvida e seriam marcadas eleições antecipadas dentro dos prazos constitucionais. Ora bem, o senhor Presidente da República está perante esta palavra que, na qualidade de Presidente, deu a todos os portugueses e não me parece que tenha outra alternativa senão cumpri-la. Verificamos, neste momento, que não se formou acordo interpartidário que assegure apoio maioritário a este Governo.

Logo, para cumprir a palavra dada, o senhor Presidente da República não pode fazer outra coisa senão dissolver a Assembleia da República e convocar eleições legislativas. As outras duas formas que o senhor Presidente da República enumerou, as formas três e quatro, seriam de um Governo para preparar eleições. Ao designar e empossar o Governo Mota Pinto, o Senhor Presidente da República enquadrou-se na segunda destas alternativas.

Verificado, hoje, que não há acordo interpartidário, que não há apoio maioritário, só resta ao senhor Presidente da República dissolver a Assembleia e convocar eleições. É mesmo essa a única solução que permite sair da crise. Se o senhor Presidente da República, contra o que eu espero, não cumprir aquilo que disse, então será grave, porque poderá concluir-se que o poder político-militar controlado pelo senhor Presidente da República vai continuar a aumentar em detrimento das instituições democráticas. Por outro lado, se analisarmos as posições do Primeiro-Ministro, veremos também que ele se afastou delas. Este Governo nasceu como um Governo apartidário em que o Primeiro-Ministro se comprometeu a criar condições de aproximação entre os partidos para um acordo interpartidário. Hoje verificamos, pelas tomadas de posição do Primeiro-Ministro no programa "O Dito e o Feito" e pelas próprias entrevistas que deu, designadamente ao "Comércio do Porto", que se transformou num Primeiro-Ministro de um Governo antipartidário, que faz críticas aos partidos, que se permite até em relação ao PSD fazer apreciações da sua estratégia, fazer censuras e que além disso está, com pouca coragem política e sub-repticiamente a procurar lançar o novo partido ou movimento. Nem sequer o faz frontalmente.

Isto é apoiado pelo Ministro Proença de Carvalho, designadamente na entrevista dada no sábado passado ao "Diário de Notícias". Há portanto aqui uma linha Primeiro-Ministro - Ministro Proença de Carvalho apostada no nascimento deste novo movimento que é contra os partidos existentes. O Primeiro-Ministro, ao contrário do que disse na discussão do programa do Governo, vem agora dizer que com os actuais partidos não há estabilidade política, o que é grave. É um ataque grave ao sistema partidário actual e, para além de tudo isto, verifica-se que a máquina de propaganda que entretanto foi sendo montada nos órgãos de comunicação estatizados é posta também ao serviço do lançamento deste novo partido. É uma situação que nada tem de democrático e a que falta totalmente seriedade política. Tudo isto me parece extremamente condenável. E não creio que o Primeiro-Ministro, tendo tomado estas atitudes reprováveis do ponto de vista político e do ponto de vista democrático, se possa manter no lugar de Primeiro-Ministro. A gravidade desta situação é ainda maior se se considerar que, efectivamente, se trata de um movimento presidencial, que o partido que se quer formar é o partido do General Eanes. Não podemos silenciar situações destas, que não prestigiam as instituições e que afectam seriamente a Democracia.

#### **A CRISE VINHA DE TRÁS**

N.R.: A cisão verificada na Assembleia na noite da votação do Orçamento era previsível uns dias antes ou apareceu numa questão de horas?

S.C.: Com os elementos que hoje tenho e olhando para trás, verifico que se tratava de uma acção já programada, que inclusivamente chegou a estar prevista na altura da discussão do programa do Governo, se o voto do PSD não tivesse sido aquele que foi, ou seja contra a moção de rejeição do PCP. Como se recorda, na altura o Conselho Nacional convocado e reunido poucos dias antes dessa votação, decidiu que o voto do PSD seria de abstenção, salvo se o Primeiro-Ministro desse resposta satisfatória a algumas questões. O Primeiro-Ministro deu resposta satisfatória em cerca de 80% dessas questões, e o PSD votou contra a moção de rejeição do PCP, dando portanto o seu apoio inicial ao Governo. Hoje sei que se o voto tivesse sido diferente, estaria preparada já nessa altura a operação que teve agora lugar. Não houve, no voto do Orçamento, qualquer viragem da nossa posição. Os deputados sabiam perfeitamente, de harmonia com a decisão clara do Conselho Nacional do Vimeiro de 17 e de 18 de Fevereiro, que se o Governo não aceitasse modificar quanto ao Orçamento os dois pontos essenciais (sobre o imposto dos rendimentos de trabalho ou seja 13.º mês e pensões de reforma e a atribuição de verbas imediatas às autarquias locais segundo o critério da própria lei das finanças locais) não seria possível ao Partido Social Democrata aprovar na generalidade o Orçamento. Esta posição estava tomada há muito, era do conhecimento dos deputados, da opinião pública e do próprio Governo. O Governo manteve uma posição de rigidez, não quis alterar esses pontos, nem encontrar connosco soluções alternativas e, portanto, não houve nenhuma alteração de última hora. Tudo aquilo que se diga a esse respeito é apenas uma tentativa de justificação de uma atitude deliberada dos deputados que estavam já preparados para a tomar. Essa é a minha convicção com os elementos que hoje tenho.

N.R.: Na Guarda foi tentada alguma conciliação ou era já irreversível o estado a que as coisas tinham chegado?

S.C.: Na Guarda, na manhã do último dia do Conselho, houve um apelo do dr. Meneres Pimentel para que a Comissão Permanente do Grupo Parlamentar esclarecesse a sua posição. No seguimento desse apelo eu disse que perfilhava esse ponto de vista e que estava, como sempre estive, disposto a reunir com a Comissão Permanente do Grupo Parlamentar e com o próprio Grupo Parlamentar. Sempre me recusei a negociar com grupos dentro do partido, com grupos de pressão ainda por cima. Acho que as deliberações são tomadas nos órgãos competentes.

O Grupo Parlamentar é um desses órgãos e sempre me pareceu como linha a seguir falar com o Grupo Parlamentar. A Comissão Permanente pôs a sua posição e comunicou desejar uma reunião comigo. O Conselho entendeu que essa reunião devia ser feita imediatamente e eu tive essa reunião. Tentou-se aí aplanar dificuldades, para pôr ao Conselho uma linha que sem desautorização dos órgãos do partido, e portanto de harmonia com o próprio parecer unânime do Conselho de Jurisdição, pudesse estabelecer um clima de bom entendimento entre os vários órgãos do partido. Verifiquei que isso não foi possível, visto que a Comissão Parlamentar do Grupo Parlamentar não abdicava de alguns pontos cuja satisfação era impossível segundo as próprias regras do funcionamento interno do partido designadamente quanto aos processos disciplinares. Foi isso que se passou no Conselho da Guarda. Não houve nem oposição de pessoas da Comissão Política, nem

uma oposição do Conselho, visto que a conversa exploratória que tive com a Comissão Permanente do Grupo Parlamentar não permitiu que esta abdicasse de certos pontos, cuja satisfação era impossível segundo as regras do próprio partido.

#### **A FORMAÇÃO DE UM NOVO PARTIDO**

N.R.: Está portanto completamente convencido de que há um movimento para a formação de um novo partido?

S.C.: Estou convencido que sim. Relaciono mesmo que o que sucedeu no Grupo Parlamentar com o movimento para a criação de um novo Partido, ao qual já me referi. Ouve uma alteração total da posição do actual Primeiro-Ministro em relação aos partidos existentes, e houve a sua adesão à formação de um novo movimento ou partido, bem como a adesão do ministro Proença de Carvalho. Quanto ao Presidente da República parece-me que, pelo seu silêncio, está também tacticamente a aderir a esta operação que é, repito, grave, por todas as razões e até porque se trata do partido presidencial.

N.R.: Encerrando a questão do novo partido, que futuro prevê para a hipótese de aparecer de facto esse novo partido? Que espaço é que pensa que ele poderia tentar? Acha que terá alguma possibilidade de êxito ou estará antes votado ao fracasso?

S.C.: Estou convencido de que se continuar a desenvolver-se a operação tal como vem a ser desenvolvida, não pode deixar de ser um fracasso. Um fracasso que vai, a meu ver, envolver o Primeiro-Ministro, o ministro Proença de Carvalho e o próprio Presidente da República. Trata-se de uma ideia sem conteúdo programático, que aparece como meramente pessoal, ou seja, o partido de duas ou três pessoas, de dois ou três cargos, nomeadamente o Presidente da República e o Primeiro-Ministro. Não é assim que se forma um partido. Isto é um movimento puramente pessoal, com a agravante de ser um partido presidencial, um partido do poder político-militar.

E essa parece-me ser também uma razão funda da crise que atravessamos. O Presidente da República desde 1977 que tem procedido mais como detentor do poder político-militar do que como Presidente eleito de todos os portugueses. Se se vai formar um partido ou movimento para apoiar o Presidente da República, está-se a tentar institucionalizar o poder político-militar que em democracia não pode existir.

Quando digo que o Presidente tem agido mais como representante e titular supremo do poder político-militar, afirmo o que a sua actuação parece traduzir efectivamente, e que foi confirmado nas declarações na Guiné. Parece que o Presidente da República se considera mais como Presidente eleito das Forças Armadas do que Presidente dos portugueses, e especialmente daqueles que nele votaram. Há, portanto, um desapego ou mesmo um rejeitar pelo Presidente da República daqueles que o elegeram, para ceder à sua posição militar. E, assim, em vez de ter constituído democraticamente o semipresidencialismo que deveria levar à união das forças democráticas, à formação do acordo interpartidário que, junta-

mente com o Presidente da República, assegurasse a estabilidade política ao País, o Presidente da República orientou-se por um militarismo presidencial ou presidencialismo militar, com divisão do campo democrático, criando condições para um maior confronto partidário. Pela sua posição de indefinição e ambiguidade política, por uma linha de conciliação com o Partido Comunista (único partido que elogiou), o Presidente da República enfraqueceu a democracia portuguesa, dividiu o campo democrático e manteve esta situação de crise prolongada em que continuamos a viver. Enquanto não houver uma escolha, clara, entre os dois modelos de sociedade em confronto é impossível o agrupamento de várias forças políticas à volta de um grande projecto que o Presidente da República podia e devia, a meu ver, ter encabeçado, o que não fez.

N.R.: Pensa que já é tarde?

S.C.: Já é tarde para o fazer. Não me parece que o Presidente da República com tudo isto que se está a passar, tenha junto do público em geral e dos partidos, falo apenas pelo meu, credibilidade suficiente para encabeçar esse projecto que devia ter encabeçado. Por isso, parece-me que a solução terá de se encaminhar para as eleições antecipadas com a formação de uma nova maioria, de um governo de coligação. Se falhou o semipresidencialismo, resta aos partidos assumirem a sua responsabilidade e assegurarem pela sua cooperação - os partidos democráticos que perfilham do mesmo modelo de sociedade, do mesmo projecto para o País - aquela estabilidade que o Presidente da República não soube dar a Portugal.

N.R.: Que vai fazer o PSD para provocar as eleições gerais antecipadas e como articula esse aspecto com a Constituição actual, visto que não podemos ter eleições antes de 90 dias? Há eleições marcadas para 1980. Como vê o dr. Sá Carneiro este problema?

S.C.: As eleições podem realizar-se dentro de 60 a 90 dias. É certo que deverão ser eleições intercalares e, portanto, não dispensarão as eleições normais em 1980. Parece-me, simplesmente, que entre estes dois inconvenientes é muito menor o inconveniente de se fazer agora uma eleição e outra eleição no final do próximo ano, do que deixar correr esta situação de rápida degradação da vida nacional até 1980. Creio que é fácil fazer agora eleições. Já há lei eleitoral.

#### **ELEIÇÕES DENTRO DE 60 DIAS**

N.R.: As eleições, no caso de serem convocadas, não irão coincidir com o Verão?

S.C.: Poderemos ter eleições dentro de 60 dias.

N.R.: Em Junho, portanto, podemos ter eleições?

S.C.: Podíamos ter eleições em meados de Junho ou eventualmente até antes. Depois das eleições podíamos ter imediatamente um Governo de coligação com apoio maioritário que assegurasse a estabilidade ao País e permitisse começar a resolver os problemas concretos dos portugueses, cuja vida se vai degradando cada vez mais. Estou certo que se o Presidente da República, quando foi da queda do 2.º Governo Constitucional, tivesse designado, como nós entendíamos que

devia ser feito, um Governo presidencial para preparar eleições, rapidamente teríamos tido a lei eleitoral e o recenseamento e já no final do ano passado podia ter havido eleições, tendo-se poupado o País a tudo isto que se está a passar agora. Foi uma opção errada, a meu ver, que teve como consequência o reforço do poder político-militar e do Conselho da Revolução, cada vez mais activo e interferente na vida do Governo como é o caso da Reforma Agrária.

N.R.: A iniciativa para a convocação de eleições tem de partir do Presidente da República ou o PSD pode fazer alguma coisa por isso no Parlamento?

S.C.: Não. Só o Presidente da República pode dissolver a Assembleia e convocar eleições. O nosso papel limita-se a exigir as eleições, nas quais vimos insistindo desde o nosso Congresso de Julho passado. Não podemos fazer outra coisa senão denunciar a situação, apresentar as soluções; e, se o Presidente da República se mantiver na disposição de não convocar eleições antecipadas, não podemos fazer nada para o obrigar a modificar essa disposição. Apontaremos apenas a gravidade da posição em que incorre, tendo declarado solenemente ao País, em 22 de Setembro, que as eleições seriam a solução se não houvesse um acordo interpartidário. Resta-lhe apenas fazer aquilo que anunciou em 22 de Setembro, agora que já tem o recenseamento feito e a lei eleitoral aprovada.

N.R.: Que pensa de uma eventual saída do PSD do Parlamento? E se o Congresso o decidir, o PSD abandonará a Assembleia da República?

S.C.: Estou convicto que o PSD não sairá do Parlamento. Fazê-lo seria contrariar a vontade e o mandato dos eleitores. Votaram no PSD 1 300 000 portugueses, que o Grupo Parlamentar social-democrata continua e continuará a representar.

O PSD manterá pois, no Parlamento e fora dele, a sua luta pela democracia e pela social-democracia, contra o predomínio e avanço do poder político-militar. Abandonar o Parlamento seria vibrar-lhe um golpe, talvez mortal, em cima daquele que lhe desferiram os deputados dissidentes. Ficaria então com campo aberto o poder político-militar do Presidente da República, presumivelmente com a "capa democrática" do novo partido de Eanes-Mota Pinto.

A tal continuaremos a opor-nos.

#### **LEGISLATIVAS CONSTITUCIONAIS EM 1980**

N.R.: Apesar da crise que o Partido Social-Democrata acaba de enfrentar, o dr. Sá Carneiro mantém-se na linha de querer eleições imediatas. Este imediato considera o prazo institucional?

S.C.: Exactamente. Nós não estamos, no que se refere à realização das eleições antecipadas, a defender interesses partidários mas sim a defender interesses do País. Mesmo que esta cisão do Grupo Parlamentar nos possa ter afectado, e não sei se afectou, no campo eleitoral, nunca por isso renunciaremos às eleições antecipadas, que, como viu, já foram pedidas como solução pela organização do partido das regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. O partido mantém-se fiel à linha que traçou no VI Congresso. Cada vez são mais urgentes as eleições antecipadas, mesmo que o partido com elas venha a sofrer (o que não creio).

N.R.: Pensa que o xadrez político se alterará com eleições em Junho? Pensa que o PSD poderá ser o primeiro partido português ou, pelo menos continuará a ser o segundo maior partido português? Que pensa sobre a futura correlação de forças?

S.C.: Estou convicto de que o Partido Social Democrata pode ser o primeiro partido português em novas eleições. Se o não for, ficará muito perto do Partido Socialista se ele mantiver a primeira posição. Mas seja qual for o resultado, eu suponho que os portugueses chamados a escolher, darão mais uma vez prova de bom senso e de realismo político e creio mesmo que, apesar de não ter havido voto obrigatório, os portugueses, sentindo a gravidade da situação, se mobilizarão para votar.

N.R.: Nesse caso admite uma coligação PSD/PS?

S.C.: Termos de seguir os resultados eleitorais. É importante que haja um Governo maioritário. Se nenhum partido tiver a maioria, terá de haver um Governo de coligação. O assunto será apreciado no nosso próximo Congresso. Dentro da linha que sempre nos propusemos, de responsabilidade e defesa dos interesses dos portugueses, creio que um partido não deverá desprezar a possibilidade de uma coligação se assim o exigirem os resultados eleitorais.

N.R.: E em relação ao CDS? Pensa que poderá haver alguma aproximação com este partido antes das eleições?

S.C.: Se houver eleições antecipadas poderá não haver tempo para se estudar um acordo de fundo que, sempre o dissemos, gostaríamos que envolvesse os três partidos democráticos parlamentares, o PS, PSD e CDS e também o PPM que, não tendo representação parlamentar, tem posições de grande validade. Creio que o ideal seria um acordo que envolvesse os grandes partidos democráticos, a exemplo daquilo que se fez na Venezuela e que foi a maneira de as forças civis assegurarem a transição rápida do poder militar para a verdadeira democracia. Se isso não for possível, pois teremos que estudar a situação emergente do acto eleitoral, e de harmonia com o resultado das eleições. Assim o estávamos dispostos a fazer em 1976. Creio que foi um grande erro cometido neste período constitucional a formação de um Governo minoritário. Aí também cabe uma grande responsabilidade ao Presidente da República. Embora o Primeiro-Ministro fosse o Secretário-Geral do partido mais votado, como tinha de ser, se ele tivesse insistido que o Governo devia ter apoio parlamentar maioritário, isso teria sido conseguido na altura. Quando olhamos para trás, verificamos que a actuação do Presidente da República, já na nomeação do Governo minoritário socialista enfraqueceu a democracia e acentuou o poder político-militar do Presidente. Já quando foi da recusa de nomear, depois da queda do 2.º Governo, um Governo que preparasse eleições antecipadas, verificamos que tudo isso foi efectivamente negativo para a democracia e para o País.

Quanto à posição do CDS, ela parece ser a de manter o seu apoio ao Governo e ao Presidente da República, dizendo que não quer acordos com forças políticas que contestem o Presidente da República.

#### **O CASO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**



N.R.: Podemos dizer que não se prevê nenhuma aproximação com o CDS depois dessas declarações?

S.C.: Nós mantemos a nossa posição do grande acordo a três, e no Congresso, analisaremos a situação com os novos dados. O Partido Socialista já disse muito claramente que não está disposto a fazer acordo a três, embora esteja disposto a aceitar soluções de coligação. Creio que não é a solução ideal. Creio que devia haver um acordo fundamental que envolvesse a revisão da Constituição e as grandes reformas e ainda que esse acordo devia abranger todas as forças democráticas. O Presidente da República também já se pôs fora desse acordo, até pelo seu silêncio. Nem tudo depende de nós, como é evidente. Se não for possível, pelas posições dos outros partidos, concretizar o grande acordo de fundo entre as grandes forças democráticas, que depois teriam um novo Presidente da República, pois paciência, encontraremos - embora não seja a solução ideal - uma outra que passe por um governo de coligação. Como disse já no comício de Lisboa, faço tenção de propor ao próximo Congresso que o PSD não apoie uma eventual recandidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República.

N.R.: Pensa que o futuro Presidente da República deverá ser um civil ou um militar?

S.C.: Eu creio que não deverá ser um militar, embora possa ser um militar na reserva. Deverá ser um civil, visto que um militar que não esteja no activo é praticamente um civil. Creio que essa é a única maneira de se terminar com o poder político-militar, evitando os equívocos em que vimos vivendo nesta semi-democracia.

A conclusão que tiro de tudo isto é que, de facto, não há semi-democracias e não há democracias de militares.

N.R.: Não tem nenhuma ideia sobre nomes de futuros candidatos do PSD à Presidência da República?

S.C.: Não. Não tenho ideia sobre nomes de futuros candidatos à Presidência da República. Acho cedo para os ter e se, como espero, formos para eleições antecipadas, só depois delas e em função dos seus resultados se deverá pensar na pessoa do candidato, o que não quer dizer que não se pense desde já no perfil do candidato que me parece dever ter este traço essencial: acabar com o poder militar na Presidência da República.

N.R.: Em relação à nova versão do Orçamento, qual vai ser a posição do PSD?

S.C.: Já está muito claramente tomada no Conselho da Guarda. O PSD não abdica dos pontos essenciais que pôs no conselho do Vimeiro, ou seja a supressão do imposto extraordinário sobre o 13.º mês e as pensões de reforma e a atribuição imediata de verbas às autarquias locais. Se o Governo persistir na sua linha no Orçamento que vai apresentar, mostrará que está apostado num confronto com o Parlamento e o nosso voto será o mesmo que foi no Orçamento anterior. Não abdicamos desses pontos. De facto, há indícios de que o Governo está apostado num confronto com o Parlamento, confronto que é tanto mais grave quanto não se trata apenas de um confronto do Governo com o Parlamento. O Governo é o

Presidente da República. Trata-se, portanto, de um conflito entre o Parlamento e o Presidente da República o que é extremamente grave. Quando., dias depois de ter sido rejeitado o Decreto-Lei de fixação do tecto salarial dos 18%, o Governo, em Conselho de Ministros, reafirma a sua disposição de apresentar novamente à Assembleia a limitação salarial de 18%, mostra bem que está apostado num confronto com o Parlamento. Esse é mais um indício de que, em tudo isto, o que está em jogo é a diminuição do Parlamento, a diminuição dos partidos políticos e a consagração de um poder presidencial que é também um poder militar. Situação portanto muito grave, que não pode ser escamoteada.

### **BENEFÍCIOS PARA O PCP**

N.R.: Pensa que o Partido Comunista se encontra beneficiado com esta crise e que vai dela tirar dividendos?

S.C.: O Partido Comunista tem sido beneficiado com a constante divisão das forças democráticas e por todo o evoluir desta situação. Quanto maior é a crise política, social e económica, maiores são os benefícios para o Partido Comunista, que desenvolve os seus projectos antidemocráticos com a maior facilidade numa situação de confronto entre instituições, como é aquela que neste momento se esboça, numa situação de ataque vindo do Governo aos partidos políticos, numa situação de degradação das condições de vida. Eu creio que a actuação deste Governo, em especial nesta última fase, de querer impor novos sacrifícios aos portugueses através de novos impostos, de atalhar os partidos, tem beneficiado objectivamente o Partido Comunista Português, pese embora o anticomunismo verbal do Primeiro-Ministro. No Governo, através do Primeiro-Ministro muito especialmente, que tem dado trunfos ao Partido Comunista.

N.R.: Estudou o Orçamento, pelo menos os especialistas do Partido estudaram-no e pensa que haverá alguma situação para o caso da receita do 13.º mês?

S.C.: Eu creio que sim. Como sabe, referi-me a números no Parlamento. Há um grande aumento de despesas. Não está averiguado que elas não possam ser cortadas. Pode haver, mesmo mantendo-se o princípio do equilíbrio financeiro do orçamento corrente, a admissão de um saldo negativo controlado. Mas, sobretudo, o que me parece muito claro, é que o Governo pode cortar algumas despesas, cortar o imposto extraordinário. E se, mais tarde, verificar, pela execução orçamental, pelo evoluir da situação, que há despesas imprescindíveis que tem de legitimar novos sacrifícios a par de uma verdadeira austeridade pública e da demonstração da capacidade de arrecadação de receitas, o demonstrar ao Parlamento que novos impostos são necessários, daqui a uns meses. Nessa altura estudaremos situação criada. Mas, neste momento, nem está demonstrada efectivamente da parte do Governo uma real austeridade pública, nem está demonstrada a absoluta necessidade do imposto extraordinário. De resto, no Conselho de Vimeiro, nós apontamos expressamente para aí, pondo as condições em que se poderia pensar em novos impostos. Neste momento, acho injusto e inadmissível que se lancem novos impostos sem dar prova de capacidade de austeridade pública, eficaz e efectiva, e sem se demonstrar que o Governo, ao contrário do que aconteceu o ano passado, é capaz de arrecadar as receitas previstas. O ano

passado houve uma quebra nas receitas de mais de 15 milhões de contos. Ora, sendo isto assim, estando por pagar vários impostos, nomeadamente o imposto de transacções não se admite que se lancem novos impostos quando a Administração Pública se tem revelado incapaz de arrecadar os impostos existentes.

N.R.: O dr. Sá Carneiro não acha que se tornou perigoso para a democracia verificar que o PSD ficou agora na Assembleia bastante reduzido e tem pouca influência no funcionamento das Comissões? Como é que as Comissões Parlamentares vão funcionar? Nas Comissões Parlamentares o PS e o PCP não vão ser mais poderosas?

S.C.: Não. A nossa representação nas comissões parlamentares já está assegurada e a substituição dos deputados que saíram já está feita. A decisão dos deputados eleitos pelo partido de se manterem como independentes, tendo saído do partido é, em si a mesma, uma decisão que reputo contrária às regras democráticas. A presença daquilo a que eu chamo os deputados do Presidente no Parlamento é uma situação antidemocrática que não beneficia a democracia e é uma atitude antiparlamentar, também.

#### **PARTIDO NACIONAL**

N.R.: Qual é o tipo de social-democracia que pensa implantar em Portugal? Com que país se parece mais?

S.C.: A social-democracia PSD é a que está consubstanciada no nosso programa. Aponta para uma social-democracia do tipo da alemã.

N.R.: Pensa que o partido tem condições económicas e financeiras para suportar as dificuldades inerentes ao seu funcionamento? No que diz respeito às organizações internacionais pensa vir a recorrer de algum apoio financeiro que lhe possa ser dado ou pensa, ao contrário, que o partido é profundamente nacional e que não tem necessidade de recorrer ao estrangeiro?

S.C.: É de facto assim. Nós somos um partido profundamente nacional, não estamos filiados em nenhum organismo internacional. Sabe-se o que pensamos a esse respeito. Vivemos dos nossos próprios recursos nacionais e o maior deles, o essencial, é o subsídio que todos os partidos recebem do Estado, na base do número de votos obtido. Para além disso, temos feito vários apelos aos militantes, que se têm mobilizado em recolhas de fundos. O partido não vê com esta crise parlamentar alterada a sua posição, os seus recursos financeiros que são poucos para aquilo que é preciso fazer, mas que permitem ao partido viver sem desafogo, com dignidade e esforço.

N.R.: Quais são os partidos estrangeiros com que o PSD se sente mais próximo?

S.C.: Os partidos sociais-democratas que têm um programa próximo do nosso e outros partidos que, sem serem de linha social-democrata, se aproximam efectivamente dos objectivos da social-democracia. Há a UCD em Espanha, há o partido do Presidente Giscard em França. Cito só estes dois como exemplo.

N.R.: E quanto às dissidências do partido de que tanto se tem falado nos últimos dias?

S.C.: Tem havido efectivamente uma campanha de especulação que procura lançar nomes como dissidentes, incluindo nomes de sindicalistas, os quais continuam massivamente no PSD. Tanto quanto eu sei neste momento, pessoas que foram referidas como tendo saído do partido já desmentiram essa posição. Como sabe, a decisão que o partido tomou em tirar o seu apoio crítico à manutenção do Governo, depois da demissão do secretário de Estado, Ferreira do Amaral, foi tomada por unanimidade na Comissão Política com um representante do Grupo Parlamentar. E correspondeu à análise que fizemos de que essa demissão era fruto de uma intromissão do Conselho da Revolução e de uma desautorização do Secretário de Estado por parte do Presidente da República. Isto veio a confirmar-se, e esse foi mais um elemento de toda esta crise, o qual confirmou que se trata no fundo do poder político-militar se estar a sobrepor ao poder político-civil e democrático.

N.R.: Que pensa do projecto de amnistia do partido socialista?

S.C.: Não conheço ainda o projecto. O partido ainda não tomou posição sobre ele. Espero que comecemos a discutir essa situação amanhã. As posições anteriores do partido, tomadas designadamente durante a campanha para a eleição do General Ramalho Eanes, são contra uma iniciativa dessas. Defendemos sempre, e especialmente durante a campanha do General Ramalho Eanes, que tinha também na altura essa linha, que era indispensável proceder à averiguação das responsabilidades e punir os responsáveis. Uma amnistia evita o apuramento de responsabilidades, evita a aplicação de sanções, afinal o contrário daquilo que lhe tinha sido prometido durante a campanha do General Ramalho Eanes. Do meu ponto de vista pessoal, em lugar de eliminar tensões dentro da sociedade portuguesa e, nela, das próprias Forças Armadas, vai agravá-las, por que vai manter a indefinição e o clima de irresponsabilidade em que temos vivido. Em lugar de fazer um apuramento de responsabilidades e evitar a repetição de situações análogas às que se viveram em 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro pode até favorecer a sua repetição, porque e quando se vive na irresponsabilidade tudo é possível.

#### **O GOVERNO MOTA PINTO**

N.R.: Falou bastante da posição do prof. Mota Pinto, mas as suas críticas são pessoais ou são também em relação ao próprio Governo que ele chefia. Considera que este não tem tido uma actuação correcta e tem desgovernado em vez de governar?

S.C.: Distingo claramente o prof. Mota Pinto, com o qual está identificado o Presidente da República que lhe deu, precisamente nesta crise e finalmente, o seu apoio expresso e político, da maior parte dos membros do Governo. Parece-me que a maior parte dos membros do Governo não estão envolvidos nesta operação que respeita portanto ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao ministro Proença de Carvalho. Os outros membros do Governo parece-me que estão numa posição política completamente diferente. Repito que esta identificação do Presidente da República com o Primeiro-Ministro não é suficiente para analisar

todo este caso. Quando o Primeiro-Ministro toma as atitudes que tem tomado, envolve também necessariamente o Presidente da República. Isto não quer dizer que considera que a actuação do Governo tem sido eficaz, tem sido adequada, tem sido correcta. Não o tem sido na maior parte dos sectores. No Conselho Nacional do Vimeiro apontamos deficiências nos sectores da habitação e obras públicas, no sector da educação, nos sectores da cultura, nos sectores da negociação com a Europa. Há outros sectores que se têm revelado deficientes; as deficiências que apontamos não só não foram corrigidas como têm aumentado. De resto não é por acaso que a Igreja portuguesa tomou na vigência deste Governo as atitudes mais duras que têm tomado sob qualquer Governo, com excepção do Governo Vasco Gonçalves a propósito do caso Rádio Renascença. Isso mostra bem que a actuação deste Governo não está a ser conforme aos interesses do País.

N.R.: Que política propõe para os novos países de expressão portuguesa?

S.C.: Como Estado temos interesse em manter e desenvolver as relações com as ex-colónias, mas sempre numa base de dignidade e de defesa dos interesses dos portugueses. Não estamos, ou pelo menos não devíamos estar, a fazer com as ex-colónias qualquer espécie de colonialismo ao contrário, qualquer tipo de proselitismo. Muito menos podemos encarar as relações com as ex-colónias na perspectiva de uma ligação com os países de Leste e com o partido comunista. Essa parece ser a linha actual, com a qual estou em absoluto desacordo. Devem manter-se boas relações, defenderem-se os interesses portugueses, sem subalternização da nossa posição aos interesses das ex-colónias, aos interesses de quaisquer outras potências.

N.R.: Prevê a sua saída próxima para comícios? O partido vai ter alguma acção de mobilização das massas?

S.C.: Vamos manter e aumentar a actual mobilização. É natural que dentro em pouco se realize um grande comício no Norte. Têm-se multiplicado as sessões de esclarecimento. O comício realizado na 5.<sup>a</sup> feira passada, aqui em Lisboa, foi um testemunho exuberante da mobilização do Partido, do apoio do partido aos órgãos dirigentes e de repúdio pela atitude dos deputados que ficaram no Parlamento saindo do partido, de repúdio também pela actuação do Presidente da República e do Primeiro-Ministro. Isto é o sentir geral do Partido e a meu ver com todo o fundamento.

#### **AS RELAÇÕES PESSOAIS COM EANES E MOTA PINTO**

N.R.: Vai manter relações pessoais com o Presidente da República e com o prof. Mota Pinto?

S.C.: Eu distingui muito claramente nas palavras que disse na passada quarta-feira, os cargos e os órgãos de soberania pelos quais temos todo o respeito, com os quais estamos sempre dispostos a colaborar, das pessoas que os encarnam e da linha política que essas pessoas seguem. Portanto, as críticas fundadas e frontais à linha política seguida pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro não impedem que o Partido designadamente através de mim, continue a colaborar com os órgãos de soberania, como Partido responsável que é.

N.R.: Considera irreversível a posição contra uma recandidatura do General Ramalho Eanes?

S.C.: O Partido ainda não tomou uma posição. Fá-lo-á no próximo Congresso. A minha opinião é, efectivamente, irreversível. É isso que eu tenciono sustentar no Congresso do Partido. Toda a actuação do General Ramalho Eanes como Presidente da República desaconselha em meu entender que o Partido apoie a sua recandidatura. O PSD resolverá.

N.R.: Uma última pergunta. Qual pensa que vai ser a estratégia do Partido Comunista em Portugal?

S.C.: Eu creio que vai continuar na estratégia, ditada por Moscovo, que tem prosseguido, a qual visa o desenvolvimento de um regime que não é um regime democrático ocidental, tal como o conhecemos na Europa e queremos praticar em Portugal. O Partido Comunista está apostado na sua linha de desenvolvimento de uma concepção de "democracia soviética" que não é compatível com a democracia europeia. Por isso tem de ser sempre tratado como um partido de oposição, com o qual se não podem fazer quaisquer acordos. Sou totalmente contrário a acordos com o Partido Comunista mesmo no campo social. É um partido que, enquanto respeitar as regras democráticas e as leis do País, existe como partido. Nesse pressuposto deverá ser respeitado, mas sempre tratado como partido de oposição. Creio que a única atitude face ao Partido Comunista é a de uma oposição sistemática, um combate sistemático à actuação do Partido Comunista Português, e ao comunismo em geral. É a Única linha possível para mim.

## **1.17. Artigo publicado no Povo Livre - 25/04/79**

### **SERIEDADE SINDICAL E CORRECÇÃO POLÍTICA**

1. Na manhã do passado dia 20, foram-me entregues os dois documentos que agora se publicam. Ao recebê-los, depois de ouvir ler o primeiro, das mãos de um representativo grupo dos seus signatários, tive ocasião de afirmar, muito sentida e sinceramente, que as palavras que ouvira, para além de uma grande seriedade sindical e correcção política, constituíam exemplo de alta dignidade humana e representavam um importante contributo para a resolução dos problemas internos.

Quiseram os seus signatários que os documentos fossem em primeira mão publicados no Povo Livre, como actos internos que são do Partido, se possível acompanhados de um comentário meu, ao que prontamente acedi.

Referir-me-ei em especial à "Mensagem dos sindicalistas sociais-democratas", documento mais amplo, que congrega muitas dezenas de assinaturas de sindicalistas altamente representativos, entre os quais as dos próprios signatários do documento apresentado por membros do Sindicato dos Bancários do Norte, que apesar disso se não deixou de publicar.

O testemunho que a "Mensagem" trás a todos os sociais-democratas não pode deixar de marcar profundamente a nossa reflexão e a nossa atitude, e portanto a própria vida do PSD.

Sempre como partido respeitamos a independência do movimento sindical, ao qual procuramos dar todo o apoio possível na sua luta por um sindicalismo livre e democrático. Não podemos por isso deixar de regozijar-nos com o que na "Mensagem" solenemente se afirma quanto à U.G.T., partilhando inteiramente essa atitude, que, nem por ser a esperada, deixa de merecer destaque ante as especulações e as insídias tecidas à volta das pseudo repercussões da crise do grupo parlamentar nas estruturas sócio-profissionais, na TESIRESD e na própria U.G.T.

Não vejo como possa apoiar-se esta e querer o seu fortalecimento se por um ou outro modo se enfraquece uma das suas componentes essenciais, que é a tendência social-democrata. Pode compreender-se, com amargura, que um ou outro militante sindicalista sinta ter de afastar-se do PSD. Mas já não entendo que se diga querer o reforço da UGT e do sindicalismo livre e ao mesmo tempo se procure desviar membros do PSD para outros partidos ou associações em formação.

2. Outro ponto importante a destacar é o referente à cisão do grupo parlamentar, aos problemas internos e aos problemas nacionais.

Espero que todos saibamos ponderar bem as palavras que nos são dirigidas e os apelos que nos são feitos, a começar pelos deputados dissidentes. Para muitos deles, entre os quais os ligados ao movimento sindical democrático, não poderão ser vãs as palavras dos nossos companheiros sindicalistas. E se, como espero, elas produzirem efeito junto dos deputados, estará facilitado o objectivo que nos temos traçado de ser o grande partido de todos os social-democratas, onde ninguém é insubstituível mas onde cada uma faz sempre falta.

Não tenho dúvidas de que o PSD continuará a viver e a aprofundar a democracia interna, o respeito e a tolerância mútuos, a congregação do esforço de todos, e a escolha dos dirigentes segundo as suas capacidades e os serviços necessários ao Partido.

O PSD sofreu com tudo o que se passou, sofreram também os simpatizantes e os eleitores. Prejudicaram-se o País e a Democracia por razões obscuras, que só o tempo esclarecerá completamente, mas que não deixam de relacionar-se com o que se passa na cena política.

De todos estes problemas, bem como das questões de fundo que com eles se relacionam, é que interessa curar, sem procurar réus nem distinguir vítimas, mas também sem inventar falsos responsáveis. Tem-se especulado com a existência de uma linha dura que limitaria mesmo a acção de dirigentes e que seria responsável pelo que se passou. Nada mais falso. O parecer do Conselho de Jurisdição, interpretativo dos estatutos, acerca da objecção de consciência, foi aprovado por unanimidade dos presentes, entre os quais o Eng. Joaquim Lourenço, que depois deixou o Partido. Há muito que o Regulamento do Grupo Parlamentar, para além da renúncia ao mandato prevista no Art. 4.º, impunha no seu Art.º 3.º, n.º 10, como dever especial dos deputados, o deixarem o seu cargo se não pudessem

exercê-lo de harmonia com os estatutos do PSD. A moção aprovada no Conselho da Guarda por 44 votos, com três votos contra e duas abstenções, foi subscrita por membros do Conselho Nacional de diversas regiões, que tem frequentemente tomado posições divergentes. Muitos outros factos podia enumerar, mas estes chegam para demonstrar a falsidade de um enredo cujo único fim é desacreditar dirigentes do Partido e propiciar uma perseguição de sentido contrário àquela que teria atingido as pretensas vítimas.

3. Espero que todos escutem o apelo da "Mensagem" dos sindicalistas. Pela minha parte procurarei responder àquele que no final me é dirigido com todo o empenho, serenidade e firmeza de que for capaz. Para isso conto e conta o Partido, também com a colaboração dos signatários da mensagem e de todos os sindicalistas e sócio-profissionais. Mais do que nunca eles têm um papel decisivo na vida do PSD e não podem deixar de o desempenhar. A cisão do Grupo Parlamentar, com todas as dificuldades, prejuízos e desgostos que acarretam, foi, como agora se vê, ocasião da revelação do papel que no Partido devem ter todas as estruturas que se têm manifestado e assumido as suas responsabilidades, desde as regionais às sócio-profissionais.

Ao presente testemunho de inúmeros sindicalistas não poderá deixar de corresponder no futuro o seu maior empenhamento na vida do Partido e a maior representatividade nos seus órgãos.

A expressão do apreço que nos merece este acto de seriedade sindical, de correcção política e de dignidade humana será dada pela correspondência que em cada um de nós, social-democratas, ele encontrar, como estou certo de que encontrará, com expressão próxima no Congresso de Junho.

## **1.18. Discurso nas Comemorações do 25 de Abril - Porto - 25/04/79**

### **O PAÍS HOJE VIVE PIOR QUE EM 1974**

Interviria por fim Sá Carneiro, que iniciou as suas palavras com a seguinte mensagem: Verdade (sobre a situação política), Responsabilidade e Clarificação (do actual regime).

"Cinco anos depois do 25 de Abril - o que vemos? Vemos um povo sacrificado às opções vanguardistas duma pretensa esquerda militar associada a uma pretensa esquerda política. Vemos predominar sobre o interessa colectivo a desagregação política, interesses fraccionados em mil interesses em luta, esquecendo-se o sentido da solidariedade, esquecendo-se o sentido da própria nacionalidade. Por toda a parte, vemos campear a corrupção, vemos os negócios do poder, vemos o nepotismo, vemos as inutilidades públicas que custam um dinheirão ao País e quem para o País não servem para nada. Com o movimento em marcha que eu chamaria de comunismo burocrático, aniquila-se o cidadão, impede-se a iniciativa privada, não se respeita a propriedade de cada um como prolongamento que é da própria personalidade, para que o Estado domine tudo, para que floresça à custa



dos sacrifícios dos cidadãos uma nova classe burocrática, uma nova classe privilegiada. É isto que está a acontecer e é isto que não pode continuar".

"A situação financeira é dramática. A dívida pública total do Estado vai atingir no fim deste ano a quantia astronómica de 723 milhões de contos, ou seja, mais de 60 contos por cada português. E em que a própria dívida externa total, aquilo que Portugal deve ao estrangeiro e que nós todos devemos ao estrangeiro, atingirá nada mais nada menos, no fim do ano corrente, que 350 milhões de contos que Portugal deverá ao estrangeiro no fim do ano, isto é, 35 contos por habitante. Se isto não é ruína, se isto não é a proximidade da bancarrota, o que é isto, porque é que nos andam a enganar?"

#### **UM MILITARISMO PRESIDENCIAL**

A grande responsabilidade desta situação é do próprio quadro político português. Com a verdade desta situação têm que ser confrontados os responsáveis políticos portugueses. Desde logo o Presidente da República. Que não se veja aqui, em tudo o que nós temos dito e dizemos, uma crítica, um ataque à instituição da Presidência da República. É indispensável que Portugal tenha um Presidente da República que represente efectivamente o grande sentir nacional, que desempenhe a normalização das forças políticas, que desempenhe a obtenção de um grande apoio nacional, dum grande consenso, dum verdadeira política de salvação nacional.

É isto que nós precisamos, é isto que o País esperava do Presidente da República. Mas é isto que temos? Infelizmente não é. Em lugar de exercer os seus poderes para congregar as forças políticas, encabeçar um grande projecto de salvação nacional, um grande projecto democrático, o actual Presidente da República (triste é dizê-lo), actua mais como chefe militar do que como Presidente eleito de todos os portugueses.

Em lugar do presidencialismo moderado de que necessitávamos, nós temos tido afinal um militarismo presidencial em que o Presidente da República acumula as funções do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, de Presidente do Conselho da Revolução e com a sua actuação, muito mais do que unir as forças democráticas, tem-nas divididas quase que irremediavelmente.

Eis aí, uma principal e nociva razão da crise em que vivemos. Nós não queremos o regresso ao MFA, e também não estamos dispostos a consentir na formação do MFE, o Movimento das Forças Eanistas.

A divisão das forças democráticas que em muito se deve à actuação do sr. Presidente da República, tem conduzido à militarização do regime, perigo que nos espreita, incompatível com a própria democracia, incompatível com a ideia de um Portugal europeu, democrático e civilizado, até porque todo o poder militar tende a ser conciliador com o poder comunista, com o PCP".

#### **O DISCURSO DE 25 DE ABRIL:**

#### **"O POVO PORTUGUÊS NÃO ESTÁ SUSPENSO DAS PALAVRAS DO SR. PRESIDENTE"**

"Muito se tem especulado com o próprio discurso presidencial do 25 de Abril, muito, e em meu entender mal, porque Portugal e o povo português não estão suspensos das palavras do sr. Presidente da República, estão sim suspensos e dependentes da vontade do novo povo, da actuação das forças democráticas.

Sr. Presidente, aquilo que disser no 25 de Abril, uma coisa é certa: só há uma saída para esta situação de crise em que nós nos encontramos. É dar a vontade ao povo, uma nova consulta popular, novas eleições. Essa será a única palavra que o Presidente da República pode e deve dizer, se não estiver interessado no poder militar e se estiver, sim, interessado na consolidação da democracia. Já em Lisboa o disse e aqui repito. Fazemos ao Presidente da República o desafio patriótico e democrático para oficial no 25 de Abril novas eleições e a dissolução do Parlamento.

Já o disse em Lisboa e aqui repito, estou firmemente disposto a, no próximo congresso do PSD propor, sob a minha responsabilidade, que o PSD não apoie a eventual recandidatura do general Eanes a Presidente da República".

#### **O QUE É QUE O GOVERNO TEM FEITO**

"Vejamos agora o que se passa com o Governo: foi este Governo constituído dentro das alternativas presidenciais expostas em 22 de Setembro, ou seja, com a missão de tentar um acordo interpartidário que assegurasse apoio parlamentar maioritário. E o Governo o que fez? O Governo, em lugar de tentar esse acordo, atacou os partidos. Ao sr. Primeiro-Ministro passou-lhe pela ideia a formação de um novo partido e o Governo, em lugar de apoio maioritário na Assembleia da República, tem uma oposição permanente e maioritária, a maioria de esquerda, de tal maneira que quem governa mais é a Assembleia da República através do PS e do PCP.

Regressamos a um regime puramente convencional, ou seja, a um Governo de maioria de esquerda, enquanto o Governo está em S. Bento e faz que governa.

Mas o Governo governa?

De facto, para além da propaganda pessoal e política que o sr. Primeiro-Ministro faz de si próprio e do seu projecto político, o que é que o Governo tem feito, onde está a regulamentação das leis das indemnizações e o pagamento das indemnizações, onde está a lei de regulamentação do sector público e do sector privado, que podia permitir investimentos privados, permitir a criação de postos de trabalho, a criação de riqueza, para minorar o desemprego que atinge mais de 500 mil portugueses? O Governo nada fez nesse campo, o Governo tem-se dedicado, por intermédio do sr. Primeiro-Ministro mais à política anti-partidária, do que à política nacional. Pese embora a existência, que as há, de pessoas sérias no Governo.

O sr. Presidente da República empenhou a sua palavra em 22 de Setembro ao dizer que, se o Governo não conseguisse o acordo interpartidário, a única solução seria a dissolução da Assembleia e a marcação de novas eleições. Palavra dada diante dos portugueses que tem de ser cumprida, daí o discurso do 25 de Abril só poder ser uma coisa: a marcação de novas eleições".

## **CONSELHO DA REVOLUÇÃO: INTERVENÇÃO DESESTABILIZADORA NA VIDA NACIONAL**

"Mas há outro órgão de soberania também responsável pela crise que vivemos e pelo seu agravamento: o Conselho da Revolução. "O Conselho da Revolução, que devia ter-se limitado a ser um mero conselho do Presidente, mas que, de facto, tem uma intervenção cada vez maior na vida nacional, intervenção que vem causando cada vez maiores problemas. Meus amigos, com um Presidente assim, com um Governo assim, com este Conselho de Revolução, com uma Assembleia da República que não é representativa dos eleitores portugueses, nós dizemos que a solução não é nem pode ser a substituição do Governo. Não interessa substituir este Governo por outro e o PSD tornou, já há muito tempo bem claro que não aceita a substituição deste Governo por outro, que votará contra qualquer outro Governo visto que só há uma solução e essa depende não dos partidos mas sim do Presidente da República; dissolução da Assembleia e novas eleições".

"Portugal não aguenta a actual deterioração política, económica e social até 1980, e é indispensável que novas eleições apresentem um caminho novo para o País, uma nova política, uma nova esperança, uma nova estabilidade, isso é possível por um acordo democrático a um programa que muito genericamente tem de dar a primazia à iniciativa privada sobre o domínio do Estado na economia. Programa que tem de apresentar o arranque económico da iniciativa privada dos empresários.

"Não queremos novos monopolistas, mas hoje os monopolistas são do Estado, hoje são todos os sectores industriais, e boa parte dos sectores comerciais, que estão na posse do Estado, as cervejas inclusive, os cimentos, a celulose e a siderurgia, é toda a actividade económica principal. Outro monopólio do Estado são 1400 empresas, directa ou indirectamente nacionalizadas, que fazem parte e são controladas pelo Instituto de Participações do Estado, e é isto que é fundamental, e é isto que é preciso atacar no programa económico. Monopolistas não, empresários e empreendedores sim, para a criação de riqueza e dinamização da sociedade".

## **UMA NOVA MAIORIA, UMA NOVA ESTABILIDADE, E UMA NOVA ESPERANÇA**

Aqueles objectivos são possíveis, acrescentou o presidente do PSD, "desde que se crie um bloco democrático em que cada partido vá por si às eleições, mas em que os partidos representativos do bloco democrático digam aos portugueses: o nosso programa comum é este, se nós ganharmos, governaremos em conjunto sobre este programa comum - e assim se criará uma nova maioria, uma nova estabilidade e uma nova esperança".

Assim, considero positiva a proposta do CDS, que constitui afinal como que uma resposta a propostas dos sociais-democratas.

Quanto ao PS esclareceu que os socialistas são necessários "quanto à definição do regime" - designadamente para a maioria de dois terços indispensáveis à revisão

da Constituição. Para o PCP não haverá contemplanções, "combatê-los-emos sistematicamente, sem perseguições, mas sem qualquer acordo social ou político".

### **CISÃO NO GRUPO PARLAMENTAR**

Sobre a cisão no Grupo Parlamentar: "Especulou-se muito com as proporções desta cisão parlamentar com as consequências para o Partido, designadamente no aspecto sindical e sócio-profissional.

"Devo dizer-lhes que uma pequena minoria de poucas dezenas de sindicalistas pareceu afectada por esta cisão no Grupo Parlamentar, mas quero comunicar que, ontem, antes de vir para o Porto, recebi um grupo não de meros militantes sindicais mas, de dirigentes sindicais que ocupam lugares de destaque na UGT, que me fez a entrega de um documento com larguíssimas dezenas, senão centenas de assinaturas, que é um documento de uma seriedade sindical exemplar e de uma correcção política total, manifestando que os dirigentes sindicais e responsáveis pela UGT estão com o Partido".

"A cisão não teve repercussões a nível partidário mas tão só a nível de Grupo Parlamentar. Beneficiou o PCP, o "militarismo presidencial" e o Conselho da Revolução e os projectos partidários do Primeiro-Ministro.

Todos fazem falta, queremos que voltem para que o PSD seja o partido de todos os sociais-democratas. Mas não poderemos contemporizar com quem não aceita regras claras, quem aproveitou com a rotura no Grupo Parlamentar foi o PCP, porque enfraqueceu o campo democrático, e o partido Eanista-Mota Pinto, porque "o PSD é o grande partido". Tal partido estava na forja já na ocasião da aprovação do programa do Governo - disse-nos há dias um dissidente que caso votássemos de outra forma, ocorreria o abandono".

## **1.19. Discurso no Comício de Faro - 28/04/79**

Amigos,

Ouvimos aqui, ao longo de sinceras e brilhantes intervenções aquilo que o País não tem, aquilo de que o País precisa. É indispensável que procuremos a melhor maneira de alcançar aquilo de que Portugal carece, que vejamos a melhor maneira de o alcançar do prisma do bem-estar, do progresso e da justiça social para os portugueses.

De entre os vários projectos apresentados com os quais estamos confrontados, qual é o que melhor serve os interesses do país? Esse deve ser o juízo único que mobilizará os portugueses. E que projecto temos?

Hoje é claro que temos um projecto político finalmente explicitado pelo Sr. Presidente da República, General Ramalho Eanes. Projecto que inclui o actual Governo.

E para julgar a actuação do actual Governo, nada melhor do que vermos o que era o país há seis meses - ou quase seis meses - e o que é hoje.

Com este Governo, os salários melhoraram? Com este Governo, os preços baixaram? Com este Governo melhoraram os serviços de saúde? Com este Governo melhoraram os serviços de educação? Com este Governo, o comércio vende mais? Com este Governo, produz-se mais na agricultura? Com este Governo pesca-se mais? Com este Governo exporta-se mais? Com este Governo, o país, designadamente no Alentejo, está mais livre? A tudo isto, infelizmente, temos de responder não.

E nesta resposta às perguntas concretas se o Governo melhorou a situação dos portugueses, vai o juízo crítico e negativo para a acção do Governo, sejam quais forem os aspectos políticos criticáveis. De facto, temos de reconhecer que a acção do Governo foi negativa para o país e para os portugueses.

No Alentejo, entregaram-se - é certo - várias reservas. Avançou o cumprimento da Reforma Agrária. Mas no Alentejo também, mercê dos erros cometidos, designadamente com o afastamento do secretário de Estado Ferreira do Amaral, o Partido Comunista Português ganha força, avança no controlo do território e dos trabalhadores. O Alentejo está mais sob o domínio do Partido Comunista do que estava antes do início da acção deste Governo.

Este é um facto contra o qual não podemos deixar de lutar, pese embora aos que nos chamam anticomunistas. Se nos consideram, e a mim pessoalmente me consideram anticomunista, por combater o Partido Comunista sistematicamente por meios democráticos, tenho muita honra em ser anticomunista.

Ninguém quer perseguir por meios ilegítimos o Partido Comunista. Mas nós, social-democratas, não queremos pactuar e não pactuaremos com o Partido Comunista Português. Tratá-lo-emos sempre como um partido de oposição com o qual não se podem fazer quaisquer acordos. Voltando à situação do País, é certo que o Banco de Portugal já publicou ontem uma nota em que dá conta da melhoria da situação da balança de pagamentos portuguesa e em que promete sustar a desvalorização do escudo ao nível de um por cento ao mês.

Ainda bem. Efectivamente, a melhoria da balança de pagamentos foi significativa e é vantajosa para o País, embora não tenha sido este Governo que a conseguiu.

Mas o que é que isto significa? Significa também que o crescimento da economia portuguesa é negativo. Quer dizer, em vez de estar a crescer a produção e a economia globalmente, ela está a diminuir. E é impossível um país fazer face à crise social, ao desemprego, à falta de produção, ao atraso que Portugal tem em relação aos países da Europa e da vizinha Espanha, se a economia em vez de crescer, definha. E isso é o que está a acontecer e não se pode prolongar.

Pois é este concretamente, no campo da realidade dos factores, o saldo do Governo de Eanes. Governo que o Presidente da República fez, Governo que continua a dizer que é seu. E nós regozijamo-nos por o General Eanes dizer que este Governo negativo é seu.

O Governo de Eanes é negativo. E o projecto político do General Eanes? Será bom para o País?

Vejamos qual é esse projecto político. O General Ramalho Eanes disse-o, no 25 de Abril, em dois discursos: a mensagem que como chefe do Estado-Maior-General dirigiu às Forças Armadas, e o discurso que fez na Assembleia da República.

Às Forças Armadas o General falou não como militar, mas como político. E disse-lhes que as Forças Armadas tinham de cumprir as missões designadas pelo seu chefe supremo, ou seja, pelo Presidente da República. Porque, disse ele, as Forças Armadas são do povo.

E depois disse à tarde, na Assembleia, "mas o povo sou eu".

Ora o General Ramalho Eanes quando afirma na Assembleia da República que é o representante pessoal e institucional dos portugueses até 1981 está a cometer uma usurpação do poder.

O representante institucional dos portugueses, segundo a nossa Constituição, é a Assembleia da República. Porque os portugueses não têm um só chefe, um dono, um só representante, não têm nem podem ter um caudilho. Não têm - nem terão porque o não admitem - ninguém como dono. Têm os seus representantes colectivos escolhidos através do voto nos partidos.

E então o Presidente da República o que é? É, em democracia e segundo a Constituição, o representante do Estado Português. É nessa órbita que ele deve actuar e agir. Mas não é nessa órbita de democracia e de cumprimento da Constituição que se integra o seu projecto.

Às Forças Armadas, dizendo-lhes que não se deviam meter na política, o senhor General Eanes foi-lhes dizer mal dos políticos. E meteu no mesmo saco comunistas e reacţionários, socialistas e social-democratas, dizendo-lhes mal de todos os políticos que não estavam com o seu projecto. Também isto não é democrático.

Ainda neste discurso, assinalava o General Ramalho Eanes às Forças Armadas vários pontos programáticos. Ora, as Forças Armadas não têm que cumprir programas de Governo. Têm de garantir a soberania portuguesa, têm de garantir as instituições democráticas.

E o General Eanes acabou dizendo isto às Forças Armadas: "Falta cumprir Portugal. É a hora". São palavras de um grande poeta, que o Sr. Presidente da República, utilizou muito mal, porque não são as Forças Armadas que cumprirão Portugal. Quem cumpre Portugal são os portugueses.

Dizer às Forças Armadas que têm de cumprir Portugal é, afinal, como no Verão quente de 75, considerá-las movimento de libertação do povo português. Ora o povo português está liberto graças aos militares, e quer continuar livre, mesmo do poder militar.

É por isso que o que havia que dizer às Forças Armadas era: Falta cumprir Abril. É a hora. Falta cumprir o 25 de Novembro. É a hora. É que o 25 de Abril como já aqui foi demonstrado, não foi cumprido e tem de o ser. E o 25 de Novembro também não foi cumprido.

Acreditamos que seria finalmente o momento de cumprir o Programa do MFA, em que os portugueses acreditaram em devolver o poder aos civis e o afastamento das Forças Armadas do poder. E julgámos que havia um homem que era capaz de o fazer - o General Ramalho Eanes.

Mas a nossa boa fé foi enganada. No 25 de Novembro, o que nasceu, de facto, foi o eanismo, o projecto político de Eanes que, levou ao segundo plano partidos-MFA.

Este projecto foi explicitado no discurso da Assembleia da República, em que o General Eanes usurpa o papel da Assembleia, quando fala como dominador dos deputados e dos partidos e diz que vai ter uma intervenção mais tensa se os partidos se não entenderem. Ora, se os partidos até agora se não entenderam, a responsabilidade cabe, e em\* muito, ao próprio Presidente da República.

Era a ele que cabia, como Chefe de Estado, congregar os partidos à volta do mesmo projecto, encontrar com eles uma plataforma democrática de salvação nacional. Mas não o quis fazer e agora anuncia um novo partido e uma intervenção mais activa.

Nada temos contra a formação de novos partidos. Mas o que não admitimos, porque não é democrático, é partidos de cucos que não querem fazer o seu próprio ninho, querem pôr o ovo no ninho do vizinho.

E qual é a intervenção mais activa que o senhor General Ramalho Eanes promete? Só me parece poder ser uma - um referendo.

Poderá estar neste projecto deixar correr as coisas, desgastar os partidos. E quando as coisas estiverem piores, aparecer empunhando a bandeira do referendo com um projecto de revisão da Constituição e dizer aos portugueses - aqui está a salvação: aquilo que os partidos não conseguiram fazer, um homem o pode fazer com um referendo. Esse homem chama-se General Ramalho Eanes.

Não é um método democrático e não se pode chegar a soluções democráticas por métodos não democráticos. Eu considero que o referendo é admissível, mas é admissível no quadro de uma decisão da Assembleia da República e do Presidente da República.

Se a Assembleia da República aprovar uma lei-quadro do referendo, se a maioria da Assembleia o aprovar, e deliberar o referendo, e o Presidente tudo promulgar, o referendo é legítimo e é constitucional. Se um homem, contra a Assembleia da República, seja ele, embora, Presidente da República, decidir um referendo, trata-se de um golpe que nem constitucional é e que visa a construção de um projecto que é um projecto de poder pessoal.

E serve isto o país? Essa é que é a questão fundamental. Entendo que não serve. Em primeiro lugar porque não haverá hipótese para o progresso de Portugal e para a integração de Portugal na Europa sem uma autêntica democracia em Portugal. Ainda não a temos, visto que os militares ainda têm poder político e não há democracia militar. Mas se tivermos um projecto pessoal do Presidente da República, que é chefe militar, por cima e contra os partidos, não teremos uma de-

mocracia, não teremos respeito pelo progresso democrático dos portugueses e não seremos aceites na Europa.

Mais do que isso este projecto é um projecto ambíguo. É um projecto de poder militar pessoal, e o General Eanes e o poder político-militar sempre mostraram conciliação com o Partido Comunista Português. Nunca fizeram afrontamento democrático com esse partido.

E dizemos que é um projecto ambíguo, porque olhamos para o que foi o mandato presidencial. Não fomos nós que cortejamos ora à Europa, ora aos países de Leste - foi o sr. Presidente da República. Não fomos nós quem chamou aos estudantes comunistas em Sofia, "embaixadores de Portugal" - foi o sr. Presidente da República. Não fomos nós que na Guiné, assumiu a responsabilidade de o PCP não ter sido marginalizado no 25 de Novembro - foi o sr. Presidente da República.

E nós não podemos continuar em Portugal com estas e outras ambiguidades do sr. Presidente da República, quando ele quer transformar Portugal num projecto seu, num projecto partidário, num projecto de Eanes.

Esses traços, por um lado, e actividade negativa do Governo Eanes por outro, leva-nos à conclusão de que este projecto, não é democrático, não é patriótico, não interessa ao bem dos portugueses.

Os portugueses terão que ser chamados claramente a optar entre o caudilhismo militar, o militarismo presidencial, o MFE que hoje está, claramente esboçado - o movimento das forças eanistas - entre esse projecto e o projecto democrático.

E o projecto democrático qual é? O projecto democrático deve ser aquele que passa pelo entendimento das forças democráticas com um mesmo projecto de sociedade. Um projecto de sociedade personalista, humanista, reformador, criativo, contra um projecto de sociedade militarista, por um lado, e um projecto de sociedade colectivista, burocratizante e estatista, por outro.

E hoje, se tivermos, como é indispensável, novas eleições, os democratas podem-se unir à volta do mesmo projecto de sociedade.

Há um facto novo importantíssimo a considerar na vida nacional e na vida social: é a formação de uma central democrática, a UGT, que nasceu em especial da colaboração dos sindicalistas social-democratas e socialistas.

E os sindicalistas socialistas e social-democratas, com toda a autoridade de homens de trabalho, de longas lutas contra o PCP, dizem-nos a nós políticos, se nós nos podemos entender à volta da UGT, porque é que vocês não se podem entender à volta de um programa de governo ou de um governo de coligação que na linha da UGT, na linha reformista, linha essencialmente social-democrata, sirva a estabilidade e o progresso e salve o país?

É a resposta a essa pergunta que nós temos que dar com frontalidade e com clareza mas que só podemos dá-la com novas eleições. E a minha resposta a essa pergunta, é sim senhor. Podemos, sindicalistas e trabalhadores, seguir o vosso



exemplo e entendermo-nos à volta de um projecto reformista e democrático para Portugal.

Mas fica bem claro que quem estiver neste projecto não está no projecto eanista. Quem estiver com o projecto eanista não pode estar com o projecto reformador e de linha progressiva e social-democrata.

Os partidos e as forças que se definam, porque não se pode estar com um pé no militarismo presidencial e com outro no bloco democrático.

Por outro lado, a terceira solução possível é a do PCP. Essa já sabemos claramente que não serve, porque não é democrática, não é nacional e não é progressiva. Implica a transformação de Portugal numa vasta empresa estatizada, a transformação dos portugueses em burocratas sem liberdade, não partilhando com igualdade a riqueza produzida, mas ficando dominados por uma nova classe privilegiada, a classe que, controlando a economia, controla o País. Essa classe é a que controla o partido que por sua vez tudo controla.

A esse terceiro projecto, o projecto comunista, já os portugueses disseram claramente não, não o aceitamos.

É, pois, ante a clareza destas três opções que os portugueses devem ser chamados a escolher através de novas eleições.

Não temos dúvidas acerca da sua resposta. Mas alguns, uma minoria, que por vezes faz muito mais barulho do que a maioria, perguntam-se se o Partido Social-Democrata, com a cisão que teve no seu grupo parlamentar, é capaz de disputar eleições, de os levar de vencida e de construir este projecto.

A resposta é, muito claramente sim. Porque o PSD, à parte a cisão no grupo parlamentar e de algumas quantas pessoas que fazem falta como qualquer militante - porque no PSD não há ninguém indispensável, mas todos somos necessários - o PSD mantém as suas estruturas intactas, mantém a vitalidade dos seus quadros e a sua competência, mantém intactas as suas estruturas regionais, as suas estruturas socio-profissionais, mantém intacto o apoio dos sindicalistas.

Mais do que nunca o PSD exige eleições e parte para as eleições convencido de que as vencerá. O PSD mais do que nunca também diz que não tem a pretensão do governar sozinho o País, que se quer unir aos demais partidos democráticos que rejeitarem o projecto eanista, que rejeitarem o projecto comunista, que estiverem dispostos a delinear e a desenvolver um projecto reformador ao serviço dos portugueses. Porque essa é sempre e será a nossa regra única: o bem-estar dos portugueses e o desenvolvimento do País. Porque a política para nós nada significa se não representar a melhoria das condições de vida concretas do povo português.

Quem assim quiser trabalhar connosco para bem do País num Governo de coligação, num Governo maioritário, num Governo que dê estabilidade política ao País, contará connosco. Quem assim o não fizer, contará com a nossa oposição democrática.

A Democracia com os social-democratas e os democratas vencerá a tentativa do poder pessoal, vencerá o projecto eanista e continuará a vencer o projecto comunista.

É esta certeza que nos dá esperança renovada de continuarmos o nosso país, de não arredarmos pé do nosso rincão, de desenvolvermos o nosso país com o nosso trabalho - com a ajuda externa, sim, mas sem andar a pedir esmolas por esse mundo, porque quem não sabe viver do seu trabalho, não pode viver com dignidade e com honra.

O PSD continua a sua luta empenhado e entusiasmado, dizendo as verdades, doa a quem doer, não temendo seja quem for.

Convencido também, finalmente, que as Forças Armadas portuguesas são as primeiras a não querer o militarismo presidencial, são as primeiras a rejeitar projectos militaristas e totalitários, são as primeiras a não se arrogar ao exclusivo de cumprir Portugal, mas contribuirão ao lado dos democratas para o seu cumprimento.

E é animados desta perspectiva que nós continuamos, repito, a reivindicar eleições, a contar com todos os militantes social-democratas, a sermos cada vez mais o grande partido de todos os social-democratas, o único que em Portugal representa a Social-Democracia.

## **1.20. Discurso no encerramento das "I Jornadas Sociais Democratas sobre a Reforma da Administração Pública" - Lisboa - 29/04/79**

Meus Caros Amigos,

Acedi com muito gosto à solicitação que me foi feita de estar presente no encerramento destas jornadas. Penso que a primeira palavra a dizer, que ser de felicitação muito sincera ao Gabinete de Estudos, aos organizadores das Jornadas, aos relatores e aos participantes. Esta iniciativa demonstra que o Partido Social Democrata está mais uma vez atento aos problemas nacionais e não encara a sua actividade como uma actividade de luta concentrada nas táticas e nas estratégias.

Entendemos que um partido, e especialmente um partido social democrata, tem como função essencial, para além da própria luta política e como parte dela mesma, como alicerce da sua seriedade, a atenção e dedicação à solução dos problemas concretos do País. E, pensamos, mesmo uma função pedagógica.

Não podemos concordar com os que, hoje, parecem dizer que aos partidos, que não desempenham funções de governo, cabe resolver os problemas do País e ao Governo e outros órgãos, cabe fazer política. Isso seria uma inversão de situações. Mas temos consciência, que no governo ou fora dele, nos cabe considerar acima de tudo os problemas da comunidade em que estamos inseridos e cuja luta por um maior bem estar justifica a nossa própria acção. Para nós, efectivamente,

a política que não signifique luta e melhoria concreta das condições do Povo Português, não tem sentido. E ao dedicarmo-nos a esta actividade, como transparece de resto nas conclusões, nós temos da sociedade e da humanidade uma visão de crescente libertação. Somos dos que acreditam que a humanidade, apesar de todas as dificuldades, está num processo de ascensão e libertação crescente. Libertação que passa pela própria libertação, realização pessoal e dignificação de todos aqueles que vivem do seu trabalho e em especial dos que trabalham por conta de outrem. Esta perspectiva liga-se com o serviço da sociedade que foi recomendado no princípio das riquíssimas conclusões, que acabámos de ouvir, da Administração Pública inserida na sociedade 2 no serviço da sociedade.

E daqui se parte para uma série de pistas de reflexão e de afirmação que as conclusões explicitam.

De facto, a perspectiva da Administração Pública ao serviço da sociedade leva desde logo à necessidade da sua desburocratização. A burocratização surge como fenómeno constante quando a Administração Pública se considera um fim em si própria e que vive para si.

É uma perspectiva que nós rejeitamos, que as conclusões rejeitam, acentuando que é ao serviço da sociedade, do seu desenvolvimento, nesta perspectiva de crescente progresso e libertação que referi, que a Administração Pública encontra o seu verdadeiro sentido. E vem desde logo, também a impressão da Administração Pública numa perspectiva do desenvolvimento global, de desenvolvimento económico e de desenvolvimento social. Isto implica, é evidente, uma crescente e permanente modernização da Administração Pública, que tem de estar não só aberta aos problemas da sociedade, mas para estar ao seu serviço, precisa de cada vez melhor os atender, compreender e poder dar respostas adequadas às solicitações que o desenvolvimento lhe impõe.

E aqui, em Portugal, um dos temas que implica uma melhor resposta a uma maior modernização da Administração Pública é a integração nas Comunidades Europeias. Ponto que vem também referido nas conclusões. Por aqui a Administração Pública participa no desafio que é lançado ao País. Desafio que não é apenas um desafio económico e social, que é um desafio histórico para o nosso País. O plano de integração nas Comunidades Económicas Europeias vai de facto trazer transformações totais para o nosso País; e a verdade é que verificamos que o País não se encontra, não está preparado, nem sequer informado do desafio que a integração europeia lhe põe. Nós não realizámos sequer ao nível de País, ao nível de sociedade, ao nível de estruturas, aquilo que significa a adesão europeia. Aí está um campo dos muitos em que a modernização da Administração Pública se insere. Falamos e ouvimos falar da Administração Pública ao serviço da sociedade, Administração Pública que não é um fim em si mesma e que não existe para si própria.

Vimos também uma referência, que cabe destacar, da rejeição da Administração Pública como instrumento de qualquer plano de poder, de desvinculação de forças pacíficas, ponto que é corolário do serviço da sociedade, mas importa destacar, visto que tem sido uma constante no nosso País a instrumentalização da Adminis-

tração Pública. Estas perspectivas que enunciámos não são apenas, é evidente, perspectivas partidárias. Elas radicam nos valores do nosso Partido, nos valores programáticos e ideológicos do nosso Partido, mas são património comum de todas as forças democráticas e progressivas que tenham a mesma visão da humanidade.

Hoje, quando se defrontam em Portugal três projectos políticos - um projecto político de poder pessoal, outro de domínio partidário totalitário e ainda um de poder democrático - é fácil verificar que valores como estes, que referimos e aqui ouvimos referir, possam constituir um vasto campo de cooperação das forças democráticas para consecussão de um plano de modernização, desenvolvimento e democratização do País. Democratização do País que não está feita e está longe de ser conseguida, quer ao nível das instituições quer ao nível das realidades sociais, económicas e políticas, e pela qual temos de lutar. Nessa democratização, a Administração Pública desempenha também um papel fundamental. É evidente, que sendo esses três projectos políticos completamente diferentes daqueles que estão com o primeiro ou com o terceiro, não podem estar com o projecto democrático. Há aí, uma incompatibilidade de modelos e uma obrigação de escolha, há aí, fronteiras traçadas à volta destes três projectos políticos que hoje se defrontam. Mas é vasto o campo do segundo projecto político que referi, do projecto democrático e progressivo, e é nesta óptica, efectivamente, que cabe rejeitar todos aqueles do seu trabalho e aqueles que estando inseridos nas estruturas do Estado devem estar cada vez mais ao serviço da sociedade e não ao serviço do poder e de determinadas forças políticas.

Falar em Administração Pública é falar em homens; e daí um dos aspectos, que foi salientado e bem, em que se desdobra o próprio direito ao trabalho - a formação profissional. A formação profissional é efectivamente, e a própria Constituição assim o refere, um dos aspectos do direito ao trabalho. Este não é um mero direito ao emprego, é-o também, mas é muito mais vasto. E a formação profissional na Administração Pública é o meio de realização da própria pessoa, do trabalhador, como o é nos outros campos. Mas neste campo concreto é também a possibilidade da modernização, da consciencialização da necessidade da mudança e o próprio instrumento da mudança necessária, é assim, com projectos concretos, com a evolução das pessoas, com o enriquecimento dos homens, com a sua realização integral, que se efectivam mudanças necessárias; não é anunciando apenas mudanças pela introdução de um novo projecto político, que afinal nada mudou e que será apenas uma tentativa de prolongar situações existentes. A mudança que o nosso País necessita é a mudança no sentido de uma cada vez maior vivência democrática, de uma cada vez maior participação das pessoas nas formas do seu trabalho e participação nos projectos em que esse trabalho se insere. Fala-se também nas conclusões, na democraticidade das relações de trabalho que o PSD preconiza para todas as relações de trabalho e também para a própria Administração Pública. Mas se se acentua aqui a tónica, é porque muitas vezes a inserção numa estrutura de Estado, da Administração Regional ou da Administração Local, fortemente hierarquizadas, põem em causa a hierarquia necessária a qualquer organização humana. Tem de se compatibilizar a hierarquia necessária com a participação, sem a qual o trabalho perde os aspectos de dignidade que só lhe são

assegurados por uma compreensão dos fins a atingir e por participação adequada nos métodos a seguir. Só assim, considerando o trabalho como uma tarefa comum, a que todos, embora a diversos escalões, são chamados a participar, se pode enriquecer por ele a própria comunidade dos trabalhadores e melhor servir a sociedade, desiderato sempre presente nestas conclusões e na nossa orientação.

Podemos orgulharmo-nos de sermos um partido que tem compreendido a importância da Administração Pública e que a tem devidamente valorizado numa perspectiva não burocrática, não administrativa, e não apenas funcional, mas numa perspectiva eminentemente humana, como resulta dos traços que aqui foram profundamente focados nas conclusões, alguns dos quais eu me limitei a salientar.

Podemos, se conseguirmos concretizar esta política, encarar com muito maior esperança o futuro do nosso País.

Não temos dúvidas em reconhecer que somos, não só nos aspectos económicos, mas em quase tudo, praticamente em tudo, um País atrasado, um País que estando na periferia da Europa, está também, infelizmente, na sua cauda em tudo quanto ao progresso humano respeita. País também dividido em lutas políticas profundas, mas que tem oportunidade histórica de aceitar um desafio que é feito a toda uma geração, e ao qual nós queremos dar o nosso contributo para que ele seja positivamente respondido. Com todas as dificuldades, com todas as dores, que acarreta a tentativa de recuperação de um atraso que é muito mais do que de decénios, com todas as dificuldades que impõem reformarmos um projecto nacional que vive das suas próprias forças e sem ir buscar além fronteiras as riquezas que eram de outros povos, não podemos dizer sim ao futuro.

Ao mesmo tempo esta nossa perspectiva, a perspectiva social democrata de solidariedade, não se limita às nossas próprias fronteiras.

Perspectiva social democrata da humanidade e das relações internacionais é também solidariedade internacional, e foi por isso, com muito agrado, que ouvi aqui salientar, nas conclusões, a necessidade de estes temas serem também um imperativo nas relações com os países de expressão portuguesa, vasto campo de cooperação e de expressão de uma solidariedade que se radica na língua, mas que se estende, para nós sociais democratas, para além de todas as fronteiras. É assim, meus amigos, que o PSD entende que se deve cumprir Portugal. Para o fazer não esperamos salvadores: entendemos que não há nenhum sector isolado, seja civil ou militar, que se possa incumbir da missão de concepção, só com o esforço de todos os portugueses, esforço de solidariedade e de participação democrática, é que o País se pode cumprir.

Para certos sectores há tarefas específicas a cumprir, sim, e muitas delas ainda não estão cumpridas; mas Portugal cumprir-se-á quando todos os portugueses, mercê de um esforço pedagógico e de auto-libertação, se assumirem plenamente como pessoas e tiverem oportunidade de desenvolver plenamente a sua pessoa sem o sacrifício das gerações vindouras e sem o aniquilamento da geração presente, nesta perspectiva de continuação do progresso e da libertação do nosso País, inserido numa humanidade também em crescimento. E é por isso que saio

daqui contente, como Presidente do Partido Social Democrata, partido que vejo totalmente mobilizado em todas as frentes, saindo de si próprio para se pôr ao serviço da comunidade, como aqui o provamos com esta realização.

Bem hajam, portanto, todos aqueles que para ele contribuíram em graus diferentes. Por fim, quero dizer apenas uma palavra de agradecimento aos órgãos de informação que aqui quiseram estar presentes, na cobertura desta sessão de encerramento.

Muito obrigado a todos.

## **1.21. Discurso na Festa de V Aniversário do PSD - Coimbra - 06/05/79**

### **NUNCA PODERÁ SER NOSSO ALIADO QUEM CONCILIAR COM O PCP**

Cinco anos de vida do Partido Social Democrata, cinco anos de vida do PPD/PSD. Motivo para estarmos orgulhosos, para todos estarmos de parabéns. Cinco anos que transformaram uma iniciativa de um pequeno grupo, e que sobretudo realizaram e encarnaram um Programa magnífico, o nosso Programa social-democrata intocado, com os seus princípios, com os seus ideais. Estes cinco anos permitiram que esse Programa se encarnasse que se fizesse efectivamente a acção política, que se transformasse na vida dos nossos militares. E hoje é o Programa que através dos sindicalistas, através dos trabalhadores, nas Regiões Autónomas, nas Autarquias Locais, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, através da juventude, através das famílias, através de todos os militantes, é o nosso Programa que constitui o cerne, a substância, a força e a vida do nosso Partido. Foi isso que alguns não compreenderam; ficaram-se numa fase anterior, numa fase em que em vez de haver um Programa amalgamado numa acção de massa havia apenas um pequeno grupo. Mas esses tempos são passados. Hoje, efectivamente, o nosso Partido é muito diferente do que era no princípio, não nos seus princípios e ideais a esses nos mantemos fiéis -, mas na sua dimensão, na sua pujança, nas suas manifestações nos diversos sectores. Temos portanto motivos de orgulho para celebrarmos este 5.º aniversário.

Temos também alguns motivos de desgosto. Muitos dos que connosco estavam, alguns desde o princípio, quiseram deixar o Partido. Lamentamos com saudade e com pena a atitude que tomaram. Todos no Partido Social Democrata fazem falta, mas não há ninguém insubstituível.

Fazem falta os que nos deixaram, mas faziam também falta as muitas dezenas que ultimamente têm entrado no Partido. E fazem falta ainda os muitos que hão-de entrar, atraídos pela social-democracia portuguesa, porque o Partido Social Democrata, o PPD/PSD, é e quer continuar a ser cada vez mais o grande partido de todos os sociais-democratas. De facto, como disse, quem fez o Programa não fomos apenas nós, que o pensámos, o idealizámos e redigimos: são todos aqueles que o realizam na prática do seu dia-a-dia, da sua militância. E é na prática e para

bem do País que queremos realizar o nosso Programa social-democrata. Mas que quadro se nos depara, a nós, sociais-democratas, quando olhamos para o País?

Um quadro que a nível geral é de degradação de condições de vida, um quadro que em muito é de desesperança e de desalento. E o País vai-se efectivamente deteriorando a um nível tal em que as pessoas perdem a esperança. Nos vários sectores, em vez de se notarem melhorias, vê-se que as coisas estão cada vez mais paralisadas e funcionam cada vez pior. E é para essa situação concreta de Portugal e dos portugueses que nós fomos chamados a olhar, a propor soluções e a intervir democraticamente. E estamos constantemente, a analisar essa situação e a estudar soluções. Temos neste momento em curso a actualização do nosso Programa de Governo de 1976 em função da realidade portuguesa actual, de maneira a que, mantendo embora a coerência das suas linhas essenciais, ele re-pense algumas das soluções em face da nova situação. Temos o gabinete sombra a trabalhar em pleno nessa tarefa, temos os gabinetes de estudo a cooperarem nessa tarefa e virados para várias organizações, precisamente para que possamos enfrentar os problemas reais. Fizemos já várias Jornadas, a última das quais da Administração Pública; teremos no próximo fim-de-semana no Porto as Jornadas dos Bancários social-democratas, e várias outras Jornadas se seguirão, para que o Partido dê prioridade, como está a dar, aos problemas nacionais e às soluções que eles requerem.

Mas temos perfeita consciência também de que fora de um quadro político de estabilidade não há qualquer solução possível para a economia, para a educação e para qualquer sector. Se não houver estabilidade política, não há possibilidade de resolvermos a crise nacional. E no panorama político nós temos de atentar, em primeiro lugar, nos problemas do regime. Os problemas do regime português prendem-se com a revisão da Constituição, prendem-se com o fim do período transitório. É necessário pôr fim ao Conselho da Revolução, é necessário terminar, findo o período de transição, com qualquer intervenção dos militares na política, para que Portugal seja uma Democracia plena. É necessário ainda, a nível do regime, modificar a Lei Eleitoral, para que os eleitores e o Povo português fiquem mais próximos dos eleitos, para que se modifique o sistema e a própria organização das eleições, para que se modifique o próprio regime da Assembleia da República, para que não possa assistir-se ao que agora vemos - 44 deputados independentes, quando as pessoas votaram nos partidos.

#### **AS QUESTÕES DO REGIME E OS PARTIDOS DEMOCRÁTICOS**

Tudo isso e alguns outros problemas referem-se ao regime político e passam por uma revisão da Constituição. E por isso tomei a iniciativa, no princípio deste ano, de propor ao Partido e à opinião pública um projecto de revisão da Constituição concreto que constitui a base da nossa discussão interna. Para resolver os problemas do regime, nós necessitamos do acordo dos três partidos democráticos - o PS, o CDS e o PSD. Os problemas do regime referem-se à Democracia e só podem ser resolvidos com os partidos democráticos. Não podemos nem queremos pensar em resolver qualquer problema da democracia portuguesa com o Partido Comunista Português, que continuamos a considerar não democrático. Mas há uma outra questão, que embora não sendo propriamente do regime, se prende com a sua

concretização e que pode passar também pelos três partidos democráticos: refiro-me ao Presidente da República.

Assumi a responsabilidade, e já o disse, de propor ao próximo Congresso que o Partido Social Democrata não apoie uma eventual recandidatura do Gen. Ramalho Eanes. Tomei esse decisão porque entendo que já é tempo suficiente para fazer um julgamento da acção do actual Presidente da República, e esse balanço não é positivo. Entendo, de facto, que o Gen. Ramalho Eanes interveio sempre mais como militar, impondo soluções, do que como político, procurando o consenso, dialogando com os partidos. E oscilou entre uma falta total de intervenções e uma intervenção exagerada e sobretudo errada. Como típico exemplo da falta de intervenção, temos a constituição do I Governo de Mário Soares, um Governo minoritário que não devia ter sido empossado, precisamente por ser minoritário. Mas admitindo ainda assim que se se tivesse feito essa experiência, quando, a partir do final de 1976, a crise se agravou, entendemos que era obrigação do Presidente da República - e dissemo-lo em vários Conselhos Nacionais - ter uma intervenção democrática, juntar os partidos e exigir então dos partidos, enquanto fosse tempo, enquanto a situação não tivesse demasiado deteriorada, um acordo maioritário, um acordo que desse uma maioria estável e coerente. Mas o Gen. Eanes ficou passivo, deixou andar as coisas até um ponto de quase ruptura, e em 24 de Agosto do ano passado deu esperanças de intervenção numa linha certa e correcta. Mas, de facto, não as observou. E vemos agora, no 25 de Abril, uma intervenção que não considero certa nem correcta, nem adequada ao respeito pelas instituições democráticas. Por isso a criticamos com frontalidade e com uma certa violência, porque essa intervenção foi ela própria também uma violência sobre a Assembleia, uma violência sobre os partidos e um afastamento em relação ao seu próprio eleitorado.

#### **O PRESIDENTE DA REPUBLICA**

É necessário que Portugal tenha um Presidente da República, a eleger no final de 1980, que resulte de um consenso dos partidos democráticos. Mas um Presidente da República que não diga, como disse o Gen. Eanes em 76, "Aceito o apoio dos partidos, mas não faço compromissos com os partidos". Ao novo candidato que dissesse isso nós teríamos de dizer "Não conte então connosco, porque os partidos são órgãos da democracia, são aqueles em que os portugueses votam para a Assembleia da República - os partidos são aqueles com os quais, como representantes dos portugueses e instrumentos de representação a nível nacional, regional e local, um candidato à Presidência da República tem de se entender". Tem de se entender e tem de fazer um compromisso com os partidos o novo candidato. Foi isso que o Gen. Eanes recusou, é isso que nós queremos que um novo candidato faça. Não para que fique manietado e comprometido, mas para que tenha um programa claro, firmado de acordo com os partidos, para que não tenhamos amanhã de gritar, como hoje aqui gritamos: "Prometeu, prometeu, veja lá no que isto deu!". É preciso que isto não se repita. E para que isto não se repita é necessário uma plataforma, um acordo do novo candidato com os partidos que o quiserem apoiar. E não só por isso: para que amanhã o candidato não diga, como disse há tempos o actual Presidente, que não tem de saber quem são os seus eleitores, porque é Presidente de todos os portugueses. E por isso que muitos dos



seus eleitores hoje se sentem frustrados, sentem que foi em vão o esforço que fizeram na campanha presidencial e é por isso que descrêem no Presidente da República. Isso acarreta um desprestígio, um enfraquecimento das instituições e é isso que tem de mudar, a nosso ver, para que amanhã não nos arrependamos do Presidente em cuja campanha colaborarmos. É necessário, pois, a meu ver, uma nova escolha presidencial e é necessário um Presidente e uma Presidência prestigiadas. Nós não somos um partido presidencialista, não no-lo permite sequer o nosso Programa, e é por isso que rejeitamos qualquer tentação de hegemonismo, qualquer tentação de presidencialismo. Entendemos que tem de haver um parlamentarismo racionalizado, ou um semi-presidencialismo, em que o Presidente da República coopere com uma maioria no parlamento, em que os dois órgãos de soberania se articulem e que não andem a puxar cada um para seu lado, desorientando os portugueses e os próprios democratas. E foi isso que sucedeu com a Presidência actual: os próprios democratas ficaram divididos e desorientados e em muito os partidos ficaram desprestigiados por causa dessa acção. Só haverá, a nível da Presidência da República, estabilidade política, com um Presidente articulado com uma maioria no parlamento, com um candidato proposto por partidos, que tenham com ele um acordo político, que estejam em sintonia. Então sim, então haverá articulação da liderança nacional do Presidente da República, que é necessária e justificada nos termos da Constituição, como representante que é do Estado, com a liderança político-partidária parlamentar, como representante que é a Assembleia da República de todos os portugueses. A nível de regime e a nível de Presidência é esse o nosso projecto, são essas as nossas propostas, é para aí que queremos caminhar, porque daí sairá estabilidade.

### **A QUESTÃO DO GOVERNO**

Um outro ponto que hoje muito preocupa os portugueses é a questão do Governo. Tivemos peripécias muito conhecidas e chegamos a uma situação em que se fez a experiência dos Governos apartidários, de independentes e presidenciais. A primeira experiência não pode ser continuada porque na Assembleia da República os partidos, com excepção do PSD, não deixaram governar o Governo de Nobre da Costa. Constituiu-se então o Governo Mota Pinto; e o PSD, embora com muitas reservas e discordância quanto fórmula adoptada, deu um apoio inicial a esse Governo. Mas meses volvidos que vemos? Vemos o Governo mais virado, sobretudo o seu 1.º Ministro, para a sua política pessoal do que para o serviço do País; demos a situação deteriorada; vemos as grandes centrais sindicais, e sobretudo a central sindical democrática, a UGT, clamarem contra o Governo, pedirem a sua demissão; pela primeira vez, vemos essa central sindical, e a UGT, criticar o Presidente da República por estar comprometido, com este Governo. Este Governo é de facto o "Governo Eanes", e em muitas declarações parecer ser o Governo para formar o "Partido Eanes", o que é sumamente condenável, se se confirmar. Mas não é o Governo que convém ao País, porque nestes 6 meses passados, as coisas em lugar de melhorarem, pioraram. E continuou o processo de liquidação da classe média portuguesa, que é um ponto do plano comunista de proletarização dos portugueses. E em lugar de fazer tanto anticomunismo verbal, porque disso não passam o Sr. 1.º Ministro e este Governo, eles deviam sim combater os comunistas e o plano comunista, criando melhores condições de vida para os por-

tugueses, fazendo diminuir o descontentamento e não o aumentando constantemente, levando-o até a sectores que até aqui estavam numa situação razoável, como os sectores do comércio, e que hoje se vêem a caminhar para uma situação dramática, precisamente pela falta de poder de compra dos portugueses, pela liquidação da classe média portuguesa.

É isto que em nosso entender não pode continuar. Este Governo já mostrou que não serve o País, que não serve os portugueses, que não serve para a obtenção de melhores condições de vida. Qual, então, a solução? Uma primeira conclusão se deve tirar: é que acabou a experiência dos Governos apartidários ou de independentes, até porque este foi para lá como apartidário. algum tempo depois transformou-se em antipartidário e agora parece que quer ser para-partidário, no sentido de gerar um novo partido. Não pode ser. Para nós, acabou-se a experiência dos Governos apartidários.

Não contem também connosco para substituir o actual Governo por um V Governo: o problema é muito mais fundo do que um problema de Governo. É o problema da crise política, da crise geral do País, da crise institucional, e esse só se resolve com uma nova escolha popular, com novas eleições. Não vale a pena estar a pensar nem em Vs Governos, nem em remodelação deste Governo - o que é preciso é que se pense, e já, em novas eleições e que o Sr. Presidente de República cumpra a palavra que deu solenamente ao Povo português em 22 de Setembro quando afirmou que se não houvesse um acordo interpartidário que desse maioria ao Governo dissolveria a Assembleia da República e decretaria novas eleições.

### **ELEIÇÕES INTERCALARES**

Eu estou convencido, até julgar a última entrevista do Sr. Presidente da República, e pelas posições dos partidos, que se avizinham de facto eleições legislativas intercalares, para as quais temos de estar mobilizados, porque o PSD vai para as eleições para as ganhar, para ser o primeiro partido eleitoralmente. Mas é preciso que essas eleições sejam um acto de clareza, sejam um acto de escolha, e para isso é absolutamente necessário, em nosso entender, em primeiro lugar que os portugueses saibam muito bem qual o programa político, o programa do governo, as soluções concretas que os partidos propõem aos eleitores. Só assim poderão escolher em consciência. Em segundo lugar, entendemos que as novas eleições, mais do que uma preferência por este ou aquele partido, devem ser um acto de escolha por um modelo de sociedade, por um programa de governo, por um caminho de futuro é também de escolha de um perfil de Presidente da República. Para tanto não bastam os documentos que estão em preparação: é preciso que os partidos definam as suas posições, porque para terem verdadeira escolha as eleições têm de conter também um elemento de informação acerca do Governo. Só pode escolher-se bem quando se souber que Governo se escolhe, e isso passa pela questão das alianças. Entendemos que antes das eleições cada partido deve ter definido a sua política de alianças. É preciso que se saiba se o PSD vai formar Governo com o PS ou com o CDS, ou com os dois, e se o PS está disposto a formar uma aliança connosco, com ou sem o CDS, ou com o Partido Comunista, o mesmo se aplicando ao CDS. Só assim as pessoas poderão votar por um Gov-

erno e esse é o outro elemento desta clarificação política, da estabilidade política: o futuro Governo a sair das eleições - qual deve ele ser, qual pode ele ser, que programa deve ele ter. É evidente que ele será constituído de harmonia com os resultados eleitorais, mas hoje parece-me que não chega dizer aos eleitores "Votem em nós, que nós depois decidimos com quem nos vamos coligar!". Para nós parece-nos necessário dizer: "Votem em nós, porque temos este programa e porque se tivermos com aquele partido a maioria é com ele que vamos governar".

### **POLÍTICAS DE ALIANÇAS E POSIÇÃO DO PS FACE AO PCP**

Neste momento, a nossa política de alianças, não está definida. Vai ser definida no próximo Congresso, em 16 e 17 de Junho, antes, portanto, das eleições. Neste momento, como sabem todos, propusemos conversações ao Partido Socialista, propusemos conversações ao CDS, precisamos para esclarecer as posições destes partidos, para esclarecer as suas posições sobre futuros programas de governo, sobre as políticas sectoriais. A nossa posição foi, desde o VI Congresso do ano passado, a aliança com o PS e com o CDS. Mas a verdade é que nem o PS nem o CDS querem uma aliança a três. Devemos, portanto, encarar a hipótese de um Governo maioritário de coligação, depois das eleições, com o PS ou com o CDS. É aqui que reside o problema: as conversações permitir-nos-ão esclarecer. Uma coisa é certa: qualquer coligação que façamos não é um mero acordo de partilha de poder, não é para dividirmos ministros e secretários de Estado e outros postos da Administração Pública que nós fazemos coligações. Tem de ser na base um acordo de política clara e séria, um acordo acerca das soluções concretas e urgentes para o País, designadamente no domínio da Agricultura, da Saúde, da Economia, do Comércio, da Educação, da Habitação, dos poderes Regional e Local, etc. Só assim um Governo terá substância, só assim um Governo, será estável, só assim um Governo terá efectividade. Sem acordo substancial, com um mero acordo de partilha de poder, o Governo pode servir os partidos mas não serve Portugal; e por isso não contem connosco.

Mas, ao considerarmos as duas hipóteses de coligação pós-eleitoral anunciada previamente, nós temos de dizer, como aqui já foi dito, que têm de se esclarecer os problemas de regime, os problemas do Presidente da República e os problemas do Governo. Têm de se esclarecer as ambiguidades. Nós não faremos nenhuma coligação com o CDS ou com o PS se esses partidos se mantiverem numa posição de ambiguidade acerca dos problemas essenciais. E para considerarmos uma hipótese de coligação com o PS é preciso que este partido se defina muito bem quanto às relações com o Partido Comunista Português: nós não conciliamos com o Partido Comunista Português seja em que sector for, Governo em que nós estejamos não só não será Governo de conciliação com os comunistas, como não fará qualquer acordo em qualquer campo, público ou secreto, com o Partido Comunista Português. Não pretendemos limitar a liberdade de acção do Partido Socialista dizendo-lhe que não fazemos conversações com ele enquanto ele estiver com os comunistas: cada partido tem a sua liberdade de acção. Mas uma coisa é fazer conversações, outra coisa é fazer conciliações, como eu já disse. E não foi por acaso que eu, em Faro, quando abordei a hipótese de uma coligação pós-eleitoral com o Partido Socialista, citei o exemplo da UGT: exemplo de colaboração entre sindicalistas democráticos de linha reformista, sobretudo socialistas e social-

democratas. Exemplo de central sindical, mesmo assim completamente liberta da influência dos partidos. Mas porque é que eu citei este exemplo? Porque aí há clareza e frontalidade dos sindicalistas socialistas, aí há luta contra o PC! Numa linha dessas, sim, pode-se colaborar. Mas é no mesmo sector socioprofissional que o mesmo partido, o PS, a nível de comissões de trabalhadores faz coligações com o Partido Comunista, como aconteceu recentemente na Caixa Geral de Depósitos e na RDP. São essas ambiguidades que a nosso ver, num parceiro que seja nosso, não podem subsistir. Quem tem essas ambiguidades com o Partido Comunista Português não pode ser nosso parceiro de Governo, não pode ser nosso aliado. O Partido Socialista é evidentemente um partido democrático, podemos considerar e consideramos a hipótese de uma coligação pós-eleitoral com ele, dependendo dos acordos que fizermos quanto às políticas concretas, do acordo substancial: mas nunca poderá ser um nosso possível aliado se tiver ou enquanto mantiver, pelo menos em certos sectores, uma política de conciliação com o PC, de ambiguidade em relação ao PC. Não o podemos fazer porque somos social-democratas; não o podemos fazer porque o País o não admite e o não consentiria, porque o País não esquece que o Partido Comunista Português tem uma enorme responsabilidade na actual situação do País, levando-o quase à destruição. Com o Partido Comunista Português nada de bom e positivo se pode fazer; e nós não queremos ter um aliado de Governo que esteja abertamente e connosco a procurar resolver problemas e que esteja debaixo da mesa ou subrepticamente em contacto com o Partido Comunista Português a tentar destruir aquilo que nós no Governo tentaríamos construir. Isso não pode ser. É indispensável que o Partido Socialista Português torne também claro que o seu modelo de sociedade é um modelo de sociedade aberta, não burocrática, não colectivista, mas humanista, europeia e criativa. Aí há algo de positivo, visto que o Dr. Mário Soares disse há semanas, numa entrevista ao Diário de Notícias, que o modelo de sociedade do Partido Socialista não era o mesmo do do Partido Comunista. Ainda bem; mas agora é preciso que se veja que não só o modelo de sociedade não é o mesmo, como não há possibilidade de os dois modelos de sociedade se juntarem para uma qualquer terceira via entre os socialistas e comunistas. Connosco, não!

#### **CAMINHO DE FUTURO**

Vamos, pois, nesta perspectiva, para o nosso Congresso, depois de 5 anos de luta, de mobilização, de sacrifícios e de esperança. E não quero deixar de prestar aqui uma última homenagem a todos aqueles que sentiram na sua própria carne, ficando muitas vezes feridos em acidentes e recontros ao serviço do Partido, e sobretudo àqueles, felizmente poucos, morreram e durante o Verão de 1975.

Esperamos que aqueles que há pouco nos deixaram pensem também nessa experiência. É que o nosso Programa é um programa de carne, de sangue e de luta, não é apenas um Programa de ideias. E que aqueles que fizeram o Programa são todos os que ao longo destes 5 anos deram a cara, lutaram e se entusiasmaram - somos todos nós. Mas a ninguém engana disfarçar divergências pessoais, disfarçar atracções por eanismos ou motapintismos ou pelo Governo com pretensas divergências ideológicas com pretensos afastamentos do PSD em relação ao seu Programa. Não, não nos afastámos nem afastaremos, nem podíamos afastar porque os militantes do PSD o não consentiriam e o não consentirão. Cinco anos

de luta, cinco anos em que a pulso se construiu um partido praticamente do nada e com as maiores dificuldades, tendo contra nós quase todos os outros partidos, tendo contra nós o MFA, - não se preocupem, tentaram efectivamente ao que parece ressuscitá-lo na Estufa Fria, em 25 de Abril, mas o Sr. Gen. Ramalho Eanes, Presidente da República, na entrevista de ontem ao Diário de Notícias já confirmou que o MFA era coisa passada e que não voltaria. Foi a pulso, portanto, e com o maior sacrifício que construímos este partido que hoje celebra o seu quinto aniversário. É a pulso, com igual sacrifício mas com ainda maior glória que nós vamos projectar o Partido Social Democrata para o futuro, levá-lo ao Governo para o serviço dos portugueses, mostrar o que é a social-democracia no Continente, visto que ela já existe, e com grande êxito, nas Regiões Autónomas, às quais neste quinto aniversário, prestamos a nossa homenagem. Quando, além das Regiões Autónomas e das autarquias social-democratas Portugal tiver um bom Governo, com uma linha social-democrata então sim, poderemos, e suponho que o poderemos fazer já no próximo ano, juntar a tudo quanto hoje celebramos a demonstração daquilo de que somos capazes, com o nosso Programa e com a competência dos nossos militantes, de fazer pelo bem dos portugueses, última e única regra que existe para nós na política. A todos nós, muitos parabéns!

## **1.22. Discurso no encerramento do "III Encontro dos Bancários Sociais Democratas" - Porto - 13/05/79**

Meus amigos

Correspondendo, gratamente, ao convite que me foi dirigido pela Organização deste Encontro, estou presente no encerramento do mesmo. A minha primeira palavra, até por incumbência da Comissão Organizadora, é para me congratular com a presença dos órgãos de Comunicação Social e de outros convidados, especialmente dos representantes da UGT e da TESIRESD - muito obrigado pela vossa presença em nome de nós todos.

Estão presentes também dirigentes do Partido - o Presidente da Comissão Política Nacional, o Secretário Geral, a Comissão Política Distrital do Porto -, marcando a sua solidariedade com esta iniciativa.

De facto, o Partido Social-Democrata tem não apenas estado virado para os problemas de ordem estritamente política, mas para outros problemas que ao País se põem nos vários sectores. E daí uma sucessão, que não está ainda terminada - nem estará - de Encontros como este nos vários sectores, a provar não só a atenção do Partido para os problemas nacionais, como a vitalidade do sector sócio-profissional que, em colaboração com o Gabinete de Estudos, tem organizado e animado estas jornadas. A vitalidade dos trabalhadores sociais-democratas tem tido como resultado a frequência e regularidade destes Encontros. Encontros em que se não debatem apenas problemas do campo estritamente profissional dos bancários sociais-democratas, mas, como resulta das conclusões que acabamos

de ouvir e ler, se ventilam problemas nacionais e a repercussão dos problemas políticos nos problemas económicos do País.

Temos consciência, como partido social-democrata que somos, de que a Humanidade está num processo de crescente ascensão e de libertação daqueles que trabalham por conta de outrém. Mas também como partido social-democrata estamos conscientes de que o trabalho da libertação e de promoção e progresso de condições de vida dos trabalhadores lhes compete em primeiro lugar: trata-se de um trabalho de auto-libertação, de auto-promoção, de fazerem sentir aos órgãos políticos e a toda a sociedade a urgência de que o sector do trabalho por conta de outrém tenha melhores condições de vida e possa ter uma voz para contribuir, e um contributo importante a dar, para o processo de libertação de todos os homens. Processo que é uma luta solidária que ultrapassa fronteiras sócio-profissionais, que ultrapassa fronteiras ideológicas, que ultrapassa fronteiras geográficas. Para nós, sociais-democratas, a solidariedade estende-se de facto a todo o ser humano, onde quer que ele esteja, e aposta na libertação e no progresso e nas melhores condições de vida para todos os homens.

São os afloramentos destes grandes princípios, desta visão optimista da sociedade, que vão transparecendo nas realizações sectoriais e em toda a actividade do Partido Social-Democrata. Neste caso concreto, o nível das comunicações e dos debates é bem traduzido na riqueza das conclusões que acabámos de ouvir ler. É impossível fazer um comentário aos principais aspectos dessas conclusões, e sempre a mim me faltaria competência técnica para o fazer. Mas uma coisa é certa: se a banca nacionalizada tem sido uma excepção à crescente burocratização do sector público, isso se deve, em grande parte, ao trabalho dos bancários sociais-democratas.

Vimos, aqui, pela leitura das conclusões, aflorados grandes princípios económicos, financeiros e até políticos. Porque temos a consciência de que a resolução dos problemas económicos e sociais do País é indissociável da resolução da crise político-institucional que Portugal atravessa, e daí eu ter visto com regozijo, focado nas conclusões, o facto de que, fora do quadro de uma estabilidade política, é impossível pensar na resolução dos problemas económicos e sociais. Tem-se dito que a economia marca prazos à política - é verdade. Mas também é verdade que, fora do quadro da estabilidade política, a resolução dos problemas económicos é impossível, porque se a economia marca prazos à política também estamos conscientes de que não há resolução humana, digna, dos problemas económicos fora do quadro da democracia, da estabilidade democrática, da justiça social e do progresso. E daí ter sido importante que tudo isto viesse sendo aflorado nas conclusões que agora ouvimos ler:

Conclusões corajosas, e inovadoras em muitos campos. Conclusões que apontam para a importância do projecto histórico com que Portugal está confrontado - a integração no Mercado Comum, nas Comunidades Económicas Europeias, e que mostram a consciência das repercussões que isso terá na nossa vida económica, social e cultural. É esse o grande desafio com que Portugal está confrontado em termos históricos. Daí deverem esperar-se enormes transformações para as quais temos de estar preparados. E é de facto uma falsa questão, como nas conclusões

se diz, a questão da banca nacionalizada versus banca privada. É uma falsa questão porque, como nas mesmas conclusões se acentua, nós temos de encarar as transformações decorrentes da adesão ao Mercado Comum. E temos de encarar sem qualquer preconceito a existência de uma economia de mercado e de concorrência. É que não podemos continuar a viver naquilo que um dos nossos companheiros, durante o Conselho Nacional, qualificou de um "colectivismo de mercado" que é, afinal, o modelo que, de um modo geral, nós actualmente vivemos.

Uma coisa é certa e tem estado sempre presente nas nossas declarações: é impossível, inviável, um regresso à banca privada tal como existia antes do 25 de Abril. Esse sistema de banca privada nada tinha a ver com a Europa, com um país moderno, com uma sociedade justa. Se, como nas conclusões se diz, temos de encarar a possibilidade de caminhar para um modelo de concorrência no mercado financeiro, de instituições financeiras privadas, isso nada terá a ver com o ressurgir de tipos de actuações de banca privada extintos depois da revolução do 25 de Abril e que não podem ressurgir. Temos de ser um país moderno, racional, um país que sabe voltar-se para a resolução de problemas concretos como política pragmática - essa a nossa posição: nunca tentar impor à sociedade um determinado modelo pré-fixado por questões ideológicas, mas, em obediência a princípios e a ideias, resolver pragmaticamente e com justiça os problemas que se nos forem pondo.

Acentuação, também nas conclusões, de cooperativismo bancário. Cooperativismo que é fórmula de socialização de sectores económicos sem cair na burocratização, no estatismo e no colectivismo. É portanto uma forma dinâmica, a expressão de uma solidariedade social, que nada tem a ver com o domínio de uma sociedade, o domínio total, por um Estado que, por sua vez, seria controlado por um partido, por sua vez controlado por uma classe burocrática. A aposta no cooperativismo é iminentemente social-democrata, como o é a aposta na co-gestão, na participação, co-decisão e co-responsabilidade dos trabalhadores nos respectivos sectores. O sector empresarial do Estado quer-se tanto na banca nacionalizada como nos demais, racionalizado, posto ao serviço do País, e nunca instrumentalizado por diques políticas ou partidárias. Racionalização e socialização, no sentido de ser posto ao serviço da sociedade. O que implica, além do mais, uma condição que tem sido muito esquecida: a do respeito pelos gestores do sector empresarial do Estado, que não podem ser transformados em meros funcionários burocráticos dependentes de uma administração estatal, dependentes de membros de Gabinetes do Governo ou do próprio Governo; - têm de lhes ser dadas, aos gestores e do sector empresarial do Estado, as possibilidades de valorização e de autonomia de gestão, sempre com a inerente responsabilidade. Mas ao que actualmente assistimos é de facto à tentativa de burocratização desses gestores, por vezes utilizados como simples correia de transmissão de interesses partidários, de interesses governamentais ou até de certos interesses meramente sectoriais. Tem sido a dignidade, a independência e a competência de muitos desses gestores que tem impedido que a banca, designadamente, tenha escapado em grande parte à estatização, colectivização e burocratização contrária aos interesses nacionais.

A banca tem sido pedido - e a todo o sistema de crédito, com destaque para o Banco Central - muito mais do que eles podiam e deviam dar. Na falta de uma política económica coerente e global, na falta de um centro de decisão governamental estável, apostado nessa política económica, tem sido o sector bancário que tem suprido essas faltas, orientando pelo mercado financeiro, por determinadas opções, a própria política económica que, de outro lado, teria estado, e estaria, muito mais à deriva do que actualmente se encontra.

E as coisas vão ao ponto de nos últimos dias termos assistido a uma querela espantosa - a querela entre o Governo Eanes/Mota Pinto e o Partido Socialista -, para ver quem colhe os louros da redução do déficite da Balança de Transacções Correntes e da libertação de algumas dezenas de toneladas de ouro. É mais um traço surrealista deste País desorientado, porque afinal se alguém pode colher glórias dessa política, esse alguém é, em primeiro lugar, o Fundo Monetário Internacional, através do respectivo Acordo, e depois o sector bancário do Banco Central, que possibilitou essa política - muito mais do que qualquer Governo ou qualquer partido, sejam eles quais forem.

Mas de facto muitos têm tentado enfeitar-se com os louros que ao sector bancário, neste aspecto, cabem.

As conclusões apresentam uma visão realista e corajosa do panorama económico, financeiro e até político do País. Se houve de facto melhoria na situação da Balança de Transacções Correntes, que pode permitir redução de taxas de juro e contenção da desvalorização do escudo, isso por si só nada remediará. Isso possibilita, sim, a tomada de decisões de fundo a nível económico, muitas vezes estrutural, que permitam combater os problemas endémicos com que nos vimos debatendo de aumento do desemprego, de baixa do nível de vida e de deterioração geral das condições de vida dos portugueses. E é esta a altura, efectivamente, de tomar essas decisões, mas só um poder político forte, um Governo forte de competência e de legitimidade e autoridade democráticas o pode fazer: só ele pode encaminhar o País para a definição de políticas claras e introduzir factores de mudança.

Mudança de que o actual Primeiro-Ministro tem falado muito, mas que tem sido totalmente incapaz de fazer, quer pela actuação do seu ministério, quer pelas condições políticas deste Governo, designadamente em atenção à composição da Assembleia da República. Ora esse novo quadro político, esse Governo com autoridade e legitimidade democráticas fortes, só são possíveis de conseguir através de novas eleições. E isto implica uma clarificação da posição dos partidos, do quadro político, porque, em nosso entender, como resulta destas mesmas conclusões, não se pode, sem graves riscos para o regime e sem enormes sacrifícios para os portugueses, aguardar pelo final de 1980 para fazer a clarificação política do País, através de novas eleições. Tanto mais que o quadro geral é de ataque aos partidos políticos e de desprestígio dos partidos políticos.

Estamos aqui a falar num Encontro de Sócio-profissionais do Partido Social-Democrata e chegou-se ao ponto de atacar, de desencadear em vários sectores - e não só do Governo - uma campanha antipartidos por estes, como represen-



tantes do Povo português, terem protegido os portugueses de um mau Orçamento e de um mau Plano. Tão maus que, afinal, parece ser o seu próprio autor quem, depois dessa campanha inadmissível, reconsidera e parece disposto a corrigir alguns dos erros desses mesmos documentos que aos representantes do Povo português (e só a eles) cabe aprovar.

Nos problemas económicos, destacam as conclusões, a grande atenção que se deve dar ao sector primário, ao sector da agricultura e pescas. E é oportuno que isto se diga aqui no Norte: é que os portugueses e os agricultores do centro e norte do País não podem admitir que o MAP se veja transformado, afinal, no Ministério do Alentejo e Pescas, ou do Alentejo e Paralisações, em lugar de ser o Ministério Português da Agricultura e Pescas. Não há hipótese de recuperação económica, não há recuperação económica possível sem um fortíssimo esforço de recuperação do sector primário, de maior produtividade na agricultura e também no sector das pescas. E isso passa por uma política agrícola que não se esgote na zona de intervenção da Reforma Agrária. Isso passa por um sector governamental da agricultura que não se encontre monopolizado, absorvido e muitas vezes inferiorizado pelos problemas da zona de intervenção da Reforma Agrária. Se a luta pelo domínio partidário da zona de intervenção da Reforma Agrária tem falhado em muitos aspectos, numa coisa tem tido êxito: em fazer esquecer o resto da agricultura do País e o sector das pescas também. Ai, esse sector partidário que pretende o domínio do Alentejo tem tido um êxito considerável: a diminuição da produção agrícola, a diminuição anual e em forte percentagem da produção do sector das pescas tem representado um êxito, afinal, da política de destruição das estruturas fundamentais do País e de controle geográfico de uma determinada zona do território.

E tem, ao mesmo tempo, pelo descontentamento que cria, possibilitado a determinada força política o progresso, através da infiltração de sectores agrícolas do Centro e do Norte, justamente descontentes com a situação criada pela falta de assistência à agricultura e pela falta de uma política agrícola. Descontentamento que cria um clima que determinadas forças não democráticas e que lutam contra a estabilidade da democracia portuguesa e contra o desenvolvimento do País, aproveitam a seu favor. Não basta, como temos dito muitas vezes, o anticomunismo verbal do Sr. Primeiro-Ministro, se o seu Governo está, como efectivamente está, a criar focos, cada vez mais alargados, de justificado descontentamento: se está a contribuir para a deterioração das condições de vida dos portugueses, está, objectivamente, a possibilitar o progresso do Partido Comunista Português.

E isso que entendemos que não pode continuar.

Uma nota política, apenas: o Conselho Nacional, cuja reunião há pouco terminou, entendeu que, apesar destas e de outras críticas que fundadamente fazemos ao Governo Eanes/Mota Pinto, não deverá colaborar no derrube deste Governo, a não ser que isso represente a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições intercalares. E porquê? Porque um qualquer V Governo, fora de eleições, só agravaria a situação, complicaria o quadro político-partidário, o quadro institucional já de si tão complexo, e permitiria até ao Sr. Presidente da República desfazer-se do compromisso que fez com este Governo, que é o seu Governo. Não

representaria portanto um V Governo um qualquer factor de clarificação ou de saída da crise político-institucional, mas, pelo contrário, seria um factor de maior complicação, de maior desprestígio para os partidos, de agravamento da crise político-institucional que poderia levar, inclusivamente, a justificar intervenções presidencialistas ou caudilhistas que nós, de modo algum, podemos admitir.

Mas hoje, aqui, é bom que se saliente mais uma vez a nota de que o Partido Social-Democrata, através do seu Sector Sócio-profissional, através da sua Comissão para os Assuntos Governativos (que tem, em trabalho adiantado, a revisão do Programa de Governo), através da contribuição do Gabinete de Estudos e dos seus vários sectores, está voltado para a resolução dos problemas concretos do País, a dar o seu contributo - contributo que se quer solidário com o contributo de outras forças democráticas, porque, a qualquer nível e em qualquer sector, os sociais-democratas não têm a pretensão, nem de ser um partido hegemónico, dominador, subordinando os outros partidos, nem de, por si só, sozinhos, resolverem os problemas do País. A solidariedade em que nos baseamos tem também, neste momento crítico para Portugal, de representar a solidariedade entre os vários sectores democráticos apostados num plano de recuperação nacional, que passa por um plano de recuperação económica, o qual só é possível com o forte reforço do investimento público e privado. Investimentos públicos e privados que não se excluem um ao outro, que não devem guerrear-se, mas para os quais devem ser criadas condições - e aqui as conclusões apontam defeitos importantes quanto à inobservância ou falta de regulamentação de leis fundamentais, tais como as leis das indemnizações e as leis da definição do sector público e privado.

Por tudo isto, mas muito especialmente pelo trabalho aqui realizado neste Encontro, pela contribuição dada nas teses e nas conclusões, como Presidente do Partido Social-Democrata e em nome dos seus Órgãos Nacionais, eu tenho de agradecer-vos vivamente o contributo que deram para a resolução dos problemas do País. São também, e muito especialmente nesta altura, realizações como esta que nos prestigiam, que permitem demonstrar a dimensão e qualificação dos trabalhadores sociais-democratas, dos nossos quadros, que permitem demonstrar que a aposta social-democrata não é apenas e sobretudo uma aposta de engrandecimento de um partido político - é uma aposta de engrandecimento, de progresso e de justiça social para o País, através dos sociais-democratas.

A todos muitos parabéns por aquilo que conseguiram realizar e muito obrigado.

### **1.23. Discurso no encerramento do "Encontro das Autarquias Locais da Área Metropolitana de Lisboa" - Vila Franca de Xira - 19/05/79**

Meus Amigos:

Aqui há dois meses desferiram no Partido um golpe que muitos julgavam fosse mortal. Foi desferido sobretudo de fora do Partido, embora com armas de dentro. E passados dois meses o que vemos? Vemos que esta grande árvore que é o Partido, com esse golpe dado pelo Grupo Parlamentar, viu cortada a sua casca, viu

infelizmente cair alguns galhos, mas permaneceu robusta e firme e por esse golpe transbordou a enorme seiva do Partido.

Nenhum Partido conseguia fazer em tão pouco tempo os comícios que nós fizemos. Foram inúmeras realizações sectoriais do Partido, voltadas para os problemas concretos dos portugueses: os Encontros da Administração Pública, os Encontros dos Bancários, os Encontros das Autarquias Locais, o Encontro dos Funcionários da Área de Lisboa, e mais não sei quantos Encontros em que o Partido Social-Democrata, com os seus quadros e com os seus trabalhadores, mostrou capacidade de reflexão, de estudo e de apresentação de propostas.

Somos hoje um Partido em crescente desenvolvimento, com a sua força intacta, com a sua competência técnica disponível para o serviço do País. Um Partido que sabe verificar - e tem de verificar, serenamente e quando é preciso, os erros dos órgãos de soberania, sejam eles Presidente da República, Conselho da Revolução, Governo ou Assembleia da República. Mas que não se esgota nessa crítica, e apresenta propostas concretas, insistindo nelas com coerência, com determinação, não se preocupando tanto em ser qualificado de direita ou de esquerda, mas sim em manter uma linha recta, uma linha firme, uma linha de coerência ao serviço do País. Isso temos feito inabalavelmente e continuaremos a fazer.

Nestas jornadas deste Encontro das Autarquias Locais da Área Metropolitana de Lisboa, fez-se, segundo vi, pela leitura das conclusões, uma reflexão alongada sobre os vários problemas das autarquias. Um dos problemas que se pôs foi o das finanças locais. Isto liga-se com a votação do Orçamento Geral do Estado, causa aparente da crise do Grupo Parlamentar. Quando há dois meses resolvemos não aprovar o Orçamento Geral do Estado - porque continha o imposto sobre o 13.º mês, porque não implicava o cumprimento da Lei das Autarquias Locais e porque fixava o limite salarial de 18% que reputávamos inaceitável como contrato social. Causámos alguma surpresa com a nossa posição, nos nossos militantes e no nosso eleitorado. Mas rapidamente todos perceberam que a nossa posição era determinada por problemas de fundo, e não por uma oposição ou por uma quezília com o Governo.

Dois meses passados, o Governo apresenta novo Orçamento, em que reconsidera grande parte das posições que assumiu. E hoje, quando o Governo acusou os partidos de terem prejudicado o País por não terem aprovado o Orçamento, nós, em plena consciência, podemos dizer que foi o Governo que, teimando há dois meses numa posição rígida que agora veio a modificar, prejudicou o País por não ter modificado o Orçamento há dois meses, quando afinal, como se viu agora, podia ter modificado. Não somos nós, os quezilentos, não somos nós que esquecemos os problemas e os interesses nacionais, não somos sobretudo nós quem, estando no Governo, instrumentaliza os problemas nacionais para denegrir os partidos, ou para tentar conseguir o lançamento de um novo partido.

O Orçamento foi modificado, mas essas modificações não são suficientes para permitir identificar-nos com ele, porque mantém um imposto que reputamos injusto, enquanto não houver no País uma verdadeira austeridade pública, a começar pelo próprio Governo, pelos órgãos de soberania e pela Administração

Pública. E essa austeridade pública nos gastos não existe, nem sequer com este Governo, e os aumentos de despesas com os órgãos de soberania, designadamente Assembleia da República e Conselho de Revolução, mantêm-se e não há uma capacidade do Governo para cobrar as receitas que são devidas ao Estado português. Sendo isto assim, não nos parece que seja legítimo impor sacrifícios àqueles que vivem do seu trabalho, retirando-lhes uma parte do 13.º mês, a chamada "gratificação do Natal".

Por outro lado, como aqui foi notado nas conclusões, o cumprimento da Lei das Finanças Locais não é satisfatório nesta nova modalidade de Orçamento, sobretudo porque deixa as autarquias locais, no aspecto financeiro, dependentes do arbítrio do Governo - e as autarquias locais não podem ser instrumentalizadas por um qualquer projecto político, não podem estar dependentes de beneplácitos do Governo, do Sr. Primeiro Ministro ou de Ministros: se o estiverem, então não há um verdadeiro Poder Local e dentro desse mesmo local não há democracia. Mais: se as autarquias locais receberem aquilo que o Governo quer, ou repartido como o Governo quer, então o Governo transformar-se-á num cacique das autarquias locais, e um cacique instrumentaliza o uso das receitas a seu bel-prazer, para os seus projectos políticos.

A informação estatizada continua a ser o maior cacique nacional, continua a ser uma máquina de propaganda, continua a afectar, com as suas teses e a sua acção, com a sua dependência de certos projectos políticos, o pluralismo que a democracia implica. Um "não ao caciquismo" implica a clareza das regras democráticas, para que cada autarquia receba aquilo a que tem direito segundo a lei, aquilo de que precisa para desenvolver as suas comunidades.

(...)

Caros Amigos:

Apesar destas observações, é certo que o País precisa de um Orçamento, pois muitas coisas estão dependentes de um Orçamento, de maneira que tudo se orienta para que o nosso voto não seja contrário ao Orçamento, como não sucedeu aqui há dois meses, mas seja um voto que permita ao Orçamento passar com a nossa abstenção e depois realizar alterações na especialidade.

Mas o problema do Orçamento quanto ao qual como disse, a nossa posição deverá ser de abstenção, é apenas um aspecto parcelar da realidade e da crise nacionais. Crise que é muito mais do que uma crise de governo; é uma crise político-institucional que afecta o Povo português e que já não é apenas de desencanto e de desesperança: hoje instalou-se nos portugueses uma verdadeira angústia pelo seu futuro e uma sensação de bloqueamento, de não haver saída. E perante isto todos somos responsáveis e todos temos de apresentar propostas concretas: não basta, efectivamente, criticar. E a nossa proposta, que aqui já foi detalhada, é muito clara. Insistimos, desde há muito tempo, e especialmente desde o nosso VI Congresso, num acordo entre os três partidos democráticos, um acordo nacional que permitisse unir todas as forças democráticas à volta de um projecto nacional. Mas quer o Partido Socialista, quer o CDS, disseram que não estavam dispostos a

fazer acordos a três. Temos portanto de encarar a possibilidade de um acordo a dois.

Já aqui foi dito que, se se deixa o acordo para depois dos eleições, as eleições não são escolha, os eleitores quando votam não sabem o que escolhem; e é preciso que as eleições sejam de facto escolha, que as pessoas quando votam, como acontece na maioria dos países, saibam que votando em determinado partido escolhem determinado Governo. E preciso pois que se saiba que quando se vota no Partido Social Democrata se está a escolher um Governo.

Mas, para nós, um acordo, não é sobretudo apenas uma partilha de poder. Não nos interessa nada combinar com um partido político que, se tivermos a maioria, o Primeiro Ministro será de um partido. O partido X terá tantos ministros, o partido Y tantos ministros. "Cabe um ministério a ti, um ministério a mim", isto não interessa nada ao País. Pode interessar muito às pessoas, mas não interessa ao País, nem a nós. Um acordo de governo implica, efectivamente, um acordo quanto às políticas substanciais. O que é que nós, partidos, se tivermos um Governo, vamos fazer quanto à agricultura, quanto à habitação, quanto às pescas, quanto à saúde, quanto à segurança social, quanto à educação? Isso é que interessa dizer aos eleitores: que, se dois partidos estiverem no Governo a sua política nestes sectores será esta, para que eles possam escolher ou por um modelo colectivista burocrático e centralizador, ou por um modelo reformista, progressista, descentralizado e que dê um papel à iniciativa privada.

É esta a tentativa de encontro de políticas concretas e de opções fundamentais que nós estamos empenhados. Têm-nos acusado muito, ultimamente, de ambiguidade, porque num dia parecemos afectos da aliança aos socialistas e no outro ao CDS. Isso não é verdade. O compromisso pré-eleitoral de Governo tem de ser claro e público; não será de bastidores e cozinhado nas costas dos eleitores qualquer acordo que inclua o PSD. Para nós, isso implica negociação e apresentação aos eleitores antes das eleições. O acordo envolverá uma opção ou um modelo de sociedade e o corte com o Partido Comunista.

É na fase da tentativa de definição que estamos. No plano nacional em que nos colocamos, não temos dificuldade em aceitar, dentro destes princípios, um acordo de cooperação entre sociais-democratas e democratas-cristãos, ou entre sociais-democratas e socialistas, se as coisas forem claras e se corresponderem aos interesses nacionais.

A posição do Partido Socialista, até agora, tem sido uma posição dilatória e ambígua. Têm demorado as respostas. Tem tido uma dignidade na medida em que parece não aceitar o compromisso pré-eleitoral de Governo, claro e público, rejeitando as eleições intercaladas. Não parece sequer, disposto a cortar publicamente com o Partido Comunista. Se, efectivamente, persistir nessas atitudes, não há acordo possível de governo com o Partido Socialista. Ficará então a possibilidade de cooperação entre sociais-democratas e democratas-cristãos. E esta, do ponto de vista ideológico, é perfeitamente aceitável e defensável. Não deixamos de ser sociais-democratas se encarmos um acordo de governo com o CDS, como não deixam na Alemanha os sociais-democratas de o serem por estarem no

Governo com o Partido Liberal. Cada partido não perde a sua individualidade por estar num Governo de maioria com outro partido, porque se isso fosse perder a individualidade, então cada partido diria, "não faremos nenhum acordo" e continuaríamos no impasse em que estamos. E por isso insistimos: é possível a cooperação entre partidos diferentes, a nível de governo, a nível de revisão da Constituição e a nível de regime, conservando cada um a sua individualidade programática e possibilitando a cooperação entre eles em obediência à defesa dos interesses nacionais. Faz-se isto em todo o Mundo - porque é que não se faz em Portugal? Porque até agora temos vivido agarrados em posições anteriores às eleições e porque temos abusado da paciência e da riqueza humana e material dos portugueses: nestes 5 anos pós-revolucionários abusou-se efectivamente da capacidade e da paciência do Povo português e abusou-se dos próprios recursos. Recursos que estão gastos, paciência que está exausta. Temos de oferecer, nós, políticos, ao Povo português, alguma coisa de novo, alguma coisa de concreto, que dê uma esperança nova.

E ainda mais: o Presidente da República é chamado à co-acção. Pessoa que temos criticado vivamente por discordância com as suas posições, e que me parece que se podem resumir da seguinte maneira: um Presidente da República que tem sempre fugido a escolher, e que não escolhendo, não se compromete, conservando-se distanciado, vai dividindo cada vez mais as forças democráticas e vai afastando cada vez mais dele, as forças democráticas.

Tem sido este o erro principal. Temos de dizer ao Presidente da República - e temo-lo dito - "assuma as suas responsabilidades, mas assumas-as não contra a maioria democrática, mas em consonância com ela, que o propôs e o elegeu". Não interessa ao País que o Presidente da República actue às vezes como se fosse Ministro dos Negócios Estrangeiros, outras vezes como se fosse Primeiro Ministro, e poucas vezes como representante do Estado e da República Portuguesa. Não interessa ao País que o Presidente da República tenha como emissários, para missões diplomáticas que ninguém sabe ao certo o que são, o Sr. Coronel Melo Antunes. Nada disto interessa ao País. Interessa sim, ao País, que o Presidente da República, como representante do Estado, esteja disposto a articular a sua acção e tenha a humildade de aceitar que tem de fazer um acordo político com os partidos. O Presidente da República futuro não pode dizer, como o Sr. Gen. Ramalho Eanes disse em 76: "Aceito o apoio dos partidos, mas não me comprometo com eles". Não pode ser: quem aceita o apoio, aceita-o não para se promover pessoalmente para estar no cargo, mas aceita-o para seguir uma política e essa política tem de ser pré-definida. Ao "não me comprometas" nós temos de dizer "assuma" as suas responsabilidades.

Temos de pensar maduramente na revisão da Constituição. Não me vou alargar sobre este ponto, já aqui discutido - eu próprio procurei concretizar o que penso da revisão constitucional, apresentando um projecto de revisão da Constituição -, mas uma coisa é certa: a Constituição tem de corresponder ao País; a Constituição política tem de corresponder à constituição vital do País, e não pode ser o País a submeter-se à Constituição. É por isso que nós não podemos admitir uma revisão "cosmética" da Constituição, como se levássemos a Constituição a um tratamento de beleza para tirar umas rugas e para pintar alguma coisa. A revisão

não pode ser efectivamente "cosmética", tem de ser profunda e tem de ser nacional. Se houver acordo dos partidos democráticos numa maioria necessária para rever a Constituição, há Constituição; mas se não houver esse acordo, a minha opinião pessoal é que, se se cair no impasse sobre a revisão da Constituição, pois então que se dê a última palavra ao Povo português - a isso se chama referendo. Se houver impasse, depois de esgotadas todas as tentativas, que se faça, se necessário, um referendo democrático, aprovado pelo Parlamento e pelo Presidente da República e ainda correspondido pelo Povo português. Esperemos que não seja necessário e que os partidos políticos demonstrem a capacidade e a maturidade para se entenderem quanto à revisão da Constituição. Mas é uma hipótese que eu, pessoalmente, de modo nenhum excludo. O que é preciso é que se acabe com os mitos, e que, em lugar de termos políticos vanguardistas que defendem grandes slogans e grandes ideologias, tenhamos vontade de aprender com os portugueses o seu dia-a-dia, os seus problemas concretos e com eles, com a participação de todos, ir encontrando as soluções. Não deixar que os governantes, sejam eles o Presidente da República ou o Primeiro Ministro, se julguem pessoas à parte, uns super-homens a quem cabe toda a responsabilidade mas também toda a glória e que falam sozinhos na televisão ou seja onde for, cantando os seus feitos como se o País estivesse à margem. Como se o País estivesse feliz e contente. É preciso que aprendam efectivamente com os portugueses quais são os problemas concretos.

Os problemas concretos não se chamam, por exemplo, "reforma agrária": chamam-se, sobretudo, "política agrícola", política que não tem sido feita. As glórias dos portugueses, as "conquistas irreversíveis" não são as nacionalizações: serão, sim, o desenvolvimento económico, a angariação de melhores empregos, uma iniciativa privada devidamente dimensionada e estimulada que contribua para o enriquecimento do País. Porque nada nos adianta ter o maior sector estatizado da Europa se isso representa desemprego, maiores impostos, maiores prejuízos nacionais e, afinal, empobrecimento de todos os portugueses. Dessas glórias não pode orgulhar-se nenhum Povo. E mal vai ao Povo que aceita que lhe imponham isso como conquistas irreversíveis, quando o bom Governo é aquele que olha para as realidades e traduz a sua acção no benefício concreto das pessoas e não no benefício das ideologias ou, eventualmente, até, de interesses imperialistas estrangeiros.

Vem isto a propósito do Partido Comunista. Nós não temos medo do Partido Comunista, seja em Vila Franca de Xira, em Beja, em Évora, no Norte, no Alentejo, ou no Algarve. E dizemos sempre e bem alto que o Partido Comunista nem sequer representa os trabalhadores portugueses. Nós somos uma população activa de trabalhadores, cerca de 3.600.000 pessoas: o Partido Comunista tem menos de 800.000 votos. Na população activa portuguesa, há um milhão de operários, distribuídos por todo o País, designadamente pelo Centro e pelo Norte onde o Partido Comunista tem fraquíssima implantação. E apesar destes números simples mas reais, nós dizemos ao Partido Comunista que não representa os trabalhadores e que o Partido Social-Democrata é, tanto ou mais que o Partido Comunista, um partido de trabalhadores. Mas, efectivamente, o Partido Comunista terá tanto maior força quanto maior for a divisão das forças democráticas, e é por

isso que nós insistimos num acordo das forças democráticas que nós defendemos para o País. Uma colaboração entre as forças democráticas é indispensável, porque a estratégia do Partido Comunista é - como foi e continuará a ser - uma estratégia destrutiva, uma estratégia impeditiva da democracia. Temos a noção dos vários países hoje sob domínio comunista: vemos muitas coisas semelhantes que lá aconteceram, e vemos uma constante - a destruição da classe média como instrumento da implantação do poder comunista e a conseqüente perda do poder de compra pela inflação e pelo aumento da massa monetária. Tudo isto está e esteve, talvez ainda mais em curso no nosso País. Porque sabemos que a classe média hoje se estende a enormes estratos laborais e a todos os níveis, que a classe média pode e deve ser uma classe aberta ao progresso das classes mais desfavorecidas e deve ser o espelho de um projecto reformista e progressivo. Ela pode ser destruída pelo Partido Comunista Português. Ora as classes laboriosas, (a classe média) hoje são representadas acima de tudo pelas forças democráticas; só elas devem ser esse espelho de um projecto nacional mobilizador e reformista, que, com humildade, sem prometer mundos e fundos - porque num país com as nossas dificuldades se não pode prometer muito -, mas cumprido a nível de Governo e a nível de Estado, tudo aquilo que se for prometendo, encaminhando o País para uma lenta mas determinada recuperação, tão rápida quanto possível, mas não lenta quanto o impunha a situação para ser eficaz. Então sim, nós teremos à vista a construção do País, o crescimento e o desenvolvimento económicos que permitirão por um lado, eliminar desigualdades internas que são muito grandes e que se verificam entre faixas do território desde o litoral ao interior. Desigualdades internas que se verificam entre camadas sociais e entre estratos de idade. Os idosos, hoje, em Portugal são desfavorecidos, a maior parte das vezes esquecidos e muitas vezes têm fome, porque não podem viver das pensões que recebem. Aos novos também a maior parte das vezes atiram-se-lhes slogans em vez de se lhes dar casa, emprego, escola e informação. Estas enormes desigualdades, que privilegiam determinada camada que quer monopolizar o conceito de trabalhadores, tem de desaparecer e podem desaparecer pelo desenvolvimento equilibrado, pelo progresso e sobretudo pela libertação das forças da sociedade civil - porque não podemos, na situação em que nos encontramos, esperar tudo do Estado, nem sobretudo do Estado. Nem podemos continuar a viver numa burocracia galopante: temos de dar liberdade às forças da sociedade, para que, a nível cultural, económico e social, se manifestem e inventem movimentos de recuperação. Se criem postos de trabalho, investimento e riqueza. Tudo isto é possível e está hoje ao nosso alcance. Isso passa pelo entendimento das forças democráticas, passa por um Governo estável e passa pela estabilidade política.

Em nosso entender, tudo isso implica novas eleições, que não pedimos por interesse partidário, até porque as pedimos já insistentemente há um ano - que pedimos por interesse nacional e pelo desbloqueamento do entendimento partidário, porque só o caminho da reconstrução do País com um novo poder político nascido dessas eleições, com uma nova esperança com o fim da angústia dos portugueses, que querem ver qualquer coisa de construtivo e que querem ver acabadas as críticas e as acusações. Isto é possível, está ao nosso alcance e vamos lutar com todas as nossas forças para que seja uma realidade a breve trecho.



Muito obrigado.

## **1.24. Discurso no encerramento do "II Encontro de Trabalhadores Sociais Democratas" - 30/05/79**

### **A REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL NÃO PODE SER ACAPARADA PELA INTER**

Quando, há cinco anos, fundámos o nosso Partido, poucos acreditavam que, passado este tempo, os sócio-profissionais do então PPD e hoje PSD tivessem conseguido organizar-se e, com a sua militância, tornar a corrente sindical social-democrata a segunda força sindical do País e a primeira força democrática. Isto foi possível pela enorme adesão que o Partido logo encontrou nos trabalhadores por conta de outrém. Foi ainda possível pela correspondência do nosso Programa social-democrata aos interesses dos trabalhadores, vistos numa perspectiva de integração da defesa dos interesses de todos os portugueses. E o terceiro factor que tornou possível esta grande realização, que hoje aplaudimos e que constitui motivo de legítimo orgulho par todos nós, foi a própria organização de adesão não organizada, os núcleos sócio-profissionais souberam canalizar e dar depois expressão sindical a toda esta força programática de militância, de defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores.

Foi uma luta árdua, altamente compensadora, que traduz bem a verdadeira característica social-democrata do nosso Partido. Não somos, nem pretendemos ser, um partido de classe, um partido trabalhista - somos um partido interclassista em que os trabalhadores e os sindicalistas e dirigentes sindicais militantes do Partido encontram a sua expressão, juntamente com os demais sectores nacionais. Esta visão harmónica do nosso Partido, esta correspondência ao quadro português, terá cada vez maior expressão. A força sócio-profissional e sindical do Partido, que hoje é muito grande, terá disso estou certo, expressão adequada na representação nos órgãos nacionais.

Mercê dos esforços conjugados das várias correntes sindicais, em especial - como foi salientado nas conclusões, em especial e decisivamente - das correntes sindicais social-democratas e socialista, foi possível construir uma central democrática altamente representativa dos trabalhadores portugueses. Daí o empenho dos nossos sindicalistas na UGT, daí o aplauso que daqui saiu e que tem saído dos órgãos do Partido, à existência da UGT. UGT que queremos, como aqui também foi salientado, liberta de influências e controles partidários, para ser autenticamente democrática; mas UGT que queremos também ver respeitada na sua representatividade dos trabalhadores, quer nos seus contactos com os órgãos de soberania, quer a nível internacional. Não vemos a menor razão para que a representação internacional, designadamente a Organização Internacional do Trabalho, seja açambarcada pela Intersindical, quando a UGT tem tanta, senão maior representatividade do que a Intersindical. E se dúvidas houver quanto a isto, pois apoiaremos, estou certo, como partido, o levantamento geral da representativi-

dade das centrais sindicais para se ver, consultando os trabalhadores, qual é a central sindical mais representativa dos trabalhadores portugueses.

Ficou bem evidente nas conclusões, e é evidente para todos nós, que a posição dos trabalhadores, a luta pela sua crescente libertação e realização é indissociável do quadro político. E os trabalhadores portugueses, como todos os cidadãos, têm sido vítimas de toda esta evolução política, da falta de estabilidade que se traduz na falta de políticas coerentes e eficazes. Vai tudo andando à deriva, vai-se deteriorando a situação nacional, perde-se o sentido da solidariedade, e isso resulta em grande parte da ausência de estabilidade política. Daí o empenho do Partido Social-Democrata no encontro de um quadro de estabilidade política, que passa por uma revisão do actual sistema, por uma cooperação das forças políticas democráticas, em ordem a assegurarem uma maioria estável, visto que não se trata apenas ao contrário do que parecem entender alguns - assegurar a continuação de um Governo; o simples facto da existência de um Governo fora de um quadro de estabilidade política, que implique uma maioria estável e democrática na assembleia da República, a articulação dessa maioria com o Presidente da República, nada resolveria; tem de haver essa conjugação de uma maioria democrática com o Governo e com o Presidente da República, para que a estabilidade política permita o desenvolvimento económico e social. E isso, continuamos a entendê-lo, só é possível mediante novas eleições legislativas.

No actual quadro nacional, nenhum partido, só por si, pode criar condições para assegurar a estabilidade política e resolver os problemas nacionais. E quando se põe o problema da cooperação, das alianças, dos compromissos pré-eleitorais de governo entre partidos, não se põe de modo algum a questão de estes partidos, que no nosso entender devem cooperar, perderem a sua individualidade: muito pelo contrário, seja qual for a aliança de Governo ou aliança para as autarquias locais que façamos, fá-la-emos como Partido Social-Democrata, mantendo o nosso Programa, as nossas posições, mas estando abertos a um entendimento substancial acerca das várias políticas sectoriais e da política global do País com outros partidos democráticos. Num pressuposto: o de que esse entendimento represente um corte com o Partido Comunista Português, com o seu projecto de sociedade, de que o Governo que saia desse entendimento recuse antecipadamente e claramente qualquer acordo com o Partido Comunista Português - seja um acordo político, seja um acordo social. É uma força de oposição, o Partido Comunista Português, para qualquer Governo em que esteja o Partido Social-Democrata. Nunca será um aliado social ou político.

E é isto que, quando se põe o problema de cooperação e de alianças com o Partido Socialista, logo surge; quaisquer que sejam as declarações em contrário, o certo é que o Partido Socialista mantém a sua ambiguidade face ao Partido Comunista e às suas posições, e por todos os elementos que temos, e por declarações, até vindas a público, é a nossa convicção que um Governo em que estivesse o Partido Socialista seria um Governo que procuraria a todo o transe fazer um acordo social com o Partido Comunista Português. Mas acordo social porquê? Porque o Partido Comunista Português não é uma força social, é um partido político de oposição. Só se compreende porque a Intersindical é, de facto, a correia de transmissão do Partido Comunista Português. Mas não se pode trocar, em

nosso entender, uma aparente paz social por uma transigência face ao Partido Comunista Português; porque, afinal, qual é o acordo social que se tentou e, na prática, se fez, na vigência do II Governo Constitucional, do Governo PS/CDS?

É aceitar a posição do Partido Comunista Português de que não haverá alterações aos limites das formações económicas; é aceitar que se manterá a situação na zona de intervenção da Reforma Agrária - e quer uma, quer outra, destas condições são para nós inaceitáveis. Não vemos qualquer razão para que o sistema económico, com as actuais formações, se mantenha inalterado. Pelo contrário, temos defendido uma reforma do actual sistema económico que, sem desnacionalizações, implique a atribuição de garantias ao sector privado, para possibilitar novos investimentos, a criação de novos postos de trabalho e a recuperação da economia portuguesa.

Aliar-nos-emos com quem conosco melhor defenda um projecto que seja realista, que seja correspondente aos interesses do País, que se liberte de preconceitos ideológicos e que não procure impor soluções pré-fabricadas (vício que temos vivido, com consequência trágica, desde o 25 de Abril). Defendemos as alianças que conduzam à formação de uma maioria que se integre num mesmo modelo de sociedade humanista, criativo, progressivo, e não podemos contemporizar com quaisquer forças que estejam fora de todas essas circunstâncias que enumerei. Não deixamos de ser sociais-democratas se amanhã viermos a aliar-nos com o CDS - não seríamos mais sociais-democratas se amanhã viéssemos a aliar-nos com o Partido Socialista; a nossa característica social-democrata não nos é dada pelos nossos aliados de Governo ou de regime, é-nos dada pelo nosso Programa, pela nossa prática política, pela força do sector sócio-profissional e sindical.

## **1.25. Discurso no Comício de Lamego - 06/06/79**

### **QUEM ANDA A MENTIR A PROPÓSITO DA LEI DA AMNISTIA?**

Longamente ovacionado pelos presentes, coube ao presidente do PSD, Sá Carneiro a alocução que fecharia o comício, na qual, após dissertar sobre o panorama político actual, nomeadamente sobre a questão das alianças, afirmaria, referindo-se à situação gerada pelo anúncio de moções de censura ao Governo por parte do PS e do PCP e pelo veto presidencial à Lei da Amnistia.

"Entretanto, vivemos um clima de intriga e efervescência. Não nos impressiona, vamos trabalhando. Mas somos chamados a definir a nossa posição face a moções de censura contra o actual Governo.

Não temos poupado críticas a este Governo, fundadamente. Mas ninguém conte conosco para derrubar este Governo, para pôr lá outro da simpatia do PS. Ninguém conte conosco para pôr lá um Governo que faça o jogo do PC.

Que posição vamos adoptar na Assembleia da República? Em relação à moção de censura apresentada pelo PCP, votaremos contra. As razões pelas quais o PCP tem atacado este Governo não são as nossas. Em relação à moção apresentada pelo PS não votaremos a favor, a não ser que essa moção preveja expressamente

eleições antecipadas. Só votaremos a favor de uma moção de censura desde que esteja assente, antes da votação, que a sua aprovação implica a realização de eleições antecipadas.

Fala-se muito na hipótese deste Governo ser substituído por um Governo da simpatia do PS, com o apoio dos dissidentes do nosso Partido. Essa solução seria, além de um erro, enganar uma vez mais os portugueses, prolongando a confusão já existente. Mas essa solução só seria possível se o Presidente da República se prestasse a esse jogo. Introduzir outra vez o PS no Governo, só para evitar eleições, seria apenas beneficiar o PS e o PC.

Não acredito que tal solução se verifique depois de tudo quanto se passou. Reputo mesmo impossível que o Presidente da República dê cobertura a esse jogo, designadamente depois da situação criada com a Lei da Amnistia.

A questão de amnistia é uma questão grave e é uma questão de verdade ou de mentira. Estamos fartos de mentiras permanentes. Dirigentes do PS afirmam, e isso veio parcialmente nos jornais, que só avançaram com o Projecto de Lei da Amnistia porque militares, incluindo um conselheiro da revolução, invocando até o nome do Presidente da República, lhes vieram pedir isso mesmo. Os dirigentes do PS não têm feito disso segredo e é isto que se diz.

O Presidente da República veta a lei. Entendemos que fez muito bem. Temo-lo criticado quando procede mal, mas quando procede bem dizemo-lo claramente.

O Conselho da Revolução diz que não é verdade o que dizem os dirigentes do PS. Então estamos perante uma situação de falsidade, que é um sintoma de degradação. Não se pode encarar com respeito a política, sem falar verdade e sem dizer o que se tem a dizer com clareza.

Depois do desmentido do Conselho da Revolução, das duas uma: ou os dirigentes do PS se retratam, ou tem que se apurar quem é que no meio da questão da amnistia, que é uma questão grave, anda a mentir e a fazer pouco do Presidente da República e de todos nós."

## **1.26. Resposta a cinco perguntas feitas pelo "10 de Junho" - 09/06/79**

### **AS PERGUNTAS DE "O DEZ DE JUNHO"**

1. Como encara o seu partido a situação política do PS depois da queda do II Governo Constitucional e muito particularmente após o seu último Congresso?
2. Considerando que se efectuaram várias reuniões sem constituição de uma frente democrática eleitoral, pode fazer-nos o balanço actual dos resultados obtidos?
3. Quais as vantagens para o País decorrentes de um possível acordo pré-eleitoral e governativo entre o PSD e o CDS?

4. Entende que um futuro Governo PSD/CDS, ainda que dispondo de maioria absoluta na Assembleia da República, poderá efectivamente governar com a oposição do PS e do PCP? Quais as relações desse Governo com o Presidente da República?

5. Um eventual acordo PSD/CDS seria aberto à participação de outros democratas independentes organizados em grupos de acção política? Em caso afirmativo, em que momento isso sucederia?

1. O PS continua a viver para o poder, necessitando do seu exercício para se manter como partido, mesmo depois da queda do II Governo Constitucional. O exercício do poder e a ocupação do aparelho de Estado, com as inerentes clientelas, são a única forma que o PS tem de manter as suas ambiguidades, sem clivagens internas insuperáveis; aquelas fazem parte da sua essência programática e política. Assim toda a estratégia socialista após a queda do II Governo e o seu último Congresso visa o regresso ao Governo, directamente ou por interpostas pessoas, a fim de a partir do poder organizar e disputar as eleições locais e legislativas. Daí que o PS tudo faça para evitar a dissolução do Parlamento e as eleições antecipadas. Daí também o constante espírito de cedência que o PS tem revelado quanto ao General Eanes, ao Conselho da Revolução e ao Partido Comunista. São, por razões diferentes, centros de poder com quem o PS sempre tende a contemporizar, sendo certo que com os comunistas mantém o PS todas as afinidades que resultam da inspiração marxista e da filosofia colectivista e estatista. Veja-se, como exemplos recentes, os casos da lei da amnistia e das alterações à lei da Reforma Agrária.

2. Defendemos há mais de um ano uma plataforma democrática de salvação nacional com o PS, o PSD e o CDS ou a realização de eleições antecipadas. Aquela plataforma tornou-se impossível mercê das recusas do PS e do CDS, pelo que há que realizar quanto antes eleições antecipadas ou intercalares; elas são um imperativo nacional.. Mas para que resultem em escolha de um programa e de um Governo, as eleições exigem um acordo pré-eleitoral entre dois ou mais partidos. Daí que o PSD tenha nas últimas semanas explorado as possibilidades de um tal acordo com o PS e com o CDS. Com os socialistas o acordo só seria possível desde que eles se afastassem da linha que acima descrevi, adoptando o espírito que orientou a constituição e funcionamento da U.G.T., o que implicaria designadamente que o PS se colocasse numa perspectiva nacional mais do que partidária, defendendo a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas; que os socialistas antes dessas eleições definissem publicamente a sua política de alianças de Governo; que o PS cortasse com os comunistas, optando por um modelo de sociedade não colectivista nem estatista, do qual decorressem as profundas reformas económicas, sociais e políticas de que Portugal carece.

Como as conversações e as tomadas de posição públicas revelaram, o PS rejeitou estes três pressupostos de uma aliança connosco, excluindo-se de qualquer acordo de Governo com o PSD e demonstrando que não quer fazer, a nível político, aquilo que sindicalistas socialistas, social democratas e independentes realizaram a nível sindical na U.G.T. O PS estará quando muito interessado num

acordo parlamentar de apoio a um Governo que lhe interesse: nas circunstâncias que aponte, qualquer Governo em que esteja o PS ou que ele apoie será de conciliação e de acordos camuflados com o PCP.

Pelo contrário, as conversações com o CDS permitiram encontrar consenso quanto àqueles três pontos enumerados, deles se partindo para o aprofundamento de zonas de convergência em matéria política, económica e constitucional. As conversações informais realizadas com o CDS, e as já havidas com o PPM, permitem antever a possibilidade de um acordo pré-eleitoral de Governo entre os três partidos, o qual, valorizando a sua individualidade própria e as suas diferenças, permitiria oferecer ao eleitorado uma escolha de Governo maioritário baseada num projecto nacional comum. Espero que as conversações de amanhã (ontem para os nossos leitores) entre o PSD e o CDS assim o confirmem, possibilitando que o nosso próximo Congresso decida.

3. Se o PSD, o CDS e o PPM estabelecerem um tal acordo e os eleitores lhes derem, como estou certo de que darão, a maioria, estará assegurada a estabilidade política com a maioria parlamentar e de Governo e criadas as condições para o estabelecimento de um novo poder político democrático, que se exercerá numa linha não colectivista nem estatista de profundas reformas orientadas para a realização da justiça social e do progresso e para a valorização de todas as potencialidades da sociedade portuguesa, numa óptica realista em que contam as necessidades de Portugal e dos portugueses acima dos preconceitos e figurinos ideológicos. A nova maioria permitirá também rever profundamente a Constituição, pondo termo ao actual período transitório e aos aspectos militares de poder político que ainda subsistem no Conselho da Revolução e na própria Presidência da República. Estarão então criadas as condições de democracia plena e de progresso nacional.

4. Só haverá Governo PSD-CDS se ambos os partidos tiverem maioria absoluta no Parlamento, como é evidente. De outro modo creio que o acordo se deverá aplicar a uma oposição conjunta. Havendo maioria não vejo porque não possa o Governo exercer-se efectivamente mesmo que o PS e o PCP estejam em oposição convergente ou concertada. A democracia é o Governo da maioria e quem o procurar impedir atenta contra ela. Diferente é a oposição democrática, inteiramente respeitável, na qual incluo, na hipótese prevista, o PS, com a qual o Governo deverá manter diálogo e procurar consenso em tudo quanto diga respeito ao regime político.

Um Governo de maioria, consubstanciando um novo poder político e um rumo novo para Portugal, terá de articular-se na sua acção com um Presidente da República que partilhe desses mesmos princípios e orientações. Isso não depende tanto da pessoa do Presidente como do projecto que ele e a nova maioria devem ter em comum. Daí que me pareça indispensável que, para além do acordo de Governo, que abrange os princípios fundamentais de um programa, os partidos da nova maioria apóiem um candidato comum à Presidência da República na base de um contrato político claro e público que com ele façam. Presidente, Parlamento e Governo deverão articular-se entre si com vista à prossecução de objectivos nacionais comuns, consubstanciados num mesmo projecto ao serviço do País, e que até hoje nunca sucedeu.

5. Penso que o acordo político referido se deve fazer entre partidos e entre os três que referi - PSD, CDS E PPM. Depois de concluído poderá ter a adesão, apoio e participação de outras forças políticas e sociais desde que tal tenha a aceitação dos partidos entre os quais o acordo se fará. A figura dos independentes, mais ou menos organizados, mais ou menos numerosos, mais ou menos ideológicos é, em política, uma aberração e um sintoma de degenerescência das instituições e da vida partidária, base da democracia política.

Quem, como organização ou como pessoa, aderir ao acordo político de que vimos falando, faz uma opção política clara, compromete-se com um determinado projecto e, embora possa não ter filiação partidária, não poderá considerar-se independente.

## **1.27. Discurso de encerramento do VII Congresso Nacional - 20/06/79**

### **CONSTITUINDO UM BLOCO DEMOCRÁTICO PRESTAMOS UM BOM SERVIÇO À CAUSA DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL**

Senhores convidados: cabe-me, em primeiro lugar e em nome do Partido, agradecer a vossa presença e o vosso interesse pela realização do VII Congresso Nacional do PSD.

Senhores observadores e senhores participantes que aqui connosco estiveram ao longo destas sessões, muito obrigado também pelo interesse que demonstraram e, vários de vós, pela adesão que fizeram ao Partido Social-Democrata. Não vou distinguir nomes de entre as muitas centenas de militantes que nos últimos meses têm aderido ao nosso Partido.

Aos órgãos de Informação agradeço também, em nome de todos, a sua presença e a cobertura que fizeram e continuarão a fazer do nosso Congresso.

Senhores Congressistas, demos mais uma vez um exemplo de dedicação à causa da social-democracia, de participação democrática à volta de problemas fundamentais para o nosso País. Esse foi o núcleo da discussão que ocupou o nosso Congresso. De facto, viramo-nos cada vez mais para os problemas que afectam Portugal, os portugueses e as nossas instituições democráticas. Preocupamo-nos cada vez mais com o nosso futuro como Nação e como País. E continuamos, como se vê pela linha expressa nas Conclusões e na Moção de Síntese, com determinação, na linha traçada pelo VI Congresso, adaptada às novas circunstâncias, concretizada em novas formulações correspondentes aos problemas actuais.

De facto, há uma ligação íntima entre os resultados deste Congresso e os do Congresso de Julho do ano passado. Em ambos demos mais um exemplo daquilo que é, no seu interior, o Partido Social-Democrata. E reafirmamo-nos, pelas nossas posições e pelo que aqui se passou, como o grande Partido Social-Democrata, aberto a todos os sociais-democratas portugueses que connosco partilham os princípios programáticos, inalterados, dos ideais sempre presentes e que, dentro

da liberdade plena que sempre praticámos, não rejeitam a disciplina democrática sem a qual nenhum partido pode existir.

O método que seguimos foi simples e corresponde à atitude que se exige dos políticos: partimos da análise da situação real para a caracterização do regime que necessitamos, e desses dois pressupostos extraímos as conclusões que preconizamos e a escolha das pessoas que são necessárias para as executar. E esta hierarquia é fundamental, porque o que norteia as nossas conclusões é de facto o estado real do País, são os problemas concretos dos portugueses. Vivemos na "ressaca" de uma revolução, que nos vai atingindo cada vez com maior força, à medida que os tempos passam e as promessas não são cumpridas. Revolução que nos trouxe o valor inestimável da liberdade, que não pode ser esquecida, como aquisição fundamental que é do 25 de Abril - mas que tem sido esquecido tantos são os problemas que nos afligem, que se vai, nesse horizonte de dificuldades, esvaindo a conquista da liberdade. Mister é que se transforme essa liberdade, restituindo ao Povo português a democracia autêntica que ainda não temos: a democracia política, económica e social. E para tanto é indispensável denunciar com clareza e frontalidade as questões, os erros cometidos, partir dessa análise para apontar as soluções e não hesitar em críticas ao próprio funcionamento das instituições.

### **IMPÕE-SE A CRÍTICA AO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES**

Durante estes cinco anos, embrenhámo-nos mais nas discussões abstratas, nas ideologias, na prefiguração de cenários, em discussões muitas vezes académicas, do que na política do real e do concreto. E essa política do real e do concreto era a que esperavam, legitimamente, os portugueses. Para que não acontecesse como no passado, como no século XIX, em que a liberdade restituída então e pela primeira vez constitucionalmente consagrada, se perdeu, porque não foi traduzida em benefícios concretos para o Povo. Para nós, sociais-democratas, para qualquer político que encare a política como serviço do seu país, sem melhoria das condições concretas dos portugueses, não há política que valha a pena, não há especulações que justifiquem, não há cenários que motivem ninguém, e um caminho desses seria a ruína da própria liberdade e da própria democracia.

É pois nesta perspectiva que não só é legítimo, mas também se nos impõe, a crítica ao funcionamento das instituições. Crítica que visa o seu aperfeiçoamento, e de modo nenhum a sua destruição. Caminho de destruição das instituições democráticas seria, sim, que por conveniência, por conveniência partidária, ou por situacionismo face ao poder, calasse as críticas, contemporizasse com situações indevidas e prolongasse um estado de ambiguidade e de definhamento em que infelizmente vivemos.

E daí que, caracterizando o regime na primeira parte das nossas conclusões, nós apontemos soluções concretas para alguns pontos fundamentais do nosso quadro político. Não me vou alargar no comentário destas conclusões, mas cumpre salientar dois ou três pontos que foram alvo de debate aprofundado neste Congresso e que nem por representarem a continuação de uma linha anterior deixam de ter aspectos novos, desde logo a necessidade de eleições, a dissolução do Parla-



mento. De facto, a Assembleia da República revelou-se incapaz de gerar Governos estáveis ou de, com estabilidade, apoiar Governos de iniciativa presidencial. E se, para além destas, não houvesse mais razões, isto seria mais que suficiente para justificar a sua dissolução, visto que no quadro da actual Assembleia da República não há possibilidade de estabilidade governamental, há partidos que se recusam a fazer alianças sem novas eleições, em obediência a princípios firmados em anteriores campanhas eleitorais, mas que rejeitam também estas novas eleições, prolongando o impasse. Estes partidos serão os principais responsáveis pelo prolongamento do impasse político que caracteriza a manutenção da actual Assembleia da República.

Mas eleições para quê? De facto, desde o ano passado que nós reivindicamos a necessidade das eleições legislativas antecipadas ou intercalares, como forma de clarificação política, de estabilidade política, necessárias ao País. Mas fizemo-lo ligado à nossa proposta de constituição de uma plataforma democrática de salvação nacional com o Partido Comunista e o CDS. Um ano volvido, pudemos verificar que ambos os partidos rejeitaram o acordo a três, o que nos levou a tentar junto de cada um averiguar das possibilidades de um acordo que, com respeito pela individualidade própria de cada um dos partidos, assegurasse a apresentação ao eleitorado de uma escolha por um compromisso pré-eleitoral de Governo, baseado em opções fundamentais comuns. As conversações com o Partido Socialista redundaram na conclusão de que o Partido Socialista se excluía de qualquer proposta de acordo deste tipo, por três razões fundamentais: em primeiro lugar, porque não estava disposto a fazer qualquer compromisso eleitoral de Governo, deixando o problema da escolha de aliados de Governo para depois das eleições; em segundo lugar, por que não aceitava o princípio da necessidade das eleições intercalares ou antecipadas; em terceiro lugar, porque não dava garantia de que, em qualquer Governo que estivesse connosco ou com outro partido, não fizesse acordos sociais com o Partido Comunista Português. E estas três circunstâncias levaram à conclusão clara de que o Partido Socialista não estava de modo nenhum interessado em qualquer compromisso pré-eleitoral de Governo connosco - como não está com outro partido - e em que prolongava a sua posição de nem fazer alianças nem querer a dissolução da Assembleia e esperar para tirar partido da sua posição privilegiada no actual quadro parlamentar - que pode ser útil para o Partido Socialista, mas que não o é para o País.

Das conversações com o PPM e com o CDS resultou a possibilidade de se encontrar, dentro do quadro de um acordo político que implicasse um compromisso pré-eleitoral de Governo, pontos programáticos de Governo, comuns, opções fundamentais comuns. Esse trabalho foi desenvolvido em encontros vários e, apresentado ao Congresso, motivou a decisão que aqui tomámos de mandar a Direcção do Partido para prosseguir esses contactos e concluir o acordo de cooperação democrática entre o PSD, o CDS e o PPM, se os resultados das conversações a haver forem positivos.

#### **ACORDO DE COOPERAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE MANTENHA A INDIVIDUALIDADE DE CADA UM DOS PARTIDOS**

Trata-se aqui de um acordo de cooperação democrática, repito, que mantenha a individualidade de cada um dos partidos, que se apresentarão, na nossa óptica e segundo a proposta em princípio já aceite, como tal, sozinhos às eleições e não em listas comuns. Trata-se de um acordo que pressupõe uma decisão de, tendo o bloco democrático - visto que assim o temos designado - a maioria, formar um Governo maioritário, que se manterá até ao fim da legislação, que tenha poderes da revisão da Constituição - desde que, como é evidente, se mantenha a maioria desse bloco. Cremos que, fazendo esta opção, prestamos um bom serviço à causa da Democracia e de Portugal. Desde há muito que vimos sustentando que no período conturbado que atravessamos, seria necessário um amplo bloco democrático, uma vez que não foi possível com os três grandes outra solução. Permitirá, disso estamos convencidos, a formação de uma maioria estável, determinada, e que se apresenta claramente aos eleitores. Acordos dos partidos democráticos, nesta base, temos de encarar este outro tipo, em nossa opinião, têm de ser claros e públicos e nunca negócios de bastidores. E assim apresentado aos eleitores, poderão estes, mais do que exprimir a preferência por um ou outro partido, consagrar uma escolha que será uma escolha de Governo maioritário, uma escolha de pontos programáticos fundamentais.

Não receamos com isto descaracterizar-nos de qualquer modo como Partido Social Democrata, ou correr o risco de qualquer modo nos desviarmos do nosso Programa: isso não acontecerá. Se houvesse mesmo esse risco, impossibilitados estaríamos os acordos políticos desse tipo que por essa Europa fora se vêm fazendo como modo de assegurar a maioria, que é regra fundamental da democracia. Pelo contrário: cremos que com a individualidade específica de cada partido será possível afirmar, num programa nacional e democrático que defina as opções políticas, económicas e sociais a executar por um Governo, uma solução para o País, que até agora não tem aparecido.

De recear são sim, como descaracterizadores dos partidos, da sua personalidade e do seu programa, os acordos de bastidores que se têm verificado - mas não conosco. E é por isso que hoje os partidos se encontram seriamente enfraquecidos e sem credibilidade: por prometerem uma coisa ao eleitorado e fazerem acordos secretos para executarem outra.

Bloco democrático amplo, com contornos de Governo definidos, com contornos desejavelmente alargados para tudo o que respeite ao regime, maximamente à revisão da Constituição. Não haverá nunca possibilidade de cooperação deste bloco com o Partido Comunista Português, como é evidente, mas haverá cooperação, sim, deste bloco com outras forças democráticas e partidos democráticos à volta das questões de regime, em opções fundamentais como a revisão da Constituição, visto que aí desejamos obter o mais largo consenso possível.

Foi nesta óptica de análise das questões essenciais, para depois propor soluções e escolher pessoas, que definimos a nossa posição, face ao actual Presidente da República e ao futuro candidato. Não vou falar da nossa posição, face ao actual Presidente da República, que vem sendo conhecida e reafirmada como hoje aqui o fizemos. Deter-me-ei apenas na questão do futuro candidato. Poderá dizer-se (tem-se dito) que é cedo para fazer neste ponto qualquer definição. Temos dis-

cordado desse ponto de vista, porque por um lado a instabilidade da situação, o facto de o Presidente da República ter vastos poderes que o sujeitam por isso mesmo à controvérsia e à crítica democrática, sem quebra de respeito pelo cargo que ocupa, torna necessário que se pense, no horizonte normal, na escolha do candidato que os partidos deverão apoiar. Por outro lado e como razão adjuvante há a circunstância de entendermos que o candidato futuro deve ter o apoio do bloco democrático e portanto o problema põe-se desde já, quando tentamos formar esse bloco democrático e encetamos as respectivas negociações.

Mas há ainda uma razão para que essa situação nos preocupe: quando o próprio Presidente da República em exercício põe perante o País, como pôs em Agosto do ano passado, a eventualidade da sua renúncia e recandidatura, ninguém estranhará que os partidos, as forças políticas e os portugueses se preocupem com o futuro candidato à Presidência da República. E aqui a nossa opção foi a definição de um perfil das características e das condições que entendemos necessárias para o apoio do nosso Partido a um candidato e a consideração explícita, por proposta minha e sob minha responsabilidade, do problema do apoio à eventual recandidatura do actual Presidente da República, general Ramalho Eanes.

### **DEFINIÇÃO CLARA DE UM CONTRATO POLÍTICO NA FUTURA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL**

Foi esta proposta amplamente debatida. Aqui se expressaram as diversas opiniões e em conclusão deliberámos que, depois desta auscultação fundamental à emissão, em qualquer momento, de uma decisão, essa decisão final, com os resultados aqui recolhidos, com os factos e as condições posteriores, fosse tomada pelo Conselho Nacional. Teve esta posição o meu acordo, visto que o essencial era que a questão fosse concreta e abertamente aqui debatida, e se preparasse - como se preparou - uma decisão ulterior, que pode ser tomada a qualquer momento. Não nos nortearmos nem nortearmos aí por qualquer razão de conveniência partidária, por qualquer eventual negócio, que para aí foi aventado, de "Dá-me isto, que nos convém, que eu te darei apoio". Não é assim que encaramos o apoio a um candidato à Presidência da República e não faríamos ao actual Presidente da República a injúria de pensar que ele tivesse disposto a negociar nesses termos o apoio à sua eventual recandidatura. Pusemos e pomos o problema, sim, no plano da ética, da política, do balanço da actuação do actual Presidente da República, do interesse nacional, fundamentalmente e da correspondência do perfil do Presidente às necessidades do País e da estabilidade política. E como é evidente e está bem expresso nas nossas conclusões, entendemos que não pode deixar de haver uma ligação entre uma maioria democrática e o Presidente da República que por ela seja apoiado. Para nós não se renovará aquilo que se fez em 1976; de o candidato aceitar os apoios, mas não fazer compromissos: não queremos compromissos partidários, que partidarem um candidato à Presidência da República, mas queremos uma definição clara de um contrato político com metas a executar, com ligações e articulações a estabelecer, para que não aconteça o que acontece hoje - a impossibilidade de haver, a nível governamental e a outros níveis, uma consonância entre uma maioria estável, na Assembleia da República, e um Presidente da República em exercício. Essa é também uma condição da estabilidade política, quadro fora do qual não poderá haver a resolução dos problemas

económicos e dos problemas sociais. E é nesse sentido que vamos, oportunamente, definir a nossa posição, fazer os contactos com os demais partidos e, na altura própria (como é evidente), considerar em concreto o problema do candidato à Presidência da República.

### **O REFERENDO NÃO DEVE SER FEITO CONTRA NENHUM DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA**

Admitimos expressamente e pela primeira vez em conclusões do nosso Congresso a possibilidade do recurso ao referendo, tema que tem sido muito discutido e que nós encaramos numa perspectiva de, em primeiro lugar, ele ser essencial e indissociável do próprio regime democrático, da própria soberania popular. Onde há o reconhecimento da soberania popular, tem de haver o reconhecimento do direito ao referendo. Mas o referendo não pode aparecer como acto a praticar contra as instituições democráticas ou para além das instituições democráticas e é por isso que na parte da Moção de Estratégia a ele referente, se salienta bem que deve o Partido estudar uma proposta de Lei a apresentar à Assembleia da República para que a Assembleia da República, aprovada uma lei-quadro do referendo, lhe dê acolhimento e consagração parlamentar e que possibilite, depois, que a execução de um eventual referendo se faça em consonância entre a Assembleia da República e o Presidente da República. Não concebemos o referendo como feito contra uma Assembleia da República, contra o Parlamento, nem contra qualquer outro órgão de soberania. E se se chegar a uma situação de impasse - que pode surgir a vários níveis, se não forem rapidamente concretizadas as perspectivas de clarificação e desbloqueamento da cena política portuguesa e da nossa sociedade - é natural que o referendo surja como perspectiva democrática de desbloqueamento, de clarificação e de abertura de um futuro, que no prolongamento do impasse actual se manifestará aí como totalmente fechado. Ninguém tem o direito de negar a um povo o recurso à expressão da sua própria soberania para assegurar um futuro de liberdade, de justiça e de progresso.

No plano da vida interna que aqui analisámos, o ponto de maior destaque foi a aprovação de uma Moção no sentido da criação do Secretariado Permanente das Mulheres Portuguesas Sociais Democratas. Visa-se, com esta decisão, não a formação de um movimento feminino ou feminista, mas a criação de uma estrutura partidária que permita a valorização plena das mulheres sociais-democratas e o aproveitamento das suas capacidades. Não seria isto necessário em países cujo desenvolvimento social e político tenham assegurado à Mulher um estatuto de pleno acesso a todos os níveis sociais, de pleno aproveitamento da sociedade. Mas, infelizmente, não é esse o estado do nosso País, e há portanto que encontrar, a nível partidário e a níveis nacionais, estruturas que permitam assegurar um lugar, a obtenção de um lugar às mulheres portuguesas, em plena igualdade com os homens, em plena possibilidade de se pronunciarem, de participarem, e de, através do aproveitamento das suas capacidades, se realizarem plenamente como mulheres e como portuguesas. Daí a aprovação desta proposta, sem quaisquer intuítos discriminatórios, como é evidente, muito pelo contrário.

Encerramos mais um Congresso. Estamos satisfeitos com a frequência anual destes nossos encontros, com os resultados que eles trazem para o nosso Partido e,

esperamos, com os bons e rápidos resultados que eles trarão para o nosso País. Cremos que criamos condições para, em cooperação com outros, criarmos uma nova perspectiva de esperança, uma perspectiva que possibilitará, finalmente - apesar de todas as dificuldades reais -, concretizar aquilo em que tantos acreditaram no 25 de Abril, e que tão poucos viram realizado. Não temos ilusões sobre as dificuldades da nossa realização geral, inserida num contexto de crise mundial e de perturbações constantes. E não enganaremos ninguém. Na nossa acção política continuaremos a dizer a verdade, mesmo que a verdade seja a de que é necessário trabalhar cada vez mais para, durante um período que se quer o mais curto possível, viver talvez ainda um pouco pior do que hoje se vive. Mas cremos que, postas as coisas numa perspectiva de verdade, asseguradas as condições de estabilidade política, assegurada a realização de reais reformas, os portugueses saberão compreender as dificuldades, reconhecerão a linguagem da verdade e de cooperação - até pela aceitação dos sacrifícios e por um maior trabalho - na reconstrução e pelo ressurgimento de um Portugal democrático mais livre, mais justo e mais humano.

### **1.28. Discurso de abertura do "Congresso Regional do PSD da Madeira" - Funchal**

Poderá o Presidente da República não dissolver o Parlamento e, em vez de convocar eleições e de dar a palavra ao povo, que é o único método soberano em democracia (como ele próprio reconheceu há dias), formar um V Governo? Supomos que não pode. Não que a solução do V Governo de que tanto se fala nos inquiete a nós, como partido: perante um V Governo, estaríamos claramente na oposição. E nós temos tão longa experiência de oposição - e muitas vezes penosa, porque os partidos do Governo nos têm feito a vida o mais difícil possível, têm marginalizado militantes nossos e têm inclusivamente afastado de certos postos militares nossos só porque são sociais-democratas -, nós não tememos a oposição, pelo contrário, damo-nos muito bem com ela. Porque, perante um V Governo que seria antinacional, nós, na oposição, teríamos a consciência de que estávamos a defender os interesses do País, como sempre fizemos. Mas entendemos que esse tal V Governo não só é prejudicial ao País, não só é antinacional, como, seria, uma mistificação democrática: em democracia, seria uma mistificação.

O Senhor Presidente de República disse, em 22 de Setembro do ano passado, que ou havia um acordo interpartidário maioritário no Parlamento, ou teria de haver novas eleições. E assim é de facto. Simplesmente, um V Governo nunca poderia assentar num acordo interpartidário com maioria no Parlamento. Seria uma mistificação, uma fraude mesmo, porque seria um Governo socialista com eventual apoio dos dissidentes do nosso Partido. E os dissidentes do nosso Partido não representam no Parlamento, os votos do eleitorado: representam-se a si próprios. Quem representa um milhão e trezentos mil votos dos portugueses, com 71 ou com 36 deputados, é o Partido Social Democrata. O Partido Social Democrata continua a ser, e reconhecidamente, pois que o próprio Presidente da República assim o reconhece sem qualquer favor, o segundo partido português - o representante de um milhão e trezentos mil votos. E se se fizesse um Governo apenas com o

apoio do Partido Socialista, com apoio do seu milhão e setecentos mil votos e os votos dos dissidentes do Parlamento, estaríamos de facto perante um Governo maioritário, seria uma mistificação da maioria, seria uma mistificação da democracia, porque seria apenas um arranjo parlamentar para conveniência do Partido Socialista, para reintroduzir o Partido Socialista na área do poder. Ele tem tanto medo de eleições, entra de tal maneira em pânico quando se trata de eleições, que quer ir para o Governo seja como for, na ilusão de que, estando no Governo, poderá vir a ganhar as eleições de 1980.

E aí está o dilema que se põe ao Senhor Presidente da República. Mas o dilema é simples: é optar pelas regras democráticas, ou optar pela conveniência do Partido Socialista. É optar pelo interesse nacional, que exige uma nova maioria, exige a estabilidade e um novo poder, ou optar pela conveniência do dr. Mário Soares, dos seus seguidores e do Partido Comunista também, que está sempre interessado em que o Partido Socialista esteja no poder, porque estando o Partido Socialista no poder, pactua sempre com o Partido Comunista. E essa é que é a verdade que não pode ser esquecida: quem tem tanto ou mais interesse que o dr. Mário Soares, é o dr. Álvaro Cunhal, porque é a manutenção das conveniências comunistas, a manutenção da pseudo-Reforma Agrária e a manutenção de um modelo económico antigo que tem implicado a destruição da economia portuguesa: - os socialistas no poder são a manutenção da influência, e da força crescente do Partido Comunista Português.

E é por isso que se o Senhor Presidente da República optar por um V Governo opta, primeiro, contra as regras da democracia, que exigem a maioria partidária, segundo, contra as regras do interesse nacional; terceiro, contra aquilo que ele próprio prometeu, que lhe valeu o prestígio, ou seja, a luta contra o Partido Comunista. E é por isso que não posso acreditar que o Senhor Presidente da República, sendo tudo isto assim como é, e evidente, vá, mais uma vez, favorecer os interesses da maioria de esquerda, do Partido Socialista e Comunista e de uma certa esquerda militar, que quer de facto os socialistas no poder, para se proteger a si própria e para proteger os comunistas.

De um lado está o País; do outro lado estão as conveniências partidárias do Partido Socialista, do Partido Comunista e de uma certa esquerda militar. A opção é nítida e quem não a souber respeitar está a faltar aos seus compromissos e ao seu dever. Esta é a nossa posição.

Mas um novo poder político saído de novas eleições, para quê? Para representam-se a si próprios. Quem representa um milhão e trezentos mil votos dos portugueses, com 71 ou com 36 deputados, é o Partido marginalizada nas suas potencialidades. Desde logo, na iniciativa privada económica, que não tem condições de exercício no actual quadro económico e depois também nos valores culturais e morais, que só podem exprimir-se quando um poder político respeitar a autonomia, a liberdade e a criatividade da sociedade civil e cortar com a asfixia da burocracia. E se para isso for preciso recorrer ao referendo, nós dizemos sim ao referendo, porque não compreendemos que uma democracia assente na soberania popular, recuse ao povo a última palavra, seja em que assunto for a última palavra e chama-se referendo. Quem reconhece a soberania popular, tem de recon-

hecer o referendo: referendo feito não contra as instituições, mas na sequência lógica das instituições democráticas.

Eis, pois, meus amigos, o quadro da situação política nacional, as realidades que temos, as esperanças, maiores do que dantes, que neste momento podemos ter, porque se deram passos positivos e concretos, no sentido da formação de uma nova maioria e de um novo poder político.

### **1.29. Comentário à assinatura do acordo da AD feito para o "10 de Junho" - 07/07/79**

#### **"MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA"**

Com a assinatura deste acordo dá-se um passo importante no sentido de abrir uma via de cooperação democrática para uma nova maioria que no fundo constituirá uma nova democracia portuguesa, uma autêntica democracia portuguesa. Trata-se de uma aliança entre três partidos feita em nome do interesse nacional, feita em nome da resolução dos problemas concretos portugueses e para essa resolução. Não se trata de um problema de Poder, trata-se de encarar a política como significando a maneira de obter melhores condições de vida para um povo. Assim a concebemos em conjunto, estamos dispostos a trabalhar em conjunto essas soluções, a apresentá-las em conjunto seguros de que o povo português compreenderá esta iniciativa e em novas eleições dará efectivamente a maioria a esta aliança democrática.

É uma grande esperança. Estou convencido de que será em breve uma certeza.

### **1.30. Comentário para o "Expresso" - 07/07/79**

#### **"NINGUÉM TEM O DIREITO DE NEGAR O REFERENDO"**

Nas conclusões do VII Congresso o PSD decidiu quanto ao referendo: "O PSD considera o referendo popular como uma forma democrática de consultar directamente as populações sobre os problemas de relevante interesse nacional. Nestes termos, o Congresso Nacional recomenda à direcção política do partido que prepare uma lei-quadro do referendo a apresentar à Assembleia da República, resultante de novas eleições. No caso de se tornar patente um bloqueamento grave para a democracia na realização, por consenso amplo, do processo de revisão constitucional, nomeadamente no tocante aos limites materiais e formais que o condicionam, o PSD encarará a hipótese do recurso ao referendo popular e democrático".

Tive ocasião de versar o tema no meu discurso de encerramento expressando o que a esse respeito penso. Onde há o reconhecimento da soberania popular, tem de haver o reconhecimento do direito ao referendo. Mas o referendo não pode aparecer como um acto a praticar contra as instituições democráticas. Não concebemos o referendo como feito contra uma Assembleia da República, nem contra qualquer outro órgão de soberania eleito democraticamente. Se se chegar a uma

situação de impasse - que pode surgir a vários níveis, se não forem rapidamente concretizadas as perspectivas de clarificação e desbloqueamento da cena política portuguesa e da nossa sociedade - é natural que o referendo surja como perspectiva democrática do desbloqueamento, de clarificação e de abertura a um futuro democrático. Ninguém tem o direito de negar a um Povo o recurso à expressão da sua própria soberania para assegurar um futuro de liberdade, de justiça e de progresso.

O referendo aparece hoje também como meio de escolha pública em matéria económica.

Como nota o prof. Cavaco Silva em recente e valioso artigo na revista *Economia*: "Confiantes em que uma maioria dos cidadãos está hoje consciente da ineficiência de algumas políticas adoptadas, os economistas têm vindo cada vez mais a defender o recurso ao referendo popular para certas decisões, como forma de minorar a influência dos burocratas e grupos de pressão e o peso dos interesses próprios dos políticos. No Congresso de Hamburgo, Blankart defendeu - no que foi largamente apoiado - o recurso ao voto para decidir se a produção de certos bens e serviços públicos deve continuar públicos ou serem entregues a empresas privadas, sempre que uma certa proporção dos utentes, por exemplo 10%, o requeiram".

### **1.31. Entrevista ao Programa "O Dito e o Feito" – RDP - 22/07/79**

P - Anteriormente à dissolução da Assembleia da República, já o PSD defendia a realização de eleições intercalares. Agora tudo isso é uma realidade. O Sr. Dr. Sá Carneiro considera que a decisão do Presidente da República foi uma vitória para o PSD?

SC - Sim, na medida em que o Presidente da República marcou eleições intercalares, isso foi uma vitória do PSD. Desde Julho do ano passado que vínhamos insistindo na realização de eleições antecipadas como alternativa à formação de um Governo de Salvação Nacional que assentasse numa plataforma entre o PSD, o PS e o CDS. Logo que o PS, em termos desabridos, e o CDS, rejeitaram essa hipótese, surgiu a nossa insistência nas eleições antecipadas.

Vamos, então, ter eleições que eu classifico de antecipadas ou intercalares porque os dois termos têm sido empregues indiferentemente como conotação da realização de eleições legislativas. Em matéria de opinião pública, portanto, os dois termos equivalem-se e o próprio Presidente da República, em 22 de Setembro, na sua última comunicação ao país, falou em eleições antecipadas, se bem que nada tenha feito para que elas se realizassem. Em meu entender o Presidente da República demorou a decisão acerca das eleições de modo a que elas aparecessem com um Governo de duração muito curta, isto é de 10 meses. Se o Presidente da República tivesse, a partir do Verão do ano passado, dado passos positivos no sentido de se realizarem eleições, elas nesta altura há muito que se tinham reali-



zado e teríamos hoje um Governo investido pela Assembleia e no quadro de uma nova maioria que estou convicto que surgirá.

Acho ainda que o Presidente da República, ao anunciar a dissolução da Assembleia e a realização de eleições intercalares, o fez de modo a que as eleições ficassem desvalorizadas. Isto não acontece por acaso, estou convencido que faz parte de um esquema que se insere no alargamento dos poderes do Presidente.

Repare-se que o Presidente da República, em 22 de Setembro do ano passado, fala, na sua comunicação ao país, em eleições como alternativa, mas, de imediato, tenta um Governo presidencial com o Eng. Nobre da Costa que não é apresentado nas consultas obrigatórias ao PS e ao PSD. Fomos surpreendidos com a referida designação, apesar de não estar em causa o nome do Eng. Nobre da Costa. Normalmente isto desencadeia uma reacção das hostilidades, só não sucedendo por ser urgentemente necessário um Governo para preparar os mecanismos eleitorais, dado serem nessa altura previsíveis eleições no final de 1978 ou início de 1979. No entanto, o CDS e o PS acabam por tomar uma posição hostil em relação ao Eng. Nobre da Costa, o que levou à sua queda. O Presidente da República não insiste no Eng. Nobre da Costa e escolhe o Prof. Mota Pinto. Esta escolha foi contra nossa opinião, na medida em que entendíamos que o Prof. Mota Pinto ia presidir a um Governo que tinha como objectivo fundamental preparar eleições. Mais uma vez o Presidente da República não incumbe esse Governo de preparar eleições mas sim de governar o país até 1980.

P - Em todo o caso, o PSD, inicialmente, parece ter apoiado o Governo Mota Pinto?

SC - Não, nunca apoiámos. O que aconteceu é que não fizemos objecções à personalidade do Prof. Mota Pinto como aliás o não fizemos ao Eng. Nobre da Costa.

Repare que já nessa altura havia lei eleitoral e o recenseamento estava quase concluído, portanto, o único problema foi tratar-se de Governo até 1980 e não para preparar eleições.

Nós deixamo-lo passar na Assembleia de República como os outros partidos, mas tivemos desde logo a sensação de que esse Governo e a escolha do Primeiro-Ministro nos era desfavorável. Continuo a pensar que essa escolha provocaria necessariamente problemas no PSD. Tratava-se de um dissidente de Aveiro e tudo aquilo que ele fizesse de mau teria conotações sociais democratas; o que fizesse de bom, era um dissidente que o fazia. De facto veio-se a revelar que a actuação, a personalidade e as próprias declarações do Prof. Mota Pinto causaram problemas que levaram à cisão do nosso Grupo Parlamentar.

Note-se que, depois destes factos consumados, apesar do Presidente da República ter feito grandes elogios ao Governo no discurso do 25 de Abril e lhe ter dado o seu apoio expresso, cerca de um mês após, despede o Primeiro-Ministro, quando o próprio estava disposto a ficar até eventuais eleições. A missão do Governo estava considerada cumprida, ele já não era necessário.

É agora que se anunciam as eleições que ao contrário do que seria de esperar, o Presidente da República não dissolve imediatamente a Assembleia da República.

Prolonga o seu funcionamento em más condições, isto é, em condições que não são prestigiantes nem para os partidos nem para o próprio Parlamento. É evidente que uma Assembleia já dissolvida em potência ou a prazo não tem a legitimidade e a força política que lhe permitam tomar opções de fundo, a despeito de saltar à vista que está a existir uma enorme pressão do Partido Socialista e do Partido Comunista para aprovarem legislação que lhes interessam.

Por outro lado, esta situação deu lugar a que fosse aprovado com grande oposição e contra os votos do Partido Social Democrata o projecto de lei do Partido Socialista que permite aos deputados continuarem a receber os seus vencimentos e remunerações até ao anúncio do resultado das próximas eleições. Este é um facto que nós reprovamos e que origina legítima e compreensivelmente péssima impressão na opinião pública, sendo um factor de desprestígio do Parlamento e dos partidos.

Além de tudo isto, feito o anúncio das eleições e da próxima dissolução na Assembleia da República, o que devia surgir era um Governo de gestão, que embora tecnicamente pudesse não ter esse nome, seria designado pelo Presidente da República para assegurar a gestão dos assuntos correntes até à realização das eleições.

A não oposição do Presidente da República pode apenas resumir-se nisto: Haverá eleições, a Assembleia da República será dissolvida, mas a crise continua e o Presidente da República está a administrá-la em proveito do alargamento do espaço e dos poderes presidenciais.

P - Dá-me a impressão que isso significa que afinal a vitória do PSD não foi muito significativa, uma vez que as suas exigências para o futuro da governação portuguesa não se concretizaram.

SC - É isso, o que é uma atitude típica do Presidente da República. Deu razão ao PSD marcando eleições, mas também quis dar razão a outras forças, desvalorizando essas eleições, limitando o seu conteúdo de alcance e, sobretudo, optando pela constituição de um V Governo. Quer dizer, das duas teses existentes o Presidente da República diz sim às eleições e sim ao V Governo, o que é uma situação de prolongamento da ambiguidade e de falta de assumpção presidencial para tomar uma posição clara e frontal que cortasse a própria crise. Haverá eleições e um V Governo, tentando contentar toda a gente, descontentando todos!

Penso que, o que foi criado foi uma situação que não contribui nem para a solução dos problemas do país, nem para a consolidação das instituições, podendo-se assim abrir caminho ao alargamento dos poderes presidenciais ou ao surgir de um presidencialismo cuja caracterização se está até a ajustar ao perfil do próprio Primeiro-Ministro designado: a Enga. Maria Lourdes Pintassilgo.

Tomando atenção a todos estes elementos, vejo que há aqui uma actuação do Presidente da República no sentido de ele aparecer como única alternativa, reinando sobre os destroços dum Parlamento e sobre partidos desacreditados.

Pela primeira vez, num comunicado do Presidente da República, o de 26 de Julho, é posta, como hipótese, a constituição de um Governo de solidariedade insti-

tucional entre o Presidente e os partidos, os quais teriam que compreender, pelo menos o PS e o PSD, a situação difícil do país. Ou seja, o Presidente da República fez uma oferta ao PS e ao PSD para com ele constituírem um Governo em que todos ficassem solidários. Isto é muito revelador, porque quando o fez ele já sabia que essa hipótese era impossível e até podia ser afrontosa para nós, dado que já tínhamos assinado nessa altura o acordo de cooperação democrática com o CDS e o PPM, constituindo a Aliança Democrática com a finalidade de encontrar, através de eleições, uma nova maioria para governar o país.

Se o Presidente nos fez esta oferta é porque achava que a podíamos aceitar, mas isso implicava voltar com a palavra atrás, o que seria no mínimo desprimorosa para nós e, portanto, totalmente inadmissível. Quando, há alguns meses, tentámos que o Partido Socialista esclarecesse a sua posição para se formar um Governo PS/PSD de interesse nacional com apoio do Presidente, este não deu um passo para a sua concretização.

A nossa posição, nesta altura, é já definitiva.

## **1.32. Artigo publicado no Povo Livre - 25/07/79**

### **PRESIDENCIALISMO PARTIDÁRIO**

1. Os partidos e o parlamento estão desgastados e desacreditados em vésperas de eleições decisivas.

O Presidente da República nomeia Maria de Lurdes Pintassilgo Primeiro Ministro do V Governo, e anuncia a seguir em público a sua recandidatura.

Que os partidos sofreram em boa parte a consequência de erros que todos, uns mais do que outros, cometeram, é inegável.

Mas não é deles a principal responsabilidade de desprestígio das instituições, de descrença dos portugueses, de angústia e de desorientação nacionais.

Nas últimas semanas o Presidente da República despediu o Governo Mota Pinto, convidou o P.S.D. a faltar à sua palavra e a formar Governo com o P.S. oferecendo-lhe para tanto apoio e solidariedade presidenciais, começou a cozinhar a dissolução da Assembleia da República em fogo lento e introduziu em S. Bento a parcialidade meloantunista para preparar eleições.

Refiro-me, é claro, ao comunicado presidencial de 26 de Junho, à comunicação de Eanes ao País de 13 de Julho e à nomeação de Maria de Lurdes Pintassilgo.

2. Estes factos culminam toda uma actuação do General Eanes conducente ao desprestígio dos partidos e do Parlamento como condição essencial do alargamento dos poderes presidenciais e da sua reeleição.

Quaisquer que sejam as intenções do Presidente, das quais não cuido, porque não interessam, os factos revelam claramente que a sua actuação bisou o presidencialismo e a reeleição, ou seja o eanismo. Essa actuação não foi suprapartidária, mas foi sim superpartidária e prejudicou enormemente a democracia e o País.

O comunicado presidencial de 26 de Junho continha pela primeira vez a oferta ao P.S. e ao P.S.D. de um Governo de solidariedade institucional com o Presidente da República.

Foi ela feita poucos dias depois da assinatura do Acordo de Aliança Democrática para uma Nova Maioria, entre o P.S.D., o C.D.S. e o P.P.M.

A resposta pessoal e imediata ao P.R. foi, como não podia deixar de ser um claro e imediato não, como Eanes sabia que não podia deixar de ser.

Quando um Governo desse tipo podia ser solução para o País em 1976 ou 1977, nunca Eanes o tentou ou promoveu. Nunca, mesmo, falou em conjunto com os leaders do P.S. e do P.S.D.

A referência a tal espécie de Governo no comunicado presidencial não representa mais do que uma triste habilidade, ofensiva para o P.S.D. e imprópria de um Presidente da República.

Esse comunicado de 26 de Junho teve como efeito desencadear todo aquele triste espectáculo da corrida do P.S. e da A.S.D.I. ao V Governo, actuação que tão má impressão causou a quem na TV a ela assistiu, a qual se reflecte negativamente em todo o sistema partidário.

Em 13 de Julho o Presidente da República fala ao País. Das duas opções, eleições ou V Governo, anuncia as duas: haverá V Governo e haverá eleições. O resumo da intervenção presidencial é este: haverá eleições, mas crise a continua e o Presidente administra-a em proveito próprio.

Não dissolvendo a Assembleia, mas anunciando a sua dissolução, o P.R. coloca o Parlamento numa situação de morte lenta, com estertores desagradáveis, que pode levar os cidadãos, que para ele terão de voltar em breve, a voltarem-lhe cada vez mais as costas.

Além disso consegue assim Eanes retardar as eleições, desvalorizando-as, reduzindo o prazo de vigência do governo da nova maioria e aumentando o tempo em que o V Governo, o Governo de Eanes, exercerá o poder. Tudo se tentará para cercar o Governo de simpatia popular, deixando a antipatia para os políticos, os partidos e o Parlamento.

3. Com M. L. Pintassilgo, Eanes tem finalmente o seu Governo, aquele que lhe interessa, aquele de que precisa para preparar a sua recandidatura, anunciada logo a seguir à indigitação. A preparação das eleições legislativas não será isenta nem imparcial, porque ela está subordinada à preparação da reeleição de Eanes.

É a partir do V Governo que se tentará recuperar o prestígio necessário à reeleição de Eanes. Com M.L. Pintassilgo visa-se não só apaziguar o P.S. como manter para Eanes uma certa faixa do eleitorado socialista, que não sendo muito ampla lhe dá um toque de esquerda e lhe permitiria não ficar totalmente dependente da Aliança Democrática.

Por outro lado, explorando indecorosamente o vector católico de M. L. Pintassilgo, tenta pôr-se em dificuldade o P.S.D. e o C.D.S. com o seu eleitorado.

De tudo isto, que vem de longe e que é o fecho da actuação desenvolvida por Eanes a partir a sua eleição, poderá resultar a destruição ou subordinação dos partidos e do Parlamento e o aparecimento do presidencialismo eanista, com um projecto de socialismo africano apoiado no poder militar.

4. Com o Governo Pintassilgo é esse projecto que entra em S. Bento. Essa foi sempre a linha defendida pelo Grupo dos Nove, hoje organizado à volta do sector meloantunista do Conselho da Revolução.

Com o sector político-militar meloantunista em S. Bento, através de Maria de Lurdes Pintassilgo, Eanes governará finalmente como lhe aprouver. Para isso despediu Mota Pinto, que tanto e tão calorosamente apoiara no discurso de 25 de Abril.

Agora não será apenas do Ministério dos Negócios Estrangeiros que Eanes terá o mando. Mandará em tudo, como lhe aprouver.

E as eleições serão preparadas como convier. Para já convem-lhe agradar aos socialistas e comunistas e atacar o P.S.D. e o C.D.S. Será esse, por certo, o sentido das modificações que surgirão na imprensa, na RTP e na RDP, como essa será a orientação de toda a política do Governo. Mesmo que por hipocrisia ele a oculte atrás de uma cortina de fumo de moderação e talvez até de "direitismo".

As eleições não podem com tudo isto ser imparciais e isentas. Mas haveremos de ganhá-las para com essa vitória pôr termo à farsa que temos vivido e que cumpre denunciar. Se o presidencialismo socialista militar, o eanismo, triunfar, a democracia não passará de fachada.

Hoje é claro que a fronteira é a liberdade. De um lado estão aqueles que foram marcelistas, depois gonçalvistas e hoje são eanistas, aliados aos marxistas. Do outro lado todos os que com projectos económicos e sociais distintos, consideram a liberdade humana o valor fundamental e se unem à sua volta.

Por isso estas eleições são decisivas e mais importantes do que as de 1980.

Por isso a Nova Maioria tem de surgir delas, derrotando o eanismo, o presidencialismo socialista militar e o meloantunismo em S. Bento ou seja o V Governo Pintassilgo.

### **1.33. Entrevista dada ao "El País" e publicada no "Tempo" - 04/08/79**

#### **"ALTERNATIVA DO PR É MILITAR E SOCIALISTA"**

- Além da conferência de Imprensa que deu conjuntamente com Freitas do Amaral e Ribeiro Teles, sobre política interna portuguesa a jornalistas espanhóis, durante a sua viagem a Madrid, Sá Carneiro, o "leader" incontestado do PSD, concedeu uma entrevista ao diário madrileno "El País", na qual reforçou as suas opiniões acerca da conjuntura política de Portugal. Conduziu a entrevista o jornalista Rafael

Fraguas. O diálogo entre o político português e o jornalista espanhol foi o seguinte:

- A que se deve a sua visita a Espanha e as suas entrevistas com o Rei e Adolfo Suarez?

- A entrevista com o Chefe de Estado espanhol foi uma visita de cortesia. Para nós o diálogo internacional tem grande interesse político. Não podíamos ter esperado melhores resultados.

- Que forças políticas favorece a designação de Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo de Primeiro-Ministro?

- Favoreceu o Partido Socialista, o Comunista e os dissidentes do meu Partido. Não foi somente a chefia mas também o conjunto do Governo. A actual Primeiro-Ministro é amiga do Partido Socialista e já teve uma pasta com Mário Soares no Governo. Também é amiga política de Melo Antunes e de mais três ministros, o das Finanças, o da Agricultura e o do Trabalho, todos dissidentes do Partido Social-Democrata. Isto tem um claro significado para a sua parcialidade e para a sua falta de neutralidade.

- Que aspectos políticos positivos e/ou negativos destacaria da nova formação governamental?

- Entre as negativas, que abundam, há que incluir a sua falta de imparcialidade e de neutralidade. A sua linha política é a de um socialismo terceiro-mundista que vai contra o sentido comum do nosso País e do Estado. Por enquanto a composição governamental não oferece garantias de competência. Tem demasiadas pretensões para um Governo de cem dias. Este Governo traduz uma opção socialista camuflada e creio que não se coaduna aos requisitos de imparcialidade exigidos para garantir umas eleições plenamente democráticas. Dos aspectos positivos que possui creio que o principal é de que deixa ver claramente o projecto presidencial, que combatemos.

- Em que medida a designação da Engenheira Pintasilgo pode dar novo rumo aos objectivos do Presidente?

- O Presidente tem um projecto presidencialista que só passa pelos partidos existentes pela subordinação destes aos seus planos. Tenta-se um desgaste político dos partidos para apresentar como última alternativa a do Presidente - alternativa presidencialista, militar e socialista.

- Existe um contencioso entre o Presidente Eanes e o senhor?

- Há, de facto, um contencioso político entre o Presidente e o meu partido, contencioso que não tem qualquer carácter pessoal. Creio que o balanço da actuação presidencial não é positivo, e por isso procuro que o meu partido não apoie a reeleição do actual Presidente da República. A este respeito, o Conselho Nacional do PSD vai tomar uma decisão.

- Que proposta de alternativa formulou a Aliança Democrática quanto à preparação das eleições?

- Em termos concretos, cremos que a Assembleia da República devia ter sido imediatamente dissolvida, mantendo em funcionamento o Governo demitido ou um Governo neutral designado pelo presidente. Seria um Governo apenas de gestão e que não seria investido pelo Parlamento. O anterior Governo, contudo, podia ter adoptado uma posição mais neutral, especialmente no que se refere ao seu esquema governativo.

- É previsível que a partir de agora aumente a participação política do Exército no processo português?

- Creio que não. Julgo que as Forças Armadas desejam afastar-se da política e aceitar uma democracia de tipo europeu, objectivos que seriam apoiados por todos os chefes militares. Todavia, com este novo governo, é já evidente a intervenção do sector político-militar de Melo Antunes, que poderá vir a ter maior dimensão. Penso que é um Governo da linha de Melo Antunes.

- Crê, portanto, que Melo Antunes está por trás deste Governo?

- Creio que está muito próximo e muito por trás.

- A que causas ou causa atribui o facto de Portugal parecer uma comunidade política ingovernável?

- Por um lado, não houve um governo de maioria, e creio que isso se deve, em grande parte, ao Partido Socialista. Por outro lado, a intervenção do Conselho da Revolução foi também a causa da instabilidade política, para a qual igualmente contribuiu a atitude concreta do presidente. Trata-se mais de um problema de instabilidade política e de falta de articulação entre uma maioria parlamentar e um Chefe de Estado, que de uma questão de ingovernabilidade. Presenciámos os efeitos de uma maioria socialista-comunista no Parlamento, com graves repercussões para os portugueses. Queremos modificar esse panorama com o nosso projecto de uma nova maioria: A Aliança Democrática. As eleições vão converter-se numa encruzilhada histórica para Portugal.

- Que podem hoje oferecer aos portugueses os sociais-democratas e os democratas-cristãos coligados nesta aliança?

- Há que ter em conta que é a primeira vez que em Portugal dois partidos estabelecem um acordo de cooperação e apresentam conjuntamente uma alternativa de Governo e um mesmo modelo de sociedade. O sentido do nosso acordo consiste em que aqueles que votem na Aliança Democrática o façam com a consciência de que estão apoiando um Governo de coligação, e na certeza de que se obtivermos a maioria aplicaremos um programa eleitoral que exprimirá um modelo de sociedade aberta, europeia, desburocratizada, descolectivizada e desdogmalizada.

- Se os resultados eleitorais reflectem a actual instabilidade política, será plausível admitir uma fórmula de entendimento entre as principais forças políticas?

- Se os partidos da Aliança Democrática não conseguirem uma nova maioria, encaramos a possibilidade de efectuar um acordo entre a Aliança e o Partido Socialista. Evidentemente que o Partido comunista ficaria excluído desse acordo.

- Um observador neutral que observe o processo político português fica com a impressão de que os portugueses são cada vez menos senhores da sua política e das decisões nacionais, em virtude de uma série de pressões provenientes do exterior...

- Houve uma tentativa de subordinar o processo político português aos interesses do imperialismo soviético. Essa tentativa foi afastada, mas teve consequências no plano da descolonização de Angola e Moçambique. A posição estratégica de Portugal tem sido influenciada por forças internacionais, que, em certas ocasiões, determinaram o curso do seu processo político. Creio que há forças políticas estrangeiras que estão interessadas em que a Espanha e Portugal, conciliando a sua política constituam um bloco estratégico peninsular essencial para a Europa e para o estreitamento de relações com a América Latina. Estou convencido de que a situação se clarificará e que, com as eleições, os portugueses vão ser cada vez mais os senhores das suas decisões políticas.

### **1.34. Artigo publicado no Povo Livre - 08/08/79**

#### **HIPOCRISIA INSTITUCIONAL**

"E aquilo que a maioria meloantunista do Conselho da Revolução, em conjunto com o Presidente da República, está a fazer, é a liquidação das forças políticas civis e a sua divisão". - Discurso no Comício do PSD, em 5 de Abril de 1979, no Pavilhão dos Desportos.

1. Como previa no artigo de há duas semanas o eanismo tenta ocultar-se com uma fachada de santidade política: ninguém mais do que ele quer o prestígio dos partidos, a imparcialidade das eleições, o domínio do poder civil.

Os portugueses estão habituados, desde há décadas, a acreditar nas palavras do poder e da autoridade. E acreditam tanto mais nelas quanto mais alto se coloca a voz que as profere.

Daí o perigo dos actuais discursos de moderação, de isenção, em suma da tal santidade política, que é falsa e que urge desmontar.

Detenhamo-nos no discurso presidencial de Investidura do Governo, já que as muitas palavras do Primeiro Ministro, mero instrumento do Presidente da República, não têm importância autónoma nem conteúdo real.

2. Como habitualmente, Eanes toma posição em dois discursos, um militar e um civil a eterna confusão que o P.R. simboliza, cultiva e aproveita. Ambos os discursos são de defesa e de resposta e encontram desmentido nos factos.

Como o proferido no Vale do Zebro é mero preliminar político-militar do de investidura do V Governo, a análise incidirá sobre este, cujo tom e conteúdo são manifestamente enganadores.



Eanes começa por lamentar a falta de uma maioria estável à qual atribui a crise e o afastamento entre as forças partidárias, e coloca a questão da alternativa entre maioria, com a qual o P.R. seria solidário e as eleições.

O dilema é falso, porque não sendo possível maioria sem novas eleições, o Presidente da República sabia de há muito que estas eram a única solução. Havia-a ele mesmo colocado em 22.9.78. Mas, com os mais variados pretextos, foi demorando a dissolução da Assembleia da República até diminuir ao máximo o interesse das eleições intercalares, das quais sairá uma nova maioria que lhe não convém e que está já a combater.

E assim é que, em 6.7.79, em lugar de apresentar soluções com clareza, Eanes publica um confuso e intrincado comunicado em que faz ao PSD a indigna proposta de governo com o PS e o Presidente da República, o que equivalia a renegar o acordo da Aliança Democrática assinado na véspera.

Também aqui a actuação de Eanes foi mais do que sinuosa, visando dizer, como agora mais uma vez fez, que a culpa é dos partidos. O desprestígio dos partidos é um dos objectivos.

3. Quem não conhecesse a realidade portuguesa, pensaria, ouvindo o discurso, que a designação da Enga. Pintassilgo e a não dissolução imediata da Assembleia da República visavam a reconciliação dos partidos, o prestígio do Parlamento e a isenção das próximas eleições.

A realidade é o contrário.

Eanes sabia que a Enga. Pintassilgo era, de há muito, a candidata do PCP ao cargo de Primeiro Ministro e que era bemquista do PS.

Eanes sabia que a Enga. Pintassilgo era inaceitável, como Primeiro Ministro, para o PSD e o CDS.

Eanes sabia, portanto, que, nomeando-a, ia agravar a luta política e a instabilidade, impedir a formação de um consenso à volta do novo governo, intensificar e fomentar a radicalização da sociedade portuguesa. Sabia também que tudo isto se ia traduzir no debate parlamentar, que nunca poderia ser sereno e que provavelmente não seria prestigiante para o Parlamento nem motivador do acto eleitoral.

Sabendo tudo isto e procedendo como procedeu, o Presidente da República mostrou querer o contrário daquilo que afirmou, como os factos demonstram.

4. O que é claro quanto ao Primeiro Ministro, torna-se escandaloso quanto à composição do Governo.

Se a personalidade política da Enga. Pintassilgo é polémica e dividia a opinião pública e a sociedade, o Governo é politicamente parcial.

É um Governo anti-PSD e favorável ao PS e ao PCP.

Incluindo no V Governo três dissidentes do PSD, Eanes hostiliza sem reboço e mais uma vez, o nosso partido.

É esta mais uma afronta intencional do Presidente da República ao PSD, a qual compromete gravemente a isenção eleitoral do Governo.

Dois dos dissidentes, os Ministros das Finanças e da Agricultura, pertencem à ASDI, da qual o Ministro do Trabalho é próximo, a acreditar em declarações de membros daquela associação.

Ora a ASDI já anunciou a sua transformação em Partido e a possibilidade de concorrer às próximas eleições.

Colocando a ASDI no Governo, Eanes-Pintassilgo conscientemente privilegiam esse pré-partido e hostilizam o PSD, e a Aliança Democrática, favorecendo o PS e o PCP, aos quais nos opomos.

Tão claro é isto como farisaicas são as afirmações presidenciais. Estamos nesse campo regressados aos tempos de Costa Gomes, que o PCP também apoiava.

Não contente com a influência que teve na ocasião do grupo parlamentar do PSD, que originou no Parlamento a presença dos "Deputados do Sr. Presidente", Eanes colocou-os no Governo, sem necessidade nem proveito para o País, mas com evidente vantagem para a ASDI e para o partido eanista que ele será.

Em qualquer democracia isto seria reconhecidamente um escândalo.

Entre nós permite que o Presidente da República e Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas faça perante estas e perante o País as mais solenes e sisudas afirmações de imparcialidade, isenção e respeito pelos partidos.

Entretanto o livro de Augusto Cid é apreendido.

Como não soou a gargalhada nacional que tal merecia, como a hipocrisia é praticada como método político ao mais alto nível, a todos os que são fiéis ao sentido comum dos portugueses, que é de verdade, de dignidade e de liberdade, cabe demonstrar a farsa, quaisquer que sejam as consequências.

Mas não bastavam os ASDI no Governo. Entrega-se ainda a preparação directa das eleições a um antigo ministro de Mário Soares, a um confesso e público amigo do PS e um próximo de Melo Antunes: nomeia-se Costa Brás adjunto para a Administração Interna, afastando Gonçalves Ribeiro, que dera plenas provas de competência e isenção.

É grave, mas justificado o que afirmou Eanes no seu discurso.

Mais grave, mas condenável e sem justificação é, que as palavras do Presidente da República sejam o contrário dos seus actos.

5. O procedimento do Presidente da República, anunciando eleições mas não dissolvendo a Assembleia, não permite nem podia permitir o prestígio dela, ao contrário do que o discurso afirma. Em termos europeus e democráticos é pelo menos grotesca a atitude de anunciar a dissolução sem a efectuar.

Os factos comprovam a anomalia do método presidencial: manutenção das regalias dos deputados, contra o voto do PSD, legislação aprovada à pressa e de

qualquer modo pelo PS-PCP e, para cúmulo a lei de amnistia, vetada por Eanes, são o que este conseguiu para "prestigiar" o Parlamento.

O último exemplo é revelador: não dissolvendo a Assembleia, Eanes permite que o PS e o PCP aprovem a vetada lei de amnistia que agora terá de ser promulgada e cumprida.

Será tudo isto que o Presidente-GEMGFA entende como "preservação do prestígio da Assembleia enquanto órgão de soberania"?

Será com tudo isto, que era previsível e que estava consumado aquando dos discursos, que se quer evitar juízos negativos sobre o Parlamento e sobre os Partidos?

De tudo isto, e do mais que vai passar-se, resulta precisamente o contrário do que Eanes afirma. E se, apesar de tudo, o País continua a acreditar no seu Presidente, ficará ele como única alternativa, como parece querer-se com tudo isto. As eleições não o permitirão, esperamos. Mas para isso é indispensável que tudo fique claro.

Uma coisa é porém certa: tudo o que está a acontecer só é possível porque Eanes acumula os cargos de Presidente da República e de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. Ela simboliza e corporiza, portanto, a união do poder civil e do poder militar, a existência do poder político-militar que é ainda a essência do actual regime. Isso, só por si, basta para tornar irrelevantes e irrisórias as solenes palavras proferidas em Vale do Zebro. Elas só serão um começo de realidade quando o Presidente-Chefe Militar, que é também e cada vez mais candidato a novo mandato, deixar o cargo de CEMGFA.

### **1.35. Mensagem para o "Encontro dos Emigrantes das Beiras" - Penacova - 15/08/79**

Estamos todos fartos de palavras e de promessas.

Todos estamos cansados de ver os actos contrariarem solenes afirmações.

Os portugueses estão desanimados perante a vida cada vez mais dura e desiludidos de uma política de ruína e miséria.

De todos nós os emigrantes sentem porventura tudo isso mais do que quaisquer outros, porque sofreram o viver longe e porque souberam pelo seu trabalho realizar uma obra sem a qual Portugal não sobreviveria. E apesar disso vêm as suas terras, as suas famílias e amigos enleados num presente triste face a um futuro sem saída.

Mas há saída, se houver mudança.

É esse o sentido político do tempo que vivemos e por isso temos de insistir nas soluções nacionais.

A altura é decisiva e tem de ser de novo rumo político, económico e social. A política tem de fazer-se com verdade e com rigor se queremos ser um país da Europa, se queremos organizar-nos como grande Nação de homens espalhados pelo Mundo, com Portugal como centro e com cada comunidade portuguesa como prolongamento da Pátria.

Muito apreço é de justiça prestar aos portugueses emigrados, neles incluindo todos os que não o sendo já pela nacionalidade, continuam a sê-lo pelo coração e pelas atitudes, frequentemente mais patrióticas do que as de muitos que em Portugal vivem.

É imensa a obra realizada pelos portugueses emigrados. É uma obra grande de cultura, de desenvolvimento económico e humano, sem suma, de civilização. E essa obra não foi realizada apenas no estrangeiro, mas também, e muito, em Portugal. O que seria de nós sem os portugueses emigrados, sem o seu trabalho, as suas realizações e o seu apreço ao País? A gratidão aos emigrantes é um dever.

Dizia o Padre António Vieira que nós, portugueses, temos um pequeno pedaço de terra para nascer e o mundo inteiro para morrer.

Infelizmente ainda não nos organizámos como País e como Povo à medida da exiguidade e pobreza da nossa terra e da grandeza e dignidade da nossa gente.

Por isso é de esperança a última palavra. Esperança em que saibamos aproveitar a lição dos portugueses que trabalham no estrangeiro e que organizemos o nosso País com base na Paz, na tolerância, na dignidade e no trabalho de que eles são exemplo.

Temos de fazê-lo nesta hora de mudança e de reconstrução, com o apoio e o empenho de todos quantos se baseiam na criatividade pessoal, no trabalho individual e na propriedade privada para instaurar a justiça, o progresso e a igualdade para todos os portugueses.

É hora de escolher entre a liberdade e o marxismo.

Confiamos na escolha dos Portugueses.

Francisco Sá Carneiro

### **1.36. Discurso no encerramento do "Encontro dos Emigrantes das Beiras" - Penacova - 15/08/79**

#### **SÁ CARNEIRO DESILUDIDO COM EANES**

Sá Carneiro, falando em Penacova, num encontro de emigrantes, organizado pelo PSD, disse: "Recorreremos ao referendo popular, se necessário, para reiterar a Constituição".

"Desiludido e frustrado" com o Presidente da República, o líder do PSD espera que o próximo Conselho Nacional do partido recuse o "apoio à recandidatura do general Eanes".

Por outro lado, Sá Carneiro considerou que o PCP lhe está a mover uma "campanha de calúnias", quando recentemente "inventou uma dívida que eu tinha à banca de não sei quantos milhares de contos", pelo que anunciou ter já entregue "o caso a advogados para fazerem responder os responsáveis em tribunal".

Marcadamente pré-eleitoral, esta sessão do emigrante, que decorreu na Casa do Povo, com a presença de centenas de pessoas, serviu para Helena Roseta e Teodoro da Silva apelarem ao voto na Aliança Democrática.

Entretanto, Sá Carneiro justificou a sua posição, afirmando em dado ponto do seu discurso:

"De facto, estamos desiludidos, frustrados, com a atitude do general Ramalho Eanes. Entendemos que ele não correspondeu às promessas feitas, ao voto que os seus eleitores lhe deram e entendemos que ela está a ser altamente nociva para o País e para a própria evolução do sistema democrático. Queremos consolidar a democracia portuguesa, ou melhor, complementar a democracia portuguesa porque não vivemos ainda num regime plenamente democrático. Enquanto houver um Conselho de Revolução, enquanto houver um órgão político-militar e enquanto os militares tiverem uma palavra a dizer em política, não há democracia. E é por isso que não podemos deixar de nos empenhar vivamente para terminar com o Conselho da Revolução e com a intromissão dos militares na política. Estamos certos de que isso corresponde há vontade da quase totalidade das Forças Armadas portuguesas, sérias e dignas, que não se querem imiscuir na política. No entanto, continua a haver um grupo político-militar no Conselho da Revolução que está interessado em manter essa influência. E o Partido Comunista prefere, como sempre, a manutenção e a continuação de uma espécie de Conselho da Revolução, não se sabendo bem qual é a posição do Partido Socialista. Nós somos contra e queremos ter efectivamente uma verdadeira democracia que ainda não temos.

Um outro empenho intenso que será não só nosso, mas também o da nova maioria, é a integração de Portugal no Mercado Comum. É fundamental para a protecção dos trabalhadores portugueses na Europa que eles tenham os mesmos direitos e regalias que os trabalhadores de qualquer país do Mercado Comum, seja a nível de emprego, seja a nível de segurança social, ou ainda a nível cultural e isso só pode ser feito mediante a integração de Portugal no Mercado Comum; a qual não será para nós como parece ser para alguns grupos político-militares e parece até transparecer em algumas palavras do general Eanes, uma "fatalidade geográfica". Para nós, não é por Portugal estar na Europa que deve e tem de pertencer ao Mercado Comum, mas sim porque é na Comunidade Económica Europeia que Portugal se pode realizar, desenvolver e recuperar o enorme atraso que vós emigrantes conheceis tão bem. Basta atravessar a nossa fronteira com a Espanha para ver qual é o atraso de Portugal, sem necessidade de ir à Alemanha, à França, ou à Suíça pois aí as diferenças ainda são mais gritantes. É pelo esforço,

é pelo trabalho que nós podemos recuperar esse atraso e desenvolver o nosso país. Mas para isso também é preciso um novo quadro económico. É preciso que o Estado se deixe de dedicar aos sectores nacionalizados, deixe de ser industrial, banqueiro ou comerciante, para se dedicar a construir estradas, escolas, hospitais e as infra-estruturas que o País não tem".

### **1.37. Discurso no encerramento do debate do Programa do VI Governo - 20/08/79**

O Sr. Presidente: - Tem agora a palavra o representante do Partido Social-Democrata.

O Dr. Sá Carneiro (PSD): - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há mais de dois anos que o Partido Social-Democrata defende a realização de eleições intercalares como única saída para a resolução da crise que se arrasta há longos meses.

Há quase um ano, o Presidente da República, na sua comunicação ao país de 22 de Setembro, prometera a realização de eleições intercalares, que então chamou de antecipadas, e a constituição de um governo para as preparar, se, entretanto, não fosse conseguido um acordo interpartidário com duração até 1980.

Esta promessa do Presidente da República, General Ramalho Eanes, não foi cumprida, e ainda não o está a ser.

A crise arrasta-se, e hoje temos um V Governo, mas não temos ainda a dissolução do Parlamento, ainda não temos as eleições marcadas.

Porquê? Porque a crise tem sido prolongada, artificialmente sem a marcação de eleições, porque a crise tem sido administrada a favor daquilo que se pode chamar a bipolarização, defendida pelo General Ramalho Eanes, a favor do alargamento dos poderes do próprio General Ramalho Eanes.

Esta é a questão mais grave que nos coloca este Governo e os factos - sejam quais forem as intenções dos seus autores - em que este Governo se integra. Mais importante do que a questão do Governo é, neste momento, a questão do regime. Por isso, o apoio ou a rejeição a este Governo tem um sentido em relação ao regime.

Está a passar-se agora um pouco daquilo - e esperemos que seja só um pouco - que se passou em 1975. Então, uma facção politico-militar, com o apoio e a ligação ao Partido Comunista, tentou fazer prevalecer no nosso país um projecto político não democrático e totalitário que correspondia à negação das propostas do Programa do MFA, às propostas do 25 de Abril.

Essa tentativa teve a resistência de todo um povo, da Igreja designadamente, resistência em que se destacou, para além do nosso partido, o Partido Socialista.

Espero que não se riam da referência ao Partido Socialista...

Havia então condições para se tomar consciência do risco que vivíamos em 1975, e que era a implantação do projecto totalitário do Partido Comunista.

Pois hoje pode acontecer o mesmo. A administração da crise, a desvalorização do Parlamento, a desvalorização dos partidos que têm sido feitas sistematicamente pela actuação do General Ramalho Eanes apontam claramente para uma conquista do Poder por um certo sector político-militar.

Vai findar em breve o período de transição que substituiu as promessas de democratização plena e imediata feitas em 25 de Abril aos Portugueses. E há quem esteja interessado na manutenção do poder político-militar, característico deste período de transição e que nos afasta da democracia.

Do que se trata, com este método e com este Governo, não é de preparar eleições. Não é este Governo a resposta, a concretização da promessa feita pelo General Ramalho Eanes em 22 de Setembro de um governo para preparar eleições. Este Governo é, sim, e está a demonstrar sê-lo, a resposta a uma outra afirmação do General Ramalho Eanes aqui proferida em 15 de Outubro, no seu discurso da "democracia socialista", discurso em que acabou por vincar a necessidade de "transição para a democracia socialista." Será porventura essa, assim estou convencido e os factos assim o demonstram, a transição a que se referiu a Sr.a Primeiro-Ministro.

Simplesmente, neste contexto, todos estes factos são muito mais graves, porque o povo português, desiludido, desapontado e desmoralizado, tem uma tendência conformista muito diferente da opção de resistência que fez e manifestou em 1975.

E a própria Igreja aparece hoje, mercê da composição deste governo, com uma postura menos clara e menos frontal, relativamente ao desenvolvimento deste projecto do que estava em 1975.

O tempo esclarecerá quem tem razão; e estou convicto de que a actual situação de relativo apoio de algumas vozes da Igreja a este Governo se transformará por certo, em clara oposição quando tiver plena consciência de que o que está em causa hoje, mais uma vez, tal como em 1975, é um regime plenamente democrático ou um regime de poder político-militar com o apoio e a colagem do Partido Comunista. Hoje, como em 1975, o risco principal é o projecto anti-democrático do Partido Comunista, que este Governo serve, e por isso o Partido Comunista apoia este Governo.

A consonância que se verificava em 1975 entre o General Costa Gomes, o Coronel Vasco Gonçalves e o Partido Comunista verifica-se hoje entre o General Eanes, a Sr.a D. Maria de Lurdes Pintassilgo e o mesmo Partido Comunista.

E isto diz tudo do projecto que está em causa e do risco que enfrentamos.

Este Governo, ao contrário do que prometeu o General Eanes na sua comunicação ao País de 13 de Junho, não é isento nem neutral, não é um Governo que evite afrontamentos. Pelo contrário está a desencadeá-los e a aumentá-los numa proporção talvez irreparável.

De facto, mais do que um Governo para preparar eleições, este é um Governo apostado em desvalorizar as eleições. Eleições que se poderiam ter realizado já há

mais de meio ano se houvesse sido designado, como em 22 de Setembro o Presidente da República prometeu, um Governo para preparar eleições.

Mas este não é ainda esse Governo, não é mesmo esse Governo - é um Governo com um programa de fundo, um programa empenhado em alterações estruturais, um programa que quase não refere a preparação de eleições. É um Governo em que a Sra. Primeira-Ministro, logo de início, disse que ao cabo dos cem dias aqui estaria para dar conta do trabalho realizado.

Aqui estar de novo na Assembleia! - quando a primeira obrigação deste Governo devia ser comprometer-se a apresentar imediatamente a sua demissão depois da realização das eleições.

Isto revela bem o intuito deste Governo. E como se isto não chegasse, este Governo parece já apostado em apresentar, segundo consta, embora os partidos não tenham sido informados - que eu saiba - pedidos de autorização legislativa.

Ora, os pedidos de autorização legislativa, porque as autorizações a serem concedidas, caducam com a dissolução da Assembleia, vão demorar esta dissolução e a conseqüente marcação das eleições. Isto a um ponto que se chega a perguntar se, com tudo isto, haverá efectivamente eleições intercalares em Portugal.

Há-de havê-las, mas parece que o Governo e o Presidente da República estão apostados em que elas se realizem nas piores condições possíveis.

O arrastamento da dissolução da Assembleia da República mediante a apresentação de pedidos de autorização legislativa pode fazer com que as eleições recaiam em Dezembro ou em Janeiro, o que, no nosso país, significa nas piores condições para as terras do Norte e do Interior, sem caminhos, sem possibilidades de acesso às zonas de voto e flageladas pela neve e pelos frios.

Só disto se ri quem não tem consciência do país em que vive e do sofrimento das populações.

Só com isto ficará satisfeito quem espera das circunstâncias adversas da realização das eleições no Inverno um elevadíssimo grau de abstenção, a pensar, talvez, em que nas últimas eleições de antes da ditadura de 1926 em Lisboa ela foi mais de 80% e, meses depois, havia uma ditadura no nosso país...

Se é isto o que se pretende e se quer, então que diga claramente, e se tenha a coragem de o dizer. Se é isso que se quer evitar, tivessem-se marcado eleições para Outubro, que era um mês adequado para as fazer, para evitar esses riscos, e não se tivesse diferido inaceitavelmente o tempo da dissolução da Assembleia da República.

Este Governo é um Governo apostado também em desvalorizar as eleições pela parcialidade da sua composição, pela inadequação do seu programa à realização das eleições, como já aqui foi dito o suficiente e está referido na nossa moção.

Em primeiro lugar, de facto, a Sra. Primeira-Ministra foi rejeitada pelo CDS e pelo PSD, como o tinham sido anteriormente. Por isso, não se compreende que o Presidente da República diga, por um lado, que quer um Governo isento e que dê



garantias de neutralidade e de não afrontamento e venha a indigitar um Primeiro-Ministro que tem contra si partidos que representam 40% do eleitorado português.

Por outro lado, também é sabido que mais de uma vez o Partido Comunista se empenhou na designação da Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo como Primeiro-Ministro desde a queda do I Governo Provisório, tendo nisso falado várias vezes aos demais partidos como um Primeiro-Ministro que representaria um governo de acalmia e de paz social...

Era, pois, a Primeira-Ministra uma candidata defendida pelo Partido Comunista e benquista do Partido Socialista.

E foi esta parcialidade que se colocou à frente de um governo que as palavras do Presidente da República diziam querer-se imparcial, neutral e querer evitar o afrontamento! O que se está a passar no nosso país é a progressiva erosão, pela actuação do Presidente da República, do Parlamento e dos partidos, para que ele e o poder político-militar, que simboliza, apareçam como único polo possível para a sobrevivência de um novo regime não democrático, visto que implicará, possivelmente, uma tentativa de um terceiro pacto partidos-MFA.

É que o primeiro pacto partidos-MFA foi o pacto da assembleia do MFA e, o segundo, o pacto do Conselho da Revolução. Os factos apontam para se estar a tentar impor aos partidos um terceiro pacto, o pacto do presidencialismo militar.

Assim, este Governo é um dos passos, é um dos elementos para esse projecto que os factos claramente revelam.

Não estaríamos então em democracia, não estaríamos na Europa, estaríamos num regime que; como todos os regimes das chamadas - e mal - democracias militares, teriam o apoio do Partido Comunista, que se dá sempre muito bem com os regimes militares, como o provam estes cinco anos passados, mas que se dá muito mal com as democracias europeias.

Um regime desses cumpriria talvez a profecia ou a pretensão do Partido Comunista de que em Portugal não houvesse uma democracia parlamentar de tipo europeu, mas não serviria com certeza o nosso país nem a integração europeia.

De facto, não tenho conhecimento de que nenhum Sr. Deputado do Partido Comunista tenha estado na Assembleia Nacional, nem na Câmara Corporativa. Além disso, também não tenho conhecimento de que pessoas que estiveram com o corporativismo e com o gonçalvismo tenham, como eu, que me não envergonho nada de ter estado na Assembleia Nacional, rompido - e clamorosamente - com o regime de Marcelo Caetano.

E não me envergonho, antes me honro, porque aqui comecei a luta, que continuei depois do 25 de Abril, pela democracia e pelos direitos e liberdades fundamentais, como condição mesma da resolução do próprio problema colonial. E quando verifiquei que essa luta não podia levar a nada pela obstrução do poder, soube cortar com esse mesmo poder e não fiquei à espera que do meu lugar me corresse no 25 de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os riscos que este Governo comporta, a inadequação do seu Programa, a inaceitabilidade de muitas das suas passagens já aqui plenamente demonstradas leva-nos, juntamente com a parcialidade de que a sua composição dá provas clamorosas, a rejeitar este Governo.

As responsabilidades que aqui hoje se definirão, quanto à rejeição ou não deste Governo, são, repito, responsabilidades de regime. E não me espantaria nada que, sendo isto tão claramente assim, sendo este um Governo plena e totalmente "eanista" - o primeiro e total Governo do General Eanes -, se quisesse fazer veicular, junto de partido menos consciente desta situação, um possível desentendimento ou desvinculação do Primeiro-Ministro em relação ao General Ramalho Eanes. Não me surpreenderia nada que este fosse um meio de apaziguar uma oposição que surgiria certamente se houvesse maior consciência do problema do regime. Mas trata-se de afirmações, se surgiram, certamente enganadoras, porque os factos demonstrarão que a identificação deste Governo e do seu Primeiro-Ministro com o General Eanes é plena e total.

Quando teremos eleições? Haverá de facto dissolução? O que vai passar-se com os pedidos de autorização legislativa? Em que condições é que vão disputar-se as eleições?

Ouvi aqui algumas palavras com pretensões a lições de moralidade daqueles que, pelos vistos, já se esqueceram ou se querem dessolidarizar de posições que tomaram no seu próprio partido e em relação ao seu próprio partido.

Mas não vi, nem aliás podia ter visto, desmentidas afirmações concretas ontem aqui feitas em relação à participação e sua actuação do ministro Costa Brás no I Governo socialista de Mário Soares.

Afirmações concretas e não desmentidas, porque são de facto indesmentíveis.

Não tenho nada contra uma determinada opção partidária ou governamental que tenham feito membros deste Governo. O que tenho sim, o que temos, e profundamente, é contra a inclusão neste Governo de pessoas que tomaram essas opções, em si legítimas, mas que afectam a imparcialidade deste Governo. O que tenho, como aqui já foi bem explicado, é contra a inclusão neste Governo de membros e dirigentes ou de dirigente de um pré-partido, como é a ASDI, que já se propôs, ou pelo menos admitiu essa hipótese, de concorrer às próximas eleições.

Tudo isto seria profundamente grotesco em qualquer democracia europeia.

Mas aqui, em Portugal, parece que as coisas se passam como se tudo isto fosse natural. E isto é assim porque esta situação favorece a maioria de esquerda - o Partido Socialista e o Partido Comunista -, e porque favorece o pré-partido em que parece estar interessado o General Ramalho Eanes.

Porque, sempre que num ou noutro sector há qualquer suspeita de se estar a favorecer o PSD ou o CDS, é violento o coro de protestos e com tudo se ameaça para acabar com essa pretensa situação. Mas quando a parcialidade se instala no Governo e se revela nas acções do Presidente da República, porque é favorável à

pseudo-esquerda, ela é aclamada como se fosse exemplo de isenção, de responsabilização e de democracia.

A isto chegámos e infelizmente, por certo, vamos ver muito maiores desenvolvimentos se este Governo, aqui passar. Já se nota na informação estatizada, designadamente nos noticiários da RDP e da RTP uma propaganda tão favorável ao Governo como acontecia no tempo do Ministro Proença de Carvalho, que aqui tive ocasião de criticar.

E estamos só no começo, quando já vemos a propaganda instalada nos órgãos estatizados da Comunicação Social, com os seus elogios ditirâmbicos à actuação do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não há possibilidade de resolução dos gravíssimos problemas portugueses sem ser numa democracia plena, que supõe a rápida realização de eleições.

E nós, que aqui propusemos a moção de rejeição ao Governo, que vamos rejeitar este Governo como sempre rejeitámos, não deixamos de continuar a defender a rápida realização de eleições. Porque, ao contrário do que esses pseudomoralistas, que aqui ouvi, pretendem, se este Governo não passasse, podia na mesma ser dissolvida a Assembleia da República, e este Governo ficaria reduzido aos seus poderes de gestão que não quis aceitar e dos quais manifestamente exorbitou.

As eleições rápidas são um imperativo para que se dê voz aos portugueses, para que, com uma campanha isenta, se possa apurar a verdadeira vontade do povo português. Tudo indica que este Governo aqui passará e que não vamos ter uma campanha isenta nem imparcial. Mas, apesar disso, ganharemos as eleições (risos do PCP); os partidos da Aliança Democrática saberão vencer as dificuldades, que já lhes estão a ser criadas e que irão continuar a ser criadas; saberão vencer as eleições e conduzir o País para um novo rumo plenamente democrático, derrotando e opondo-se a quaisquer ambições ou pretensões de perpetuação de um poder político-militar, seja através da permanência de um Conselho de Revolução ou de um órgão análogo que o Partido Comunista parece defender, seja através de qualquer presidencialismo militar.

Estamos na Europa, queremos ser país da Comunidade Económica Europeia. Não por imperativo geográfico, mas por desígnio nacional, por nossa vontade construída e expressada, através de um regime económico consentâneo com a liberdade que, neste momento, está de facto posta em causa.

A liberdade é actualmente a fronteira entre os que defendem um qualquer projecto de manutenção de um poder político-militar e os que querem rápidas e isentas eleições para que se construam novas maiorias, estabilidade governativa e estabilidade política.

A fronteira é a liberdade. E o voto, que hoje vamos aqui dar acerca deste Governo, vai ser também um voto acerca da liberdade, acerca da democracia, acerca do regime e acerca do futuro do País.

## 1.38. Artigo publicado no Povo Livre - 29/08/79

### HIPOCRISIA INSTITUCIONAL (II)

#### REGRESSO AOS TEMPOS DE COSTA GOMES OU OS ALIADOS DO PC

"Comparado com outros partidos, o Partido Comunista não tem o mesmo tipo de problemas que saltam aos olhos dos militantes e da população. Projectam uma imagem de capacidade, de coesão e de organização que deixa uma boa impressão, mesmo aos observadores externos.

O Partido Comunista já não tenta impor a sua ideologia, mas sim oferecer soluções para os problemas, para resolver esses problemas, por vezes usa as pessoas mais competentes, mesmo que não pertençam ao partido."

- General Eanes, entrevista ao Washington Post, em Setembro de 1978.

1. Vai-se generalizando a sensação de que voltamos aos tempos em que o Sr. General Costa Gomes exercia as funções de Presidente da República, senão mesmo ao período final do Governo de Marcelo Caetano.

Põe-se mesmo em questão a viabilidade do actual regime, no meio do cansaço e da desilusão generalizada dos portugueses.

Cresce a arrogância do PC.

E vai-se tecendo, a partir da Presidência da República e do Governo toda uma teia destinada a enredar os partidos, as instituições e o eleitorado, a qual demonstrará que a solução terá de ser encontrada fora e para além dos actuais partidos democráticos.

A apontada sensação de confusão, de desalento e até de final de regime é fruto de toda essa actuação que criou a anormalidade institucional denunciada no importante comunicado do PSD publicado neste jornal.

Não se sabe quando haverá eleições legislativas e locais e começa mesmo a instalar-se a dúvida sobre a sua efectiva realização.

Como vimos nos artigos anteriores, tudo isto faz parte de uma estratégia eanista, ou seja, de presidencialismo militar, recoberta por discursos moralizadores que os actos contradizem. Os que detêm o poder - grupo político-militar, Presidente da República e Primeiro-Ministro - ou estão a ele associados - PC, PS e ASDI - atacam aqueles que os criticam, acusando-nos de lutar pelo poder a todo o preço e de mais não sei quantas vilanias.

O General Costa Gomes fazia o mesmo, como se vê, por exemplo, do seu discurso de posse de um Governo também muito eu, também quinto, mas provisório.

2. Com tudo isto que sumariamente resumi, o que está realmente em causa não é o poder. Está em causa o regime democrático, o Estado, a sociedade civil e o País.

Tudo isso está posto em causa pelo projecto que sob a teia complicada do eanismo se vai desenrolando, o projecto da única força que beneficia com a presente

anormalidade institucional e política, com a incerteza quanto às eleições e com o V Governo, o projecto do Partido Comunista, que assim encontra aliados imprevistos, tal como nos tempos do General Costa Gomes.

Os comunistas têm como objectivo o enfraquecimento e a destruição do Estado e para tanto têm trabalhado activamente.

O fim que inexoravelmente prosseguem é a conquista do poder, para a partir dele realizarem a sua "revolução", a sua transformação da sociedade, as quais já sabemos ao que conduzem: aos imensos campos de concentração apresentados com o nome de "democracias populares", das quais é paradigma a hegemónica União Soviética.

Para conseguirem aquele objectivo os comunistas necessitam de impedir a existência de um poder político democrático forte, maioritário e estável que constituiria uma barreira aos seus projectos.

É isso que estão a conseguir entre nós, mercê da actuação do General Eanes e do V Governo, a qual provoca o desgaste dos partidos democráticos e das instituições e adia e desvaloriza as eleições, único meio de formação de um novo poder político e de conseguir a estabilidade.

Para mais facilmente conquistarem o poder os comunistas procuram destruir a economia, as finanças, a cultura, a segurança individual e colectiva, o sentido comum do povo, o sistema judiciário e, em geral, toda a vitalidade e autonomia da própria sociedade.

É essa a sua tarefa histórica, e assim têm procedido em todos os países que conquistaram.

A tudo isso temos assistido desde o 25 de Abril em Portugal.

Não admira que o Partido Comunista assim proceda.

O que espanta e escandaliza é que em lugar de encontrar no actual poder opositores encontre afinal aliados objectivos.

Em 1975, nos tempos do Sr. General Costa Gomes, o PC encontrou pela frente a resistência popular, animada pela Igreja e pelos partidos democráticos, e não pode completar a sua obra destruidora.

Hoje o PC actua livremente, no desenvolvimento do seu plano de destruição e de conquista do poder, com cobertura do próprio poder constituído.

Pois se no próprio Governo tem o PC membros e simpatizantes, se eles se multiplicam nos gabinetes dos ministros, nos ministérios e em toda a administração pública!

Pois se o Alentejo, com a paragem na entrega das reservas e com várias ocupações das que haviam sido já entregues, é cada vez mais um feudo do PC!

Pois se o Presidente da República elogiou publicamente o PC e nomeou um Primeiro-Ministro do agrado dos comunistas, que desde há muito eles vinham indicando como seu candidato ao cargo!

Pois se o grupo político-militar que detém o poder real em Portugal, o sector meloantunista do Conselho da Revolução, no qual Eanes se integra, é o mesmo que em 26 de Novembro enviava o seu porta-voz Melo Antunes dizer ao País que o Partido Comunista é indispensável à construção do socialismo!

3. Sendo tudo isto assim, é tempo de dizer claramente que hoje, talvez mais do que nunca, o perigo para a democracia e para o nosso país é o Partido Comunista e não a direita, como pretendem os comunistas e seus aliados cheios de complexos de esquerda.

Tempo é também de dizer claramente quem são os aliados objectivos do PC na sua estratégia de conquista do poder pela destruição do Estado e da sociedade.

Nesse grupo encontramos, para além do poder constituído, aqueles políticos, partidos ou associações que julgando-se muito "espertos" tudo fazem para adiar, evitar ou desvalorizar as eleições, convencidos de que com isso ganham tempo para fazerem esquecer os seus desaires governativos ou para criarem a partir do poder e em compadrio com ele um partido que não lograriam constituir sozinhos, para procurarem manter lugares de deputados que lhes não pertencem.

O V Governo é o governo dos aliados do PC e dele próprio, o expoente máximo da linha de conciliação com os comunistas: e pode ser o governo da vitória do PCP.

Nele estão presentes os comunistas e os seus aliados objectivos: o poder constituído, incluindo o grupo dos nove, o PS, a ASDI e alguns dos antigos dissidentes do PSD.

De fora estão as forças políticas da Aliança Democrática, que representam a alternativa ao actual sistema de poder marxista-militar e que constituem esperança de progresso, de justiça social, de plena democracia, de integração europeia, de estabilidade e de liberdade. Por isso mesmo, as forças da Aliança Democrática combatem sistematicamente o PC.

4. Tudo isto tem de ser dito e repetido até que os portugueses tomem consciência de que, para além de Eanes e da sua campanha de festas e romarias, para além de Pintassilgo e dos seus projectos encobertos com a cortina de fumo dos 100 dias para além do PS e do seu oportunismo conciliador com o PC, para além da ASDI e da obtenção de lugares políticos para os seus dirigentes, nauseados com a política e com os partidos, o que está em causa é o domínio de Portugal pelos comunistas, aliados a todos aqueles.

O que está também em causa é a verdadeira democracia, à qual é inerente o referendo, ou o prolongamento do actual período transitório de poder militar que ao PC e alguns dos seus aliados interessa.

É tanto mais necessário dizer e repetir tudo isto quanto este V Governo, com os seus planos de aliar, desvalorizar a distorcer as eleições e de ir ficando, é também um governo de anestesia das forças que em 1975 se opuseram ao PC.

Cada vez mais transparece da actuação de Eanes e mais se revela inerente à sua estratégia o intento de, desacreditados os partidos, procurar apoiar-se nas três forças que certos "políticos" consideram essenciais ao domínio da sociedade e, portanto, ao estabelecimento do poder presidencial: as Forças Armadas, a Igreja e o Partido Comunista.

O Governo Pintassilgo visa também, por sua concepção, seu rótulo, seu programa, sua actuação, captar, para Eanes, a confiança destas três forças.

O apoio do Partido Comunista é exuberante e demonstrativo. A sua confiança a Eanes-Pintassilgo está mais do que dada.

A das Forças Armadas e da Igreja não será por certo prestada, até porque ambas as forças, por razões diversas, perfilham correctamente a posição de que a política se faz com os partidos e pelos partidos e não com a ingerência e o apoio de componentes importantes da sociedade, os quais precisamente pela sua importância e pela sua missão não devem nem podem fazer política.

Mas os comunistas e seus aliados têm neste momento o poder e vão usá-lo sem escrúpulos de consciência, melhor, estão já a utilizá-lo. Apenas disso serão derrotados se os portugueses tiverem consciência daquilo que está neste momento em jogo, se realizarem que tudo vai depender do seu voto. Então o regime democrático não correrá perigo e fácil será dissipar as impressões de catástrofe a que começamos por referir-nos, impressões que afinal só aproveitam aos comunistas e seus aliados.

Portugal é governável e deve ser governado em democracia, numa linha de justiça social, de progresso e de liberdade, que por isso mesmo combate o PC e seus aliados.

E não há que ter receio da oposição que todos estes façam ao novo poder político saído das eleições, porque a nova maioria da Aliança Democrática os saberá vencer com determinação e coragem.

De recear é apenas que no meio das complicadas manobras do PC e dos seus aliados o eleitorado se desorienta e se não aperceba da questão essencial que, pela penúltima vez no futuro próximo, está posta ao País.

### **1.39. Discurso no Conselho Nacional - 18/09/79**

#### **SÓ UMA VITÓRIA DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA EVITARÁ EM PORTUGAL "COMPROMISSOS HISTÓRICOS"**

A decisão do último conselho Nacional do PSD, no sentido de conferir ao Presidente do Partido mandato para negociar listas conjuntas com os parceiros da Aliança Democrática, foi por muitos sectores considerada decisiva na obtenção de uma vitória da Aliança Democrática.

O facto do Conselho Nacional ter decorrido sem observadores e a expectativa criada anteriormente na opinião pública quanto a uma deliberação de listas separadas, só por si, explicam que haja o maior interesse em divulgar a análise política feita por Sá Carneiro ao Conselho Nacional.

Como estão recordados, quando no anterior Conselho Nacional, pouco tempo depois da indigitação da Enga. Maria de Lurdes Pintassilgo, examinámos aqui o problema das listas conjuntas tripartidas da Aliança Democrática, fiz uma análise política com base na evolução política geral e no próprio significado da indigitação da Enga. Maria de Lurdes Pintassilgo. Não estava nessa altura ainda constituído o Governo, pode ter parecido demasiado dramática a análise que fiz, hoje considero que os factos a ultrapassaram e que a agudização da situação política é superior àquilo que se podia prever.

Começo por referir a constituição do Governo e a circunstância de nele se terem incluído membros da ASDI. Em segundo lugar e por ordem de importância a circunstância de ter sido mudado o ministro da Administração Interna e do ministro escolhido ter sido o tenente-coronel Costa Brás, que dispensa comentários. Finalmente, a presença de secretários de Estado e, a nível de gabinetes de ministros, de membros do Partido Comunista, embora eventualmente não filiados, ultrapassou em termos de constituição de Governo tudo aquilo que podíamos prever de mau.

Por outro lado, o Programa de Governo e a sua discussão vieram também confirmar tudo isto. Foi e é, cada vez mais claramente, um Governo contra a Aliança Democrática, um Governo favorável ao Partido Comunista, um Governo favorável ao Partido Socialista.

### **A DESVALORIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES**

A par disso e em ligação com isso, o comportamento do Presidente da República, quer na marcação da data das eleições, quer na previsão da marcação da data das eleições locais, foi negativo. Sabe-se do processo, através das autorizações legislativas, que levou à dilatação da marcação da data das eleições. As eleições locais terão lugar, muito provavelmente a 16 de Dezembro, catorze dias depois das eleições legislativas, o que significa uma sobreposição política com todas as suas desvantagens, sem as vantagens da simultaneidade técnica; ou seja, o resultado das eleições locais vai depender em muito do resultado das eleições legislativas, a multiplicidade dos actos eleitorais vai desmotibilizar o eleitorado, nas zonas rurais sobretudo porque a data de 16 de Dezembro é a altamente prejudicial. Ainda por cima, quaisquer decisões sobre alianças para as eleições locais vão ter de ser tomadas com a mesma antecedência com que têm de ser marcadas as eleições, ou seja, sem saber ainda quando vão ser as eleições.

Portanto, num período difícil para os partidos, de mobilização e de campanha eleitoral, o imbrincamento das eleições é mais um factor de desvalorização das eleições, táctica evidente do Presidente da República e do Governo.

Acresce a isto, ainda um elemento que hoje foi trazido para a reunião com os Presidentes e Representantes das autarquias e há pouco aqui focado; o Conselho da



Revolução com autênticos sofismas, pronunciou-se pela inconstitucionalidade da lei relativa à delimitação de competências entre o Poder Central e o Poder Local. A Lei foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, e o Conselho da Revolução entende que é inconstitucional porque diz que não foram ouvidas as Regiões Autónomas, com as quais esteve em contacto a subcomissão parlamentar, e que a votação não foi regimental, quando a votação desta lei se processou exactamente nos termos de muitas outras leis, ou seja, votação na especialidade em comissão e votação final global unânime, no plenário.

Estes são meros sofismas que são mais uma machadada nas eleições locais e no próprio Poder Local, na descentralização, visto que sem essa lei não há Finanças Locais, pois a atribuição das próprias verbas estava dependente dela.

A declaração de inconstitucionalidade nem sequer permite, porque a Assembleia está dissolvida, uma imediata segunda aprovação no hemiciclo, que estaria automaticamente assegurada dada a unanimidade que foi obtida.

### **O PC MUDOU DE ESTRATÉGIA**

Para além deste quadro político, aquilo que em meu entender se verifica nestes dois meses - que era previsível mas não neste grau é uma forte ascensão do Partido Comunista, em termos de implantação não só no aparelho governativo mas no aparelho de Estado, com o envio de funcionários públicos para a província. Pelas informações que temos - e ainda hoje tivemos um testemunho disso na reunião das autarquias - os funcionários enviados são sistematicamente do PC.

Há pois um crescendo de tom, em arrogância, do Partido Comunista. E isto, junto com o comportamento do Presidente da República já salientado, designadamente no seu último discurso, e com o comportamento do Governo, leva-me a encarar com grande preocupação a situação política geral, que vejo deste modo:

Pelo andar da carruagem, o Partido Comunista Português vai-se tornar, se não houver uma maioria não marxista, um partido de Poder. Não um partido de Governo, mas um partido de Poder. Com um crescimento eleitoral previsível, com a ampliação da sua implantação no aparelho de Estado, com a manutenção da sua implantação no território e nos sindicatos, vai-se tornar um partido sem o qual nada é possível fazer em termos de Governo e em termos de reformas.

Para ser um partido de Poder, não é necessário ser partido de Governo - basta ser indispensável nas decisões de fundo.

Neste ponto, entendo altamente significativa uma mudança de estratégia do Partido Comunista que até há pouco tempo estava empenhado em que o Partido Socialista não baixasse e que, de há duas semanas para cá, vem anunciando repetidamente, e pela voz do seu Secretário-Geral que o Partido Socialista vai baixar e que até é conveniente que o Partido Socialista baixe, porque assim mais facilmente o Partido Socialista se renderá à evidência, para eles, comunistas, de um entendimento com o Partido Comunista.

Estou convencido que a tática agora, pela primeira vez, do Partido Comunista, vai ser efectivamente jogar no abaixamento de percentagem do Partido Socialista,

para o que, além doutras armas, dispõe do MDP/CDE a fazer campanha, e depois a desistir por certo e dando instruções aos seus militantes para votar comunista - e não já, como em 1976, para votar comunista ao sul do Tejo e para votar socialista ao norte do Tejo.

Dispõe também de um outro instrumento, que é o partido do Eng.º Lopes Cardoso, que também poderá contribuir para o abaixamento - não sei em que medida ele será significativo - da percentagem do Partido Socialista, encontrando aí mais um aliado da maioria de esquerda.

### **CAMINHAMOS PARA O COMPROMISSO HISTÓRICO À ITALIANA COM O PCP?**

Eu creio que tudo isto ligado vai já criando, e vai criar no futuro, a sensação difusa, na população com incidência no interior dos partidos, de que nada será possível fazer sem o Partido Comunista e que é preciso começar a rever as posições anticomunistas, pois afinal se calhar teremos de ir para uma solução italiana de compromisso histórico com o Partido Comunista. Isto só se evitará se houver uma nova maioria da Aliança Democrática.

E a actual situação, se a evolução for de inexistência de uma maioria, é a situação em que predomina o PC e o poder político-militar. Não é, ao contrário de 1976, uma situação de domínio do Partido Socialista. Isso foi ultrapassado. O que eu prevejo é que se tenta manter, designadamente através do bloqueamento da revisão constitucional, uma situação em que predomine uma linha político-militar terceiro-mundista, apoiada, de fora, que não no Governo, pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista. E parece-me que essa será uma linha facilmente aceite pelo general Ramalho Eanes, até porque se for vitoriosa poderá levar à sua recandidatura e eventualmente à sua reeleição.

Escuso de apontar as consequências por demais evidentes que isto teria em termos de futuro do nosso país. Seria, para além da parte jurídico-formal de manutenção do actual período transitório, essencialmente a manutenção da actual Constituição na sua forma de sistema colectivista e de Poder com influência militar.

Seria de facto, e é isso - estou convencido - que se quer, a administração de um socialismo de pobreza, num regime próximo do regime jugoslavo, em que o futuro do país dependeria mais dos investimentos das multinacionais, associadas ao sector público português, de que da capacidade de investimento da iniciativa privada e de desenvolvimento económico de um Portugal ligado ao Mercado Comum.

### **A SUBIDA DO OURO PERMITE A PORTUGAL CONTINUAR A ENDIVIDAR-SE POR MUITOS ANOS**

Devo aqui salientar, no aspecto económico global, que não acredito que esta situação fosse impossível por uma ruptura económica.

Desde 1974 temos ouvido dizer, e muitas vezes dissemos, que a economia marcava prazos à política, que havia de ser a situação económica que havia de ditar uma evolução política no sentido plenamente democrático, porque não havia

outras soluções económicas senão as compatíveis com o quadro duma democracia europeia. Todas essas previsões se revelam incertas.

O auxílio internacional, a elasticidade da nossa situação económica de país ainda não desenvolvido - com um rendimento por cabeça de 1800 dólares, que não é nem de longe o nível europeu; basta recordar que a Espanha tem 3800 e a Grécia também anda perto disso - permitem, juntamente com a predominância dos aspectos rurais, uma elasticidade muito grande da nossa situação económica, evitando portanto rupturas económicas.

A isto acresce um factor recente mas importante que é o da súbita mas enorme valorização das nossas reservas de ouro. De há um ano para cá, o preço do ouro passou de pouco mais de 200 dólares por onça para 345 dólares por onça, e segundo se lê nos jornais com tendência ainda para subir.

Isto apresenta um aumento enorme das nossas reservas de ouro, que a este preço de mercado valem qualquer coisa como 44 milhões de contos, ou seja, aproximadamente, o dobro da nossa dívida externa total, tanto privada como pública.

O que quer dizer que Portugal, com base apenas nesta valorização das nossas reservas de ouro, vai poder continuar a endividar-se por mais bastantes anos. Quer dizer, a "pesada herança" aumentou de valor e pode continuar a servir para o financiamento de um socialismo terceiro-mundista, dum colectivismo mal administrado, porque no fundo vai favorecer - e no futuro apenas uma nova classe dirigente, burocrática, ligada ao Poder político-militar que então será predominante.

#### **O PC VAI APRESENTAR-SE COMO PARTIDO DA "PACIFICAÇÃO SOCIAL"**

Creio que a solução descrita não interessa de maneira nenhuma ao nosso país, mas tudo isto é de uma grande gravidade. E daí uma primeira conclusão que tiro: "é indispensável, para o futuro do regime português, nos seus aspectos de plena democracia, nos seus aspectos de regeneração - porque o regime previsto no 25 de Abril foi profundamente adulterado nestes anos e necessita de ser regenerado em termos plenamente democráticos, que hoje não temos, em termos de futuro de um projecto nacional de integração no mercado comum, de criação de riqueza, de justiça social, de desenvolvimento económico - para tudo isto é fundamental que exista nas próximas eleições uma nova maioria, que se evite aquilo que não seria já uma vitória da maioria de esquerda com predomínio do Partido Socialista mas que seria uma autêntica vitória, histórica - tenho-a assim para mim - do Partido Comunista e do seu projecto.

No meio de toda esta evolução, não apenas destes dois meses mas acentuada nestes dois meses, o Partido Comunista Português ganhou os seus galardões de partido da "lei" e da "ordem", de partido democrático como tal considerado repetidamente pelo senhor Presidente da República. Já na entrevista ao Washington Post, no final de Setembro do ano passado, o Presidente da República, fazendo o elogio do Partido Comunista Português, dizia que ele não tentava impor em Portugal, agora, nesta fase, os seus pontos de vista mas antes propor soluções na-

cionais para os problemas do país, e fazia-o com competência e com uma boa organização.

Esta imagem do Partido Comunista que consideramos e continuamos a considerar totalmente falsa foi reforçada, porque quanto mais se conciliou com o Partido Comunista, mais ordeiro e democrático ele apareceu. A conciliação sistemática com o Partido Comunista levou-o a poder ter um comportamento formalmente ordeiro, formalmente até patriótico. Digo que isto se acentuou, neste Governo, porque enquanto no anterior Governo víamos uma série de greves e o anúncio de muito mais greves, de repente o Partido Comunista aparece a desconvocar todas as greves, chegando ao ponto, tudo isto através da sua correia de transmissão, Intersindical, de hostilizar abertamente a greve dos carteiros do Norte.

O Partido Comunista, não tenhamos dúvidas, daqui em diante vai ser o Partido da "pacificação social". E às pessoas que querem acima de tudo a pacificação social o Partido Comunista vai aparecer, em certa medida, como Salvador.

E vai saber manejar muito bem essa arma. Por isso considero que essa situação é mais perigosa do que a de 1975. É fácil combater o Partido Comunista quando ele como em 1975, aparecia como partido assaltante do poder, como partido da subversão e da desordem. É muito difícil combatê-lo quando ele aparece, cada vez mais, como partido que aceita o jogo democrático, que colabora, que defende a Constituição, que defende a "paz social".

Essa é a perspectiva que temos. E se não houver força política para denunciar e combater isto, pois é isso mesmo que na minha previsão se consumará.

### **AS ELEIÇÕES CONDICIONAM A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

Para além de tudo isto, entendo que é indispensável também que nestas eleições haja uma nova maioria e por isso as considero mais importantes e decisivas que as eleições de 1980. Todos sabemos, e essa campanha tem-se acentuado na desvalorização das eleições, que do próximo acto eleitoral sairá um Governo para alguns meses, 8 a 9 meses.

As eleições de 1980 terão lugar entre 25 de Setembro e 15 de Outubro, salvo erro, de acordo com a lei eleitoral. A Assembleia da República só funcionará até 15 de Julho. Este Governo é à partida um Governo completamente desvalorizado e eu digo até que neste contexto o Governo é talvez o que menos interessa.

A maioria na Assembleia da República interessa fundamentalmente para modificar legislação fundamental, Legislação eleitoral, contemplando designadamente o voto obrigatório e a modificação dos critérios de distribuição pelos métodos eleitorais, pode e deve ser feita pela nova maioria. É também premente modificar legislação de todo o campo social e económico e do campo do poder local. Põe-se ainda a questão fundamental da aprovação de uma lei sobre o referendo.

E aqui está um ponto sobre o qual me queria deter. A nova maioria, para além de todas estas modificações legislativas e estruturais, condiciona desde já, a meu ver, a revisão alargada da Constituição. Sabemos das tentativas que fizemos com o Partido Socialista para encontrar um consenso. Continuaremos depois das

eleições a procurar um consenso para um acordo de regime com o Partido Socialista que incluía a obtenção de uma maioria de 2/3 para a revisão da Constituição, mas há dúvidas sobre essa possibilidade. Já vimos a reacção do Partido Socialista a esse respeito, opondo-se firmemente a que fossem tocados dois pontos na Constituição, o ponto da colectivização e da inalterabilidade dos limites dos sectores económicos e o ponto da Reforma Agrária, ou seja, da propriedade da terra, não admitindo a descolectivização da terra através da distribuição da propriedade nacionalizada ou estatizada em propriedade plena a agricultores, à empresa familiar ou à empresa da dimensão do produtor autónomo, que nós defendemos.

Não havendo acordo de regime como PS, a revisão da Constituição tal como nós a entendemos implica, desde já, a preparação das alterações legislativas e estruturais - designadamente a aprovação de uma lei-quadro do referendo e a possibilidade de termos um novo Presidente da República.

#### **AS ELEIÇÕES DE 80 NÃO TERÃO INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DO NOVO PR**

A situação portuguesa não pode ser desbloqueada enquanto não houver um novo Presidente da República, não apenas na sua pessoa, mas no seu perfil político e na sua actuação. E por isso é essencial um Presidente da República que tenha um contrato político com a maioria que o elegeu, que esteja de acordo com a maioria que o vai eleger quanto às opções fundamentais, quanto ao referendo e quanto à revisão da Constituição.

Para mim, não haverá possibilidade de termos um Presidente da República com esse perfil sem termos desde já a força decorrente de uma nova maioria, ou de ficarmos muito perto dela. Isto porque as eleições legislativas de 1980 vão ter pouca ou nenhuma influência na escolha do candidato à Presidência da República.

Isso decorre dos próprios calendários eleitorais. As eleições para a Presidência da República têm de ter lugar, segundo a Constituição, até 15 de Dezembro de 1980. As candidaturas têm de ser apresentadas com um mínimo de um mês de antecedência, ou seja, até 15 de Novembro. Como essas candidaturas supõem, primeiro, a escolha dum candidato, depois a obtenção de 7000 a 15 000 assinaturas, dois meses não são demais para todo esse processo. O que significa que o processo eleitoral da escolha dos candidatos, da sua mobilização, vai ter lugar o mais tardar em meados de 1980, se não antes. Como as eleições legislativas são posteriores, não vai ser a força delas decorrente que vai contar para a escolha dum candidato, embora vá ter influência na eleição presidencial, mas não na escolha do candidato.

Vai ser portanto com a força decorrente destas eleições que os partidos da Aliança Democrática, e portanto o nosso próprio partido, terá de avançar para as eleições presidenciais com tudo o que de decisivo elas comportam.

Parece-me fundamental este ponto da Presidência da República, em ligação com a nova maioria. É também importante, embora a outro nível, a relação das eleições legislativas e do seu resultado com as eleições autárquicas. As eleições autárquicas vão ser influenciadas por este resultado, do qual dependerá uma maior ou menor abstenção dos eleitores. E como é sabido um forte abstencion-

ismo só beneficiará o Partido Comunista. Os indícios das eleições locais intercalares., designadamente de Évora e Mirandela, apontam para o facto de o reforço do Partido Comunista só ser combatível por um reforço dos partidos da Aliança Democrática, em particular do nosso partido.

### **LISTAS CONJUNTAS FAVORECEM VITÓRIA DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA**

Por todas as razões que procurei abreviar, acho fundamental, em termos de regime e de futuro do país - o mesmo é dizer, em termos de futuro do nosso partido - a existência de uma nova maioria nestas eleições.

Não me parece que possamos tê-las apenas como ensaio das próximas. Repito, estas eleições vão ser decisivas.

Queria ainda frisar um aspecto formal, que reforça as questões substanciais já referidas. A partir da nomeação do Governo Pintassilgo está feito o afrontamento total entre o Presidente da República e a Aliança Democrática, e isto qualquer que fosse a nossa decisão hoje aqui, quanto à recandidatura do general Eanes. Ele afrontou a Aliança Democrática com o Governo Pintassilgo, e afrontou-nos a nós especialmente. Queiramos ou não, a derrota da Aliança Democrática seria a vitória de Eanes e a vitória da Aliança Democrática será a derrota de Eanes.

Isso, em termos simples, é para mim claríssimo desde a evolução do Governo Pintassilgo, com a sua composição e actuação. E ninguém ignora a proposta, que considero desonesta, que o senhor Presidente da República nos fez no dia 6 de Julho, precisamente no dia seguinte ao da assinatura do acordo da Aliança Democrática, para fazermos um Governo com o Partido Socialista no qual ele, Presidente da República, se empenharia, e que seria um Governo de solidariedade institucional entre o PS, o PSD e o Presidente da República.

Considero pois fundamental a existência de uma nova maioria da Aliança Democrática. Como é possível atingi-la? Continuo convencido, hoje mais do que nunca, que este desiderato será atingido com listas nacionais conjuntas da Aliança Democrática.

Defendo pois, com cada vez maior convicção e maior empenho, as listas nacionais continentais conjuntas da Aliança Democrática, como meio mais adequado de obter a nova maioria, por todas as razões e pela mobilização do eleitorado.

Defendo-as também com esta convicção política e pessoal porque me parece que hoje existe uma bipolarização da sociedade portuguesa. E pelo desenvolvimento da situação os portugueses serão confrontados com duas opções fundamentais, que se traduzirão não apenas numa postura anticomunista mas também numa postura de escolha de modelo de sociedade.

Este é um aspecto que nós nunca poderemos esquecer. Nós não somos anticomunistas por sermos anticomunistas, somos anticomunistas porque entendemos que o projecto de sociedade e de actuação do Partido Comunista compromete o regime democrático e o país.

Por todas estas razões, entendo que listas continentais conjuntas da Aliança Democrática são a melhor solução para obter a nova maioria, e que essa nova maioria é, essa sim, condição imprescindível para o futuro da democracia e do país.

Termino pondo a questão ao Conselho Nacional e solicitando ao Conselho Nacional o mandato de, como Presidente do Partido e em conjunto com a Comissão Política Nacional, negociar com os partidos da Aliança Democrática a elaboração de listas continentais conjuntas para as próximas eleições legislativas.

### **1.40. Acordo de Cooperação Política e Eleitoral entre o PSD e o Grupo do Manifesto Reformador - 25/09/79**

Tendo em conta a urgente necessidade de fazer evoluir o regime democrático para fórmulas mais adequadas à realidade portuguesa, constatando-se entre as partes a existência de propostas comuns nesse sentido, e perante a iminência de novo acto eleitoral, o Partido Social Democrata e o Grupo do Manifesto Reformador decidiram conjugar esforços para se alcançar na próxima Assembleia da República uma maioria parlamentar capaz de dotar Portugal com um executivo que ao mesmo tempo governe o País numa via reformadora e prepare a própria evolução do regime.

Cientes do interesse nacional dessa conjugação de esforços, mas respeitadores das diferenças entre si existentes, tendo em atenção a actual Lei Eleitoral, ambas as partes estabelecerem entre si o presente acordo que torna exequível uma cooperação Política e Eleitoral entre o Partido Social Democrata e o Grupo do Manifesto Reformador, nos seguintes termos:

1 - A cooperação política e eleitoral, embora tenha como objectivo principal concorrer às próximas eleições legislativas e contribuir para a formação de uma nova maioria e para a constituição de um Governo maioritário, mantém-se em vigor no quadro deste acordo até à promulgação da Lei de Revisão Constitucional, sem prejuízo do disposto no n.º 6.

2 - Ambas as partes comprometem-se a lutar, em termos a acordar:

2.1. - Por novas leis eleitorais.

2.2. - Por uma lei quadro de referendo.

2.3. - Por uma revisão livre da Constituição.

3 - Ambas as partes não aceitarão integrar ou apoiar Governos de que uma delas seja excluída contra a sua vontade.

4 - Os autores do Manifesto Reformador indicarão ao Partido Social Democrata nomes a incluir nas listas de candidatos a deputados nas próximas eleições.

5 - Os deputados reformadores assim eleitos poderão constituir uma formação parlamentar própria, que dê expressão às suas características de entidade política autónoma, tendo em conta os condicionalismos constitucionais.

6 - Os deputados reformadores, até ao termo da 1.ª legislatura que tenha poderes de revisão constitucional, comprometem-se a viabilizar a formação e manutenção de um Governo de maioria dos partidos da Aliança Democrática e em consequência votarão solidariamente com o Partido Social Democrata nas seguintes matérias, para além das referidas no n.º 2:

6.1. - Programa de Governo.

6.2. - Moções de confiança e censura.

6.3. - Orçamento e Plano.

6.4. - Aprovação de leis e resoluções que requeiram maioria parlamentar absoluta ou qualificada, com consulta mútua entre as partes.

7 - Nas matérias não previstas neste acordo os deputados reformadores terão autonomia legislativa e de opinião.

Lisboa, 25 de Setembro de 1979

Pelo Partido Social Democrata (Francisco Sá Carneiro e Leonardo Ribeiro de Almeida).

Pelo Grupo do Manifesto Reformador (António Barreto e Medeiros Ferreira).

### **1.41. Discurso no encerramento do Congresso Regional do PSD dos Açores - 10/10/79**

Cumpriremos nós, a nova maioria moderada, as promessas de democracia e desenvolvimento, feitas e ainda não realizadas, em 25 de Abril, se o povo português quiser viver em estabilidade e paz e der os seus votos à Aliança Democrática.

Estas afirmações foram produzidas pelo Presidente social democrata, no encerramento do Congresso dos Açores do PSD. Sá Carneiro considerou existirem, para as eleições de 2 de Dezembro (ainda mais importantes, porventura, que as de 1980) duas opções fundamentais: ou se vota num bloco marxista, colectivista, burocrático e estatizado: ou no humanismo e no modelo de sociedade criativa, que é o proposto pelas forças da Aliança Democrática. Quanto aos socialistas, a sua posição é clara: prosseguem a linha de conciliação com o PC, mantêm a orientação que tem demonstrado ser o PS um partido que na oposição combate o PC mas que, quando toma o Poder, abandona esse combate e chega mesmo a propor aos comunistas acordos sociais.

O objectivo é pois, o do reforço da democracia, o desenvolvimento social e económico. E para isso, há, que combater sistematicamente, por meios democráticos, a força que já demonstrou querer a liberdade para si mas não para todos os portugueses: que já manifestou estar mais apta para a defesa dos inter-



esses do imperialismo soviético do que do Povo português. Essa força é o PC que, antidemocrático como sempre e hoje mais arrogante que em 1975, constitui o centro fundamental do risco comunista, nunca antes tão iminente.

Importa, assim, que se vote em 2 de Dezembro porque, conforme afirmou o líder social democrata, cada abstenção é voto que conta para o PC.

Francisco Sá Carneiro recordou que há dez anos, um grupo de pessoas, entre os quais ele próprio, Correia da Cunha, João Bosco Mota Amaral, sentiu o dever de corresponder à sua responsabilidade política, acreditando nas promessas de liberalização do regime, feitas por Marcelo Caetano. E na Assembleia Nacional de então lutou pelos direitos e pelas liberdades das pessoas; pelo progresso social; mas também verificou esse grupo a rigidez e a intransigência do regime a uma verdadeira abertura, a uma verdadeira democratização. "Foi uma luta de que não nos envergonhamos" - disse Sá Carneiro - "pelo contrário, de que nos orgulhamos, porque eram os mesmos princípios que nos norteavam, os mesmo valores porque lutávamos. E o que é curioso é que, aqueles mesmos que hoje, com base nisso e noutras calúnias nos injuriam e nos atacam, na altura, quando nós defendíamos a liberdade de imprensa, os direitos e as liberdades da pessoa: quando pedíamos inquéritos à PIDE/DGS; visitávamos os presos políticos em Peniche e em Caxias; esses mesmos, não só o mesmo partido mas muitas vezes as mesmas pessoas, que hoje nos atacam, elogiavam-nos então, cumprimentavam-nos, felicitavam-nos pela nossa luta e pediam-nos que continuássemos. Faziam-no verbalmente e por escrito.

"Mas, que concluir destes comunistas que têm esta duplicidade de atitudes? Infelizmente, eles queriam liberdade para si, mas não querem a liberdade para todos os portugueses porque não reconhecem a todos os homens o direito de liberdade que não praticam quando estão no poder.

"E foram eles de facto, como opositores à liberdade dos outros, dos maiores adversários à autonomia; e fomos nós, sociais democratas os que melhor compreendemos a autonomia e a subemos realizar e encarnar em termos políticos e, aqui, em termos de Governo.

"Foi a correspondência da mensagem social democrata aos desejos da autonomia por um lado; foi a personalidade de João Bosco Mota Amaral aqui, nos Açores, por outro, que tornaram fácil ao nosso partido compreender que quando uma comunidade radicada num território tem condições e personalidade próprias, ela deve ser tratada por um partido personalista e um conceito personalista no poder, da mesma maneira por que é tratada a pessoa individual: com respeito pelas suas características próprias, pela sua autonomia, com respeito pela sua liberdade traduzida em autonomia política.

"E foi assim que o PSD rapidamente, baseado nestes factores da nossa ideologia, dos nossos valores e princípios; na personalidade de Mota Amaral, no seu conhecimento da realidade dos Açores e na sua vibração, com esta realidade de um povo espalhado pelas nove ilhas e pelos vários continentes do Mundo e foi assim que foi fácil obter uma maioria social democrata, com todas as vantagens que

trouxe de estabilidade, pacificação, de progresso, justiça social e de Governo competente e eficaz.

"Outra foi, infelizmente, a evolução do continente. Aí, circunstâncias várias levaram a uma dispersão de eleitorado; radicalismos daqueles que se afirmam como pacificadores e unificadores levaram a um Governo minoritário. Daí a instabilidade política, a falta de direcção e de rumo, a desorientação, o desalento que hoje reinam no continente. É indispensável, para o futuro da democracia portuguesa, para o progresso de toda a nossa terra, para a própria concretização, no futuro, da autonomia, que haja a nível nacional uma estabilidade política, uma maioria, um governo nela apoiado.

"Consciente dessa indispensabilidade bem demonstrada pela positiva aduacção de uma maioria social democrata nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, o nosso bloco moderado, reformista, aberto ao progresso, baseado na justiça social, optando por um modelo de sociedade criativa e humanista, descentralizada, opondo-se a uma sociedade burocrática, colectivista e estatizada.

"Sorriam-se, então, os outros partidos que até tomaram a nossa proposta como sinal de fraqueza. Ela era, sim, o sinal da consciência desta exigência nacional de estabilidade política. Concluído pouco mais de um ano tivemos a satisfação de ver concretizada a formação desse grande bloco moderado e reformista que se vai apresentar às próximas eleições.

Mas nessa marcha quisemos deixar as coisas bem claras com o Partido Socialista. Encetámos diligências, em Fevereiro deste ano, no sentido de esclarecer a posição do PS quanto às possibilidades de um acordo pré-eleitoral de Governo. E isto para que não acontecesse como em 1976, quando muitos votaram socialista convencidos que o PS iria fazer uma coligação connosco. Afinal viram defraudados esses desejos.

Púnhamos, nessas diligências, uma condição essencial e fundamental para nós: que qualquer aliado nosso não tivesse a mais ténue linha de conciliação ou transigência com o Partido Comunista Português. Ora, foi sempre este, um requisito de que nunca abdicámos, porque consideramos, e os factos assim o continuam a demonstrar, que o PCP é, pelos seus fins e pelos meios que usa, um partido anti-democrático e porque consideramos que o PCP serve muito mais os interesses do imperialismo soviético do que os interesses do Povo português. Para nós, o PC deve ser sistematicamente combatido, por meios democráticos e só por esses meios, mas com vigor e sistematicamente.

"Verificámos nessas conversações com o PS que, de facto, não era possível o acordo porque não estava disposto a romper clara e publicamente com o PCP. Continuava o PS orientado por aquela linha que o levou sempre a conciliar com o PCP e até, na altura do II Governo Constitucional, a propor um acordo social ao PCP.

"Orientaram-se depois as coisas para a formação da Aliança Democrática composta pelo PPM, CDS, Reformadores e pelo PSD. E, de facto, o grande bloco que

deixa de fora, quer os partidos marxistas, quer o PS conciliador com o PCP, quer forças ou personalidades de extrema direita.

"Ao fazer esta Aliança Democrática, não abdicámos da nossa característica social democrata, do nosso programa e linha política. Simplesmente entendemos que a melhor maneira, a única mesmo, de a realizar é no quadro da estabilidade política, da clarificação. E por isso, a democracia e os valores nacionais fazem com que sintamos quer seja a hora de unir forças para que não voltemos ao 24 de Abril ou ao 11 de Março e ao domínio do PCP.

"Há que ter a consciência de que estas eleições são decisivas para o País, para o futuro dos portugueses; mais talvez que as de 1980. Será com a força de uma nova maioria que poderemos apresentar um outro candidato à Presidência da República, que podemos pôr em funcionamento no Parlamento uma nova força para preparar legislação fundamental como a eleitoral; uma nova lei para as autarquias; a lei-quadro de referendo e das reformas do sistema social e do sistema económico. Será com a força de uma nova maioria que podemos pôr em S. Bento um Governo competente e eficaz que, de maneira nenhuma, faça o jogo de um ou de mais partidos e se oriente apenas pelo interesse nacional. Até agora e no continente isso ainda não sucedeu.

"É, pois, uma altura decisiva e as opções são claras. Há dois modelos de sociedade em confronto: o que é defendido pelas forças marxistas (estatizado, burocratizado, colectivista) e um modelo de sociedade humanista e criativa, defendido pelas forças da Aliança Democrática. São estas, essencialmente, as duas forças que se vão afrontar nas próximas eleições. O PCP apresenta-se com o rótulo do Povo Unido; o PS já declarou que se for o maior partido governará sozinho (teima nessa linha); nós apresentamo-nos como candidatos a uma nova maioria. Mas o sentido do voto é bem claro: ou se vota num bloco ou se vota no outro bloco; porque votar no PS é de facto, votar na maioria de esquerda, na maioria PS-PCP que governou o País com os resultados conhecidos.

"É certo que o PS combateu o PC; mas fê-lo quando estava na oposição e, logo que tomou o poder abandonou esse combate, ainda no VI Governo de Pinheiro de Azevedo. E fomos nós que o continuámos: tomámos a sua liderança; que depois do 25 de Novembro viemos pôr como condição a saída do PC do Governo. Está demonstrada, pois, a colaboração entre o PS e o PC, sempre que o PS está no Governo.

"É fundamental, em primeiro lugar, que se vote, porque uma abstenção conta a favor do PC, da manutenção da actual situação de impasse e de domínio; em segundo lugar é preciso que o voto seja esclarecido e importa que as pessoas tenham consciência de que o risco comunista é talvez maior hoje do que 1975. Nesse ano, os comunistas queriam tomar conta do Poder brutalmente e chegaram mesmo a ocupá-lo por alguns meses. Depois do 25 de Novembro houve toda uma linha política de conciliação com o PC. Diziam, até alguns político-militares, que nada se podia fazer sem o PC, que ele era essencial para a democracia e para a construção do socialismo. E o PC, que estava desacreditado, fala hoje com uma

força e uma arrogância maior ainda que aquelas que tinha em 1975. Simplesmente os seus métodos são agora mais sofisticados, mais insidiosos.

"Através dessas conciliações, designadamente de político-militares, o PC vai-se infiltrando e acabará por ser considerado um partido de Poder, se se não conseguir uma nova maioria. E, sem esta nova maioria, continuamos na mesma situação com um sistema económico paralisante da iniciativa privada; absorvente dos dinheiros públicos; vamos ter parte do território nas mãos do PC através da pseudo reforma agrária; ter uma linha de indecisão política de sucessivos governos; uma linha que vai apressar aquilo que os comunistas parecem querer: o regresso a uma ditadura, ou deles ou da direita. E é contra isso que nós todos temos de estar unidos, para atingir a plenitude democrática que ainda não atingimos nem atingiremos enquanto houverem militares na política.

"E aqui entra de novo o problema da autonomia. Sem estabilidade política, sem reforço democrático, sem mudança no sistema económico e social, a autonomia já conseguida não vai poder desenvolver-se.

"Será na conjugação da nova maioria com as maiorias regionais sociais democratas que vão, também por si próprias, influenciar todo este processo nacional, que o País vai encontrar o rumo democrático que lhe prometeram no 25 de Abril, o rumo do desenvolvimento. O rumo que ainda não foi encontrado porque essas promessas não foram cumpridas. Cumpri-las-emos nós".

## **1.42. Entrevista para a "Voz da América" publicado no "Tempo" - 17/10/79**

### **INSÍDIA DO PCP AGRAVA SITUAÇÃO**

Washington (exclusivo da Voz da América/Tempo) - Chegou no último sábado aos Estados Unidos, para uma breve visita, o Dr. Francisco Sá Carneiro, presidente do Partido Social Democrata, que, depois de ter reunido com elementos da Comunidade portuguesa dos Estados de Connecticut e New Jersey, teve na terça-feira uma reunião com representantes dos órgãos de comunicação em Washington. Mais tarde, Sá Carneiro foi recebido na Casa Branca pelo Dr. David Aaron, um dos colaboradores do Conselheiro Presidencial para Assuntos de Segurança Brezinski. Ainda na parte da manhã de terça-feira o Presidente do PSD foi recebido pelo Senador Pell do Estado de Rhode Island, pelo Senador Edward Kennedy e pelo congressista Tony Coelho, da Califórnia, que é luso-americano. Seguiu-se um almoço no Centro de Estudos Internacionais, tendo na tarde de terça-feira, o Dr. Sá Carneiro sido recebido pelo Secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance. O presidente do PSD seguiu no fim do dia para Boston, Massachussets, onde à noite teve um encontro com dirigentes da comunidade portuguesa naquele Estado.

Na quarta-feira de manhã, o Dr. Sá Carneiro reuniu-se com o Cardeal de Boston, D. Humberto de Sousa Medeiros, com quem almoçou.

Na terça-feira à noite, foi ainda entrevistado pela Rádio Voz da América, tendo feito declarações muito importantes que passamos a reproduzir na íntegra:

VOZ DA AMÉRICA - Dr. Sá Carneiro, qual o objectivo da sua visita, neste momento, aos Estados Unidos?

323

DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO - Tal como as visitas anteriores, em 1974 e 1976, esta visita destina-se a ter contactos com a Comunidade Portuguesa nos Estados Unidos, com os órgãos de Informação, especialmente os de língua portuguesa e com autoridades dos Estados Unidos. Tenho mantido regularmente estes contactos, com grande proveito para mim e para o Partido. Ao mesmo tempo, creio também que essas visitas têm servido para manter em contacto a Comunidade com os problemas políticos portugueses.

"VA" - Especificamente, quais os contactos que vai ter com as autoridades do Governo dos Estados Unidos?

F.S.C. - Uma entrevista com o Secretário de Estado Cyrus Vance é o ponto principal dos contactos. Para além disso, a delegação terá alguns outros, mas a entrevista com o Secretário de Estado é o ponto principal dos contactos com a Administração Cárter.

"VA" - E com a Comunidade portuguesa, que está radicada neste País, já teve alguns contactos ou irá tê-los de futuro?

F.S.C. - A visita é muito curta porque o trabalho político em Portugal não me permite alongar estes dias, com pena minha, mas, chegámos no sábado e nesse mesmo dia estivemos em Newark com os portugueses e depois percorremos o Connecticut e estivemos em Bridgeport, Waterbury e Danbury e aí com uma assistência numerosa de portugueses pudemos conversar sobre os problemas políticos do nosso País, e mais uma vez testemunhar o grande interesse que os portugueses que trabalham e vivem nos Estados Unidos dispensam à actualidade nacional e à actualidade política.

Estes trabalhos foram desdobrados graças a várias entrevistas com órgãos de comunicação de língua portuguesa, não só nesta costa como pelo telefone com a Voz dos Açores, da Califórnia. Em Boston teremos um jantar com figuras representativas da Comunidade e com o Cardeal Medeiros, que vou encontrar pela segunda vez e do qual guardo uma alta impressão.

#### **ALIANÇA DEMOCRÁTICA DEFRENTE UMA ESQUERDA CONSERVADORA**

"VA" - Dr. Sá Carneiro, nós gostaríamos que falasse agora sobre as suas previsões acerca do possível resultado das eleições parlamentares do dia 2 de Dezembro.

F.S.C. - Estou confiante na vitória da Aliança Democrática por duas razões fundamentais. Porque este esforço de união e de cooperação entre os partidos democráticos e entre forças democráticas portuguesas que é o caso da Aliança Democrática, resultado de uma proposta do PSD de há longo tempo, para formação de um grande bloco democrático, moderado e reformador, foi finalmente conse-

guido e representa uma alternativa, direi mesmo a única alternativa, a um bloco colectivista de inspiração marxista.

Em segundo lugar, porque estas eleições são decisivas para o futuro do nosso País. Apesar de serem apenas eleições intercalares é em função delas que se vai decidir uma futura candidatura à Presidência da República e que se vão equacionar os problemas das grandes reformas que em 1980 terão a sua cúpula na reforma e na revisão da Constituição.

Neste momento, defrontam-se em Portugal dois projectos claros, assentes em modelos de sociedade diferentes. Pelo nosso lado, um modelo de sociedade aberta, criativa, personalista e humanista. Do outro lado, um modelo de sociedade burocrático, colectivista e estatizante. Este segundo modelo de sociedade, do qual o nosso é o oposto, é partilhado pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista e por outras forças da chamada esquerda portuguesa. E digo da chamada esquerda, porque de facto esta esquerda representa sobretudo um desejo de conservar o que está. Enquanto que o desejo de mudança, de inovação, de progresso e de justiça social está do nosso lado. As coisas estão claras, é uma ou outra maioria, e eu suponho que os portugueses entendem perfeitamente a importância destas eleições, o desafio que elas representam em termos de futuro do País, e corresponderão com o seu voto a esta decisão, que porá fim a um período transitório de ambiguidade, de indefinição, de instabilidade em que temos vivido.

Estas eleições podem de facto ser o caminho da estabilidade e das reformas de que o País necessita para encontrar o verdadeiro rumo democrático que foi prometido em 25 de Abril, mas que ainda não foi conseguido.

#### **COM O PS A ALIANÇA SÓ PODERÁ FAZER ACORDO PARA A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

"VA" - Dr. Sá Carneiro, falou-se em admitir a hipótese de que a Aliança Democrática não consegue a maioria nas próximas eleições intercalares e que o Partido Socialista é, por sua vez, o partido mais votado. Se for esta a situação, não considera viável, um possível acordo, uma possível aliança com o Partido Socialista, pela parte do Partido Social-Democrata?

F.S.C. - Não considero. O PSD tentou por diversas vezes depois de 1976 um acordo de Governo com o PS. Não foi possível consegui-lo porque o Partido Socialista, primeiro, fez a opção de governar sozinho, e, depois, manteve sempre uma linha de conciliação com o Partido Comunista, pelo menos no plano económico e social.

Nós entendemos que só haverá estabilidade no nosso País, só haverá um caminho verdadeiramente democrático, se o PC for combatido por meios democráticos, mas sistematicamente combatido, porque ele tem um projecto de regime político e social incompatível com o nosso. Não tendo sido possível um acordo com o PS, nós conseguimos agregar todo este vasto bloco da Aliança Democrática, assente num acordo público, porque entendemos que tudo isto se deve passar com transparência aos olhos do público e não em jogos de bastidores. E esse acordo manter-se-á até ao fim da legislatura que tenha poderes constituintes, ou seja,

em princípio, até ao fim de 1984. Assim se manterá a Aliança Democrática e é dentro dela que o PSD operará e funcionará. Portanto, está absolutamente excluída qualquer hipótese de acordo do PSD com o PS. A única hipótese que se podia pôr era de acordo da Aliança Democrática com o Partido Socialista. Mesmo essa hipótese, parece-me excluída quanto ao acordo de Governo. Ou nós temos a maioria, ou haverá uma maioria do Partido Socialista e do Partido Comunista. E há que cumprir as decisões do eleitorado. E nós só estaremos no Governo se tivermos a maioria dos deputados da Assembleia da República. Se a não tivermos, tê-la-ão o Partido Socialista e o Partido Comunista e devem assumir as suas responsabilidades, porque de facto os Governos socialistas foram de acordo com o PC, pelo menos no plano económico. As coisas são claras, as opções estão postas e o único acordo que me parece ser possível encarar-se, - da Aliança Democrática e não do PSD - com o PS é um acordo de regime que abranja a revisão da Constituição, não um acordo de Governo,, visto que se tivermos a maioria, nós estaremos no Governo. Se não tivermos a maioria, estaremos na oposição.

"VA" - Poderá o Dr. Sá Carneiro, neste momento revelar possíveis nomes de candidatos à Presidência da República, que o PSD ou mesmo a Aliança Democrática tenciona ou pode apoiar?

F.S.C. - De facto está previsto no nosso acordo, ou no acordo da Aliança Democrática, a apresentação de um candidato comum à Presidência da República. Neste momento não temos o candidato escolhido. Só o escolheremos depois das eleições de 2 de Dezembro, porque entendemos que o resultado dessas eleições tem influência importante na própria escolha do candidato. O PSD já tomou a decisão, no seu Conselho Nacional, de não apoiar a eventual recandidatura do General Ramalho Eanes à Presidência da República. As eleições presidenciais terão lugar em 1980, e o processo eleitoral e a escolha dos candidatos surgirá e desenvolver-se-á a partir, o mais tardar, do princípio do segundo semestre desse ano. Temos portanto tempo, para depois das eleições, tomarmos uma decisão em termos de Aliança Democrática quanto a esse problema.

#### **O PC TEM SIDO O ÚNICO PARTIDO ELOGIADO POR EANES**

"VA"-Poderá o Dr. Sá Carneiro especificar quais os motivos verdadeiros que levam o PSD a opôr-se à reeleição do General Ramalho Eanes como Presidente da República?

F.S.C. - Temos feito críticas ao longo destes anos à actuação do General Ramalho Eanes. Essas críticas aumentaram nos últimos tempos, porque entendemos que essa actuação estava a ser nociva, à democracia e ao País. O General Ramalho Eanes parece ter um projecto pessoal, o que não é de modo nenhum condenável, mas esqueceu, e na última fase negou mesmo, a existência da maioria que o elegeu, que foi uma maioria do Partido Social-Democrata e do CDS e menos do Partido Socialista. É certo que é uma figura militar, que acumula a Presidência da República com o cargo do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, simbolizando, portanto, um poder político-militar. E a linha que ultimamente tem transparecido dessa actuação, é não só uma linha de conciliação com o Partido Comunista, como até de elogio público ao Partido Comunista. Foi o único partido

que o Presidente da República elogiou. Fê-lo numa entrevista ao "Washington Post", em Outubro, final de Setembro, do ano passado; fê-lo novamente numa entrevista ao "Le Monde", e nós discordamos frontalmente dessa orientação. O Partido Comunista que, em 1975, depois do 25 de Novembro, devia ter pago as suas responsabilidades e os actos que praticou contra os interesses do Povo Português, foi tratado como se fosse um partido respeitável, um partido democrático e isso só beneficiou as forças comunistas. Neste momento, a situação é grave e é talvez mais grave do que em 1975, porque enquanto nessa altura o PC tentou tomar com meios brutais o poder em Portugal, ou pelo menos controlá-lo para influenciar a favor de movimentos pró-soviéticos o processo da descolonização, nesta fase a sua actuação tem sido mais subreptícia, mais insidiosa. Mas, o que é certo é que mercê da transigência que os Governos socialistas, primeiro, e o Presidente da República, depois, demonstraram perante o Partido Comunista, designadamente com o actual Governo, o PC está a actuar com uma arrogância absolutamente inadmissível que nem sequer é justificada pela sua percentagem eleitoral. O Partido Comunista neste momento em Portugal está a actuar como se fosse um partido de poder, sem o qual nada é possível. Está a ser tratado assim pelo poder político em Portugal, o que é muito grave. E daí, também a importância destas eleições, porque se a Aliança Democrática não tiver a maioria, não temos ilusões que isso significa um aumento da influência, do controle do Partido Comunista no nosso País. E pode significar mesmo a existência de um terceiro pacto de poder militar com forças políticas da chamada esquerda. O 1.º pacto de Partidos/MFA foi o pacto da Assembleia do MFA; o 2.º pacto, depois do 25 de Novembro, e já com o General Ramalho Eanes, Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi o pacto do Conselho da Revolução. Se não houver estabilidade política através de uma maioria da Aliança Democrática, o País poderá ser encarado aberta ou veladamente para uma espécie de 3.º pacto que será no fundo um pacto, um acordo de regime entre o Partido Comunista e outras forças que o acompanham e um certo poder político-militar, que pode ser um pacto de presidencialismo militar. Isto significaria a manutenção do actual sistema económico e social, com todos os inconvenientes que daí derivam e isso significaria uma linha favorável aos interesses soviéticos".

#### **O VOTO NA ALIANÇA DEMOCRÁTICA É UM DESAFIO AO REGIME POLÍTICO-MILITAR**

E é por sentir tudo isto, que nós nos empenhamos a fundo nestas eleições através da Aliança Democrática. É um desafio ao regime que está posto Regime democrático que não foi ainda conseguido plenamente em Portugal, visto que existe ainda um Conselho da Revolução representando um poder político-militar, um poder não eleito, portanto. Este período transitório tem de acabar rapidamente, temos de encarar rapidamente as grandes reformas que nos aproximem da Europa do Mercado Comum, e isto só pode ser feito através de uma maioria da Aliança Democrática. A alternativa é o aumento da influência do Partido Comunista. É de facto o controle do poder pelo Partido Comunista.

"VA"- Para terminar, gostaríamos que o Dr. Sá Carneiro nos dissesse se na hipótese de o PSD receber, em percentagem de votos, menor número do que ac-



oneteceu nas últimas eleições. Isso daria aso ao seu afastamento da vida política portuguesa?

F.S.C. - Empenhei-me com o meu partido neste projecto da Aliança Democrática, no grande bloco moderado e reformador. Se o eleitorado nos der a sua confiança através da sua maioria, sentir-me-ei muito satisfeito; se não nos der nestas eleições, continuarei a lutar e a insistir neste projecto nas eleições de 1980. E em 1980., tirarei as conclusões do voto do eleitorado. Entendo que os políticos devem fazer todos os esforços para servir o seu País, devem inclusive, como nós fizemos, partidos e forças da Aliança Democrática, sacrificar os legítimos interesses partidários ao interesse nacional, apresentando uma proposta de frente democrática ao eleitorado e se o eleitorado, por duas vezes consecutivas, a rejeitar é porque prefere outros rumos, e, nesses outros rumos, eu não tenciono participar, porque representariam a conciliação com o Partido Comunista, representariam uma revisão da Constituição de acordo com o Partido Comunista. Mas, tudo isto, digo-o para não me furtar a responder à sua pergunta, porque estou convicto que o eleitorado, agora como em 1980, dará a maioria dos deputados à Aliança Democrática.

### **1.43. Discurso na apresentação dos candidatos da A. D. - 31/10/79**

#### **OS PORTUGUESES IRÃO ESCOLHER UM GOVERNO E NÃO UM PARTIDO**

"Os portugueses irão escolher um Governo e não um Partido" nas próximas eleições legislativas, reafirmou, no domingo, Sá Carneiro, no decorrer de uma conferência de Imprensa, cujo objectivo foi a apresentação dos candidatos da Aliança Democrática às referidas eleições e na qual estiveram presentes os dirigentes dos restantes partidos que a integram: Freitas do Amaral e Ribeiro Teles, bem como Medeiros Ferreira, pelos reformadores.

A conferência decorreu no encerramento do Seminário dos candidatos da Aliança Democrática.

Sá Carneiro afirmou que se a Aliança obtiver a maioria dos mandatos de deputados, o Governo a formar "será numa perspectiva de serviço e o mais competente possível, aquele que possa prestar melhor serviço ao País". Instado sobre a eventualidade de o PSD, no caso de a AD não conseguir obter a maioria absoluta no Parlamento, vir a formar Governo com o PS, o líder social-democrata adiantou que "nem a AD nem o PSD prevêm quaisquer acordos com o PS", adiantando: "Está previsto unicamente um acordo de regime com o PS quanto à revisão da Constituição e no que se refere à apresentação do próximo candidato às eleições presidenciais".

"Lá que o PS acenou, é verdade. Acenou bastante, mas estamos face a uma clarificação política e os socialistas estão apostados num Governo minoritário com o apoio dos comunistas, apesar de não oferecerem uma alternativa de maioria" - continuou o líder social-democrata, sublinhando que o seu partido "só formará Governo no âmbito da AD", pois "estas eleições não permitem mais ambigui-

dades". A AD "está preparada para governar o País e para executar aquilo que propõe".

Sobre a forma como o actual executivo vem conduzindo a preparação dos próximos actos eleitorais, Sá Carneiro considerou que a mesma "tem sido feita de forma insatisfatória e com aspectos negativos,, especialmente no que se refere à RTP, RDP e "A Capital". "É inadmissível - prosseguiu -, que numa empresa estatizada, os membros do conselho de administração sejam demitidos quando não estão de acordo com o seu presidente". A este propósito, Freitas do Amaral não quis deixar de aludir à "forma sintomática, atentória da dignidade e da liberdade como a RTP-1 apresentou o comício-desfile da Aliança Democrática".

"A Aliança Democrática limitar-se-á a aplicar a lei" - disse ainda Sá Carneiro, questionado sobre a hipótese de os comunistas desencadearem, greves e provocarem outras formas de agitação social contra a AD no caso de esta ganhar as eleições". A Aliança Democrática "praticará uma política de respeito e consenso social, mas combaterá a instrumentalização dos sindicatos por parte de forças políticas", disse ainda.

Por seu lado falando sobre o relançamento da economia portuguesa, Freitas do Amaral afirmou que a AD entende que a lei de delimitação entre o sector público e privado deve ser revista, pois "o papel do Estado na economia tem limites". Adiantou, ainda, que no seu programa, a AD prevê que sejam criadas empresas privadas onde o Estado actua isoladamente - casos da banca estatizada e dos seguros. "Não é possível arrancar a nossa economia sem dar prioridade ao sector privado - concluiu.

A revisão da lei eleitoral também mereceu algumas considerações da parte do presidente do CDS, o qual afirmou que a instauração do voto obrigatório é um dos pontos já previstos, bem como a reconstituição do círculo eleitoral de Macau e a possibilidade de o método de Hondt, "muito discutido e discutível" vir a ser substituído. Ribeiro Teles, falando sobre urbanismo, um "problema muito difícil, que tem de ser encarado com autenticidade e realidade e resolvido em plano integrado", disse ser aquele essencial para o desenvolvimento social e cultural.

## **1.44. Discurso no Comício da AD - 31/10/79**

### **É INDISPENSÁVEL QUE O PODER DE COMPRA SEJA TAMBÉM DEFENDIDO PELA REDUÇÃO DOS IMPOSTOS**

Meus caros amigos: Como político, como democrata, como presidente do PSD, como membro da Aliança Democrática, mas, acima de tudo, como português, tenho o maior orgulho em, hoje e aqui, falar para um auditório de centristas, de popular-monárquicos, de reformadores e de sociais-democratas, e de tantas e tantas pessoas sem partido que ocorreram a esta nossa manifestação.

Porque viemos à rua, nós, dezenas de milhar de pessoas? Perante um tempo incerto, com um País descoroadoado, reunimo-nos nesta mole imensa simultaneamente para consagrar um evento, para arrancar para uma solução. Consagrar o

evento que é a unidade democrática consubstanciada na Aliança. Há seis meses atrás quantos não encarávamos o futuro com desespero, não comentávamos para os amigos e não ouvíamos comentar à nossa volta: "Não há nada a fazer, as eleições não vão resolver nada, porque os partidos não se entendem"? Há seis meses atrás! - E hoje o que vemos? Esta manifestação colossal, o reafirmar de confiança nos políticos e nos partidos que souberam, sabem e saberão entender-se O renascer de uma esperança nova no futuro no nosso País.

É isto a Aliança Democrática!

Quem quer que aqui esteja hoje não pode deixar de comover-se perante esta manifestação, perante o que ela significa, perante o que ela promete. Ela significa a compreensão de uma população já desesperançada, perante um esforço de unidade democrática; cada partido e cada movimento, mantendo a sua personalidade e a sua individualidade, une-se à volta de um projecto comum - um projecto acima de tudo português, um projecto acima de tudo de melhoria das condições de vida dos portugueses.

Esta manifestação não cabe nestas praças e nestas ruas e transborda do nosso País. E assim tem de ser entendida - e assim é entendida - pela Aliança Democrática a Nação Portuguesa: não apenas este pequeno rectângulo de 90 000 km<sup>2</sup> mais as Ilhas Atlânticas, mas a Nação que é um Povo que trabalha e que vive espalhado pelos quatro cantos do mundo. É assim que temos de ser pensados, é assim que temos de agir!

Um povo espalhado, mas esforços congregados num objectivo comum, que vem de longe, que vem de séculos: a perpetuação, o engrandecimento do nome de Portugal, melhores condições de vida para o Povo Português. E para isso precisamos, como condição prévia indispensável, da maioria da Aliança Democrática; só uma maioria da Aliança Democrática pode assegurar ao País a estabilidade política de que ele carece para enfrentar as enormes dificuldades com que vive e para mudar a presente situação. Estabilidade política para um Governo maioritário - um Governo da Aliança Democrática.

#### **O GOVERNO DA AD RESPEITARÁ O PR**

Mas como será esse Governo? Como se relacionará com os restantes órgãos de soberania? Quais são os seus objectivos imediatos? O Governo será formado pela Aliança Democrática, de harmonia com os interesses dos portugueses, procurando reunir as pessoas mais capazes, mais qualificadas e melhores para ocuparem determinados lugares - e não de harmonia com os interesses dos partidos. E será composto numa perspectiva de serviço e não de partilha de poder, não de ocupação de cargos e de pastas pelos diversos partidos. Será um Governo homogéneo, porque é comum o esforço que o anima, é comum a maioria que o apoia no Parlamento, é comum o Programa que vai executar.

Um Governo cujos partidos principais - o CDS e o PSD - já disseram ao actual Presidente da República que não apoiarão a sua eventual recandidatura, que terão um candidato comum à Presidência da República. Mas a Aliança Democrática e o seu Governo respeitarão, inteiramente o Presidente da República em exercício

enquanto ele estiver em funções. Poderão não concordar com o candidato Ramalho Eanes, poderão discordar do Presidente da República, mas o Presidente da República, como órgão de soberania, contará com o respeito e cooperação leal do Governo da Aliança Democrática.

O Governo da Aliança Democrática assumirá em pleno as funções, ou seja, não deixará que nenhum outro órgão de soberania exerça poderes que, pela Constituição e pela Lei, pertençam ao Governo. E assim, ao contrário do que se passou nos Governos anteriores, designadamente nos Governos do Dr. Mário Soares, não verão os portugueses noticiado nos jornais que o sr. ministro tal ou tal estiveram a despachar com o sr. Presidente da República assuntos correntes da Administração Pública; no Governo da Aliança Democrática, é o primeiro-ministro que trata com o Presidente da República e são os ministros que trabalham com o primeiro-ministro!

#### **A AD COMBATERÁ DEMOCRÁTICA MAS SISTEMATICAMENTE O COMUNISMO**

O Governo da Aliança Democrática, apoiado pela maioria do Parlamento, procurará dar todo o apoio para que a acção da Assembleia da República e o trabalho dos deputados possam ser desenvolvidos em condições de dignidade, de prestígio e de eficácia. E no âmbito da Assembleia da República, no âmbito parlamentar, que um Governo da Aliança Democrática efectuará o diálogo com os demais partidos. Mas a maioria da Aliança e o seu Governo distinguirão muito cuidadosamente os partidos democráticos daqueles que, pelo seu plano e pelo seu objectivo, o não são. O Governo e a maioria da Aliança Democrática combaterão sistematicamente, mas por meios democráticos e com respeito pela liberdade, o Partido Comunista Português e o seu projecto. Fá-lo-ão tanto mais e tanto melhor quanto o farão pelo caminho das realizações, pelo caminho positivo da melhoria da situação económica dos portugueses.

É isso que não convém ao Partido Comunista Português, ao seu projecto totalitário: é que os portugueses melhorem a sua condição de vida. E é isso que nós queremos, é esse um essencial combate ao designio totalitário do comunismo - é melhorar a situação económica e social é combater o desemprego, é defender o poder de compra, é criar, em suma, melhores condições de vida para a Nação que somos. E será esse o nosso caminho, sem hesitações, sem contemplações - porque a Lei não se discute, cumpre-se e aplica-se com rigor, seja qual for o infractor, venham de onde vierem as ameaças.

O Governo da Aliança Democrática será um Governo de abertura e de diálogo, antes das tomadas de decisões, sem prejuízo da sua rapidez, e antes da feitura das leis, mas, depois das decisões tomadas e das leis feitas, não há diálogo quanto ao seu cumprimento, há apenas a sua execução, o diálogo é anterior.

#### **A AD NÃO CONSENTIRÁ QUE O CR INTERFIRA NO GOVERNO**

A Aliança Democrática tem como ponto também fundamental do seu Programa um projecto de revisão da Constituição, no qual se terminará com o Conselho da Revolução sem o substituir por nenhum órgão político-militar. Mas o Governo da

Aliança Democrática, enquanto o Conselho da Revolução existir, respeitá-lo-á, como órgão de soberania que é, contemplado na Constituição. E exigirá do mesmo Conselho igual respeito e nenhuma interferência - que não consentirá, seja ela em política interna, seja em política externa. O primeiro-ministro da Aliança Democrática não irá ao Conselho da Revolução fazer exposições sobre a situação. O Conselho da Revolução funciona junto do Presidente da República e no seu âmbito - não no âmbito do Governo.

O Governo da Aliança Democrática também não consentirá que, em política externa, se invada a sua esfera: a condução da política externa portuguesa pertence ao Governo. O Governo da Aliança respeitará as três competências que o art.º 138 da Constituição confere ao Presidente da República, ou seja: a competência de designar representantes diplomáticos portugueses por proposta do Governo e de acreditar representantes diplomáticos estrangeiros, a competência de assinar tratados, depois de ratificados, e a competência para declarar a guerra e fazer a paz. Mas estas são as três competências da política externa do Presidente da República - tudo o mais pertence ao Governo da Aliança Democrática.

Depois de vos apresentar estes rápidos tópicos sobre as relações do Governo da Aliança Democrática com os demais órgãos de soberania, dir-vos-ei também que a tarefa que nos incumbe vai ser, depois das eleições, exercida no escasso prazo de cerca de 10 meses. Não prometemos - o que seria impossível, seria demagógico prometé-lo - mudar tudo nesses meses. A nossa atenção, neste período que se segue ao dia 2 de Dezembro, concentrar-se-á nos problemas mais urgentes e dará prioridade aos problemas económicos e sociais. É aí que temos de concentrar a acção do Governo durante essa primeira fase. Simultaneamente, no Parlamento, a maioria da Aliança, em consonância com o seu Governo, modificará leis fundamentais, tais como as leis económicas e eleitorais.

Mas é aos aspectos económicos e sociais que o Governo tem de dar especial atenção, porque a situação é altamente preocupante. Desde logo, a situação de Portugal, em relação aos demais países da Europa: temos metade do rendimento por cabeça que tem a Grécia - estamos com 1800 dólares por cabeça e a Grécia com 3500 dólares, enquanto a Espanha está com 4000 dólares por cabeça. (E falo em dólares porque essa é a expressão das estatísticas internacionais). Temos de fazer um esforço de produtividade, de trabalho, de criação de riqueza, de investimento e distribuição justa de riqueza. E esse esforço impõe ao Estado que reduza as suas despesas; já ouvimos os vários Governos falar disto, era mesmo um objectivo prioritário para este ano. Pois o défice corrente do Orçamento Corrente do Estado vai ser este ano, provavelmente, igual ao do ano passado: 30 milhões de contos. E o défice do Orçamento Administrativo Geral do Estado, excluindo o sector empresarial do Estado, monta a 110 milhões de contos num ano. Ao mesmo tempo que vemos o consumo público aumentar - e aumentará, este ano, em cerca de 6% -, o consumo privado está estagnado, não deverá ter este ano qualquer aumento. O poder de compra dos portugueses vai diminuindo, à marcha alegre das lutas ideológicas e das nacionalizações do 11 de Março... Diminuiu o poder de compra (ou seja, os salários reais), em 1977, 7%; em 1978, 5% e este ano deverá diminuir 6%. É indispensável parar esta hemorragia que sangra as pessoas e as economias domésticas, que se chama diminuição dos salários reais,

diminuição do poder de compra e simultaneamente a hemorragia dos gastos públicos. Os trabalhadores portugueses sabem hoje, por experiência própria, que o aumento constante e indiscriminado dos salários nem sempre significa melhores condições de vida.

### **O ESTADO TEM DE EQUILIBRAR O SECTOR PÚBLICO**

A política da Aliança Democrática tem de ser uma política aberta e flexível. Tem de se deixar, a cada sector, a cada empresa, encontrar o seu equilíbrio. O Estado tem de impor equilíbrio ao seu sector, ao seu sector empresarial do Estado.

É indispensável que o poder de compra seja também defendido pela redução dos impostos. E aqui vem imediatamente a pergunta: se os défices públicos são tão grandes, se a situação do País é tão má, pode o sector público, pode o Estado, continuar a funcionar reduzindo os impostos? - E nós dizemos: Pode, se houver austeridade pública, se houver uma boa gestão da Coisa Pública, se houve efectiva cobrança das receitas. Porque temos de facto taxas aparentemente muito progressivas, muito altas de impostos, nalguns casos as maiores da Europa - e contudo há mais de 10 milhões por ano que o Estado não consegue cobrar de receitas, tanto em impostos como em receitas patrimoniais.

A gestão que tem sido feita pelo Estado é uma gestão camuflada com razões ideológicas e que de facto tem redundado em aumento da inflação e de desemprego em piores condições de vida.

### **A ARRANCADA DA ESPERANÇA**

Meus amigos, este não é um panorama animador, mas é o panorama real do País. Mas nós reunimo-nos e apelamos ao voto dos portugueses porque sentimos que com o esforço e o trabalho de todos, com estabilidade que tem faltado, com uma linha clara, que aposte no trabalho e no esforço nacional, que aposte na liberalização da economia como meio de investimento e não como meio de domínio; como meio de criação de postos de trabalho e de criação de riqueza, e não como meio de opressão dos trabalhadores - que nunca pode ser. Estamos convencidos de que, neste caminho, é possível e é realizável sair desta situação, a caminho de um futuro melhor, que se chama integração de Portugal na Europa, mas não só - que se chama reencontro de Portugal consigo próprio, com a sua dimensão económica, social e cultural.

E eis no fundo o que nós hoje também celebramos. É essa esperança que nós hoje aqui celebramos. Os políticos fizeram o que puderam. Os políticos, os partidos e os movimentos que nós somos uniram-se na Aliança Democrática. Apresentaram uma proposta aos portugueses que é uma proposta clara, que é uma proposta pública, que resultou de um acordo público e nunca de compromissos ou de arranjos de bastidores; que é uma proposta, estamos convencidos todos que aqui viemos a esta festa da Aliança Democrática, uma proposta que serve os interesses do País e que o País acolherá. Batemo-nos com denodo para que esta proposta chegue aos eleitores, seja por eles compreendida, para que, seja aceite e para que, no dia 2 de Dezembro, os portugueses acorram a votar compreendendo que se joga nestas eleições o futuro imediato e a prazo do País, votem efectivamente

em quem os respeita, em quem respeita os seus interesses e os procura defender, em quem está disposto a servi-los e não a servir-se deles; em quem, como portugueses da nossa geração, entende que o desafio que enfrentamos é um desafio aos homens e mulheres de Portugal, que, fartos de instabilidade como fartos estiveram da opressão e domínio anteriores ao 25 de Abril, querem efectivamente qualquer coisa de novo, querem efectivamente a mudança da sociedade portuguesa para melhor, querem efectivamente escolher um Governo.

Porque aqui está, finalmente, o sentido imediato destas eleições: é que, enquanto nas anteriores eleições, os portugueses eram chamados a votar num partido, sem saber que Governo iam escolher, nestas eleições de 2 de Dezembro os portugueses sabem com clareza que ou escolhem um Governo da Aliança Democrática, com o Programa que acabei de mencionar e que foi desenvolvido pelos oradores que me antecederam, ou escolhem um Governo do Partido Socialista. Partido Socialista que não oferece, nem pode oferecer aos portugueses, uma alternativa de maioria, pois muito provavelmente quererá continuar a ser Governo minoritário, com o apoio parlamentar do PC.

Eis que, meus amigos, por último o sentido da nossa festa, é uma arrancada de esperança, porque é uma caminhada de confiança nos portugueses e nas nossas forças. É uma marcha de confiança nesta velha Nação que somos, nesta nova Nação que queremos ser, em termos de progresso e de justiça social. É uma aposta de confiança, porque é uma aposta clara concreta e positiva: ou um Governo de mudança, ou um Governo de manutenção do que está. E é por isso que daqui saímos, todos, mais reconfortados, mais entusiasmados, certos de que a marcha que nos conduziu aqui, o esforço que produziu a Aliança Democrática, será de facto, até ao 2 de Dezembro e depois dele, o caminho da vitória do Portugal novo, da nova maioria da estabilidade, da justiça social.

Viva Portugal!

## **1.45. Entrevista ao "Expresso" - 03/11/79**

O problema com ele, é que nunca se sabe até onde pode ir, e, porventura mais inquietante, em que direcção vai a (sua) onda.

Mais determinado do que nunca, Francisco Sá Carneiro, 45 anos, presidente do PSD e autor da Aliança Democrática, vai, mais uma vez, mergulhar de cabeça.

Nada parece afligi-lo: nem a água que terá de engolir para mergulhar, nem os (inevitáveis) golpes de rins que fará, para acertar no mergulho.

A onda que ele envolve de dinamismo e de força, chama-se, desta vez, mudança.

Foi sobre o sentido, o peso e a possibilidade dessa mudança que ele falou longamente ao EXPRESSO, aparentando uma segurança e uma forma "à prova de tudo"...

Maria João Avillez

### **AS COISAS PELO SEU NOME**

Abre a porta do seu gabinete e antes que eu tenha tempo para dizer qualquer coisa, exclama:

"Não estou de roupão e chinelos". Ri.

Deste modo, algo revelador, faz-me notar que lera a reportagem com Mário Soares. Revelador porque me permitirá manter a dúvida sobre se percebeu que, na maneira como o secretário-geral do PS me recebeu há dias em sua casa, e no tom imprimido à conversa que com ele mantive, residirá afinal uma das grandes linhas de força de Soares... (Conversa impossível, quase que aposto, de ser igualável com qualquer outro líder político em Portugal.) Porque é que não gosta de jornalistas? Dá sempre a impressão de querer sacudi-los como se fossem moscas que os estivessem a incomodar...

"Mas onde é que foi buscar essa ideia? Dou-me muito bem com os jornalistas! Nem sequer é verdade que não goste deles! O que não tenho é paciência para repetir coisas óbvias, fazer propaganda, falar de mim. Mas tive sempre bons contactos com eles!"

Especifica algo que já nem me lembro:

"Antes do 25 de Abril já era assim." E acrescenta: "Depois também, claro!"

Não gosta de falar de si, disse. No entanto, é uma personalidade controversa, feita de todos aqueles adjectivos que se usam já maquinalmente a seu respeito: instável, com saltos de humor, caprichoso, ateando fogueiras e polémicas. Como é afinal? Identifica-se com todas estas palavras?

"Dizem que sou intratável, instável, já sei, tudo o que disse... O que é que quer que eu faça?"

Não parece nada convencido. Insisto para que diga se os adjectivos correspondem à sua maneira de ser. Não é impunemente que se é continuamente apelidado de certas coisas...

"Não! O que sou é directo! E determinado. Digo as coisas pelo seu nome". Parece querer ficar por ali. Insisto:

"Excessivo? Não!" Depois de uma pausa:

"Reconheço que tenho um estilo próprio..."

Já é qualquer coisa! Feito de quê? Como o definiria?

"Ah! Não falo de mim! Para quê definir-me? O que interessa é viver a vida, estar atento e poder satisfazer a curiosidade, fazer coisas..."

Não está interessado em concretizar, nem muito menos em concretizar-se. Carrega numa nova imagem de marca e passa ao lado da questão. Digo-lhe isso mesmo.

Taxativo: "É que é ridículo andar à roda do meu próprio umbigo, com descrições e definições... Preocupo-me pouco com a minha imagem..." Ah!



Num repente: "E destesto adjectivos! Empolam a linguagem, tornam-na pretenciosa".

Foge, mais uma vez:

"Usamos adjectivos a mais. O que, aliás, talvez sirva para encobrir a nossa capacidade de não conseguirmos fazer as coisas..."

**"O MEU SCORE NÃO É MAU!"**

O que interessa é fazer as coisas, disse. Mas falou também na incapacidade portuguesa de as conseguir... Então como é? Onde se situa? Há quem diga que você não ganha nunca, ou melhor que é um antiganhador por excelência, porque...

"Tenho algumas provas dadas, é inegável. O "score" não é mau..."

Como por exemplo?

"Tenho o partido formado, o que apesar da minha doença, das crises que houve, dos tumultos, da minha ausência da sua direcção, de sobressaltos... não é mau. A Aliança está constituída. Há boas perspectivas de mudança, de um outro futuro para Portugal. Isto quer dizer alguma coisa".

Mas diz-se que você aparece sempre cedo demais, a denunciar aquilo que na sua maneira de ver está errado, que corre muito e nada acontece depois... Uma espécie de "muito barulho para nada". Em política, há um "timing" para tudo, mas toda a sua actuação desmente esse "timing"...

Ri. "As minhas actuações... Quantas vezes já se disse a meu respeito que "Sá Carneiro acabou!" Já fui dado, várias vezes, irremediavelmente perdido para a política! No tempo de Marcelo, na crise Palma Carlos, depois das eleições de 76, em 77 quando criticava Eanes, etc".

E então?

"Perante todos esses comentários eu dizia sempre para mim próprio "talvez, talvez..." Depois ria para mim próprio e continuava. E o certo é que alguma coisa foi acontecendo. Claro que há um "timing" em política, mas também reconheço que não perdi nada em ir dizendo cedo demais que as coisas, na minha opinião, não estavam certas!"

Não é, portanto, um antiganhador?

"Já lhe disse que tenho algumas provas dadas, de que a última, a AD, não só não é a menos importante, como demonstra a minha capacidade de realização, de trabalho".

O que é a AD para si? Tudo? Pelo menos como fala...

"Politicamente, a minha maior aposta de sempre. Da vitória da AD pode depender o futuro de Portugal... daí a amplitude e o peso da aposta. Dessa vitória, agora ou em oitenta depende inclusivamente o meu próprio futuro político..."

Vamos por partes... O futuro de Portugal depende da vitória da AD, diz. Qual futuro? No fundo, o futuro que a AD veicula e deseja...

"A AD traz em si a mudança. E com ela, uma perspectiva de futuro melhor, com outro significado. Um futuro certamente diferente daquele que teremos se tudo continuar na mesma..."

**"APENAS O ELEITORADO ME TRAVARA!"**

Parece completamente empolgado e a correr atrás de si próprio: do seu entusiasmo, do seu fôlego, da sua determinação. Dá a impressão de que nada o poderá travar. Nada?

"O eleitorado. A Aliança vai-lhe oferecer um projecto novo para Portugal, onde a palavra mudança é determinante. Vamos dizer o que somos capazes de fazer. Se por duas vezes disserem que não a esta novidade, é porque de facto não querem este projecto... que ele não serve. É um risco. Mas a democracia não é nem mais nem menos do que isso. O eleitorado é que manda! Eu tirarei daí as devidas consequências..."

Já foi, mais de uma vez e voltou de cada vez...

"Agora seria definitivo! Porque o meu objectivo estratégico não teria sido conseguido... Viria outro líder, o partido seguiria sem mim."

Seria capaz, de o fazer, de facto?

Claro que sim! Mal de mim... Se eu não fosse capaz de ter outros interesses, outra vida, criar outras possibilidades, estava destruído como homem..."

**NÃO ACABAR COM O CARLOS DAMAIA**

Voltando atrás: não tem dúvidas, ou parece não ter, que a AD é a melhor do mundo e que traz em si como que uma poção mágica para resolver...

"Não, não é isso. É algo muito mais importante, que eu de resto já frisei hoje, aqui nesta conversa. O que a AD traz é a mudança..."

Sim, sim, mas qual?

"As pessoas o que querem e cada vez mais, é ver os seus problemas resolvidos, e com pragmatismo. E ou se é capaz de trazer uma resposta, ou não? Se não somos, acabamos como o Carlos da Maia a comer paio com ervilhas... O que está em causa é um desafio de geração... e é isso que me faz precisamente correr em política. Transformar Portugal num país como há muito não somos. Mas fazê-lo numa perspectiva europeia. É por isso que digo que os desafios, a mudança, estão hoje na Aliança..."

Há quem diga que a direita é aqui, tão estúpida como a esquerda... O que o faz crer, a si, que será melhor à frente de um país, do que outros? Melhor, por exemplo, que a esquerda que parece vir sempre ao de cima, nesta conversa, como se fosse a sua "bete noir?"

"Não há uma raça de direita nem de esquerda... O que há é uma escolha entre o fim da conciliação - fim esse que abrirá o caminho da mudança e do desafio - e entre o manter do "status quo", do conservar o que está, do deixar andar... Olhe, do conciliar até à exaustão...!"

Insiste no tema, como quem carrega no acelerador:

"Aqui, não há volta a dar-lhe: quem quiser a mudança, vota em nós: quem quiser o que está, vota no PS ou no PCP".

E como se faz tudo isso?... Posso dizer-lhe que são palavras...

"A AD está perfeitamente abalizada para se apresentar como Governo ao País. Temos um programa de Governo. Temos uma linha de actuação que seguiremos até ao fim, baseada naquilo que é preciso mudar e na melhor maneira de o fazer..."

### **TÓNICO**

Um "sonho" que pode estar envenenado... Há pessoas que vão querer fatalmente apanhar esse comboio, com desígnios e intenções que poderão não ser as suas. Voltar ao 24 de Abril, por exemplo... Por outro lado, fala-se do seu radicalismo, diz-se que, no fundo, a sua natureza é revanchista e que vai ser difícil dominá-lo em caso de vitória... Dominá-lo, a si, particularmente...

Ri... "Eu sei, diz-se. Mas o problema tem de ser posto de outra maneira. Claro que a escolha não é entre o 25 de Abril e o 24... A escolha é entre o 25 de Abril e o 11 de Março. Aí, nessa opção é que tudo reside para mim! Quanto a eu ser revanchista, respondo-lhe que talvez estejam a confundir com determinação... Voltar ao 24 de Abril com a AD? É um absurdo..."

Será. Mas não pode negar que, entre os votantes potenciais da AD e mesmo entre as suas fileiras, haveria quem não desgostasse... Ou melhor, quem aposte nisso...

"A mancha de pessoas que eventualmente o desejam não é significativa..."

Porquê? Vão votar no PDC?

"O PDC não nos roubará votos, irá buscá-los à abstenção... Além disso, acho bem que apareça à nossa direita, um partido. Isso situa a AD no centro..."

O centro, em política, faz algum sentido?

"A política é dinâmica... é um espaço a cobrir dinamicamente, nada é estático. Em qualquer caso, não me impressionam classificações desse género! Dizer direita, centro ou esquerda é cómodo mas é artificial... tem pouca correspondência com a realidade portuguesa. O país real, felizmente, está curado disso. Os políticos é que não! O país real quer coisas práticas, ver as questões resolvidas com pragmatismo e eficácia. Quer o fim da total instabilidade que se verifica há uns anos, na sociedade portuguesa..."

Não exageremos... Haverá um ou outro caso de instabilidade, mas onde é que tem agitação social, factores de perturbação que alterem a ordem?

"Eu falava de instabilidade a prazo, você provavelmente de convulsões internas... Há um sentimento de angústia, de desconforto pelo amanhã... As pessoas podem legitimamente interrogar-se: que futuro para os meus filhos? Que saída para a geração seguinte?" E a AD tem uma resposta?...

"Tem, sob a forma da mudança que lhe falei. De uma proposta que sendo baseada no trabalho, acaba também com as ambiguidades e conciliações..."

Digo-lhe que me faz lembrar um tónico. Daqueles que se dão às crianças para ficarem gordas, coradas e saudáveis...

"Um tónico?" Fica espantadíssimo:

"Porquê?"

Porque me está a injectar de palavras desde que cheguei: palavras fortes como as vitaminas: desafio, aposta, mudança... Ligeira marcha atrás:

"Ah! Mas não confunda isso, com optimismos estúpidos ou triunfalismos descabidos... O que nos propomos é um Governo capaz de modificar o nosso País com uma eficácia que lhe voltará a dar o seu sentido. O Programa de Governo constitui uma prova disso, desses factos. Temos um projecto de revisão constitucional, teremos um candidato comum à Presidência da República... Daí eu dizer que estas eleições são muito mais importantes que as de oitenta porque condicionam as presidenciais..."

Onde está esse candidato?

"Isso agora não é o ponto importante..."

Também é...

"Não. Porque as suas condições políticas estão traçadas, depois o nome se verá..."

Quais condições?

"Será alguém sintonizado com a AD. Acabaram-se os Presidentes suprapartidários. O candidato da AD terá os seus princípios políticos em sintonia com os nossos. Depois das próximas eleições e em função dos seus resultados se verá quem melhor pode preencher estas condições..."

#### **UMA AD À PROVA DE BALA**

Não teme, apesar de tudo, desse optimismo, dessa confiança, pela fragilidade da sua AD?

"Em primeiro lugar a AD não é minha! É de todos!"

Consta que é o chefe, o líder número um...

"Não, trata-se de uma liderança conjunta. Está lá muito de mim, mas não fui só eu... Frágil a AD?"

Avisa, com um ar quase ameaçador...

"Ilude-se quem apostar na fragilidade da AD. Durará até oitenta e quatro. Pode ser cobiçada, ser alvo de tentativas divisionistas, por parte do PS, etc. A AD está precavida contra todos os riscos..."

É à prova de bala, em suma...

"A prova de bala política, com certeza..." Ri.

Porque falou nas tentativas divisionistas do PS? A que propósito? No fundo há uma certa nostalgia em si, em relação ao PS? Em relação a tudo o que poderia ter feito com Mário Soares e os socialistas e que afinal não fez...

"Quando eu, há um ano, falava da constituição de um grande bloco moderado, seria também com o PS. Havia a necessidade de um grande acordo com todos os partidos democráticos! O PS rejeitou essa perspectiva, disse que não. Não quis, por exemplo apostar numa economia livre integrada numa sociedade mais justa..."

Não foi só o PS. O Presidente, que era suposto liderar esse bloco, também não quis...

"Não quis, é um facto".

Volta ao PS, dando claramente a entender que o PS para si é ainda um "perigo", real, uma hipótese mais perigosa, ou melhor, mais determinante do que Eanes... O Presidente, para Sá Carneiro, já lá vai! O PS, está.

"O que é inegável é que foi o PS que não quis... Ainda no princípio deste ano, o PS rejeitou qualquer compromisso pré-eleitoral de Governo connosco. Em Fevereiro, eu disse num comício, em Faro, que era possível transferir para o plano político, o que se passava no plano sindical, com a UGT".

#### **MUDANÇA CONTRA CONCILIAÇÃO**

Parece lançado a dardejear o PS. Para si, o PS foi o culpado. Nunca há apenas um culpado... E o PSD?

Faço-lhe a pergunta, directamente. Não hesita na resposta:

"Pela nossa parte, exigimos um corte do PS com o PCP. Os socialistas não quiseram. O que querem, sempre, é a conciliação. A AD, com este PS não teria sido possível. O PS simboliza a continuidade e não a aposta numa mudança moderada e europeia. Na mudança que propomos! E digo mais: A AD vai abranger, no seu eleitorado, aqueles que, no PS, - que são uma larga camada, - querem o corte com o PCP..."

Mário Soares disse-me o contrário, há dias: que será o PS quem irá apanhar os moderados do centro que não querem embarcar na aventura da AD...

"Não", diz apenas.

Hesita:

"Ai, gostaria de fugir a toda a propaganda política... Mas o certo é que o PS se afastou da social-democracia, do eleitorado de centro esquerda, que já foi o seu e não voltará a ser! Porque é a AD, quem, com mais garantias, representa hoje isso!"

Se perder... tudo isso serão palavras...

"Não".

Não?

"Não haverá qualquer acordo de Governo com o PS, se é aí que quer chegar! Temos um papel assinado..."

Já sei. Entrevistei há dias (enquanto estava na América), o Prof. Diogo Freitas do Amaral, que já me disse isso...

"Esse papel não se compadece com a continuidade, nem com a conciliação com o PC que representaria um acordo de Governo com o PS, ou fosse o que fosse com o PS..."

Os papéis mudam-se...

"Não, nem as palavras! É por isso que os políticos estão desacreditados! É porque não se cumpre o que se diz..."

Você, não o está?

"É possível que esteja desacreditado... nalguns sectores..."

Quais?

"Naqueles que não querem ter problemas, nos sectores que conciliam, nos comodistas, nos conformistas!"

Parece ter descoberto duas palavras, que emprega constantemente: Uma, - para agredir: conciliação. Outra - para estandarte: mudança. Com sinceridade? Como se poderá alguma vez saber? Apesar de tudo, faço-lhe a pergunta.

"Sincero? Sou, sem dúvida. Baseio-me sempre na sinceridade. Mas descobri uma coisa curiosa: como ninguém acredita, esta minha sinceridade não funciona para os outros. É quase indiferente... No entanto, penso que agora já começa a haver suspeitas de que assim é..."

Mas se a AD for derrotada...

"Não o será... Ponha aí todos aqueles ingredientes que se costumam dizer nestas alturas: a AD é o melhor voto! O desafio aliciante, etc, etc."

Ri.

"SE PERDER, AGORA E EM 80, VOU-ME EMBORA"

Está a fazer política?

"É normal. Claro que faço política, foi a opção que fiz. Mas acima de tudo, sou pragmático. Tento sê-lo. A política hoje, é pragmatismo".

E se a AD perder?

"Bom, se perder... voltará em oitenta e em força! Até lá? Seremos oposição... De que tipo? Depende do Governo... Se, mesmo assim, tornarmos a perder em oitenta, ir-me-ei embora, como já disse..."

E se for Governo?

"Preocupa-me. É muito ingrato e difícil, numa altura destas e com um país em crise..."

Com um país em crise e no mínimo, uma oposição duríssima e obstinada do PCP... Com a sua capacidade de mobilização...

"... que não é tão grande como diz. Apesar da sua imensa influência no campo sindical, não tem essa capacidade. E já agora, digo-lhe, a propósito disso mesmo: nessa altura, se verá quem está a prejudicar o País e quem o serve! Os portugueses terão assim a possibilidade de ver quem está de um lado e quem está do outro! Faremos uma política que vai ser de progresso social, com participação dos sindicatos e dos trabalhadores. Interessada nas defesas dos seus direitos, do seu bem-estar... Difícil? Claro que é. Mas volto a repetir-lhe: é um risco da democracia e teremos que o assumir como tal. Além disso é preciso firmeza. E fazer cumprir a lei, embora com respeito pela liberdade e sem recorrer à repressão policial, o que não é sistema. Mas o que é preciso é fazer cumprir a lei a não dialogar com ela.

#### **O PSD JÁ NÃO DEPENDE DE MIM**

Disse que era difícil governar com um país em crise. Dentro das dificuldades será possível elaborar uma lista de prioridades?

"Os problemas económicos são os que mais nos preocupam: o custo de vida, o desemprego, o bem-estar das pessoas. E também a eficácia administrativa, a organização do Estado no sentido da ordem democrática..."

Com quem vai contar dentro do seu partido para tais tarefas? Não o preocupa a escassez de quadros de que dispõe?

"O meu partido está bastante bem organizado. Depender de mim, o PSD? Que ideia! Não, é o partido menos dependente no sentido de estruturas, de implantação".

Em caso de vitória, irá para o Governo?

"Veremos. Mas nunca misturando o Partido e o Governo: ou uma coisa ou outra! O Partido vive sem mim: Tem uma estrutura orgânica, uma estrutura socioprofissional, uma estrutura de juventude"...

Mas, desde o princípio desta questão, que lhe falo é dos quadros. Onde estão?

Subtil:

"Mas o PSD nunca teve uma estrutura autónoma de quadros. Os nossos, estão disseminados pelo Partido..."

Qual é o seu sentimento dominante, antes de começar esta corrida?

"Em primeiro lugar esta corrida já começou... seria hipocrisia negá-lo! O anúncio, em Julho, destas eleições e a sua realização, seis meses depois, foi fatal! O que tem havido é indecisões, disputas políticas... O máximo de intervalo deveria ter sido de um mês e meio. De resto, é o que diz a lei... O meu sentimento? Define-se numa palavra: responsabilidade!"

Olha para o relógio, olha para mim:

"Já passou uma hora".

E então?

"Então, não tenho mais tempo".

### **UMA VIDA MUITO REGRADA**

Tempo para falar de si e não de política? Reparou que não deixou nunca a conversa desviar-se um milímetro da política?

"Se quer saber o que estou a ler, não lhe digo... seria muito pretensioso... O máximo que se admite que um político diga é que está a ler Eça de Queiroz, por exemplo!"

Ri: "Ou mesmo talvez um autor mais digno e sério: o Herculano, ou o Camilo... Estou a ler vários livros ao mesmo tempo: de estudo, de economia, um romance"..

E nos intervalos?

"Quais intervalos? Quando muito, quando trabalho em casa, ouço um pouco de música. Televisão? O menos possível! O que aproveito é para ver na TV alguns filmes e ultimamente apanhei dois ou três magníficos! Não vou ao cinema há talvez um ano e meio... Olhe, quando tenho um minuto, faço como o Mário Soares: vou ver galerias de pintura. Quanto ao mais, não tem segredos... uma vida regradíssima!"

Sabe-se que gosta de preservar a sua privacidade ao máximo...

"Ah! Isso gosto, é indispensável! Mas levo na verdade uma vida muito regrada..."

(Aqui, lembro-me mais uma vez do tónico...)

"Levanto-me todos os dias antes das oito, faço dez minutos de ginástica diários, enquanto oiço as notícias, leio os jornais todos, porque faz parte do meu trabalho... Nunca trabalho à noite, porque à noite as pessoas divagam... vou a poucos sítios sociais, e, quando vou, é raríssimo sair depois das onze e meia da noite! Aqui tem."



Falo-lhe em boémia, em ficar a falar pela noite fora com os amigos em deixar a noite correr... Parece horrorizado.

"Boémia? Nunca! Deitar-me tarde? Não... Só se for indispensável!"

Põe-se de pé:

"Conhece isto?"

Mostra-me um livro seu.

Digo-lhe que sei o que é, mas que não li...

Pega num exemplar, senta-se à secretária, escreve uma dedicatória, oferece-me o livro.

#### **DOIS PARA UM ELEFANTE**

Já à saída:

"Você afinal não me perguntou se eu fosse um bicho, qual seria"

Ri: "Disseram-me que anda a perguntar isso aos outros entrevistados! Eu seria um elefante!"

A coincidência é irresistível para mim:

O Dr. Mário Soares também. Quando lhe perguntei isso, disse-me que seria um elefante...

### **1.46. Entrevista ao "Diário de Notícias" - 08/11/79**

#### **"NÃO VOTARIA HOJE ESTA CONSTITUIÇÃO"**

"Diário de Notícias" - No que se refere à elaboração das listas da Aliança Democrática, muito se tem comentado o facto de o PS ter ficado com aquilo que seria "a parte de leão". Gostaríamos de saber qual foi a sua influência directa nesse processo de elaboração das listas?

Sá Carneiro - Desde o princípio que se estabeleceu que os cabeças de listas e a proporcionalidade seriam as de 76, ou seja, cada partido teria uma representação nas listas, quer quanto a cabeças, quer quanto à proporção de candidatos, atendendo aos resultados de 76, sendo depois negociados os ganhos previsíveis. Portanto, a negociação incidiu sobre os ganhos previsíveis, que acabaram por ser distribuídos numa percentagem aproximada da de 76, o que significa que não houve "parte de leão", nem para o PSD, nem para ninguém. A minha intervenção deu-se, apenas na negociação quanto aos ganhos e quanto a arranjos pontuais.

"DN" - Há uma questão que por vezes se põe na formação da Aliança. Porquê o Dr. Sá Carneiro ter contactado primeiro o Partido Popular Monárquico e não o

CDS? Parecia mais lógico, aos olhos de alguns observadores, que tivesse feito esse primeiro contacto com o CDS.

SC - O que se passou foi que nós lançámos a ideia do grande bloco reformador, democrático e moderado, no Verão do ano passado. A resposta do PPM foi imediata e positiva. Bastante mais tarde veio a proposta de frente eleitoral, feita pelo Prof. Freitas do Amaral.

A nossa proposta manteve-se. Apurámos junto do Partido Socialista a eventual receptividade que a proposta teria junto dele, mas os socialistas não mostraram nenhum interesse, sobretudo porque era uma exigência do bloco, que veio a formar-se na Aliança Democrática, um corte radical com a política de conciliação com o Partido Comunista, não só no plano político, como no plano económico e social. Pretendíamos também apresentar um compromisso pré-eleitoral de Governo, para que quando as pessoas votassem soubessem em que Governo votavam, que Governo escolhiam. A essas duas condições essenciais o Partido Socialista disse que não. Portanto, o bloco constituiu-se apenas com as forças que actualmente o compõem, depois da negociação que fizemos com o CDS e com os Reformadores.

#### **REFORMADORES E DISSIDENTES**

"DN" - O PSD e, particularmente, o Dr. Sá Carneiro empenharam-se na presença dos reformadores nas listas da Aliança. Essa presença terá como objectivo servir de contrapeso à saída dos actuais social-democratas independentes? Mesmo assim, não receia perder uma parte do seu eleitorado de centro-esquerda?

SC - Os contactos com os Reformadores vinham de antes da cisão do nosso grupo parlamentar e datavam de uma época posterior à saída de Medeiros Ferreira e António Barreto, do Partido Socialista e da Assembleia da República. A sua presença para além de outros contributos, significa a cobertura de um certo sector do eleitorado, que votou socialista em 76 e que, admito., se sintam bastante identificado com aquilo que os Reformadores simbolizam, não só em termos de saída do Partido Socialista, como em termos de uma esperança que não foi preenchida e que neste momento está na Aliança. A saída dos deputados do grupo parlamentar do PSD não afecta o nosso eleitorado. Foi circunscrita, de facto, ao grupo parlamentar e deu-se em circunstâncias tais que me parece que afectou definitivamente a sua credibilidade política como grupo - refiro-me à ASDI. Daí eu não ter receio de perder votos por esse motivo.

"DN" - Não admite que o facto de entre os dissidentes do PSD figurarem, inclusivamente, fundadores do PSD, ou um fundador do PSD, que isso é um factor que não pode ser subestimado. E que amanhã, se porventura esses políticos aderirem, individual ou colectivamente, ao Partido Socialista ou se optarem pela constituição de um partido próprio que possa, de certo modo, constituir um elemento intermediário entre o PSD e o Partido Socialista, isto poderá, efectivamente, desfalcar ou afectar essa zona do eleitorado que, em princípio, poderia reverter para o PSD?

SC - Por importantes que tivessem sido os cargos que os deputados que saíram ocuparam no PSD e por importante que possa ter sido a sua ligação e contribuição ao partido, o certo é que me parece claro que, a partir do momento da sua saída,

das circunstâncias de que a mesma se revestiu e da própria evolução, verificada entre essa altura e o presente momento, eles representam-se apenas a si próprios. Foi sempre aquilo que eu pensei e creio que os factos assim o vieram a confirmar. Portanto, não significam perda de eleitorado, que neles se não sente representado qualquer que seja o caminho político desses nossos antigos companheiros e sem quebra da consideração que continuo a ter por muitos daqueles que se não integram na ASDI.

### **A CONSTITUIÇÃO E O REGIME**

"DN" - O programa de Governo da Aliança inclui uma série de importantes alterações de estrutura. Será correcto concluir que preconiza uma autêntica mudança de regime?

SC - De maneira nenhuma. O regime permanece o mesmo. O regime só poderá ser alterado dentro dos parâmetros democráticos, por alteração da Constituição. O sistema e algumas das suas peças, sim, são alterados se, como espero, depois das eleições a Aliança Democrática for Governo. Refiro-me, designadamente, ao sistema eleitoral e ao sistema económico, cuja alteração se impõe. Já há muito que eu, pessoalmente, venho sustentando que a sobrevivência do regime democrático impõe a alteração do sistema económico e social: esse é um objectivo que nós visamos. A revisão da Constituição virá depois de 1980.

"DN" - Em Março de 76, a alguns dias das eleições para a Assembleia da República, num comício promovido pela JSD no Pavilhão dos Desportos, o Dr. Sá Carneiro afirmou mais ou menos o seguinte: O seu partido era o mais apto a governar, porque era aquele cujo programa melhor se identificava com a Constituição. Entretanto, a sua opinião sobre a Constituição parece ter evoluído de alguma forma...

SC - As afirmações que eu fiz nesse comício têm sido muito deturpadas e usadas contra mim e contra o meu partido como arma política, não só por outros partidos, como por alguns dos nossos dissidentes. O texto do discurso, improvisado, veio publicado, no fundamental, no "Povo Livre". O que eu aí disse é que o sistema da Constituição, na medida em que previa um sector público, um sector privado e um sector cooperativo, estava mais próximo do programa do nosso partido do que do programa do Partido Socialista e do Partido Comunista, que se encaminham para a colectivização dos meios de produção e de troca.

O que não significa, de maneira alguma, ao contrário do que tem sido dito, é que eu tivesse aí afirmado que a Constituição era social-democrata e outras coisas que têm sido lançadas contra nós. Os defeitos que a Constituição sempre teve foram aumentados pela actuação posterior dos governos socialistas. Desde logo pela formação de um governo minoritário, que no plano político desencadeou toda a querela do presidencialismo e alguma coisa daquilo que nós criticamos da actuação do Presidente da República. Depois, pela indefinição constante desses governos, em termos de escolha de modelo económico e social. A Constituição, na falta de um poder estável e coerente, na falta de uma definição clara do caminho económico e social, passou a ser a predominante, a ser invocada na falta de leis. Ora, a Constituição não se destinava a regular concretamente as situações, nem

pode fazê-lo. Tomemos um caso: as nacionalizações do 11 de Março foram de empresas, não de sectores. A Constituição prevê uma lei de limitação do sector público e sector privado. Essa lei foi aprovada em 77, nunca foi regulamentada, nunca foi aplicada. De modo que na base de que a Constituição proíbe desnacionalizações, as nacionalizações de empresas do 11 de Março, feitas arbitrariamente, e nas condições que se sabe, transformaram-se em nacionalização de sectores vedados ao investimento privado. Aqui está um exemplo, muito concreto, como os defeitos da Constituição, pela falta de actuação de um poder político, pela falta de uma legislação clara, pela falta de definição das regras do jogo, se exacerbaram e passaram a constituir um problema principal, o que não aconteceria se essas condições negativas que enumerei não se tivessem verificado.

"ZW" - O PSD votou favoravelmente a Constituição. Hoje voltaria a exercer o mesmo voto nas actuais circunstâncias, perante o mesmo texto?

SC - Dependia da discussão interna que então fizéssemos e da votação que, dentro do partido, se fizesse (Em 1976, já eu não defendi o voto favorável.)

"DN" - Mas qual seria a sua posição neste momento?

SC - Neste momento, se a questão viesse de novo a pôr-se, eu não apoiaria esta Constituição, não apoiaria o voto favorável a esta Constituição. Mesmo em 76, em declaração do voto, feita então por Barbosa de Melo, a posição já foi bastante restritiva, já pôs várias reticências e restrições. Hoje, com a experiência que temos desta Constituição, eu sustentaria., no meu partido, com toda a força de argumentos que encontrasse - e não era difícil encontrá-los - que o nosso voto deveria ser contrário. Esta Constituição revelou-se negativa e não só no aspecto económico e social, também no aspecto político. Penso especialmente no Conselho da Revolução e nos seus poderes.

#### **O CONSELHO DA REVOLUÇÃO**

"DN" - Parece-lhe que o Conselho da Revolução tem procurado, nos últimos tempos, reforçar os seus poderes?

SC - A tendência geral de um órgão deste tipo é de não deixar enfraquecer os seus poderes, antes procurando aumentá-lo. Conseguí-lo depende muito dos demais órgãos de soberania. Neste caso, da falta de um governo estável, na falta de um governo maioritário o Presidente da República com o Conselho da Revolução tem vindo a ocupar, designadamente na política externa, áreas que me parece serem da exclusiva competência do Governo. É evidente, que aí é difícil distinguir a actuação do órgão como tal, da actuação política dos seus componentes. O que se passou quanto à Reforma Agrária, no IV Governo, e o que se passou no campo da política externa, com membros do Conselho da Revolução, entendo-os inadmissíveis.

"DN" - Considera-os ingerência?

SC - Considero-os ingerência intolerável em assuntos da competência exclusiva do Governo.

## PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO

"DN" - Não poucas vezes, algumas das formações que hoje integram a Aliança reclamaram um crescendo do processo de intervenção presidencial. Uma vitória, em termos absolutos, da Aliança poderá agora levar a uma preferência de parlamentarização do regime? Isto, aliás, prende-se também com outra questão que queríamos pôr, que é a possibilidade de funcionamento de um Governo da Aliança, com um Presidente da República que lhe merece, supomos que não exageramos dizendo oposição ou, pelo menos, contundentes críticas?

SC - São questões diferentes. O meu partido, designadamente, criticou o Presidente da República por determinada actuação, ou falta de actuação, face à instabilidade governativa e à fraqueza e inviabilidade de governos minoritários. Aí, eu diria que houve falta de intervenção, no plano político geral e no plano nacional, no sentido de apontar rumos e propor soluções. Por outro lado, houve, em meu entender, intervenção pontual excessiva. Eu não vejo um Presidente da República, no nosso regime, a despachar com ministros, directamente, assuntos correntes da Administração Pública, como veio várias vezes noticiado e foi realidade nos governos socialistas: como também não vejo o Presidente da República acompanhar directamente assuntos departamentais, como parece ter acontecido na política externa, por exemplo. Acho que os assuntos do Governo que o Presidente da República tem a tratar, deve tratá-los com o primeiro-ministro e apenas com o primeiro-ministro. Este é quem trata dos assuntos do Governo com os seus ministros. Portanto, há aqui dois casos diferentes: de não intervenção, no geral, e de intervenção excessiva, no particular.

Como sabe, a Constituição atribui três competências, em matéria de política externa, ao Presidente da República, que são, segundo o artigo 138, a de nomear, sob proposta do Governo, representantes diplomáticos portugueses no estrangeiro e acreditar representantes diplomáticos estrangeiros em Portugal, assinar tratados e convenções ratificados e declarar a guerra ou fazer a paz. Tirando isso e tirando a função de representação da República Portuguesa, que cabe ao Presidente da República, o demais da política externa pertence ao Governo, mas assim não tem acontecido. Aqui está um caso concreto em que me parece que isso não tem acontecido por falta da existência de um governo maioritário e de uma política firme e clara do próprio Governo.

E aqui estamos, então, na segunda questão: Como procurarei tornar claro na minha intervenção no nosso comício do Rossio, o governo da Aliança Democrática respeitará inteiramente o órgão de soberania, Presidente da República, que neste momento é o General Ramalho Eanes, e cooperará, lealmente, com ele. O governo não deixará que outro órgão de soberania exerça as suas competências mas respeitará e exigirá ser respeitado por todos os outros órgãos de soberania. É certo que o CDS e o PSD já declararam não apoiar a eventual recandidatura do General Ramalho Eanes à Presidência da República. Mas esse é um problema que não se põe entre o Presidente da República e o Governo. É um problema que se pode pôr entre o candidato Eanes (se ele o for) e os partidos da Aliança Democrática. Não pode envenenar e da nossa parte não afectará as relações entre os dois órgãos de soberania, que são o Presidente da República e o Governo.

"DN" - Neste momento, o Dr. Sá Carneiro sente-se, digamos, mais presidencialista ou mais parlamentarista?

SC - Eu nunca fui presidencialista, o nosso programa de partido não é presidencialista, exclui o presidencialismo.

### **OS PODERES DO PRESIDENTE**

"ZW" - Quererá isso dizer, portanto que o Dr. Sá Carneiro não é um partidário de um sistema semipresidencialista, como, por exemplo, o francês, onde o Presidente da República exerce poderes muito mais latos do que o Presidente português?

SC - Há casos em que no nosso sistema os poderes do Presidente são maiores, há casos em que são menores. Aquilo que fez os poderes do Presidente da República francês e aquilo que fez o que é o sistema francês foi a prática, muito mais do que a Constituição. Prática que foi De Gaulle, Pompidou, Giscard. Prática que foi a evolução dos próprios partidos, que se integraram na maioria presidencial. O nosso caso não é análogo, estou convencido de que não virá a ser análogo no futuro. Acho que devemos funcionar com o actual sistema, de parlamentarismo racionalizado melhorado, corrigido, mas sem avançarmos para um presidencialismo ou para um semipresidencialismo tal como se verifica em França. Mas, aí, mais que os textos, será a experiência a ditar a evolução e a caracterização do sistema. Até nesse aspecto as próximas eleições vão ser decisivas.

"DN" - Segundo alguns especialistas em Direito Constitucional, se fizermos uma análise comparativa entre três modelos, por exemplo, o francês, o finlandês e o português, chega-se à conclusão que o Presidente da República, em Portugal, se o desejasse, poderia efectivamente ter uma intervenção bastante mais activa, ou seja, poderia reforçar, consideravelmente, os seus poderes de intervenção. Concorda com esta leitura ou acha que a nossa Constituição não permite esta ilação?

SC - Eu acho que o Presidente da República podia ter exercido os seus poderes numa maneira mais intensa e que não o fez, praticamente apagou-se durante os governos socialistas, designadamente o primeiro; depois, quando interveio, interveio de uma maneira demasiadamente pontual e errada. Eu creio, por exemplo, que seria justa e correcta uma intervenção do Presidente da República, em 76, no sentido de rejeitar a ideia de um governo minoritário. E que teria sido correcta uma intervenção do Presidente da República, depois de verificada a impossibilidade da constituição de governos maioritários, no sentido da dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições, já no ano passado. Aí está um caso de intervenção, a nível presidencial, a nível nacional que se justificava plenamente e que foi substituído por uma intervenção que a meu ver, não foi a mais conveniente, quando se começaram a nomear governos de confiança presidencial. As características do actual governo, por exemplo, denotam uma intervenção presidencial, que não me parece adequada, não me parece certa nem compatível com a isenção na preparação das eleições. Este é um mau caminho, no sentido do reforço dos poderes do Presidente. Quanto à comparação com os vários regimes, pois a sua caracterização, mesmo dentro do próprio país, como na Finlândia, varia muito, caso haja maioria ou não haja maioria.

No caso presente, a todas as razões soma-se a da dificuldade de o Presidente da República acumular a chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas - da qual discordo - para além de ser um militar no activo.

"DN" - A Aliança Democrática, enquanto tal, teria desprezado a hipótese de o Presidente da República lhe dar o seu patrocínio, caso tal se verificasse?

SC - Nunca pensámos em patrocínio do Presidente da República, o Presidente da República sempre se negou a estabelecer qualquer tipo de acordo político com os partidos que representam a maioria que o elegeram, ou com parte deles. Eu desde há muito que sustento que é necessário que o Presidente da República e a maioria parlamentar tenham um acordo político claro e estejam sintonizados. Assim terá de acontecer com o candidato que a Aliança Democrática venha a apoiar.

"DN" - Portanto essa hipótese nunca foi analisada no âmbito da Aliança?

SC - Nunca foi analisada no âmbito da Aliança.

"DN" - Tão-pouco proposta ao General Eanes?

SC - Tão-pouco proposta ao General Eanes. Aquilo que eu tinha a dizer sobre a ligação do bloco democrático e moderado ao Presidente da República disse-o, mais do que uma vez em público, desde o Verão do ano passado. Tive ocasião de referir ao próprio Presidente da República. Da parte do Presidente da República nunca houve gestos, a não ser negativos, em relação a essa hipótese.

#### **AS PRESIDENCIAIS DE 1980**

"DN" - Qual é a sua ideia em relação àquele que deverá ser o perfil do candidato da Aliança às eleições presidenciais? Admite, eventualmente, um consenso que ultrapasse o próprio âmbito da Aliança e abranja, por exemplo, o Partido Socialista?

SC - Admitimos. Isso está dito no nosso acordo. Quando se fala na hipótese de um acordo de regime com o Partido Socialista que abrangeria, se necessário, a revisão da Constituição e a própria escolha de um candidato. Mas o abranger ou não depende muito, também, do resultado das eleições. É evidente que se, como espero, a Aliança Democrática tiver a maioria estará em melhor posição para apresentar um candidato seu à Presidência da República. O perfil do candidato que tem sido discutido entre nós, corresponde àquilo que eu já disse, em termos de ligação, de sintonia política entre o candidato e a AD e de acordo político. O problema só será concretizado, depois do resultado das eleições de 2 de Dezembro.

#### **O MAI E AS ELEIÇÕES**

"DN" - Que julgamento é que faz, no domínio da preparação das eleições, da acção do Ministério da Administração Interna e da Comissão Nacional de Eleições?

SC - Eu creio que estas eleições começaram por ser marcadas, dado o processo seguido pelo Presidente da República, para uma época muito desfavorável. Com um Governo em funções, que não consideramos imparcial. Desde logo, na

escolha do Primeiro-Ministro, que tivemos ocasião de criticar, e no seu programa e na sua composição. É um Governo francamente desaconselhável para preparar eleições. E a própria preparação tem sido, a meu ver, deficiente, em termos de ausência de uma campanha profunda, através da Televisão e da Rádio, de sentido da importância destas eleições, de esclarecimento e mobilização do eleitorado. Desvalorizaram-se e tenta desvirtuar-se as próximas eleições, mas tal não será conseguido, espero.

"DN" - Parece-lhe que é uma atitude deliberada?

SC - Acho que sim. Os factos confirmam-no.

As situações criadas, quer pelo Presidente da República quer por este Governo são francamente desfavoráveis ao acto eleitoral, que podia ter sido marcado e ter sido preparado em condições de isenção, que se não verificam. A própria actuação deste Governo, em matéria de órgãos de Informação estatizados é, a meu ver, absolutamente censurável, como o próprio comportamento de alguns desses órgãos - penso especialmente na Televisão e na Rádio - o que não está a permitir uma preparação imparcial das eleições. Apesar de tudo, confio plenamente na vitória da Aliança Democrática.

### **A COMUNICAÇÃO SOCIAL**

"DN" - Já que falou na Comunicação Social, gostaríamos de lhe pôr uma questão que nos parece inevitável nesta nossa entrevista: como é que o Dr. Sá Carneiro observa a Comunicação Social estatizada à luz dos últimos acontecimentos que nela se verificaram ou estão a decorrer?

SC - Eu creio que eles revelam o que há de grave e de errado numa dependência do Governo. Aquilo que se passou quanto à "A Capital", concretamente, revela uma ingerência do Governo que vai ao ponto da prepotência, quando se propõe a demissão de administradores de uma empresa jornalística por não terem concordado com uma proposta do presidente do Conselho de Administração. É grave, é um péssimo sinal; infelizmente, vindo deste Governo não é surpresa para nós. Estão-se a comprovar, nos factos, as críticas que nós fizemos antes, durante e depois da discussão do programa do Governo. Espero que, com a vitória da Aliança Democrática e com o seu Governo, essas situações se corrijam e o Estado vá, rapidamente, reduzindo ao mínimo a sua intervenção nos órgãos de Informação.

"DN" - Isso quer dizer, por exemplo, que a Aliança Democrática, no caso de assegurar uma vitória absoluta e formar Governo exclui, por princípio, quaisquer alterações ao nível das administrações dos órgãos de Comunicação Social estatizados?

SC - O problema não é manter tudo como está. Um dos pontos concretos que está no nosso programa é a devolução ao sector privado das empresas editoriais, designadamente jornalísticas...

"DN" - Todas?...



SC - É o que está previsto no nosso programa. Mesmo na primeira fase, em que o Governo terá de fazer face aos problemas mais agudos, como a inflação, o desemprego, a situação económica, deverá actuar rapidamente, em termos de repor a isenção e a imparcialidade nos órgãos de Informação estatizados. As modificações de fundo irão surgindo à medida em que os problemas mais prementes estejam resolvidos ou em caminho de resolução.

"DN" - De qualquer modo, gostaríamos de lhe colocar também esta questão, de que se tem falado muito: no actual quadro, o ministro da tutela tem competência para, livremente, demitir as administrações das empresas públicas de Comunicação Social; por seu turno, estas têm competência para demitir, livremente, as direcções. Logo, é evidente que se articula aqui um determinado mecanismo que pode, na prática, resultar naquilo que o Dr. Sá Carneiro referiu como a interferência do Governo nos órgãos de Comunicação Social estatizados. As questões que suscitáramos eram estas: defende o Dr. Sá Carneiro um estatuto diferente para as administrações dos órgãos de Comunicação Social e para as suas direcções? Ou, em contrapartida, optaria por qualquer

SC - Eu creio que o fundamental é reduzir ao mínimo as possibilidades de arbitrio do Governo e de manipulação dos órgãos de Informação estatizados, como órgãos de propaganda. Tal manipulação muitas vezes tem sido tentada, mas nem sempre tem sido conseguida pela dignidade profissionalismo e independência que têm demonstrado alguns homens da Imprensa estatizada, tanto directores como jornalistas, a quem o País deve estar grato. Para mim a situação é essencialmente a de o Estado ser proprietário de órgãos de Informação. Enquanto essa situação não for resolvida, tem de se encontrar uma forma de estatuto que reduza ao mínimo os riscos de interferência e de arbitrio, como lhe disse.

"DN" - No caso de nenhuma das formações concorrentes às próximas eleições conseguir uma maioria absoluta, como é que encara a possibilidade da permanência em funções do Governo de Maria de Lurdes Pintassilgo ou de um outro governo de inspiração presidencial até às eleições de 1980?

SC - Acho inaceitável. Se nós tivermos a maioria, a Aliança Democrática formará governo. Se, contra o que prevemos, a AD não tiver a maioria, haverá maioria dos nossos adversários e formarão eles governo.

"DN" - O PS, em princípio, recusa-se a formar governo com o PC... outra modalidade ou maneira apenas esta em funcionamento, numa primeira fase?

SC - Tem recusado coligações. Não vi ainda recusado apoio parlamentar. Como é sabido no plano económico e social e, designadamente, no plano parlamentar, o PS não rejeitou acordos com o Partido Comunista. Como o Partido Socialista já tomou a posição de, se for o primeiro partido, formar governo, sabendo que, nessa hipótese, não conta com o apoio da Aliança Democrática, só pode fazê-lo com o apoio das outras forças nossas adversárias.

"DN" - Não admite, portanto, a constituição de um outro governo de inspiração presidencial para esse hino entre as duas eleições?

SC - Não, acho que seria uma má solução. Tais governos funcionaram mal, designadamente, em termos de ligação com o Parlamento. E acho que estas eleições se fazem, designadamente, para sair da situação anterior e encontrar uma nova situação que, num ou noutro sentido, dê uma alternativa. Essa alternativa parece-me clara: ou é a do Governo da Aliança Democrática, ou é a do Governo dos nossos adversários.

Estas eleições, muito mais do que preferência por partido são escolha de governo e deverão ter esse resultado. Daí eu afastar, quer a manutenção deste Governo que, a partir das eleições, carecerá em absoluto de legitimidade, quer novos governos presidenciais.

"DN" - Em sua opinião, que possibilidades tem o actual Presidente da República de suscitar uma modificação importante do actual xadrez político-partidário, designadamente através do patrocínio, mais ou menos aberto, à formação de um partido presidencial?

SC - Eu acho que se houver patrocínio à formação de um partido ele deve ser claro, como tudo em política. Seria condenável que tivesse sido, fosse ou viesse a ser de bastidores. Não me parece que o Presidente da República tenha, neste momento, força política para tanto. É evidente que pode, como qualquer cidadão, abalançar-se a formar um partido. Um Presidente da República entendo que o não deve fazer e nunca - repito - em termos de negócio de bastidores. De resto, estas eleições vão dar origem a uma nova legitimidade do Parlamento e do Governo que dele sair. Isto parece-me inutilizar qualquer ideia de modificar o espectro partidário através da Presidência da República. As eleições presidenciais terão lugar no final do próximo ano; a preparação do processo eleitoral e a escolha dos candidatos terá de ser feita, necessariamente, em meados do próximo ano, o que diminui também a eficácia de actuação desse tipo por parte do Presidente da República.

#### **A RECUSA DO BLOCO PSD/PS**

"DN" - O Dr. Sá Carneiro já deixou bem claro que acordos com o PS, só no âmbito da Aliança e, mesmo assim só acordos de regime.

Queríamos perguntar-lhe se afastava, no curto e médio prazo da política portuguesa, a hipótese de constituição de um bloco central, integrado, nomeadamente, pelo PS e PSD. Portanto se um eventual fracasso eleitoral da Aliança nas próximas intercalares e nas eleições de 80 não recomendaria menos aquilo que divulgou nos Estados Unidos, que seria o seu afastamento da política, que a constituição desse bloco com o PS e o PSD?

SC - A Aliança Democrática vigorará, bem como o acordo PSD-Reformadores até ao termo da I Legislatura que detenha poderes constituintes, termo que ocorrerá, normalmente, em 1984, pelo que, até lá; o problema não se põe.

"DN" - Mas não confirma que nos Estados Unidos divulgou que se afastaria da política se a Aliança perdesse estas intercalares e as legislativas de 80?

SC - Essa é outra questão. Essa é uma posição pessoal. Entendo que, sendo esta a nossa proposta, que sendo este o meu empenhamento, se o eleitorado o recusar agora e em 1980 devo tirar, daí, as devidas consequências.

"DN" - E essa posição pessoal poderá, eventualmente, ser a conclusão de que teria antes sido recomendável a constituição de um bloco com o PS?

SC - Não. A meu ver, significa que se - repito - contra o que esperamos, o eleitorado não der a maioria agora e em 80, ou eventualmente, apenas em 1980, prefere o modelo de sociedade, o projecto político dos nossos adversários. Mantendo-se embora a AD, ela iria ter de continuar a intervir designadamente numa missão condicionada da Constituição, numa situação que eu refuto nociva e prenúncio do fim da democracia. Daí a minha recusa, em pactuar, daí o meu afastamento. Mas tudo isso são hipóteses teóricas porque a AD vai ganhar.

"DN" - Mas o PSD não continua a sentir afinidades, do ponto de vista programático e de projecto de sociedade, como os membros da Internacional Socialista, onde, por exemplo, está também o Partido Socialista Português?

SC - Para nós, o problema não se põe em termos de linha política internacional. A nossa linha política é muito nossa e muito portuguesa. Há uma experiência concreta de entendimento e cooperação entre sociais-democratas e socialistas, a nível sindical, mas ela só foi possível, precisamente, porque nesse domínio se adoptou uma linha de corte com o sindicalismo de influência comunista. Como o Partido Socialista não adoptou essa orientação na política, em geral, e no plano económico e social, em especial, ele afastou-se do modelo social-democrata, que nós continuamos a perfilhar, para se encaminhar para modelos colectivistas, mais próximos do Partido Comunista. Nesse aspecto não há afinidades.

#### **A BIPOLARIZAÇÃO**

"DN" - Em 22 de Março de 1976, o Gabinete Coordenador da Campanha Eleitoral do seu partido respondia a críticas do PS e do CDS, acusava esses partidos de "quererem bipolarizar a vida portuguesa" e rematava da seguinte forma: "Recordamos o caso italiano, em que tal bipolarização, dividindo o país em dois blocos antagónicos, tem

"DN" - Gostaríamos de voltar um pouco atrás. O Dr. Sá Carneiro, conduzido a democracia italiana ao caos económico e à instabilidade política." O que lhe perguntávamos era a que é que se deve essa rápida e radical mudança de opinião sobre as consequências da bipolarização?

SC - Trata-se de um texto menor e incidental, para refutar críticas de propaganda eleitoral. Não o confundamos com posições do partido. Além disso, o fundamental é que a situação de 76 é radicalmente diferente da situação actual.

Em 76 não estava feita, efectivamente, a bipolarização da sociedade portuguesa. Ela deu-se, indubitavelmente, quer os políticos queiram quer não, precisamente pela situação criada com um governo minoritário, pela indefinição económica e social, pela fraqueza e ineficácia desse governo, pela alteração geral da situação. Daí, caber-nos a nós, políticos, examinar a situação e tirar as consequências da

bipolarização realizada na sociedade portuguesa, para a qual foi também determinante a linha de conciliação sistemática com o Partido Comunista Português, seguida, quer pelos governos socialistas quer pelo Presidente da República. Recordo que, em 76, na altura das eleições, o Partido Comunista Português tinha saído, há relativamente pouco tempo, do 25 de Novembro, com todas as consequências que, infelizmente o Partido Comunista Português não suportou como o devia. A linha de conciliação, seguida com esse partido permitiu o seu fortalecimento, o seu crescimento, a sua actual arrogância, que contribuíram muito para a bipolarização da sociedade portuguesa. Daí eu ter falado desde Julho do ano passado na bipolarização existente e na necessidade de a assumir politicamente para que ela não redundasse em radicalização social que eventualmente levassem a caminhos não democráticos.

#### **A HIPÓTESE DE FUSÃO DE PARTIDOS**

"DN" - Portanto, se bem entendemos, o que se trata é de recuperar e evitar a radicalização da bipolarização e não de a levar até às suas últimas consequências?

SC - Evitar a radicalização, assumindo politicamente e democraticamente a bipolarização verificada na sociedade portuguesa.

"DN" - Em certa altura, foi considerado, de algum modo, como adepto de um certo frentismo. Explicando melhor: se a memória não nos falha, numa entrevista que, a certa altura, concedeu, referiu que não excluía a hipótese, se porventura as circunstâncias fossem nesse sentido, de uma fusão do seu partido com o PS. Mais recentemente, tivemos uma experiência de convergência democrática e agora temos a experiência da Aliança Democrática. Isso poderá consentir o pressuposto de que o Dr. Sá Carneiro admite, por exemplo, num futuro próximo, uma fusão dos três partidos, uma espécie de UCD espanhola...

SC - Nunca propus a fusão do PSD com o Partido Socialista, nem nunca trabalhei ou me empenhei nessa fusão. Limitei-me, numa altura em que pessoas do meu partido vinham ter comigo, falando nisso e que me diziam que havia pessoas do PS também empenhadas nisso - num acordo político que, mais tarde, podia dar lugar a um grande partido social-democrata, note-se, a um grande partido social-democrata -, limitei-me a dizer a essas pessoas e ao próprio Dr. Mário Soares que eu não seria impedimento, mais nada. Não admiti, nem admito, a fusão dos partidos da Aliança Democrática. Está terminantemente excluída, e não há nenhum paralelo com uma UCD, Não há paralelo da Aliança Democrática com a UCD, que nasceu logo como um novo partido, enquanto aqui temos partidos com personalidade própria, estruturados ao longo de todo este tempo político e que se manterão como tal. O que eu sempre defendi pela primeira vez, numa entrevista dada em Setembro ou Outubro de 76, foi a necessidade de um acordo político entre o PSD, o PS e o CDS.

Insistimos, depois, na necessidade de um governo de salvação nacional, apoiado pelos três partidos, como meio de dar estabilidade e segurança e rumo certo à política portuguesa e ao país. O PS sempre o recusou. O CDS não se mostrou, naquela altura, muito favorável. Depois fizemos a experiência da convergência democrática, que se destinava, precisamente, a criar um espaço de diálogo per-

manente e de acordo, pontual ou geral, entre o PS, CDS e o PSD. O PS também recusou. Hoje temos, nessa linha inicial, a Aliança Democrática, entre os vários partidos e forças que a compõem, mas nunca numa perspectiva de fusão, dentro da qual não me movimente jamais. Sim, numa perspectiva de cooperação democrática e nacional, entre partidos diferentes, que mantém a sua individualidade própria.

### **TÁCTICA E ESTRATÉGICA**

"DN" - Numa entrevista recente, o Dr. Mário Soares, ao falar do Dr. Sá Carneiro, apontou aquilo que seria a "inexistência de um projecto de fundo a pautar a sua acção política". Por outro lado, é hábito vários analistas referirem-se ao Dr. Sá Carneiro como um "hábil táctico", mas não em termos tão abonatórios quanto a estratégia de fundo. O que é que se lhe oferece dizer sobre isso?

SC - São apreciações feitas possivelmente com intuitos de ataque político. Ser são justas ou injustas, devem ser os factos a demonstrá-lo e aí sinto-me à vontade. Temos a Aliança Democrática, que é um facto. Vamos ter, dentro em pouco, a maioria da Aliança Democrática, o Governo da Aliança Democrática. São objectivos e resultados estratégicos.

"DN" - Muito também se tem dito e escrito sobre a impulsividade do Dr. Sá Carneiro. Acha justo admitir-se ou dizer-se que o Dr. Sá Carneiro deixa que o seu humor ou a sua emotividade influenciem a sua acção política?

SC - Acho injusto e acho errado. Suponho que aí também os factos e o contacto pessoal apontam em sentido contrário, o que não exclui vivacidade, viveza, frontalidade e sinceridade.

### **ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS**

"DN" - Uma outra questão, esta levantada pelo PCTP/MRPP, segundo a qual as eleições para as autarquias estavam feridas de ilegalidade. A esta acusação, o Ministério da Administração Interna respondeu que já tinha feito as diligências que considerava dever fazer, ainda com o Parlamento em funcionamento. Segundo a mesma formação, qualquer partido poderá, se aquelas eleições se verificarem neste quadro, impugná-las. Que é que pensa a este respeito?

SC - O meu partido tomou posição contrária quando o problema foi levantado na Assembleia da República. A própria Assembleia da República tomou posição contrária. Entendemos que não há qualquer inconstitucionalidade na realização das eleições para as Autarquias Locais, com a actual legislação. De resto, esta legislação serviu para fazer numerosas eleições intercalares para as autarquias locais e o problema nunca foi levantado.

"DN" - Uma outra questão que se põe é sobre se estarão ou não já a decorrer contactos, no âmbito da Aliança, quanto a um seu possível candidato presidencial para 81.

SC - Não estão. Como disse há pouco, essa decisão só será por nós tomada após as eleições de 2 de Dezembro e, provavelmente, apenas após as de 16 de

Dezembro. Só então tomaremos uma decisão e só então iniciaremos os contactos que essa decisão implicar.

"DN" - Parece-lhe que o período que separa os dois actos eleitorais é suficiente ou considera, como alguns analistas têm apontado, que houve um erro na marcação das eleições autárquicas para 16 de Dezembro?

SC - Eu acho que o erro fundamental foi a marcação das eleições legislativas para 2 de Dezembro. Elas podiam e deviam ter sido realizadas muito antes, podiam e deviam ter tido lugar o máximo em Outubro.

É evidente que a preparação e a sequência das duas eleições tem efeitos na campanha e no próprio resultado das eleições autárquicas e vice-versa. Há regras estritas quanto à campanha para as eleições autárquicas que não devem ser influenciadas por uma tão grande proximidade das eleições legislativas. Mas a lei, formalmente, parece permiti-lo, portanto, o julgamento é feito apenas a nível político. Parece-me que o caminho foi errado. Apesar disso regozijo-me com a circunstância de as eleições legislativas, que foram tão depreciadas e tão atacadas, havendo mesmo actuações sistemáticas, no sentido de serem desvalorizadas, hoje são reconhecidas, por todas as forças políticas, como fundamentais e como decisivas. Foi sempre a opinião que sustentámos; ainda bem que essa ideia vingou, porque, de facto, são decisivas.

#### **UM PRESIDENTE CIVIL**

"DN" - Considera que em 1981 as Forças Armadas estarão preparadas para aceitar a eleição de um candidato civil?

SC - No final de 1980, visto que a eleição tem de decorrer até 15 de Dezembro. Creio que as Forças Armadas estão preparadas para aceitar qualquer decisão do eleitorado e, portanto, também essa.

"DN" - Apesar de toda a tradição de militares na Presidência da República?

SC - Bom, essa tradição funciona ao contrário, visto que a tradição de militares na Presidência da República é do período do salazarismo e do regime de Marcelo Caetano. O normal, em democracia, é que o Presidente da República seja um civil.

"DN" - Logo, podemos concluir que é partidário de um candidato civil, já em 1980?

SC - Em sempre sustentei que o princípio deve ser o de um candidato civil. Veremos qual será a personalidade melhor para ser candidato à Presidência da República, em 1980. Continuo a sustentar que, ainda que venha a ser eleito um presidente militar, não deve acumular o cargo com a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas.

"DN" - Considerando o seu futuro político, o Dr. Sá Carneiro vê-se mais como primeiro-ministro ou como Presidente da República?

SC - Não faço antevistas dessas, reafirmo apenas aquilo que tenha dito: não está no meu horizonte político, de médio prazo, a Presidência da República. Mas, o

meu futuro político depende dos serviços que possa prestar ao partido e ao País, dentro dos resultados eleitorais e do projecto que o eleitorado perfilhar.

"DN" - Em que cargo é que se sentiria melhor?

SC - Sinto-me bem no cargo de presidente do partido.

## **1.47. Entrevista a "O Jornal" - 09/11/79**

### **NÃO SÃO OS APOIOS INTERNACIONAIS QUE IMPRESSIONAM O ELEITORADO**

Os dirigentes da Aliança Democrática, que estiveram em Londres desde segunda-feira passada, até ontem, quinta-feira, tiveram um encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Lord Carrington, e um outro, na Câmara dos Comuns, com a primeiro-ministro, Margaret Thatcher.

O gabinete de Imprensa da sra. Thatcher disse que o encontro tinha sido unicamente uma visita de cortesia, não se tendo prolongado por mais de meia hora.

Quarta-feira à noite, com a participação de Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Ribeiro Teles, a Aliança Democrática realizou uma sessão de esclarecimento com cerca de 200 imigrantes.

Os temas debatidos foram vários, incluindo as próximas eleições, a situação política portuguesa e o estatuto político do imigrante. Sá Carneiro afirmou que a Aliança Democrática, se eleita, faria uma revisão da lei da nacionalidade, a fim de permitir que imigrantes naturalizados possam manter a nacionalidade portuguesa, assim como revelaria a lei eleitoral para ampliar as oportunidades de voto dos emigrantes. Mas tudo isto, afirmou Sá Carneiro, "só poderá ser feito com a revisão da Constituição, depois de 1980". O dirigente do PSD acentuou que a Aliança não está a pensar numa revisão antecipada da Constituição, embora voltasse a insistir na ideia do referendo.

Embora as curtas conversações dos dirigentes da Aliança Democrática com a Primeiro-Ministro britânica não tivesse incidido sobre os problemas específicos dos emigrantes, Freitas do Amaral teve um encontro bilateral com outros dirigentes do Partido Conservador onde essa questão foi abordada.

No fim da sessão, Sá Carneiro concedeu a "O Jornal" uma breve entrevista em que delineou as razões e o resultado da visita a Londres e dos encontros que teve com Lord Carrington e Margaret Thatcher.

"O Jornal" - Os contactos, aqui em Londres, com Lord Carrington e com a sra. Thatcher traduzir-se-ão num apoio directo do Partido Conservador à campanha eleitoral da Aliança Democrática, como está a acontecer com a UCD espanhola?

Sá Carneiro - Não, de modo algum. Em primeiro lugar estes contactos não foram com o Partido Conservador, foram com o governo inglês. Em segundo lugar, estes contactos visavam fundamentalmente uma troca de impressões sobre a situação portuguesa e internacional, Foi isto que fizemos com o Ministro dos Negócios Es-

trangeiros britânico e com a Primeiro-Ministro. Para além disto expusemos qual será a nossa política se viermos a formar governo, assim como expressamos a esperança, que temos, que o nosso país, através do nosso governo, continue a beneficiar do apoio dos aliados tradicionais. Encontramos uma boa compreensão por parte dos dirigentes ingleses, uma boa informação sobre Portugal, um grande interesse pela nossa situação e aquilo que posso classificar como uma grande vontade de cooperação com o nosso país.

P. - Um dos tópicos das vossas conversações com Lord Carrington foi a questão rodesiana e a situação na África Austral. Caso a Aliança Democrática ganhe as eleições e forme governo, como é que poderá contribuir para a solução do problema rodesiano?

R. - O nosso contributo não será grande, com certeza, mas será dado de boa vontade, no sentido de se encontrar uma solução pacífica para o problema rodesiano. Pedimos efectivamente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico que nos informasse directa e pessoalmente do andamento da questão. Estou convencido que há boas possibilidades da conferência de Londres chegar rapidamente a um resultado negociado para a questão rodesiana que, na minha opinião, deve ser apoiado pelo futuro governo português.

P. - A Aliança Democrática tem em projecto a continuação da cooperação e intensificação de relações com os países de expressão portuguesa em África?

R. - Indiscutivelmente. Está no nosso programa. Entendemos que é um aspecto das relações internacionais que deve ser desenvolvido sem complexos, que deve ser desenvolvido numa posição de dignidade para o nosso país e de respeito pela dignidade das antigas colónias – dos novos países de expressão portuguesa. Mas isso não pode implicar uma condicionalidade para a nossa política externa.

P. - Os primeiros tiros desta campanha eleitoral têm sido dados mais no sentido de provar as amizades e influência internacionais que cada um tem. Tem havido a visita de dirigentes estrangeiros a Portugal e a visita de políticos portugueses ao estrangeiro, como é o vosso caso. Trata-se de uma coincidência, no que diz respeito à Aliança Democrática, ou é um esforço consciente para mostrar ao eleitorado português que a Aliança tem fortes apoios internacionais?

R. - Não. Da nossa parte não há uma luta para demonstrar apoios internacionais. Eu, pessoalmente, até entendo que a utilização de figuras internacionais para apoios de campanha, tal como vimos fazer maciça e especialmente pelo Partido Socialista, é contraproducente, é negativo. O eleitorado português não gosta disso.

Da nossa parte teremos alguns convidados estrangeiros no nosso comício do Porto, antes da abertura da campanha. Mas não nos motivamos pelos apoios internacionais. Acho que não é isso que impressiona o eleitorado. O que o impressiona, e deve ser feito, é a apresentação de propostas concretas, é discutir os problemas concretos dos portugueses.



## 1.48. Telegramas para Espanha - 14/11/79

### O RAPTO DE XAVIER RUPEREZ

O sequestro de Xavier Ruperez, responsável pelas relações internacionais da UCD e amigo pessoal de muitos dos líderes do PSD, tem vindo a abalar a opinião pública espanhola e portuguesa nas últimas 48 horas.

O sequestro foi já reivindicado pela ETA, organização separatista basca, e segundo as notícias à hora de fecho desta emissão, Ruperez encontra-se vivo, na mãos dos seus sequestradores.

É o seguinte o teor do telegrama de Sá Carneiro ao Presidente Suarez:

"Em meu nome e no do Partido Social Democrata, quero manifestar a minha mais viva preocupação pelo sequestro de Xavier Ruperez e a total solidariedade com V. Exa., a UCD e democratas espanhóis nos momentos de ansiedade e desgosto que estão passando, bem como o mais completo repúdio pelo acto praticado que retira aos seus autores qualquer credibilidade ou respeitabilidade moral. Esperamos que este angustiante momento tenha solução rápida e de acordo com os princípios de humanidade que ambos defendemos. Xavier Ruperez é grande amigo de Portugal e do PSD e considero-o também meu amigo pessoal. Peço-lhe que transmita à sua família a minha amizade e solidariedade.

Francisco Sá Carneiro Presidente do PSD"

Sá Carneiro enviou ainda um telegrama a Rafael Árias Salgado, Secretário-Geral da UCD, do seguinte teor:

"Em meu nome e do PSD quero transmitir-te a nossa total solidariedade com todos os democratas espanhóis e com UCD em particular no momento difícil e angustiante que estão passando desde o rapto de Xavier Ruperez que além de amigo de Portugal e do PSD é um amigo pessoal.

Francisco Sá Carneiro Presidente do PSD"

## 1.49. Entrevista a "A Tarde" - 15/11/79

### "GOVERNO DA AD DEFENDERA OS TRABALHADORES E OS MAIS POBRES"

Francisco Sá Carneiro, presidente do Partido Social-Democrata, fala hoje a "A Tarde". Líder do partido mais votado da Aliança poderá ser, após eleições, o futuro Primeiro-Ministro dos portugueses.

Na longa entrevista que nos concedeu, Sá Carneiro mostrou-se confiante na vitória da AD, mas com a ponderação que caracteriza os políticos que têm os pés bem assentes no terreno que pisam. "Há todas as condições para estabelecer a verdadeira Aliança nacional entre a Aliança Democrática e a maioria do eleitorado português" - afirmou. Contudo, para que isso seja possível "temos de trabalhar fortemente nesta campanha eleitoral".

Sá Carneiro manifestou-se preocupado com a falta de responsabilidade e segurança que nos rodeiam, propondo-se um Governo da AD, entre outros objectivos, "a defesa intransigente dos interesses dos portugueses".

Um Governo da Aliança Democrática, segundo o líder social-democrata, "defenderá os trabalhadores e os mais pobres", sendo sua prioridade básica "o combate ao custo de vida e ao desemprego".

A Tarde - Passados cinco anos após o 25 de Abril, em que tipo de democracia pensa que vivemos?

Sá Carneiro - Infelizmente, não numa democracia plena. Esse é um dos pontos em que a Aliança insiste, pois precisamos de plena liberdade e plena democracia. Plena democracia que não está garantida neste período transitório, dado que existe um órgão de soberania não eleito que é o Conselho da Revolução. Logo, só teremos democracia, quando houver efectivamente, a todos os níveis, a democracia representativa.

Mas também não há democracia sem garantia de liberdade em todos os campos, sem um sentido colectivo de responsabilidade e nós ainda não atingimos, em plenitude, essa liberdade. Isso vem em grande parte do sistema económico e social, indirectamente da Constituição. Não há plena liberdade quando não existe pluralismo económico e social; plena liberdade sócio-económico, sem que o Estado deixe de cumprir o seu papel.

Temos de caminhar para uma autêntica democracia representativa como disse, através da eliminação de qualquer órgão não eleito, como o Conselho da Revolução, com a garantia de uma economia pluralista, o que implica a inexistência de fronteiras entre sector público e privado, ressalvados - casos como os de indústrias estratégicas em que o Estado deve ter um controlo e, dentro de um respeito de liberdade plena, o do poder económico pelo poder político.

Eu diria que um dos aspectos principais, a médio prazo, do projecto da Aliança Democrática que durará até 84, é precisamente este, ou seja, o da instauração da plena democracia e da liberdade total das pessoas. Para mim não há liberdades, antes existe a liberdade da pessoa humana que se estende aos vários campos.

A Tarde - O PSD está hoje empenhado no projecto da AD. Pensa que ele será o arranque para a construção de um Portugal novo ou poderá soçobrar até 84, em função de interesses político-partidários das forças que a constituem?

S.C. - Será indiscutível o projecto de construção, realizado se tivermos agora a maioria desde 2 de Dezembro próximo, de um Portugal plenamente livre, democrático, independente e digno. Em política nada é definitivo, nada é sem risco, mas o projecto da Aliança Democrática é consistente e manter-se-à, ligando os partidos, movimentos e personalidades que os compõem, pelo menos até 1984.

É um projecto de unidade democrática com respeito pela personalidade de cada um dos partidos e forças que integram a AD, de harmonização, de defesa dos interesses nacionais, acima dos partidários. Sendo esse o nosso objectivo e a base

de que partimos para o acordo da Aliança, eles manter-se-ão apesar das vicissitudes que possam aparecer no caminho e que em política são imprevisíveis.

Contudo, a solidez da Aliança, a fidelidade ao seu projecto e ao seu programa serão mantidas.

A Tarde - A Comissão Nacional de Eleições não permitiu a divulgação de sondagens no território nacional. Concorda com tal medida?

S.C. - A Lei proíbe efectivamente a divulgação de sondagens. Discordo dessa disposição, mas, enquanto ela estiver em vigor temos que a respeitar. Não atribuo à insistência pela Comissão Nacional de Eleições no cumprimento do dispositivo legal qualquer intenção de desfavorecer os concorrentes às eleições. Não ia fazer esse juízo de intenção, nem tenho elementos para o expressar. Discordo porque as sondagens são um elemento de informação, na medida em que interessa, em eleições livres, que exista a mais ampla informação possível para que o eleitorado se determine em liberdade.

De resto, discordo de vários aspectos restritivos da Lei Eleitoral quanto ao desenrolar da campanha, mas se a Aliança tiver a maioria, vamos modificá-la, o que, aliás, é um dos pontos do nosso programa. Enquanto não forem modificados, temos de a acatar, pois defendemos o Império da Lei e sua estrita observância em todos os campos.

A Tarde - Como reagiu às indicações apresentadas pelo "Diário 16"?

S.C. - Pelas informações que tive, de acordo com a sondagem publicada por esse jornal, parece-me que ela enferma de alguns erros, tais como percentagens atribuídas, em 76, a um certo partido e que pecam por engano de um zero. Só isso!

Acho isso bastante estranho e parece-me sego suficiente para afectar a credibilidade de uma sondagem que enferma de erros desse tipo.

Além do mais, existem várias sondagens e o mal de não serem publicadas, redundando numa sua utilização, ao sabor das conveniências, por falta do conhecimento integral dos seus resultados.

A impressão que tenho, colhida dos dados, é que a Aliança Democrática está bem colocada, mas a nossa vitória, que é possível e necessária, não é certa. Temos de trabalhar para ela.

Mais do que das sondagens, pelos contactos que tenho mantido, verifico que há um grande entusiasmo e uma enorme mobilização à roda da Aliança Democrática, mas que há ainda uma forte percentagem, de eleitorado indeciso, que é preciso esclarecer durante a campanha para que o voto seja consciente e através dele, pelo conhecimento das pessoas e dos partidos, se possa fazer livremente uma opção.

#### **CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO E VERDADE**

A Tarde - Particularizando melhor, o Dr. Francisco Sá Carneiro acredita mesmo na maioria absoluta da AD?

S.C - Acredito que temos possibilidades de ter a maioria absoluta, se a verdade chegar às pessoas. A nossa campanha é de esclarecimento, de verdade e serenidade, centrando-se sobretudo nos problemas concretos, mais do que, num discurso teórico. É uma campanha sem qualquer demagogia.

Espero que o eleitorado seja atingido por uma campanha deste tipo e que reaja em conformidade. Mas, não tenho a vitória, neste momento, como adquirida. Antes será um objectivo alcançável, para o qual temos de trabalhar fortemente nesta campanha eleitoral.

Para além dos comícios já efectuados, as reuniões desenvolvidas em Bragança, Vila Real, Viana do Castelo e Porto, confirmam esta minha posição. As pessoas estão ávidas de mudança, querem saber a verdade acerca da nossa situação e dos planos concretos dos partidos e suas respostas perante as grandes questões nacionais.

Creio que é grande a descrença em relação à actuação dos Governos socialistas, aliás totalmente justificada. A alternativa à AD, ou seja o projecto comunista da APU, não sensibiliza os portugueses, cuja grande maioria o rejeita. Enfim, há todas as condições para estabelecer a verdadeira Aliança nacional entre a Aliança Democrática e a maioria do eleitorado português.

### **ELEIÇÕES RÁPIDAS SEM MUDANÇA DO GOVERNO**

A Tarde - O PSD tem-se caracterizado por uma posição crítica em relação aos Governos Constitucionais. Gostávamos de saber se concordaria que o Presidente da República mantivesse o Prof. Mota Pinto como responsável de um Governo até eleições, já que é total a oposição dos sociais-democratas à Engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo.

S.C. - A nosso ver, o IV Governo Constitucional dever-se-ia manter até à realização de eleições com a eventual substituição do Primeiro-Ministro, Mota Pinto, se este continuasse a mostrar-se empenhado na criação de um partido político ou de uma federação, o que sempre nos pareceu que excedia os seus poderes e o papel que lhe estava confiado. A manutenção do IV Governo teria significado eleições rápidas como era de desejar e indispensável para o País. Não teríamos a necessidade de ter estado meses à espera de eleições num período desfavorável como é Dezembro.

A manutenção do IV Governo teria tido ainda uma grande vantagem, a meu ver. Implicaria, a dissolução imediata da Assembleia da República e não daria a oportunidade que o PR concedeu para a segunda aprovação, no Parlamento, da Lei da Amnistia. A segunda aprovação e conseqüente promulgação desta Lei serviu apenas os interesses do PCP, ao contrário das promessas feitas pelo actual Presidente da República em 1976.

Portugal não saberá a verdade do que se passou em 11 de Março e em 25 de Novembro. O não conhecimento dessa verdade aproveitará essencialmente ao Par-

tido Comunista e constitui um factor de perturbação para a credibilidade do Estado e das instituições, para a criação de um clima político e social, de transparência e boa convivência. Mais uma vez os golpistas vão ficar impunes, enquanto os partidos e movimentos que os apoiaram vão beneficiar dessa impunidade. Democracia não é isto, antes liberdade com responsabilidade. Continuamos a fugir à responsabilização daqueles que contra ela atentaram.

#### **"IV GOVERNO NÃO CHEGARIA A 1980"**

A Tarde - O PS reclama-se da social-democracia e o IV Governo também considerou ter integrado esta forma de pensamento na sua direcção. Que lhe parece?

S.C. - O Partido Socialista não é claramente social-democrata. Alguns dos seus dirigentes, em 1975, na Assembleia Constituinte, atacaram a social-democracia e classificaram-na de "antecâmara do fascismo". O PS é um partido de clara e confessada orientação marxista, de orientação colectivista, que se afasta totalmente do personalismo e humanismo que a social-democracia acolhe e serve.

O Governo tão pouco foi um Governo social-democrata, pois não tinha um projecto político definido. Pela sua própria criação e orientação não fez, em meu entender, obra social-democrata.

O principal erro do IV Governo, em si próprio e na sua concepção, foi o de querer ser um Governo até 1980, quando se deveria ter limitado a preparar eleições. A partir deste erro de base, outras faltas secundárias se cometeram, designadamente no campo da Informação, sector que tive ocasião de criticar.

Teve uma virtude que foi o afrontamento que tentou fazer ao PCP, mas que não o deixaram levar a cabo. Na medida em que hostilizou outros partidos, designadamente o PSD e não dialogou no Parlamento com os partidos que o poderiam apoiar, o IV Governo falhou e apressou a sua própria queda. Digo apressou, porque creio que o IV Governo não chegaria até 1980, na medida em que não era essa, a meu ver, a estratégia em que estava inserido.

Admito a boa-vontade, o empenhamento e o trabalho de bom número de membros do IV Governo, mas parece-me que o projecto global foi errado e falhou por erros próprios cometidos.

A Tarde - Voltando às eleições e olhando para o leque ideológico da AD, suas diferenças e proximidades, acredita numa possível fusão entre o PSD e os Reformadores, numa perspectiva social-democrata e no âmbito das reformas a emprender?

S.C. - Nós temos um acordo político com os Reformadores e o PSD não tem qualquer intuito ou objectivo de os absorver. Colabora com eles nos termos do nosso acordo, respeita a sua personalidade e individualidade, o seu projecto próprio, sem menosprezo do grande campo de coincidência entre as posições dos Reformadores e do PSD. Em que essa coincidência se traduzirá no futuro é cedo para se dizer. Que o PSD quer continuar a ser e cada vez mais, o grande Partido Social-Democrata é indiscutível.

Se os Reformadores puserem a hipótese de nele se virem a inserir, serão bem-vindos. Se quiserem manter a sua autonomia, será ela inteiramente respeitada, continuando o PSD a colaborar com eles.

O essencial, aqui como em todos os domínios da AD, é o nosso País, não o engrandecimento do PSD ou de qualquer dos partidos. A nós, alegra-nos a coincidência de posições verificada entre os sociais-democratas e os Reformadores, dela partindo para o alargamento do espaço político de um grande bloco moderado e reformador que é a AD. Veremos o que se passará no futuro.

#### **PS PERTENCE AO PASSADO**

A Tarde - O PS principiou a sua campanha eleitoral na televisão, evocando a sua história. Que lhe parece esta opção, se é o futuro que interessa?

S.C. - Creio que esse programa caracterizou bem o que é o Partido Socialista, o que representa neste momento para os portugueses. Isso é o passado. O passado recente destes cinco anos e o dos três anos decorridos desde 1976, altura em que o PS constituiu o Governo minoritário.

A nossa campanha, ao contrário da dos nossos adversários, não é de ataques nem insultos, mas queremos que os portugueses julguem cada um dos partidos por aquilo que foram no Governo e pretendem fazer no futuro.

O PS e os seus Governos provocaram a degradação das condições de vida dos portugueses, aumento das dificuldades e da ruína nacionais, constante conciliação com o PCP. Neste caso, não me refiro apenas às leis que foram votadas pela maioria socialista e comunista, que foram muitas e importantes, mas ao próprio acordo que o PS tentou fazer com o PCP na altura da constituição do II Governo Constitucional, acordo esse que implicava aquilo que o PCP tem insistentemente defendido, ou seja, a manutenção dos limites das formações económicas, o mesmo é dizer, a estagnação económica, derivada do actual sistema.

Esse programa deu a ideia da forma passadista, defensiva e tentando uma auto-justificação, como o PS se apresentará ao eleitorado, que não se deixará enganar.

A Tarde - Quais as prioridades de um Governo da AD?

S.C. - Falarei apenas das prioridades de um Governo da Aliança nos dez meses, aproximadamente, que se seguem às eleições de dois de Dezembro, visto que espero, até 1984, depois das eleições de 80, o Governo possa desenvolver todo o seu programa de fundo.

Para os primeiros dez meses, a nossa prioridade será o combate ao custo de vida e ao desemprego. Se ao fim desse tempo, pudermos-nos apresentar ao eleitorado com a alta dos preços controlada, com a criação de postos de trabalho, projectos de investimento, programas elaborados e se possível já iniciados, na habitação e na saúde, dar-me-ei por satisfeito.

Não podemos fazer muito. Nos primeiros dez meses concentrar-nos-emos em fazer alguma coisa, especialmente em matéria de combate à alta de preços e às condições de vida em geral.

Não faremos propaganda, antes procuraremos trabalhar intensamente, falando pouco.

#### **ENCONTRO SÁ CARNEIRO-MÁRIO SOARES NA RDP**

A Tarde - Causou alguma celeuma a falta de disponibilidade do Dr. Sá Carneiro para se avistar com o Dr. Mário Soares, num frente-a-frente, na RDP, no último sábado. Quer explicar para completa elucidação do caso?

S.C. - Não houve qualquer não aparecimento ou cancelamento da minha parte. Contactado para esse programa, há mais de duas semanas, imediatamente disse que sim e prontifiquei-me a fazê-lo, num sábado ou num domingo, em que o Dr. Mário Soares estava em Lisboa. O Dr. Mário Soares recusou.

Depois disso, nunca mais o meu gabinete foi contactado pela RDP. Ouvi nos noticiários que a RDP propunha três datas. Referi-me a isso, narrando os pormenores, na conferência de Imprensa que a AD deu para apresentação dos seus candidatos.

Posteriormente, o meu gabinete foi contactado acerca da possibilidade de o programa se realizar no sábado passado. Foi dito que não o podia fazer por estar no Porto em campanha eleitoral. Houve insistência, ficando o organizador do programa de contactar de novo, o meu gabinete, pessoalmente ou pelo telefone. Nunca mais o fez.

Quando cheguei de Londres fui perguntado por um elemento da RDP, no Porto, se podia confirmar a minha presença no programa, no sábado. Imediatamente disse que não estava combinada qualquer presença, nesse sábado, até porque já tinha sido dito que estava em campanha e não o poderia fazer.

Portanto, houve aqui uma primeira recusa do Dr. Mário Soares, ausência de fixação de qualquer data com o meu acordo, nem a data pretendida e apresentada como consumada era viável para mim.

Mantenho o desafio que fiz já, em 1975, para um frente-a-frente com o Dr. Mário Soares, na televisão e na rádio. Verifico, com pena que, se ele não foi possível, não foi por culpa minha.

Estranho a atitude da RDP em tudo isto, pois considero que o programa se podia fazer agora em campanha eleitoral. Bastava que os dois partidos se dessem tempo de antena na rádio, para que o programa se realizasse e que a data fosse combinada com a devida antecedência.

A minha proposta continua, mas logicamente não vou alterar, à última hora, a minha campanha eleitoral, para satisfazer interesses do PS, do Dr. Mário Soares ou da RDP.

#### **"SOLIDARIEDADE COM O ESTADO DE ISRAEL"**

A Tarde - Atentado ao embaixador de Israel em Lisboa. Rapto do dirigente da UCD, Javier Ruperez, em Madrid. Factos que dominam a actualidade e põem a tónica na insegurança - atentados e tensões sociais que se sucedem de modo

contínuo. Que lhe parece esta situação? Se a AD for Governo como actuará face a greves e a tais manifestações de insegurança?

S.C. - Antes de mais, quero ter uma palavra de total solidariedade para com o embaixador de Israel e as demais vítimas deste repugnante atentado. Espero que o Estado português saiba tomar as providências urgentes para identificação e punição dos responsáveis de forma a evitar que actos bárbaros como estes se repitam.

A minha solidariedade vai também para o Estado e o povo de Israel que foi igualmente vítima deste bárbaro atentado, bem como para as famílias das vítimas, designadamente a do guarda da PSP que nele faleceu.

É indispensável que se crie em Portugal um clima de responsabilidade e segurança que não tem existido. Basta, recordar os incidentes de Montemor e o não conhecimento do inquérito feito.

Este Governo não tem contribuído para um clima de responsabilidade e segurança. Recordo o que se passou com os presos de delito comum do PRP visitados pelo ministro da Justiça. Tudo isto cria um clima que pode gerar mais actos como este. A falta de autoridade, a indefinição de uma política clara, interna e externamente, não são contributo para um clima de responsabilidade e segurança que nos falta.

Vivemos um momento em que actos destes se repetem, em Espanha, Portugal e no Irão, a caracterizar uma ofensiva internacional do terrorismo.

Seria exagerado dizer que se trata de uma terceira Guerra Mundial, mas que a difusão do terrorismo constitui um clima de pré-guerra e de insegurança generalizada que servem os interesses do imperialismo soviético, isso tenho como certo.

Um Governo da AD será um contributo importante para terminar com este estado de coisas e para, através da autoridade democrática estatal e de uma política internacional bem clara e definida, desenvolver, como objectivos fundamentais, a defesa intransigente dos interesses dos portugueses, a integração de Portugal no Mercado Comum e a defesa do Mundo Ocidental, designadamente através da participação de Portugal na NATO, com combate sistemático a todas as formas de terrorismo. Tudo isto, modificará, em Portugal, este clima.

Concretamente, em relação ao Estado de Israel, a nossa posição é que não admitiremos qualquer solução, nem apoiaremos qualquer movimento que não aceite a manutenção e defesa do Estado de Israel.

A causa do povo palestino merece encontrar soluções negociadas para as quais os acordos de Camp David são um começo positivo que urge executar, mas nunca poderão ser defendidas à custa do respeito e manutenção do Estado de Israel.

Quanto ao problema das greves, o Governo da AD respeitará o direito à greve mas não temem o seu exercício porque a política que desenvolverá será concreta, em defesa dos trabalhadores e dos mais pobres.



A Tarde - O Dr. Sá Carneiro afirmou, em entrevista dada à "Voz da América", quando recentemente esteve nos Estados Unidos, que poderia vir a abandonar a política, se os seus projectos não triunfasssem até 1980, inclusive. Porquê?

S.C. - Confirma-se aquilo que veio publicado. Entendo que, apostando totalmente, como aposto com empenho, na AD, cabe-me, pessoal e politicamente tirar as consequências, se contra o que espero, o eleitorado não nos der a maioria, agora e em 1980.

Isso significa que o meu projecto e o meu estilo, não era aceite pelo eleitorado. Se não tivermos a maioria (hipótese teórica, repito) haverá que negociar, a partir de 1980, com os nossos adversários, uma revisão da Constituição e uma caracterização do próprio sistema económico e social. A partir daí, é o regime e o sistema que estarão em causa e para essa tarefa não sou a pessoa indicada porque nunca a faria com convicção.

Espero que isto não venha a acontecer, até porque o povo português está profundamente mobilizado neste nosso patriótico projecto em torno da Aliança Democrática.

## **1.50. Entrevista ao "Tempo" - 29/11/79**

### **"SE FOR PRIMEIRO-MINISTRO DEIXO A VIDA PARTIDÁRIA"**

"Gosto demasiado de política para me candidatar à Presidência da República. Sou estruturalmente antipresidencialista e sempre entendi que, em Democracia, a política deve ter no Parlamento a sua razão e o seu objectivo."

Quem assim se confessou foi o presidente do PSD, Sá Carneiro, quando há dias serpenteávamos, com ele, a Serra da Estrela em plena corrida eleitoral pela Beira interior. Na sua opinião o presidencialismo pode conduzir, em Portugal, a um qualquer bonapartismo não democrático: "Por várias vezes disse ao dr. Mário Soares que a tese dos governos minoritários conduziria ao presidencialismo. Mas ele não quis entender. E repare, agora, no entendimento crescente entre o PS e o PR."

Mas Sá Carneiro é, também, um homem confiante (ainda que preocupado): "Por todo o lado encontramos um país mais pobre, mais miserável. Mas encontramos, igualmente, maior entusiasmo e uma grande esperança na nossa vitória. As pessoas sabem que o nosso programa é de mudança."

Foi este Sá Carneiro, "conhecedor das responsabilidades", e seguro na vitória da AD no próximo domingo, que anteontem fomos novamente encontrar no seu gabinete de trabalho da sede do PSD. Um Sá Carneiro sereno, ligeiramente engripado em consequência da indisciplina e desregramento de horários que esta extenuante campanha lhe impôs. Mas, acima de tudo, um político disposto a superar-se na capacidade de "serviço nacional" que afirmou ser seu objectivo e pronto a assumir as responsabilidades de chefia do Governo se obtiver a maioria parlamentar.

"Tempo" - Como se sente a meia dúzia de dias de poder vir a ser convidado pelo general Eanes a formar Governo?

Sá Carneiro - Sinto-me satisfeito com a campanha eleitoral e com um grande sentido da responsabilidade. Responsabilidade derivada do estado em que o País se encontra, bastante pior do que em 1976, e derivada, também, do carácter decisivo destas eleições. É de facto uma escolha seríssima para o futuro de Portugal.

"T" - Disposto, portanto, a aceitar a indigitação para Primeiro-Ministro...

S.C. - Se a Aliança Democrática tiver a maioria, claro, formaremos Governo.

"T" - Alguém disse um dia que ser Primeiro-Ministro foi desde sempre a grande e verdadeiramente única ambição do dr. Sá Carneiro, ambição entendida mais como realização pessoal do que propriamente partidária ou ideológica...

S.C. - Quem assim fala não me conhece, nem pessoal nem politicamente.

"T" - Sei, porque já o ouvi afirmá-lo repetidas vezes, que não gosta de falar de si próprio. Mas é inevitável que eu o faça, hoje, nas vésperas de o dr. Sá Carneiro poder vir a ser o Primeiro-Ministro deste País. Nessa medida gostaria de recordar-lhe o desabafo de alguém que afirma tê-lo conhecido de perto, que afirmou "ter receio de que um dia o Poder lhe possa subir à cabeça". Houve até quem tivesse afirmado que "se as circunstâncias lhe fossem favoráveis poderia facilmente tornar-se um ditador"...

S.C. - Não me parece que essas afirmações necessitem de grandes comentários. A minha actividade política está à vista, tanto antes como depois do "25 de Abril". Julgo que soube sempre romper e renunciar. Nunca me agarrei ao Estado nem ao Poder. Até dentro do Partido, poderia ter ficado quando estive doente e não fiquei. Trabalho em termos de realização pessoal, é certo, mas acima de tudo em termos de utilidade para o Partido, para a política, para o País... Não é certo que virei a ser Primeiro-Ministro, mesmo se a Aliança Democrática ganhar as próximas eleições, essa será uma decisão a tomar por mim, pelo Partido, pela Aliança Democrática, após o acto eleitoral. Uma coisa é certa: se for Primeiro-Ministro não poderei continuar a dedicar-me às actividades partidárias. Entendo que são duas coisas inconciliáveis porque entendo que a tarefa do Governo é demasiado absorvente, demasiado séria para ser repartida. Entendo também que um Governo se deve colocar no plano nacional e não no plano puramente partidário. Daí a necessidade, para mim, de distinção clara entre as funções partidárias e as funções de Governo.

"T" - Por vezes tenho a sensação de que o dr. Sá Carneiro se irrita com o facto de ter de constantemente das satisfações públicas - quer a políticos, quer a jornalistas, quer a companheiros de partido. Dá-me a impressão de que desejaria, no íntimo, que as pessoas reconhecessem automaticamente a evidência das suas análises e estratégias políticas. Numa palavra, parece não ter muita paciência para se justificar, e acredita na sua infalibilidade...

S.C. - Não, não acredito na minha infalibilidade. Às vezes sinto uma certa impaciência quando insistem em perguntas sobre coisas evidentes. O que não é o

seu caso... Eu entendo que é necessária a pedagogia, é necessária a resposta e o esclarecimento. Mas não podemos mostrar às pessoas a pouca consideração de termos de explicar-lhes tudo e constantemente. É uma questão de respeito pelas pessoas...

### **"O PCP PODIA TER SIDO ILEGALIZADO"**

"T" - Há cerca de quatro anos fez, numa entrevista, a defesa do Estado de direito, em oposição ao arbítrio do Poder e às chamadas "democracias militares". E a esse propósito referiu que na Alemanha Federal do pós-guerra o Tribunal Constitucional havia proibido o Partido Comunista e um partido neo-nazi! Poderei perguntar-lhe se, com base naquilo a que tem chamado a actuação anti-democrática do Partido Comunista Português, o primeiro-ministro Sá Carneiro poderá um dia a vir a encorajar uma tal decisão judicial em relação ao PCP?

S.C. - O problema já não se põe. Poderia ter sido posto se não tivesse havido a amnistia em relação ao "25 de Novembro". Estou convencido de que essa amnistia favoreceu especialmente o Partido Comunista, pois representou a impossibilidade de se averiguar da sua responsabilidade (ou de militantes seus) nesses eventos. Neste momento, tanto quanto sei, não há factos que justifiquem o processamento do Partido Comunista ou de qualquer outro partido. Aquilo que digo do PC digo dos demais partidos. Se houver acontecimentos que impliquem a conclusão de que esses partidos actuaram contra a lei, contra as instituições democráticas, actuaram subversivamente, entendo que devem ser processados e, dentro do processo contraditório, das garantias de defesa, julgados e, eventualmente, proibidos de exercer a sua actividade. É uma regra do Estado de Direito, é uma regra de defesa da Democracia, e é pena que não se tenha aplicado entre nós, porque me parece que já houve fundamento para isso. Mas continuamos a viver num clima de irresponsabilidade, como demonstra a amnistia, como demonstra a falta de conhecimento dos inquéritos de Montemor. Vivemos, afinal, num clima que não é aquele que foi prometido no "25 de Novembro", pelo menos no plano civil. No plano militar já as coisas se passaram de modo diferente. Para mim o combate ao Partido Comunista, como a qualquer adversário com um projecto inconciliável com o projecto da democracia ocidental, faz-se sem perseguições, sistematicamente, mas por meios políticos e democráticos. Faz-se pela melhoria das condições de vida dos portugueses. Só em casos excepcionais é que este ou aqueloutro partido podem estar sujeitos a procedimentos.

"T" - Acredita que a Aliança Democrática poderá governar sem ter de se confrontar no campo social com o Partido Comunista?

S.C. - Haverá um confronto político entre a maioria da Aliança Democrática e a representação parlamentar do Partido Comunista (e o Partido no seu conjunto), essa é a luta partidária. Mas não mais do que isso, se o Partido Comunista proceder dentro do respeito das leis e das instituições.

"T" - Mesmo que esse respeito pelas leis resulte num bloqueamento da vida económica do País através de greves constantes?

S.C. - O Partido Comunista não tem legitimidade para fazer greves. Pode tentar instrumentalizar os sindicatos, pode tentar instrumentalizar os trabalhadores. Mas estou convencido de que serão os sindicatos e os trabalhadores a dizer-lhe que não, pois os trabalhadores estão mais interessados nas suas condições de vida e no seu emprego, do que a servir de arma de arremesso de qualquer partido. De resto, neste momento, a ameaça de perturbações sociais vem mais dos socialistas do que dos comunistas, o que é estranho mas verdadeiro.

**"O CONSELHO DA REVOLUÇÃO DEVE ACABAR EM MARÇO"**

"T" - A propósito de "democracias militares" ouvi-o há dias afirmar, em plena campanha eleitoral, que Portugal não tem 5 anos de Democracia, tem antes 5 anos de Revolução. O que o leva a proferir uma tal afirmação?

S.C. - Para que haja democracia plena em Portugal é preciso que haja mudança. Que se acabe com o Conselho da Revolução, que haja uma revisão da Constituição. Aquilo que temos tido é, de facto, revolução, alteração brusca e pela força, ou sob a ameaça da força, do sistema, do regime. Não houve alterações substanciais pelo voto e devia ter havido, pois essa foi a promessa do 25 de Abril. Mas surgiu o Conselho da Revolução como meio de garantir que não se tocassem as transformações económicas deliberadas no " 11 de Março". No fundo, o Conselho da Revolução veio para bloquear qualquer mudança, mesmo democrática, no sistema económico e social. Por isso digo que isto é revolução, não é democracia..

"T" - Como sabe não está previsto na Constituição um prazo limite para a existência do Conselho da Revolução. Existe, porém, um Pacto

**"O PR NÃO TEM QUE INTERFERIR NA POLÍTICA EXTERNA"**

"T" - Por oposição a esse cenário teremos, então, uma vitória da Aliança Democrática e a escolha de um candidato (civil?) à Presidência da República?

S.C. - Vamos escolher o candidato depois das eleições. Temos o perfil traçado e as condições. Ainda não escolhemos a pessoa, mas em

MFA - Partidos que caduca em Março, e que lhe deu origem. Concorde que essa é a data oportuna para pôr fim àquele órgão político-militar?

S.C. - É um problema a estudar e a ver entre a Constituição e o referido Pacto. O Conselho da Revolução é excepcional e o Pacto em si também; Portanto, o Conselho da Revolução não deve prolongar-se em princípio além do tempo nele expressamente previsto.

"T" - Tem sido repetidas vezes afirmado que a vitória da AD condiciona a escolha dos candidatos à Presidência da República. Alguns observadores têm mesmo afirmado que se a AD perder o general Eanes recandidatar-se-á e, com o apoio do PS e do PCP, ganhará seguramente as eleições. Parece-lhe correcta esta observação?

S.C. - Acho que é um cenário bastante possível, dentro do cenário, bastante menos possível, da derrota da Aliança Democrática... Mas se, de facto não alcançarmos a maioria, tudo aponta para um entendimento entre o Presidente da República, o Conselho da Revolução, o Partido Socialista e o Partido Comunista para

manter tudo como está, caminhando, se necessário para um 3.º Pacto, informal desta vez, e só com parte dos partidos, que seria um Pacto de presidencialismo militar. De facto esse parece-me ser o risco maior, uma das consequências mais graves da derrota da Aliança Democrática. Aliás, parece-me haver indícios nesse sentido, até pela aproximação que o Partido Socialista fez em relação ao general Eanes e vice-versa e pela actuação deste Governo que é mais uma vez uma actuação para-eleitoral de um Governo não partidário. No fundo, esse cenário conservaria aquilo que eu tenho chamado de "comunismo burocrático de fachada conservadora", que representa, repare, o imobilismo, a manutenção de tudo o que está. E o corte com a possibilidade de acesso à plena democracia. E, sendo assim, sendo realmente uma imobilização total, poderia provocar, no futuro, uma reacção violenta não democrática.

"T" - Um golpe de Estado?

S.C. - Sim, essa é uma das saídas para situações destas, como o foi em 25 de Abril.

Em princípio deverá ser um civil. Se vier a ser um militar nunca poderá haver confusão entre o Presidente da República e cargos militares, designadamente o de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Em segundo lugar terá de ser sempre um candidato que esteja de acordo com a Aliança Democrática, aceitando, portanto, o nosso apoio e um certo compromisso político.

"T" - Poderá ser o coronel Pires Veloso esse candidato, se se tratar de um militar?

S.C. - Não pensamos ainda em nome nenhum. Não temos nenhum nome decidido ou excluído.

"T" - E como irão ser as relações entre o Presidente da República e o Governo da AD se esta ganhar no domingo? Haverá uma "guerrilha" aberta entre São Bento e Belém?

S.C. - Não creio. A Aliança Democrática, a maioria parlamentar, o seu Governo, terão uma legitimidade nova, na medida em que se apresentou claramente ao eleitorado com o seu Programa, pôs claramente as questões quanto ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República e, portanto, não acredito que, por quaisquer atitudes de

oposição sistemática, o general Eanes não acatasse a vontade do eleitorado.

"T" - Como sabe, o Presidente Eanes tem posto o seu empenho pessoal na condução da política externa portuguesa, nomeadamente no que refere à aproximação das ex-colónias e a abertura aos países do Terceiro-Mundo e Não-Alinhados. Julga que será possível um entendimento entre esta posição do Presidente da República e a do futuro Governo da AD?

S.C. - O Presidente da República não tem que ter política externa nenhuma. Quem define a política externa é o Governo. O Presidente da República em matéria de política externa tem três competências, segundo o art.º 138.º da Constituição: acreditar representantes diplomáticos estrangeiros em Portugal e nomear os por-

tugueses sob proposta do Governo: assinar tratados e convenções já ratificados; fazer a guerra e declarar a paz. A condução da política, tanto interna como externa, compete pois, ao Governo. O Presidente da República é o representante do Estado português, em Portugal e no estrangeiro, mas isso não lhe confere qualquer competência para conduzir a política externa. O que se passou nos últimos anos foi que houve, de facto, a entrega, por parte dos Governos, da política externa, ao Presidente da República em maior ou menor grau. Mas isso tem de cessar para que a Constituição se cumpra e o sistema político funcione.

"T" - Permita-me que insista neste ponto: o tacto de o (eventual) Governo AD chamar a si a condução da política externa representará uma inflexão na política de aproximação com as ex-colónias até agora prosseguida?

"T" - As relações com as ex-colónias devem ser sempre consideradas e estão mencionadas no nosso programa como um dos pontos principais. Aliás, é do nosso interesse que assim seja. Mas a política externa portuguesa deve ser, acima de tudo, de defesa dos interesses portugueses. Deve ser feita sem complexos, sem subordinações e, sobretudo, de Estado a Estado, sem ter de ser por intermédio de partidos ou de personalidades. Portanto, reforçar a cooperação com as antigas colónias é uma necessidade, isso não está em discussão. Mas terá de ser feito pelo modo que o Governo entenda.

### **"HÁ QUE ASSUMIR A BIPOLARIZAÇÃO PARA EVITAR A RADICALIZAÇÃO"**

"T" - O Dr. Sá Carneiro disse há dias numa entrevista que "a Aliança Democrática demonstra a minha capacidade de realização e trabalho". Parece que ninguém duvida disso, mas há quem duvide, isso sim (e por isso há quem aposte na pulverização da AD a curto prazo) da sua capacidade de conciliação quando se passar do papel à prática política, quando começarem a emergir as diversas (e porventura inconciliáveis) sensibilidades hoje "adormecidas" no seio da AD.

S.C. - Permita-me uma pequena ratificação: eu não disse que era só minha a capacidade de realização. A AD demonstra a capacidade de realização de todos nós. Mas eu não estou fundamentalmente preocupado com esse género de problemas. O Governo tem que governar e exercer o Poder, coisa que pouco tem sido feita em Portugal. Parece que os nosso governantes, os nossos órgãos de soberania, têm estado mais apostados em preservar o Poder, não o exercendo. Ora é essa a melhor maneira de o perder e de servir mal o País. É preciso governar, com sentido nacional, e o que nos une na Aliança Democrática é precisamente esse sentido nacional de serviço, de realizações, de poucas palavras, de pôr de lado disputas. E estou convencido de que não só a Aliança Democrática funcionará, tal como está previsto no nosso acordo, até 1984, como o Governo da AD será coeso, será eficiente.

"T" - Uma última questão. Os observadores são unânimes quanto a um facto: a bipolarização está feita. E eu pergunto-lhe: por culpa de quem? É do seu agrado, a bipolarização?

S.C. - A bipolarização é um facto. Decorreu do modo como as coisas se processaram em matéria de Governo e de política geral desde 1976. Fomos caminhando

de ocasião perdida em ocasião perdida, por falta de coragem, por falta de ousadia, por falta de exercício de Poder. A bipolarização deve, agora, ser assumida democraticamente para que não redunde em radicalização. Temos de evitar a radicalização assumindo a bipolarização. Se, como espero, houver um Governo da Aliança Democrática, colocando-se ele, como colocará, no plano nacional e não no plano partidário, evitar-se-á a radicalização. O Governo da AD não perguntará a nenhum cidadão que partido tem, não funcionará para os partidos. Funcionará para todos os portugueses.

### **1.51. Depoimento para "O Jornal" - 30/11/79**

#### **QUE É VENCER AS ELEIÇÕES? E PERDE-LAS?**

"Se a questão é saber o que significa para a Aliança Democrática ganhar as eleições intercalares, direi que nos consideraremos vencedores se obtivermos de facto uma maioria absoluta de deputados no futuro Parlamento. Mas também poderei acrescentar que não perder as eleições corresponderá na prática a obtermos mais votos em 2 de Dezembro do que aqueles que os partidos que integram a AD averbaram há três anos.

O que significa para nós perder as eleições? Em termos muito simples direi que isso se traduzirá em obtermos menos votos do que aqueles que o eleitorado deu aos partidos da AD em 1976, e só isso.

Relativamente ao problema do futuro Governo é sabido que só aceitaremos esse compromisso no caso de dispormos de uma maioria absoluta de deputados. Claro que a nossa posição face a um possível Governo minoritário - que só formalmente será minoritário - será de total oposição."

### **1.52. Entrevista ao "Primeiro de Janeiro" - 30/11/79**

#### **ESCOLHER MODELO DE SOCIEDADE E CANDIDATO À PRESIDÊNCIA**

Sá Carneiro, presidente do PSD, afirmou em entrevista a "O Primeiro de Janeiro" que, se a AD for governo, governará sem perguntar a nenhum cidadão qual é o seu partido.

O líder dos social-democratas garante, ainda, que, em matéria de corrupção, a AD "não tem telhados de vidro" e publicará o que se averiguar, doa a quem doer.

Sá Carneiro não se sente ameaçado por Kaúlza, nem por Múrias, porque entende que eles não têm votos e expressão parlamentar. Por outro lado, julga que o PS será condenado neste "julgamento eleitoral" porque "tem andado a reboque do PC".

A Presidência da República não está no seu horizonte, a médio prazo, e se for primeiro-ministro deixará de exercer funções partidárias.

P.J. - Por que razão afirmou já que estarão perdidas as eleições de 1980 se a AD não ganhar estas?

S.C. - Nunca disse isso. Acho que estas eleições, isso sim, vão influenciar fortemente as de 1980. Mas mesmo que a AD não tenha a maioria dos deputados na Assembleia da República agora, poderá vir a tê-la em 1980.

P.J. - Considera esta eleição intercalar decisiva, em que sentido? Por que com o seu resultado a AD poderá modificar o quadro institucional?

S.C. - Em termos de alteração do quadro institucional não. Mas elas são decisivas, primeiro porque o estado do País é de maior atraso, de maior pobreza, maior desilusão e desesperança que em 1976. E porque a AD representou já mudança efectiva. Estas eleições, ao contrário das de 1976, vão ser uma escolha de Governo, uma escolha de modelo económico-social. Por outro lado, elas vão permitir a escolha de um candidato à Presidência da República.

P.J. - Quer dizer que as reformas que a AD vai introduzir, se for Governo, respeitarão o quadro constitucional?

S.C. - Às reformas que vamos introduzir serão feitas dentro do quadro da actual Constituição, com vista à sua revisão. As eleições de 2 de Dezembro foram inicialmente desvalorizadas pelos nossos adversários, mas hoje todos reconhecem que vão ser decisivas.

P.J. - Se a AD não for Governo, e se se caminhar para um executivo fora do plano partidário, quais os elementos do actual Gabinete apoiaria, ou não apoiaria, e porquê?

S.C. - A AD, se não tiver a maioria dos deputados, será oposição. Se os nossos adversários tiverem a maioria, poderão exercê-la, quer através de um Governo partidário, quer através do apoio a um Governo do tipo do actual. É o que hoje sucede, é o que se poderá prolongar. Mas a AD funcionará em oposição com um outro Governo.

#### **POLÍTICA DO PS INFLUENCIADA PELA DO PCP**

P.J. - Tolera, então, os Governos independentes?

S.C. - Os Governos ditos independentes não me parece que devam subsistir após as eleições. Se se for para isso, será uma fórmula camuflada de governo dos nossos adversários.

P.J. - Por que é que diz que será camuflada?

S.C. - Entendo que a actual situação é a de um Governo favorável ao PS e ao PC. É um Governo que indirectamente apoiaram na Assembleia da República. E é, também, um Governo que o PS já disse estar disposto a viabilizar após as eleições, em determinadas condições, e com remodelações.

P.J. - Por que razão faz "finca-pé" em considerar a esquerda sempre como um bloco, quando não há uma frente de esquerda, em contraponto à frente de direita da AD?



S.C. - Não há, formalmente, mas existe.

P.J. - Não será bem assim. Muitas das leis aprovadas na Constituição não resultaram da chamada maioria de esquerda.

S.C. - Aquelas leis aprovadas, designadamente, pelo PS e PSD foram esquecidas. Recordo a lei do sector público e privado, a Lei das Indemnizações, a própria Lei da Reforma Agrária. Os governos PS ou não as aplicaram ou foram para uma aplicação que era uma desvirtuação. Também aí actuaram segundo as conveniências do PC. Recordo que em Fevereiro de 1978, quando se constituiu o II Governo, o PS tentou fazer um acordo com o PC, que não foi assinado porque este se recusou, em que se comprometia a manter os limites das formações económicas e a não fazer alterações na propriedade social dos meios de produção. Ora, isto é uma prova de como a política do PS foi constantemente influenciada pela do PC. E, de acordo com uma frase do último livro do Dr. Mário Soares, "um partido socialista que anda a reboque de um partido comunista é um partido condenado."

Estou convencido de que é isso que avultará nas próximas eleições.

### **O GOVERNO DA AD COLOCAR-SE-Á NO PLANO NACIONAL**

P.J. - Acha, portanto, que o PS é um partido condenado?

S.C. - Acho que andou a reboque do PC e que, como as eleições são um julgamento, o julgamento eleitoral lhe será desfavorável.

P.J. - Com apoios como o de Kaúlza de Arriaga e de Manuel Murias, exigindo à AD posterior respeito pelo seu projecto político de direita, sob a ameaça de que a AD não governará se não o respeitar, como é que se sente? Ameaçado? Obrigado a ceder? Ultrapassado?

S.C. - Nenhuma dessas coisas. Em primeiro lugar não há apoios. M. Murias é candidato do PDC, não temos nada a ver com isso. K. de Arriaga não apoia a AD, até porque não tem votos.

P.J. - Mas aconselhou o voto na AD...

S.C. - Não tem expressão parlamentar. Nunca concorreu às eleições.

P.J. - Mas pode ter uma determinada base social de apoio...

S.C. - Não. Isso não me preocupa nada. Se fosse o caso de um partido com votos dizer que desista a favor da AD, pois aí a AD definiria a sua posição. Por enquanto há apenas uma tomada de posição meramente teórica.

P.J. - Quer dizer que, para si, os votos do PDC não seriam bem-vindos?

S.C. - O PDC é um concorrente. Não temos nada com isso, não há nada que acolher ou que rejeitar.

P.J. - A base de apoio que se constituiu ultimamente, em relação à AD, e até porque houve mudança no eleitorado, está mais à direita do que aquilo que o PSD desejaria e gostaria?

S.C. - A base social de apoio da AD é a dos partidos e forças que a compõem, e será também uma base vinda do eleitorado do PS de 1976.

P.J. - Quais PS, tirando os reformadores?

S.C. - Muitas pessoas que votaram PS em 1976, e que se sentem frustradas, e estão dispostas a mudar de voto.

P.J. - Não teme um conflito posterior, se a AD for Governo?

S.C. - Não. O Governo AD colocar-se-á no plano nacional e não no partidário. Não entrará na luta político-partidária. Governará e exercerá o poder, coisa que até agora não tem sido feita, sem perguntar a nenhum cidadão qual é o seu partido.

### **NÃO HA ÚLTIMOS FUSÍVEIS EM DEMOCRACIA**

P.J. - O Sr. disse, em 1977, que Eanes era o último fusível da democracia. Agora que a AD "queimou" este último fusível, o que é que se segue: a não democracia ou tem outro fusível de reserva?

S.C. - Não me lembro de ter empregado essa expressão. Não há últimos fusíveis em democracia. Desde que haja respeito pela liberdade das pessoas, a democracia representa sempre liberdade de acção, possibilidade de mudança e de melhoria.

P.J. - Sente-se primeiro-ministro ou mais vocacionado para Presidente da República?

S.C. - Sinto-me bem como presidente do PSD. Não encaro a Presidência da República como actividade política a médio prazo. Como primeiro-ministro, se tivermos a maioria, e se for entendido que devo ser eu, assumirei a minha responsabilidade, mas sem desempenhar funções partidárias.

P.J. - Renunciará ao partido?

S.C. - Ao partido não, às actuais actividades talvez. O PSD decidirá.

P.J. - Há quem diga que uma vitória da AD é uma vitória de Sá Carneiro, mas uma derrota do PSD. Que diz?

S.C. - Se houver vitória da AD haverá vitória do PSD.

P.J. - Freitas do Amaral tem batido sistematicamente na corrupção do aparelho do Estado, durante a campanha, e diz ter provas, embora não seja conveniente apresentá-las agora. Será que a AD seria atingida, com a sua revelação, uma vez que é a banca que, por norma, "cobre" esses desvios, e há nela grande percentagem do PSD e CDS?

S.C. - A corrupção verifica-se e existe. Não envolve necessariamente a banca. A AD estudará mecanismos legais para a combater, esteja ela onde estiver e atinja quem atingir. A AD não está envolvida, com pessoas suas, seja em que sector for. Não tem telhados de vidro. Aquilo que se averiguar será publicado e não protegeremos ninguém.

## 1.53. Conferência de Imprensa - 03/12/79

### CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA AD NO HOTEL ALTIS

Já passava das cinco da madrugada de dia 3 quando, no Hotel Altis, os três líderes da AD deram uma conferência de Imprensa em que ressaltou a serenidade e o sentido de responsabilidade.

Como nota de reportagem, referiremos que a assistência que enchia completamente a sala demonstrou, a pedido dos líderes, a sua maturidade, evitando sublinhar com aplausos as respostas que iam sendo dadas aos jornalistas. A alegria da vitória só transbordaria mais tarde, em plena rua, quando uma pequena multidão, empunhando bandeiras da AD, homenageou os líderes.

É o seguinte o relato integral da conferência de Imprensa:

Pergunta - A A.D. parece encaminhar-se para a maioria. Se a A.D. não obtiver a maioria, o dr. Sá Carneiro tentará o cargo de 1.º Ministro?

S.C. - A Aliança Democrática mantém, como em tudo mais, a sua posição inicial, a posição que manteve durante a campanha. Só formará Governo se tiver a maioria absoluta dos lugares na A.R.

Perg. - Mesmo que o Presidente da República vos convide a formar Governo?

S.C. - A A.D. mantém essa posição e o PSD, na A.D., mantém essa posição. Só formaremos Governo se tivermos maioria absoluta dos lugares da Assembleia.

Perg. - E se não tiver essa maioria?

S.C. - Isso será uma conclusão a tirar em face dos resultados. Se a A.D. ao contrário do que os resultados indicam, não tiver a maioria absoluta, é natural que o P.S. seja o maior grupo parlamentar, mas parece-me que isso não vai acontecer.

Perg. - Se a A.D. tiver a maioria absoluta, é o dr. Sá Carneiro o Primeiro-Ministro?

S.C. - É natural que o líder do PSD, tendo a A.D. uma maioria parlamentar, seja convidado a formar Governo.

Perg. - E nesse Governo fariam parte, naturalmente o dr. Freitas do Amaral e o arq. Ribeiro Telles?

S.C. - O Governo da A. D. só será formado na altura própria, na altura em que seja feito o convite a um dos líderes da A.D. para formar Governo. Até essa altura quaisquer especulações, quaisquer suposições, carecem de fundamento, tudo aquilo que se diga até à altura da A.D. anunciar o seu Governo, carece de fundamento.

Perg. - A A.D. será, pois, Governo. A primeira questão será se admite o confronto do Governo da A.D. e do Presidente da República, dados os múltiplos ataques do PSD, do dr. Sá Carneiro e da própria A.D. à personalidade política do general Ramalho Eanes.

S.C. - Pela nossa parte haverá, se formarmos Governos na base da maioria dos lugares do Parlamento, a solução do poder que ao Governo compete. Não haverá afrontamento com ninguém, nem com nenhum órgão de soberania. É evidente que não lhe posso responder pelo Presidente da República, só ele o pode fazer.

Perg. - Qual é para a A.D. a conclusão de descida do P.S., que parece significativa?

S.C. - Ao longo da campanha, disse várias vezes que as eleições são um julgamento. O julgamento dos Governos, que espero tenham antecedido o Governo da A.D., a escolha de uma nova política, de um novo Governo. Essa descida, a confirmar-se, significará que o julgamento do eleitorado em relação ao P.S. foi negativo. Por aquilo que fez, pelo que prometeu e não cumpriu, por aquilo que deixou por fazer.

Perg. - Eu gostaria que o dr. Sá Carneiro fizesse um comentário do discurso do Presidente da República no encerramento da actual campanha? E do discurso da Primeiro-Ministro?

S.C. - Eu creio que esses discursos não carecem de comentários, valorizam-se por si próprios. Em meu entender (falo a título pessoal) representaram uma intervenção negativa na campanha eleitoral, que estou convencido foi assim valorizada pelos portugueses. Redundaram em prejuízo dos próprios, não em prejuízo dos resultados eleitorais. É a minha opinião pessoal.

Perg. - O que pensa o Governo da A.D. fazer em relação à legislação do V Governo?

S.C. - O problema não se põe tanto ao Governo da Aliança, mas à maioria que a A.D. espera ter na Assembleia da República. E essa maioria examinará toda a legislação publicada por este Governo, para sujeitar a ratificação parlamentar todos aqueles diplomas que entenda não deverem manter-se.

Perg. - Quais as diferenças fundamentais entre o Governo Pintassilgo e a A.D.?

S.C. - É difícil responder. Porque é difícil dizer qual a política do Governo precedente. A A.D. tem a sua política definida no seu programa eleitoral do Governo e é essa que concretizará a mudança no sentido da estabilidade e do exercício da autoridade democrática do Estado, do cumprimento das leis, da prossecução de uma política económica e social, que realize justiça social, uma política de consenso. Não vejo essas linhas presentes na actuação do actual Governo.

Perg. - Uma mudança de Governo equivalerá a uma escolha do eleitorado quanto a outro modelo de sociedade?

S.C. - Sempre dissemos que nestas eleições, mais, muito mais que uma preferência de partidos, estava em causa uma escolha de Governo, uma escolha de política e uma opção entre modelos de sociedade. Temos um determinado modelo de sociedade de base colectivista. O nosso modelo é diferente, é de base personalista. Queremos um sistema para as pessoas e não as pessoas para um sistema, como até agora tem acontecido.

Perg. - Portanto nessas suas palavras há uma certa incompatibilidade entre a acção governamental e a própria Constituição da República portuguesa?

S.C. - De maneira nenhuma. Essa mudança, esta escolha de modelo de sociedade pode fazer-se e vai fazer-se, assim o creio, dentro do âmbito da actual Constituição, até à revisão. Vai depois ter consequências na revisão da Constituição, mas a Constituição portuguesa é bastante ambígua e pouco clara em muitos aspectos. A maioria da A.D. não é apenas uma maioria, como está dito no nosso acordo público, para alterar em devido tempo, depois das eleições de 1980, a Constituição, e para apoiar um novo candidato à Presidência da República. Para institucionalizar em Portugal a plena democracia que ainda não existe.

## **1.54. Mensagem sobre as eleições - 05/12/79**

### **À CONFIANÇA DOS PORTUGUESES TEMOS DE CORRESPONDER COM MUITO TRABALHO**

Neste momento quero expressar a todos os portugueses o meu profundo apreço pelo modo como decorreu o acto eleitoral do passado dia 2.

Os homens e mulheres de Portugal, qualquer que tenha sido a sua opção de voto, honraram mais uma vez o nosso País e são, todos eles, merecedores do nosso grande respeito.

Em especial aos militantes e simpatizantes do PSD e da JSD, como Presidente e militante n.º 1 do nosso Partido, testemunho a gratidão e o entusiasmo que a sua actuação durante esta campanha eleitoral e ao longo dos anos me merece, em tempos e circunstâncias muito difíceis.

Os resultados eleitorais demonstraram que a nossa linha de actuação está certa.

A confiança que em nós depositaram os portugueses temos de corresponder com muito trabalho e com um grande sentido de responsabilidade e de patriotismo. É o que vamos continuar a fazer, ainda com maior empenhamento, para bem de todos.

Francisco Sá Carneiro

## **1.55. Entrevista a "O Jornal" - 07/12/79**

### **"PRIORIDADE NO COMBATE À INFLAÇÃO E AO DESEMPREGO"**

"De momento, as prioridades para o futuro Governo da Aliança Democrática são o combate à inflação e ao desemprego, mas existem outras prioridades, em matéria legislativa como a elaboração de novas leis eleitorais, da nacionalidade, do sector público e privado e do referendo" - afirma Francisco Sá Carneiro, líder do PSD e da AD, em entrevista concedida a "O Jornal", a primeira a órgãos de comunicação social nacionais, depois de conhecidos os resultados oficiais das eleições (excluindo o círculo da emigração). Sá Carneiro analisa ainda o resultado das eleições e o facto de a AD ter obtido menos votos que os partidos de esquerda; afirma não

ter pressa em ser chamado a Belém e faz diversas e significativas observações sobre a forma como irá ser constituído o seu Governo.

"O Jornal" - Que significado atribui aos resultados das eleições de domingo passado?

Sá Carneiro - Creio que, por um lado, a percentagem de votação demonstrou a maturidade dos eleitores, a possibilidade de viragem atendendo à experiência política dos últimos anos e a coincidência desse desejo e sentir geral de mudança com as propostas da Aliança Democrática.

Os resultados reflectem, por outro lado, também, a justeza da nossa estratégia - da Aliança Democrática em si, pelo acordo pré-eleitoral de Governos e das próprias listas conjuntas. Sem isso creio que a abstenção teria sido muito superior e os resultados muito diferentes.

Estou, portanto, satisfeito pelo facto de termos obtido a maioria dos lugares no Parlamento, que era um objectivo bastante ambicioso e foi conseguido. É evidente que agora nos espera uma tarefa muito difícil e o meu sentimento também é de grande responsabilidade.

### **EM DEMOCRACIA REPRESENTATIVA O QUE CONTA É A MAIORIA DOS LUGARES NO PARLAMENTO**

P. - Digamos que os objectivos essenciais foram alcançados, mas os acessórios - que seriam a obtenção de maior número de votos do que os dos partidos de esquerda - não o foram. Este facto tem sido objecto de comentários da parte de algumas formações políticas. Como os comenta?

R. - Os objectivos estratégicos foram conseguidos todos eles: maioria absoluta de lugares no Parlamento; possibilidade de formarmos Governo e mudança política também. É certo que em termos globais, e sem conhecermos os resultados dos emigrantes, os votos da Aliança Democrática e dos partidos que a compõem, nos Açores e na Madeira, foram inferiores à soma dos votos dos demais partidos. Simplesmente essa é uma realidade numérica, sem expressão política dado que, por um lado os nossos adversários concorriam em separado e por outro, em democracia representativa, o que conta é a maioria dos lugares no Parlamento.

A actual lei eleitoral nem sequer foi feita pelos partidos da AD; foi aprovada essencialmente pelas votações dos Partidos Socialista e Comunista, e o método de Hondt é o que está consagrado na Constituição.

Parece-me, desta forma, que ninguém tem de se queixar nem de uma coisa nem de outra, nem tão pouco minimizar os resultados por nós alcançados, com o facto de a aritmética dos votos ter aquela.

### **"NÓS NÃO TEMOS PRESSA"**

P. - Esperava ter sido já chamado a Belém para iniciar a formação do Governo, ou, pelo contrário, considera correcta a atitude do Presidente da República, ao aguardar os resultados oficiais para depois desencadear esse processo?

R. - Nós não temos pressa. É certo que o Presidente da República tem toda a justificação para aguardar os resultados oficiais. Neste momento, nem sequer conhecemos ainda os resultados do voto dos emigrantes. Assim, antes disso não seria natural que a Aliança Democrática fosse chamada a Belém.

Ô que me parece é que todo o processo legal é bastante moroso: veja que desde o anúncio da intenção do Presidente da República dissolver a Assembleia, em Julho, até às consequências dos resultados das eleições, vão mediar cerca de sete meses, o que é de facto excessivo. Creio que no futuro se deverá encontrar um processo mais simples, mais expedito, de fazer eleições e de formar rapidamente o Governo, pois é disso que o País necessita e é assim que devemos funcionar.

### **NÃO ALTERAR A ESTRUTURA DO GOVERNO E EVITAR A FORMAÇÃO DE GRANDES MINISTÉRIOS**

P. - O Dr. Sá Carneiro tem afirmado repetidamente que quer constituir um Governo de competências. Em termos de estrutura que gabinete pensa criar?

R. - A decisão que havíamos tomado já há tempo, se viéssemos a formar Governo, era a de não fazermos grandes alterações de estrutura. Isto porque essas alterações normalmente causam transtornos à eficiência dos serviços e tudo isso seria prejudicial à eficácia da acção governativa. A situação do País necessita de eficácia e rapidez na acção governativa e além disso o Governo terá à sua frente um horizonte de acção de cerca de dez meses, o que também desaconselha modificações estruturais.

### **GOVERNO PODE TER INDEPENDENTES E NÃO HAVERÁ DISTRIBUIÇÃO DE PASTAS PELOS PARTIDOS**

P. - É verdade que para a formação do seu Governo se vai socorrer dos elementos que integram os "gabinetes-sombra" do PSD e CDS?

R. - Não necessariamente. Ao formarmos Governo procuraremos reunir as pessoas que dêem garantias de competência e eficácia e possam fazer um bom trabalho. É natural que encontremos algumas nos "gabinetes-sombra", outras não.

Já o disse durante a campanha e assim procederei: nem sequer serão necessariamente militantes do partido, poderão ser independentes. O facto de se ser militante do partido e ocupar cargos mesmo a nível nacional, não é uma indicação para se estar no Governo.

P. - Que critérios seguirá para a distribuição das pastas pelos elementos do PSD e do CDS?

R. - Não haverá distribuição numérica de pastas. Haverá sim uma análise da pessoa mais indicada para a sobraçar e só no final faremos o cômputo para vermos como sai no espectro político.

### **CESSAREI AS MINHAS FUNÇÕES NO PARTIDO SE FOR PRIMEIRO-MINISTRO**

P. - Uma questão que anda no ar: Freitas do Amaral ficaria melhor como vice-primeiro-ministro ou presidente da Assembleia da República?

R. - Vamos a ver... Tenho a minha opinião pessoal, ainda é cedo para a dizer. O nosso Conselho Nacional vai reunir na sexta-feira (hoje), vai traçar as grandes orientações do partido para a formação do Governo, vai também resolver se deve estar no Governo ou não e no caso de ali ficar, o modo de me substituir no exercício das minhas funções no partido, visto que não acumularei...

P. - Substitui-lo no cargo de presidente...

R. - ... substituir-me pelo menos no exercício das funções, que cessarei se estiver no Governo. Sempre defendi, que um primeiro-ministro, no plano da sua actividade, deveria fazer esta destriça e assim procederei. Quanto ao Governo em si e especialmente a esse ponto que focou, relativo ao Prof. Freitas do Amaral, ainda é cedo. Quaisquer especulações, quaisquer nomes que se possam adiantar carecem de fundamento. Só o anunciaremos quando de facto chegar a altura oportuna.

P. - No entanto, está preparado para apresentar o Governo logo após ser convidado para o formar?

R. - Se for convidado a formá-lo e for encarregado pelo PSD - no quadro da AD -, a assumir essa responsabilidade, espero fazê-lo com rapidez. Neste momento tenho ideias, vai se trabalhando nisso...

### **NECESSÁRIO COMBATER INFLAÇÃO E DESEMPREGO**

P. - Tem reafirmado a sua preocupação em combater, prioritariamente, os problemas da inflação e do desemprego. Sob um ponto de vista legislativo que leis pensa deverão rapidamente ser aprovadas pela nova Assembleia da República?

R. - Em primeiro lugar temos de proceder ao exame da legislação publicada pelo actual Governo, e ver o que é necessário sujeitar a ratificação. Há, por outro lado, várias prioridades, que estão no nosso programa: já temos a trabalhar grupos na elaboração de um novo projecto de lei eleitoral, lei da nacionalidade, lei do sector público e privado. Parece-me que é fundamental que o Governo se concentre, logo de início, na tarefa da administração e da gestão corrente, enquanto a maioria da Assembleia da República vai discutindo e aprovando as leis.

P. - E a lei-quadro do referendo?

R. - Essa está a ser estudada também e estou convencido que será apresentada, possivelmente, ainda no decurso desta sessão legislativa e legislatura. Vamos a ver. De momento, de facto as prioridades são o combate à inflação e ao desemprego pois são os problemas que mais afligem as pessoas e que têm de ser combatidos imediatamente, sem prejuízo de se começar a trabalhar noutros sectores.

P. - Como pensa de imediato conseguir combater a inflação?

R. - Como disse durante a campanha o controlo da desvalorização do escudo é importante, a contenção das despesas públicas, sobretudo não reprodutivas tam-



bém mas isso será uma tarefa para o futuro ministro das Finanças que não serei eu...

## **1.56. Discurso no Conselho Nacional - 13/12/79**

### **O GOVERNO DA AD NÃO FARÁ POLÍTICA PARTIDÁRIA A RESPONSABILIDADE DE UM MANDATO**

"Agradeço muito sinceramente a confiança que em mim foi depositada..." - afirmou Sá Carneiro logo após a votação em que o Conselho Nacional lhe conferiu plenos poderes para a formação do Governo, e acrescentou:

"Quero deixar aqui muito claro que o mandato que me foi confiado e o cargo que provavelmente me será confiado, de Primeiro-Ministro, me não pertencem, pertencem ao Partido. E actuarei sempre com isso presente, e o Partido deve ter sempre isso presente. Deve considerar permanentemente, e sem que seja necessário dizê-lo novamente, que o cargo de Primeiro-Ministro está à inteira disposição do Partido, designadamente deste Conselho Nacional.

A isto quero acrescentar também que assumirei plenas responsabilidades da função de Primeiro-Ministro e das suas consequências.

Haverá uma fiscalização permanente dos órgãos do Partido quanto à actuação do Governo. Mas haverá também independência, em relação à actuação do Primeiro-Ministro dos demais membros do Governo e do Governo no seu conjunto, em relação ao Partido. Sintetizou bem o Eurico de Melo, quando disse há pouco que o Partido é apoio do Governo, mas o Governo não deve ser meio de promoção do Partido nem de apoio do Partido.

"O essencial, isso sim, é que na actuação do Primeiro-Ministro e do Governo haja uma correspondência constante com os nossos princípios programáticos e com a nossa ética política de Partido social-democrata, sabendo que acima da nossa posição programática social-democrata está o país e a democracia".

### **PRIORIDADE À COMPETÊNCIA E EFICÁCIA**

Quanto aos critérios que deverão presidir à formação do Governo, Sá Carneiro propôs ao Conselho Nacional as seguintes orientações:

"Devemos seguir, como sempre sustentámos, critérios de competência, de eficácia, e não ir para um critério de mera distribuição de pastas do Governo entre os partidos da AD. Nesse sentido já contactei quer com o Gonçalo Ribeiro Teles, quer com o Freitas do Amaral, e todos estão de acordo em que, sem prejuízo do equilíbrio político-partidário do Governo, se deve fazer a discussão entre nós das pessoas que melhor podem servir em cada uma das pastas, só no final se fazendo o conjunto do equilíbrio partidário. Partiríamos assim das condições de competência para o conjunto do Governo, sem nos subordinar a um mero critério de coligação estrito.

"Neste sentido, parece-me que não devemos de modo nenhum partidarizar demasiado o Governo. Com isto quero dizer duas coisas: primeiro, que se chegarmos à

conclusão de que as pessoas mais indicadas para determinados cargos são independentes, não filiados em nenhum dos partidos da AD, não devemos hesitar na sua escolha; em segundo lugar, proponho ao Conselho Nacional uma orientação no sentido de não transferir necessariamente o aparelho do Partido para o Governo. Ou seja, o facto de ser dirigente nacional, desde o Presidente do Partido, até aos membros do Conselho Nacional, passando pela Comissão Política Nacional, Conselho de Jurisdição e Comissão Permanente do Grupo Parlamentar, não deve encartar ninguém para o Governo".

#### **O GOVERNO NÃO DEVERÁ FAZER POLÍTICA PARTIDÁRIA**

"O futuro Primeiro Ministro não deverá acumular as suas funções com o exercício de funções no Partido. É um ponto que pessoalmente venho sustentando desde 1976, que o Partido também sustentou, criticando designadamente a repartição da actividade governamental e partidária pelo então Primeiro Ministro e Secretário Geral do PS, Mário Soares.

Quer na formação e composição do Governo, quer no seu Programa, quer no estilo da sua actuação, o governo da AD, e nisso sai acompanhado pelos demais líderes da AD, deve dar um exemplo de rapidez de actuação, de eficácia, e especialmente através do Primeiro Ministro de consagração exclusiva às tarefas governamentais.

Creio que se deve também acentuar que o Governo não deve ter a preocupação de fazer, política eleitoralista e se deverá situar exclusivamente no plano nacional, deixando a luta político-partidária para os partidos, no Parlamento ou fora dele.

Foi um erro dos Governos anteriores terem entrado deliberadamente e claramente na luta político-partidária. Isso verificou-se quer nos Governos socialistas, quer nos outros. Mesmo os Governos independentes entraram, deliberadamente, no Parlamento e fora dele, no plano do confronto com outros partidos, no plano da luta partidária.

O Governo da AD está interessado em evitar conflitos institucionais, deverá governar com isenção e numa linha de serviço nacional, colocando-se acima da luta partidária, sem deixar de ter presentes os resultados eleitorais".

#### **RESPEITEMOS OS DEMAIS ÓRGÃOS DE SOBERANIA**

"Creio que a ninguém interessará que o Governo se envolva em querelas desnecessárias com os demais órgãos de soberania, designadamente com o Presidente da República e com o Conselho da Revolução, querelas essas que surgiriam se o Governo se envolvesse na luta político-partidária.

Sem prejuízo da clareza indispensável a uma política prosseguida de harmonia com os objectivos por nós preferidos, sem prejuízo do exercício pleno das suas competências, o Governo deverá respeitar integralmente os demais órgãos de soberania, o exercício das suas competências, sem deixar invadir as próprias mas sem pretender invadir as alheias. Ainda aí um Governo que se situe no plano nacional evitará atritos desnecessários, prejudiciais à estabilidade política e a um clima de harmonia democrática.

Os nossos adversários, durante a Campanha e depois dela, centraram os seus ataques na ideia de que a AD não poderia governar com efectividade porque iria imediatamente criar afrontamentos com o Presidente da República e com o Conselho da Revolução. Ora, em meu entender, uma coisa é a exposição, já manifestada pelos partidos, em relação ao Presidente da República e à sua reeleição, ou críticas feitas em relação à necessidade de acabar o mais depressa possível com o Conselho de Revolução, outra deve ser a posição do Governo".

#### **O GOVERNO E A MAIORIA DA AD DISTINGUIRÃO A OPOSIÇÃO SOCIALISTA DA OPOSIÇÃO COMUNISTA**

"O Governo e a maioria da Aliança Democrática deverão distinguir as oposições. Quero com isto dizer que deverá ser diferente a oposição do PS e do PC, como diferente deverá ser a atitude da maioria da AD e do seu Governo em relação ao PS e em relação ao PC.

Sabemos que temos um quadro nacional de grandes dificuldades, designadamente no plano económico e social, e que sem prejuízo da clareza e do desenvolvimento do nosso projecto se deverá obter no Parlamento o maior consenso possível. Esse consenso, em termos de diálogo, em termos de obtenção de votação no Parlamento, será inviável com o Partido Comunista, mas pode ser possível com o Partido Socialista.

É evidente que me parece que a distinção entre estas duas oposições não deve influir na nossa escolha quanto à composição do Governo - agrade ou desagrade o Governo às oposições, seguiremos o nosso caminho".

#### **REFORÇAR A LIGAÇÃO DOS REFORMADORES AO PSD**

"Para além dos parâmetros de actuação nacional e de reforço da Aliança Democrática, de boa coordenação da maioria parlamentar, penso que nos devemos orientar no sentido de reforçar as ligações dos reformadores ao Partido Social-Democrata.

Este reforço passa em primeiro lugar por uma política parlamentar de consenso com os reformadores e pode passar por uma política global que implique, não necessariamente mas possivelmente, a composição do Governo e a própria escolha de cargos parlamentares. Parece-me útil que se siga esta linha, que contribui para o reforço da nossa opção social-democrata, que é afinal reformadora. Porque se os reformadores não são claramente, por vinculação partidária, sociais-democratas, o certo é que a social-democracia é uma metodologia essencialmente reformadora".

Sobre todos nós, PSD e AD, pesa uma grande responsabilidade. Temos uma oportunidade histórica que surgiu já noutros instantes e que foi perdida.

Recordo o PS, e Mário Soares, em 76, o Presidente da República depois, para não falar já de casos de regime não democrático, como foi o de Marcelo Caetano e as possibilidades de esperança que teve. Todos sabemos que o país está cansado, farto de experiências de esperanças vãs e de instabilidade, e daí a responsabilidade acrescida que pesa sobre nós, PSD, Governo, maioria e AD no seu conjunto.

Vejo mal como se resistiria a uma oportunidade perdida, a mais uma esperança desvanecida. Isso contribuiria certamente, pelo menos, para que não saíssemos do regime de democracia tutelada militarmente e também para um reforço da posição do Partido Comunista.

## **1.57. Mensagem aos Sociais Democratas - 13/12/79**

### **UMA PALAVRA AOS SOCIAIS-DEMOCRATAS**

Ao terminar o Conselho Nacional, Sá Carneiro prestou aos sociais-democratas a seguinte homenagem:

"Embora aqui nos tivéssemos centrado, e bem, na campanha eleitoral, e destacado o trabalho que todos os militantes do PSD e da JSD deram para esta campanha, não podemos esquecer que o resultado obtido nestas eleições não é apenas trabalho duma campanha, é o trabalho de anos de militância do Partido Social-Democrata.

"Ao prestar esta homenagem, prestamos homenagem a todos os que em horas difíceis, e em sítios difíceis, lutaram pela causa da social-democracia em Portugal".

"A todos os que hoje estão no Partido e a muitos que connosco estiveram e que ao longo desta caminhada nos deixaram continuando embora, apegados, a maior parte deles, aos valores da social-democracia".

"Vamos continuar a nossa caminhada com o Partido Social-Democrata, em novas condições como aqui já foi salientado. Temos de continuar a lutar pela causa da social-democracia em Portugal".

"É esse o sentir de todos, é essa a justificação da nossa luta, para que a política e a democracia sejam plenamente postas ao serviço de melhores condições de vida para todos, especificamente daqueles mais desfavorecidos e esquecidos, tanto pessoas como regiões".

"Assim se caminhará para o progresso e para a justiça social, na plena liberdade, como salienta o nosso comunicado, e assim continuaremos com alegria, com firmeza, mas com consciência das responsabilidades, a nossa tarefa de cidadãos lúcidos que acima de tudo respeitam a dignidade de todas as pessoas".